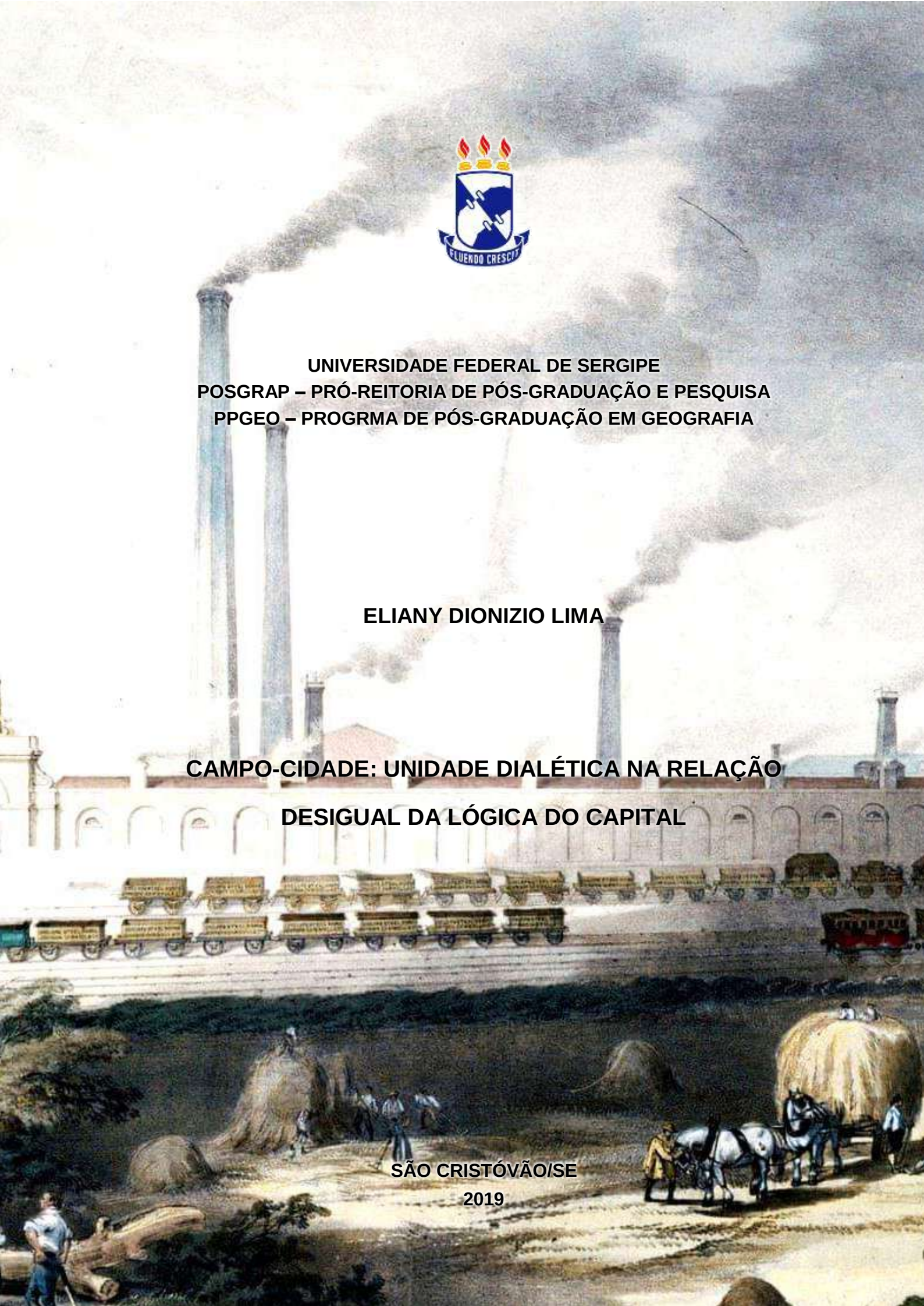


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIANY DIONIZIO LIMA

CAMPO-CIDADE: UNIDADE DIALÉTICA NA RELAÇÃO DESIGUAL DA LÓGICA DO CAPITAL

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIANY DIONIZIO LIMA

CAMPO-CIDADE: UNIDADE DIALÉTICA NA RELAÇÃO DESIGUAL DA LÓGICA DO CAPITAL

SÃO CRISTÓVÃO/SE

DEZEMBRO/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIANY DIONIZIO LIMA

CAMPO-CIDADE: UNIDADE DIALÉTICA NA RELAÇÃO DESIGUAL DA LÓGICA DO CAPITAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Alexandrina Luz Conceição.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

DEZEMBRO/2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732c

Lima, Eliany Dionizio
Campo-cidade : unidade dialética na relação desigual da lógica do capital / Eliany Dionizio Lima ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, SE, 2019.

280 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia econômica. 2. Interação rural-urbana. 3. Capital (Economia). 4. Espaço em economia. 5. Divisão do trabalho. 6. Política de trabalho. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:33

ELIANY DIONIZIO LIMA

CAMPO-CIDADE: UNIDADE DIALÉTICA NA RELAÇÃO DESIGUAL DA LÓGICA DO CAPITAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe – UFS

_____

Profa. Dra. Nacelice Barbosa Freiras
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

_____

Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior
Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI

_____

Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI

_____

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS

SÃO CRISTÓVÃO/SE
DEZEMBRO/2019

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, Rimoaldo e Eliza, que representam a luta daqueles que buscam oportunizar o melhor aos seus.

AGRADECIMENTOS

Começo por aqueles que desde sempre acreditaram e incentivaram todas as minhas escolhas, meus pais **Rimoaldo Silva Lima** e **Eliza Dionizio Lima,** com muito amor, carinho, força e determinação, estão sempre comigo acompanhando a minha trajetória com toda simplicidade e sabedoria. A realização dos meus sonhos está sustentada na coragem que aprendi com vocês para encarar a vida, nos bons e maus momentos, sempre presentes, mesmo distantes fisicamente, nunca estamos separados. Obrigada por tudo que me proporcionaram, minha eterna gratidão e orgulho por ser filha de vocês, meu amor é o que de mais precioso tenho para lhes oferecer.

A minha orientadora, Professora Doutora **Alexandrina Luz Conceição**, que ao longo de tantos anos não é simplesmente uma orientadora, é uma amiga. Agradeço pela paciência, o trabalho de orientação não é fácil, mas você sempre com muita atenção, ensina, orienta as escolhas, proporcionando um amadurecimento que vai muito além dos limites da construção de uma Tese, com todo o seu aprofundamento teórico e prático na construção de uma análise crítica da realidade, que nos acompanha para a vida. Obrigada por toda dedicação, compromisso e competência que auxiliaram a chegar neste momento. Muito obrigada!!

Ao meu irmão, **Ricardo**, sempre na torcida por mim, e feliz pelas minhas conquistas, valeu Zé! E também meus sobrinhos, **Letícia e Rafael,** a inocência das crianças sempre fortalece nossa caminhada, trazem alegrias e paz, especialmente quando no mundo adulto tudo parece tão difícil. Amo muitos vocês!!

A **Fernanda Dória**, minha psicóloga, quando eu não conseguia acreditar muito em mim mesma, reconheci que sozinha não encontraria o melhor de mim, neste momento contei com você, uma profissional dedicada e responsável, que me ajudou a enxergar o que muitos a minha volta já sabiam, mas que para mim mesma era muito difícil, minha capacidade, minhas qualidades, até então eu praticamente não valoriza essas coisas em mim, e me achava muito incapaz. Você foi fundamental para que eu me percebesse, aceitando minhas qualidades e meus defeitos, e principalmente, para entender que sim, eu sou capaz, de muita coisa... Inclusive de chegar até aqui, de chegar aonde eu quiser... Muito obrigada!!

À Professora Doutora, **Nacelice Barbosa Freitas** que, no início da minha caminhada universitária enxergou em mim o que eu nem de longe conseguia ver, acreditou que eu tinha condições de seguir em frente, e olha aonde eu cheguei, nem teria tentado se não fosse você. Ao longo dessa jornada, de mais de 15 anos, quanto tempo!! Nos tornamos amigas, sou feliz por tudo que tivemos oportunidade de compartilhar, obrigada pelos conselhos, incentivos e confiança. E muito obrigada também pela análise criteriosa da Qualificação do doutorado, suas sugestões e críticas ajudaram no desenvolvimento da tese. Muito obrigada!

Ao professor Doutor **Wagnervalter Dutra Junior** que também participou da minha Qualificação, suas análise foi muito importante para a continuidade da construção da tese com contribuições, indagações e sugestões que estimularam a seguir em frente e enriqueceram as discussões realizadas. Muito obrigada!

Ao **Grupo de Pesquisa Capital, Estado, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamentos Territoriais** - GPCET, no qual participei de discussões de textos, livros e pesquisas que auxiliaram a construção desta tese. Obrigada **Alexandrina, Danilo Cavalvanti, Danilo Santana, Jordana, Júnior, Karla, Lucas, Marcelo, Maria, Michelle, Morgana, Ricardo, Shauane, Vanessa e Vitor**. Somos mais fortes juntos, o apoio de cada um, vez muita diferença para mim.

A **Vanessa Paloma,** muito obrigada amiga pelo cuidado e atenção, dividimos as mesmas angustias e também as alegrias a cada conquista.

A **Danilo Santana**, muito obrigada por toda força, tão paciente me escutou durante todo esse tempo, incentivando sempre com tanto carinho, especialmente quando eu estava mais insegura. E obrigada também pela arte da capa da Tese, ficou muito linda, e pela ajuda com a formatação.

A **Ricardo,** muito obrigada meu amigo, pessoa especial, valeu por seu apoio, pelas conversas, pela força com as questões do trabalho, sempre tão solicito.

A **Maria**, amiga, vizinha e companheira de todas as horas, muito obrigada pelas conversas, pela estimulo e pela companhia, você é especial demais.

A **Michelle**, muito obrigada por estar comigo nos mais diversos momentos uma sempre dando força para a outra, principalmente quando parecia que não daríamos conta, mas conseguimos.

A **Júnior**, muito obrigada amigo que mesmo distante sempre esteve torcendo por mim com muito carinho e suas palavras foram tão importantes.

A **Shauane, Jordana e Marcelo**, muito obrigada amigos que estão sempre compartilhando as dificuldades e alegrias dessa trajetória.

A **Lucas, Danilo Cavalcanti e Morgana**, meus queridos, aprendi muito com vocês, dividimos bons momentos de aprendizado, algumas angustias e alegrias, tudo faz parte, e fortalece a amizade.

A **Ana Isabel**, amiga que em todo o tempo me incentiva e me escuta, mesmo distante sempre me dando força e acreditando em mim.

A **Suzana, Seu Luiz e Dona Alzira**, amigos que sempre torcem pelo meu sucesso.

Aos colegas da Pós-Graduação, da turma de 2015, muito obrigada por dividirem momentos de aprendizagem e discussão importante para o nosso crescimento.

A CAPES, pelo apoio para a realização da pesquisa.

Aos **professores** e **funcionários** do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe muito obrigada pela atenção, dedicação e comprometimento.

A **AGB** seção local Aracaju, que possibilitou um crescimento na minha caminhada, com debates, discussões, reflexões sobre as demandas que emergem no contexto em que vivemos.

Aos trabalhadores do campo e da cidade, vidas cedidas à lógica do capital, sem escolhas, engrenagens de um processo desigual. É fundamental romper as correntes que nos prendem.

Enfim, a todos (as) que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

LIMA, Eliany Dionizio. **CAMPO-CIDADE**: unidade dialética na relação desigual da lógica do capital. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019. Tese (Doutorado em Geografia).

A presente Tese de Doutorado parte do pressuposto de que a relação campo-cidade constitui uma unidade dialética contraditória para a garantia da acumulação do capital. Sua aparente dualidade se sedimenta no discurso ideológico da separação natural campo-cidade, fortalecendo a estrutura capitalista das desigualdades espaciais sustentada na ideia de superioridade da cidade em relação ao campo. Para entender a dialetização dessa relação analisamos as formas que se apresentam as mediações do trabalho, sua divisão social, territorial, sua mobilidade, nos diferenciados tempos da formação histórica, especificamente na sociedade capitalista no Brasil. A referente Tese está sustentada no método do materialismo histórico-dialético. O pensar crítico reflexivo permite analisar o movimento da circularidade do capital versus trabalho nas formas em que se revestem as relações capitalistas de produção. Procura-se identificar e analisar as alterações que foram produzidas ao longo do processo histórico, observando as formas de apropriação do espaço (campo e cidade); de que maneira os projetos de desenvolvimento implementados no Brasil garantem a ampliação da acumulação do capital, nesses espaços, e estabelecem a dinâmica da relação campo-cidade nos últimos anos com a consolidação do capital financeiro com o Estado neoliberal. Nesse sentido foi fundamental refletir sobre a ação do Estado impondo novas lógicas para a sua apropriação. As metamorfoses que ocorrem nesses espaços (campo e cidade) demonstram as formas como o capital se reinventa e se mantem em meio às contradições das quais é dependente, em tempo de crise. A análise da totalidade dessas relações permitiu constatar que a articulação/justaposição dos elementos necessários para que a lógica do capital se realize é definida na divisão social do trabalho; campo-cidade se constituem espaços produzidos de modo a atender as necessidades da garantia da acumulação do capital, evidenciando que não se tratam de espaços distintos em decorrência das atividades predominantes, mas, produzidos de forma desigual e combinada na unidade dialética das suas contradições. As transformações observadas evidenciam que esses espaços são produzidos para garantir a efetivação do ciclo total do capital, e a forma como se estabelece a divisão social e territorial do trabalho é o determinante para o funcionamento sociometabólico do capital.

Palavras-chave: Relação Campo-Cidade, Capital, Produção do Espaço, Divisão Social e Territorial do Trabalho, Estado.

ABSTRACT

LIMA, Eliany Dionizio. **FIELD-CITY**: dialectical unity in the unequal relation of the logic of capital. São Cristóvão: Federal University of Sergipe, 2019. Thesis (Doctorate in Geography).

The present Doctoral Thesis assumes that the field-city relationship constitutes a contradictory dialectical unit for the guarantee of capital accumulation. Its apparent duality is based on the ideological discourse of the natural separation between field and city, strengthening the capitalist structure of spatial inequalities based on the idea of the superiority of the city over the countryside. To understand the dialectization of this relationship we analyze the forms presented by the mediations of labor, its social and territorial division, its mobility, in the different times of historical formation, specifically in the capitalist society in Brazil. The referent Thesis is based on the method of dialectical historical materialism. Reflective critical thinking allows us to analyze the movement of the circularity of capital versus labor in the forms in which capitalist relations of production take place. We seek to identify and analyze the changes that were produced throughout the historical process, observing the forms of appropriation of space (field and city); how the development projects implemented in Brazil guarantee the expansion of capital accumulation in these spaces, and establish the dynamics of the field-city relationship in recent years with the consolidation of financial capital with the neoliberal State. In this sense it was essential to reflect on the action of the State imposing new logic for its appropriation. The metamorphoses that occur in these spaces (field and city) demonstrate the ways in which capital reinvents itself and remain amidst the contradictions on which it is dependent in times of crisis. The analysis of the totality of these relations made it possible to verify that the articulation/juxtaposition of the necessary elements for the logic of capital to be realized is defined in the social division of labor; field and city are spaces produced to meet the needs of guaranteeing the accumulation of capital, showing that these are not distinct spaces because of the predominant activities, but produced unequally and combined in the dialectical unity of their contradictions. The observed transformations show that these spaces are produced to guarantee the realization of the total cycle of capital, and the way the social and territorial division of labor occurs is the determinant for the socio-metabolic functioning of capital.

Keywords: Field-City Relationship, Capital, Space Production, Social and Territorial Division of Labor, State.

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Organização do espaço rural 193

MAPA 02 – Índice de Gini da estrutura fundiária municipal 197

MAPA 03 – Brasil: Ocupação de terra pela agropecuária 202

MAPA 04 – Brasil: produção de soja, 1996..... 205

MAPA 05 – Brasil: produção de soja, 2014..... 206

MAPA 06 – Formosa do Rio Preto: Uso e cobertura do Solo..... 208

MAPA 07 – São Desidério: Uso e Cobertura do Solo..... 209

MAPA 08 – Nova Mutum: Uso e Ocupação do Solo..... 211

MAPA 09 – Brasil – defensivos agrícolas 215

MAPA 10 – Brasil – Urbanização 222

MAPA 11 – Brasil – Valor Adicionado Bruto da Indústria 226

MAPA 12 – Brasil: Redes urbanas 227

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 –	**Trabalho, de Portinari - 1939.....**	**70**
FIGURA 02 –	**Efeitos do Bom Governo sobre a vida da cidade.....**	**96**
FIGURA 03 –	**Os efeitos do bom governo no campo.....**	**97**
FIGURA 04 –	**Fourier ou as passagens.....**	**99**
FIGURA 05 –	**Aspectos do desenvolvimento da Revolução Industrial nomeadamente o caminho de ferro em Sheffield 1845....**	**101**
FIGURA 06 –	**Uma rua de um bairro pobre de Londres.....**	**102**
FIGURA 07 –	**Cultivo de cana de açúcar no período colonial.....**	**133**
FIGURA 08 –	**Produção de café.....**	**134**
FIGURA 09 –	**Avenida São João, São Paulo, década de 1930 .....**	**139**
FIGURA 10 –	**Avenida São João, São Paulo, década de 2010 .....**	**139**
FIGURA 11 –	**Lavoura de café, início do século XX .....**	**140**
FIGURA 12 –	**Lavoura de café, início do século XXI .....**	**140**
FIGURA 13 –	**Produção de soja.....**	**141**
FIGURA 14 –	**Agricultura tradicional com o uso de tecnologia.....**	**142**
FIGURA 15 –	**Vista aérea de Formosa do Rio Preto – Bahia.....**	**207**
FIGURA 16 –	**Vista aérea de São Desidério – Bahia.....**	**210**
FIGURA 17 –	**Vista aérea de Nova Mutum – Bahia.....**	**210**

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Brasil – Taxa de desocupação..... 159
GRÁFICO 02 – Estrutura Fundiária por nº de Imóveis..... 194
GRÁFICO 03 – Estrutura Fundiária por área (ha)..... 195
GRÁFICO 04 – Agropecuária/Brasil: condição dos trabalhadores..... 200
GRÁFICO 05 – Brasil: Produção agrícola 203
GRÁFICO 06 – Produção agrícola nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Nova Mutum..... 212
GRÁFICO 07 – Brasil: Exportações do Complexo Soja 213
GRÁFICO 08 – Série histórica da taxa de urbanização brasileira..... 221
GRÁFICO 09 – Série histórica da distribuição da população brasileira no campo e na cidade..... 223
GRÁFICO 10 – Situação dos trabalhadores por setor da economia..... 235

LISTA DE TABELA

TABELA 01 – Previsão de investimento em infraestrutura 2007-2010 ... 153

LISTA DE SIGLAS

ANEC	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO II

2 O CAMPO E A CIDADE NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL 39
2.1 CAMPO E CIDADE: ESPAÇOS EM MOVIMENTOS 40
2.1.1 Espaço geográfico e o processo da produção social na relação campo-cidade 45
2.2 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA SEPARAÇÃO CAMPO E CIDADE 51

CAPÍTULO III

3 A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL E A MEDIAÇÃO NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE 65
3.1 TRABALHO: MATERIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS HISTORICAMENTE CONSTRUÍDAS 69
3.2 A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO E A CONSOLIDAÇÃO DA SEPARAÇÃO CAMPO-CIDADE 81
3.3 O CAMPO E A CIDADE NA MODERNIDADE 91
3.4 A MOBILIDADE DO TRABALHO CAMPO-CIDADE 105

CAPÍTULO IV

4 A CONDUTA DO ESTADO NA URDIDURA DO CAPITAL 115
4.1 A ORGANICIDADE DO ESTADO NA EFETIVAÇÃO DO CICLO DO CAPITAL 117
4.1.1 A atuação do Estado no Brasil na ordem econômica e social do capital 123
4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA NA LÓGICA CAPITALISTA 133
4.2.1 Os projetos de desenvolvimento e ampliação do capital no Brasil 148

CAPÍTULO V

5 O CICLO DO CAPITAL, AS DIRETRIZES DO NEOLIBERALISMO: UMA LEITURA DO CAPITAL FINANCEIRO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO 155
5.1 NEOLIBERALISMO, FACE DO ESTADO MAIS SUBORDINADA AO CAPITAL 156
5.2 O MERCADO FINANCEIRO E TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO PRODUTIVO 166

CAPÍTULO VI

6 CAMPO E CIDADE A SERVIÇO DO CAPITAL 184
6.1 A APROPRIAÇÃO DO CAMPO NA LÓGICA DO CAPITAL 187
6.1.1 Produção no campo brasileiro: o capital e as transformações no espaço 204
6.2 A CIDADE E AMPLIAÇÃO DAS DESIGUADADES SOB A LÓGICA DO CAPITAL 216

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 UMA SÍNTESE NECESSÁRIA, POIS O PROCESSO NÃO PARA 238

REFERÊNCIAS 247

ANEXO..... 258

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

"Campo" e "cidade" são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar*, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas.*
O campo e a cidade na história e na literatura,
Raymond Willians

Qual o poder dos conceitos campo e cidade para explicação da realidade? Como explicar estes espaços tão diferentes e ao mesmo tempo tão interligados? Qual a importância de compreendê-los para além do ideário que separa campo e cidade? As questões sobre o campo e a cidade poderiam ser intermináveis, diante das possibilidades que se abrem para a discussão. Nossa proposta foi desenvolver uma análise que permitisse evidenciar como, porque e para que a relação campo-cidade se estabelece, especificamente no modo de produção capitalista.

Neste intuito, é fundamental considerar inicialmente o que afirma Raymond Willians quando enfatiza a importância destes espaços para a vivência das comunidades humanas, uma vez que, ao criarem as condições para sua consolidação enquanto sociedade, as comunidades foram produzindo também o lugar no qual materializam a vida. Nesse processo campo e cidade vão sendo delimitados, em decorrência de como são produzidos ao longo do tempo histórico.

Compreender campo e cidade não pelo que os distinguem, mas sim pelo que os conecta foi o que instigou a realização desta Tese, analisar quais os processos que são fundamentais para a produção dos espaços estudados de forma a permitir identificar os elos que estabelecem as bases para a consolidação da relação campo-cidade enquanto uma unidade dialética, marcada por contradições, mas fundamental

para o desenvolvimento do capitalismo, pois nesses espaços se materializam as condições para a efetivação do ciclo do capital.

A relação campo-cidade no modo de produção capitalista é produzida para garantir a efetivação do ciclo do capital, suas peculiaridades são definidas para atender a divisão social e territorial do trabalho para a contínua acumulação, processo mediado pelo Estado. Enquanto unidade dialética é um processo chave para entender sua importância para garantir a acumulação do capital, sendo fundamental perceber que as bases que estabelecem tal relação são construídas pela sociedade, o que implica em compreendê-la para possibilitar ver além da aparência que assumem campo e cidade, e observar a essência que é fundante para a produção não só desses espaços, mas da própria sociedade, que o faz a sua imagem e semelhança, por isso uma sociedade desigual e contraditória só pode produzir espaços desiguais e contraditórios.

As diferenças que marcam o campo e a cidade são resultantes desse processo, e é crível observar distinções entre as cidades e os campos, moderno e atrasado convivem em ambos os espaços, o que os definem são as condições sociais e materiais para atender aos interesses na sociedade capitalista do processo de acumulação do capital.

As contradições que são produzidas pela sociedade desigual se materializam no campo e na cidade, e são ao mesmo tempo responsáveis pelas transformações que passam, ao longo do tempo histórico, para garantir a acumulação do capital, onde a exploração do trabalho, objetivo primordial no capitalismo, se realiza mediante o estabelecimento das bases para permitir que esse processo ocorra. Nesse sentido, o campo e a cidade vão ser produzidos de forma a otimizar a exploração da força de trabalho, por mais que com intensidades diferentes, os interesses do capital comandem a dinâmica a ser implementada nesses espaços.

A aparente distinção entre campo e cidade é real, mas é imperioso analisar que a construção ideológica da separação campo-cidade é conveniente para atender aos interesses do capital, não se trata de condições naturais, ou mesmo as atividades econômicas neles praticadas que os colocam em lados opostos, mas sim da forma como são apropriados para permitir a ampliação da capacidade de

produção de riqueza que é a base para a consolidação das distinções que neles se evidenciam.

Para além do aparente, a reflexão sobre a divisão social e territorial do trabalho se constituiu como vital para compreender que as diferenças existentes no campo e na cidade são resultantes da forma como esses espaços são apropriados pela sociedade para atender aos seus interesses, e especialmente na sociedade capitalista, sobre a qual aprofundamos a discussão no decurso desta Tese.

Frente às transformações que ocorrem ao longo do tempo histórico foi possível observar que elas materializam no espaço as necessidades que a lógica do capital impõe a cada momento, e a análise dos processos mais recentes que ocorrem no campo e na cidade exigem a identificação de como a dinâmica da sua relação está atrelada ao processo de expansão do capital financeiro. As configurações da divisão social e territorial do trabalho passam a atender as especulações e o processo produtivo tanto no campo como na cidade se constituem como essenciais para permitir a vanguarda para a ampliação da acumulação do capital.

A complexidade que envolve o entendimento do campo e da cidade evidência o quão relevantes são para analisar a realidade, isto por que não estão restritos a simples delimitação de características que os distinguem, mas sim por envolverem em si uma relação que destaca a condição de vida das comunidades. Cheptulin (2004, p. 19) apresenta-nos um aspecto importante sobre o processo de interação, ao afirmar que o

> processo de interação manifestam-se suas propriedades, que as caracterizam como corpos isolados, determinados, fenômenos que, em certas circunstâncias, passam uns pelos outros. O resultado disso é que todos os fenômenos da realidade se encontram em um estado de correlação e de interdependência universais.

Ao explicar a interação entre diferentes processos, o autor não se dirige especificamente para o campo e a cidade, entretanto sua análise é fundamental para nossa investigação, pois aponta um aspecto que auxilia a compreensão do tema proposto, uma vez que evidência a existência de propriedades que, isoladas, determinadas ou resultantes de fenômenos se encontram em correlação e interdependência. Partimos desse entendimento para desenvolver um estudo que

considera as características peculiares do campo e da cidade, e que enceta um encadeamento que ultrapassa os limites das descrições de características dos locais, para averiguar as correlações e interdependências que podem permitir uma compreensão da relação campo-cidade.

Sobre os conceitos campo e cidade, destacado por Willians (2011), convém elucidar que é imprescindível levar em conta o processo histórico, pois ele permite explicar como se estabelece essa relação, a qual apresenta aspectos que precisam ser analisados, observando que "[...] não há reflexo de uma época fora do curso do seu tempo." (CONCEIÇÃO, 2012, p. 25). Nessa direção consideramos para o desenvolvimento dessa pesquisa, o processo histórico sem, no entanto, restringir a um tempo datado, primeiro por não se tratar de um levantamento puro e simplesmente histórico do campo e da cidade, o que acarretaria em uma investigação que remontaria aos primórdios da civilização, e segundo por ser um estudo que analisa a relação campo-cidade para a consolidação e reprodução do modo de produção capitalista.

A proposta desta Tese parte do pressuposto de que a relação campo-cidade na sociedade capitalista se estabelece de modo a favorecer as desigualdades que conduzem o processo de produção desses espaços, enquanto resultantes de uma produção social desigual e combinada, onde as diferenças não são aleatórias, mas sim basilares para a própria consolidação do modo de produção e garantir o avanço do processo de acumulação do capital.

Buscou-se desvendar como se materializam no campo e na cidade as condições necessárias para a efetivação do modo de produção capitalista, considerando que para o desenvolvimento do capitalismo foi necessário que esses espaços se adequassem para possibilitar as bases para a obtenção do lucro, não nas características naturais pré-existentes, e sim na estrutura social e sua dimensão histórica,

> For the plain truth of the matter is that, in any particular type of humanity's reproductive order, the social structure is unthinkable without its properly articulated historical dimension; and vice versa, there can be no real understanding of the historical movement itself without grasping at the same time the corresponding material

> structural determinations in their specificity. (MÉSZÁROS, 2011b, s/p.)[1]

Concordando com Mészáros, analisamos que a estrutura social se desenvolve no decorrer do processo histórico, logo para apreendê-las é essencial levar em conta o movimento e também as determinações materiais, e as características estruturais estabelecidas no movimento histórico que atendem as determinações das quais são decorrentes, fato que permite refletir sobre como campo e cidade são espaços que passam por transformações, em virtude de como a sociedade vai se desenvolvendo conforme interesses socialmente construídos. Para analisá-los é importante buscar a essência para substanciar a compreensão da realidade, uma vez que,

> Colocando em evidência a essência das formações estudadas, o conhecimento volta-se para o passado, segue a história do surgimento e do conhecimento dessas formações materiais. Depois de atingir a essência e, apoiando-se nela, o conhecimento olha para frente, para o futuro, e descobre imediatamente novas formas de ligações universais do ser, novos aspectos e relações universais. Com efeito, reproduzindo a essência dessas ou daquelas formações materiais, podemos apreciar não somente o que representa essa ou aquela coisa em um momento dado, em suas relações dadas, mas igualmente qual será seu comportamento em um outro momento, em outras relações. (CHEPTULIN, 2004, p. 334)

Ao voltar-se para o passado busca-se analisar alguns elementos que possibilitem identificar a essência, e a partir desta encontrar as relações, e ao mesmo tempo o movimento que favorece a análise da realidade. As contribuições nessa perspectiva possibilitam distinguir quais aspectos identificados no passado são fundamentais para explicar o movimento da relação campo-cidade, e quais as transformações decorrentes. O que se pretendeu foi analisar a realidade, buscando tanto os elos que unem campo e cidade, como as contradições existentes para a perpetuação da sua separação, tentando neste caminhar evitar considerar de forma estática e descontextualizada este processo, pois

[1] Pois a mais simples das verdades é que, em toda a forma particular de ordem reprodutiva da humanidade, a estrutura social não pode ser compreendida sem a correspondente articulação com a dimensão histórica; e que, inversamente, não pode existir uma real compreensão do movimento histórico sem a compreensão, na sua especificidade, das determinações materiais estruturais correspondentes. (Tradução por Miguel Queiroz, A dialética da estrutura e da história: Uma introdução).

> Ao se descontextualizar o real na tentativa de dar conta da cientificidade, abstrai-se as condições e contradições da realidade, o que resulta na substituição da teoria pela metodologia, que representa o caráter apologético da afirmação do discurso da negação da história e consequentemente do congelamento do real ao natural. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 49)

Procurou-se ir além da aparência que predomina quando se estuda campo e cidade, que priorizam as características quantitativas, sem estabelecer as conexões necessárias para chegar a essência do processo, restringindo a análise as associações restritivas, visto que “campo e cidade, no decorrer da história, foram e são associados às atividades predominantes (econômicas ou políticas) e variam de acordo com os processos nos quais estão inseridos.” (LIMA, 2012, p. 43). Sendo assim, imperioso não restringir-se a descrições para explicar as relações que definem campo e cidade no processo de produção social dos quais são decorrentes.

A realidade do campo e da cidade se define na relação por eles estabelecida, e a aparência e a essência podem desvendar os liames que consolidam o campo e a cidade na sociedade capitalista. Sendo assim, é relevante apreender que a essência explica-se a si mesma, mas também possibilita o entendimento sobre a aparência, possibilitando a análise da realidade, e por isso “precisa explicar por que, sendo a essência o que é, a aparência é diferente e muitas vezes justamente contrária, apesar de ser explicada totalmente por aquela.” (CARCANHOLO, 2013. p. 13)

Estamos diante de um grande desafio, pois se constata que aparência e essência formam um par dialético, sua análise não pode ocorrer de forma isolada nem estática, por isso é imperioso encontrar o que fundamenta a efetivação dessa relação, neste sentido, foi necessário ponderar que

> O movimento em direção da essência começa com a definição do fundamento – do aspecto determinante, da relação – que desempenha o papel de célula original na tomada de consciência teórica da essência do todo estudado. A dedução (explicação), desde o princípio de partida, de todos os aspectos que constituem a essência do objeto supõe a análise do fundamento (do aspecto determinante, da relação) em seu movimento, seu aparecimento e seu desenvolvimento que o fundamento faz nascer e transforma outros aspectos e relações do todo (do fundamentado) e assim forma a essência. A representação da célula original (do fundamento) do

> todo estudado em movimento e em desenvolvimento presume a descoberta de tendências contraditórias que lhe são próprias, da luta dos contrários que condiciona sua passagem de um estado qualitativo a outro. Assim, o conhecimento, desenvolvendo-se, chega finalmente à necessidade da formação das categorias de "contradição", de "unidade" e de "luta dos contrários". (CHEPTULIN, 2004, p. 127-128)

Na busca pela essência é fundamental encontrar o aspecto que a determina, e que não pode ser compreendida sem a aparência. É na relação que ambas estabelecem que é possível apreender a realidade em sua totalidade. Esta relação é dinâmica, estando em constante movimento, e em processo contraditório.

> O princípio da totalidade como categoria metodológica obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita, inesgotável. A categoria totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto. (LÖWY, 1999, p. 16)

É a percepção da realidade social que permite apreender os diferentes aspectos que se relacionam entre si, que carregam consigo contradições, e que no decorrer do processo possibilita o entendimento de como se estabelecem essas relações. Especificamente, no que se refere ao campo e a cidade enquanto espaços socialmente produzidos, suas características visíveis fornecem os primeiros elementos para construir uma análise sobre ambos, mas, para, além disso, é preciso conhecer os aspectos que permitem compreender a essência da relação campo-cidade. Este processo implica em considerar que aparência e essência definem estes espaços, e que ambas fazem parte da realidade, e precisam ser analisadas em sua totalidade, neste sentido

> Duas características importantes devem ser consideradas, aqui, sobre a aparência na sociedade capitalista. A primeira é que ela não é resultado de um erro ou engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta, a essência. O erro não está na aparência e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas na crença de que a realidade tem uma só dimensão. (CARCANHOLO, 2013. p. 18)

A aparência reflete a realidade, porém é preciso ter discernimento de que as características que estão à disposição do observador guardam em si a essência, e

ignorá-las como se elas representassem um equívoco no processo compromete a análise da realidade. A aparência não evidencia as contradições que lhes são inerentes, e isto não é necessariamente um erro, mas sim uma condição para sua continuidade, logo ela revela aquilo que convém dentro de uma lógica, neste caso, a lógica desigual do capitalismo. Encontrar os elos entre a aparência e a essência, especificamente os que subsidiam o entendimento da relação campo-cidade apesar de aparentemente dissonantes, é que permite uma análise mais detalhada dessa relação. Nesse sentido, é precípuo observar que

> Na verdade, existem, nesse aspecto, dois erros teóricos opostos: o empirismo daquele que somente vê a aparência e, por outro lado, o seu contrário, o fundamentalismo, que acredita que só a essência é verdadeira. Este talvez seja tão nocivo quanto o primeiro. No entanto, poderíamos destacar que apesar de tudo, a essência deve ser vista como tendo sua superioridade sobre a aparência, e talvez por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque só ela é capaz de permitir a lógica e estruturada compreensão sobre os nexos mais íntimos da realidade, possibilitando prever as potencialidades do seu desenvolvimento, dos seus destinos possíveis. Em segundo, porque, a partir dela, com os instrumentos que fornece, é possível entender todas as características da aparência, além de explicar a razão pela qual a aparência deve ser necessariamente como é. Em certo sentido, a essência contém dentro de si a própria aparência. (CARCANHOLO, 2013. p. 18-19)

Diante da aparência é preciso questionar para encontrar as explicativas que elucidem o porquê e para que esta apresenta determinados aspectos em detrimento de outros. Não que a essência seja superior à aparência, mas é importante buscá-la, pois é a partir dela que se pode desvendar o que está por trás da aparência, entendendo por que ela se apresenta de determinada forma, evitando dedicar-se apenas a uma ou outra, mas sim buscando entender o movimento entre elas, o que fornece elementos para analisar a realidade em sua totalidade, e permite aprofundar a discussão pois a "[...] aparência se mostra, a essência se oculta. A aparência é perceptível, a essência foge aos olhos. Ambas não podem ser compreendidas isoladamente. São partes que se complementam para entender o movimento dialético de construção da realidade." (BAGLI, 2006, p. 82). Quando se entende essa complementariedade a análise da realidade pode proporcionar sua compreensão enquanto totalidade, pois

> A totalidade concreta é, portanto, a categoria fundamental da realidade. A validade dessa perspectiva se revela, no entanto, em toda sua clareza quando focalizamos nossa atenção no substrato material e real do nosso método, a sociedade capitalista com seu antagonismo interno entre as forças e a relação de produção. O método das ciências da natureza, que constitui o ideal metódico de toda ciência fetichista e de todo revisionismo, não conhece contradição nem antagonismo em seu material; se, no entanto, houver alguma contradição entre as diferentes teorias, isso é somente um indício de caráter inacabado do grau de conhecimento atingido até então. [...]. Em contrapartida, no caso da realidade social, essas contradições não são indícios de uma imperfeita compreensão científica da realidade, mas pertencem, de maneira indissolúvel, à essência da própria realidade, à essência da sociedade capitalista. Sua superação no conhecimento da totalidade não faz com que deixem de ser contradições. Pelo contrário, elas são compreendidas como contradições necessárias, como fundamento antagônico dessa ordem de produção. (LUKÁCS, 2003, p. 79-80)

O desafio é refletir sobre a realidade que é marcada por contradições, especificamente no capitalismo, a estrutura social que o sustenta é desigual, a análise em sua totalidade considera que as contradições estão inseridas no processo e necessita ser explicado no movimento histórico.

A história não é encarada aqui apenas para fazer um levantamento de acontecimentos que estão relacionados com o campo e com a cidade, mas sim como essencialidade para a compreensão da realidade, especialmente para analisar como estes espaços são produzidos na sociedade capitalista, enfatizando a capacidade de transformação que é exercida pela prática humana. Neste sentido, é importante destacar, que de acordo com Marx e Engels, (2007, p. 42-43)

> Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação reciproca entre esses diferentes aspectos). Ela tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de

> que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra crítica espiritual, por sua dissolução na 'autoconsciência' ou sua transformação em 'fantasma', 'espectro', 'visões' etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [realen] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria.

Considera-se a história como um processo real, que tem na produção material da vida algo essencial para explicar a prática das relações sociais reais de modo a permitir a análise da realidade, sendo importante refletir como a história se realiza, pois não se trata de uma "[...] sucessão de fatos no tempo, não é progresso de ideias, mas o modo como homens determinados, em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural." (CHAUÍ, 2004, p. 8).

A disparidade entre os estágios de desenvolvimento da sociedade permitem que se articulem os diferentes para promover avanços, os quais demonstram que as contradições estão presentes e se combinam para garantir a ascensão da estrutura social que os produz, sendo que os

> Diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, "se amalgamam": o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas) (LÖWY, 1995, p. 75)

Compreender que os processos ocorrem combinando atraso e avanços auxilia a análise de como o campo e a cidade são apropriados para possibilitar que o modo de produção crie as condições fundamentais para seu desenvolvimento. As contradições e aparentes características opostas precisam ser analisadas como fazendo parte de uma engrenagem complexa, na qual o aparentemente desigual serve para a consolidação das bases para a consolidação do capital.

A realidade a ser analisada tem como fundamento o materialismo histórico dialético, de forma a propiciar a construção de uma análise reflexiva, não apenas do que são campo e cidade, mas principalmente, que possibilite explicar como, por quê, para quê e para quem a relação campo-cidade se constitui como necessária, sendo que

> Dialético não é o que vê o desenvolvimento onde ele não existe, mas sim o que representa a realidade em toda a sua diversidade, sem confundir progresso e regressão, aquele que vê na massa das mudanças o que intervém no desenvolvimento – o movimento progressivo que, “apesar de todos os acasos aparentes e de todos os retornos para trás, ... termina por aparecer.” (CHEPTULIN, 2004, p. 171)

O ir e vir para identificar o aparente e a essência permitiu a análise da realidade em sua diversidade, tendo o movimento como essencial para compreender as relações. Campo e cidade não são estáticos, mas estão implícitos em uma relação social e de produção, sendo relevante considerar ainda que

> A leitura dialética da realidade permite escrever sobre a (re)produção do espaço e da sociedade, onde estão imbricados o político, o social e o econômico estruturando uma unidade, o passado-presente-futuro de forma indissociável, profundamente interligado, a tal ponto que a essência é una e indivisível. (FREITAS, 2014, p 49)

A análise da realidade na perspectiva dialética é um desafio, porém constitui-se como indispensável para a construção de uma investigação que se propõe ultrapassar os limites do aparente, para encontrar a essência que define a relação campo-cidade, onde “qualquer que seja a formação material considerada, quaisquer que sejam os domínios que focalizamos, descobrimos necessariamente a presença de aspectos e de tendências contrários, a unidade dos contrários, e a presença de contradições.” (CHEPTULIN, 2004, p. 300). Ao considerar as contradições evidenciamos que a realidade é resultante de um processo contínuo que revela as transformações que ocorrem e para desenvolver sua análise é fundante identificar a estrutura social. Trata-se da construção de uma análise complexa, portanto, um desafio ao qual nos dedicamos. A análise dialética implica em reconhecer a complexidade que norteia a construção do conhecimento, nesse sentido é importante ponderar que,

> Diz-se que o método dialético consiste em levar em conta, a cada momento, a respectiva situação histórica concreta de seu objeto. Mas isto não basta. Pois, para esse método, é igualmente importante levar em conta a situação concreta e histórica do interesse por seu objeto. Essa situação sempre se funda no fato de o próprio interesse já se encontra pré-formado naquele objeto e, sobretudo, no fato de ele concretizar o objeto em si, sentindo-o elevado de seu ser anterior para a concretude superior do ser agora (do ser desperto!). A

> questão de como este ser agora (que é algo diverso do ser agora do "tempo do agora", já que é um ser agora descontínuo, intermitente) já significa em si uma concretude superior, entretanto, não pode ser apreendida pelo método dialético no âmbito da ideologia do progresso, mas apenas numa visão da história que ultrapasse tal ideologia em todos os aspectos. Aí deveria se falar de uma crescente condensação (integração) da realidade, na qual tudo o que é passado (em seu tempo) pode adquirir um grau mais alto de atualidade do que no próprio momento de sua existência. O passado adquire o caráter de uma atualidade superior graças à imagem como a qual e através da qual é compreendido. Esta perscrutação dialética e a presentificação das circunstâncias do passado são a prova da verdade da ação presente. Ou seja: ela acende o pavio do material explosivo que se situa no ocorrido (cuja figura autentica é a moda). Abordar desta maneira o ocorrido significa estudá-lo não como se fez até agora, de maneira histórica, mas de maneira política, com categorias políticas. (BENJAMIN, 2007, p. 436-437)

A realidade precisa ser analisada a partir do concreto e do processo histórico, especificamente no que se refere ao campo e a cidade. Olhar o passado, não para idealizar estes espaços, mas para percebê-los em sua unidade. Por isso, explicar a relação campo-cidade no capitalismo, a partir das contradições que fazem parte deste processo no decorrer do tempo histórico foi nossa pretensão. Nesse sentido, destaca-se que as contradições não devem ser analisadas no plano das ideias, mas devem ser explicadas "como resultado da própria prática burguesa que só poderiam ser 'eliminadas' com a transformação da prática que as engendram." (TULESKI; FRANCO, 2015, p. 29). A análise sobre como a sociedade capitalista é fundamental não apenas na relação campo-cidade, mas, principalmente, por que e para que ela é útil na consolidação e perpetuação.

Procuramos encontrar os aspectos que evidenciem a inter-relação entre campo e cidade em sua unidade dialética, não de forma isolada, mas é relevante destacar que a "categoria da totalidade não pode ser compreendida como a justaposição das partes que a compõem, implica antes na descoberta das relações contraditórias estabelecidas entre as partes." (LACÉ, 2016, p. 46). Este foi o anseio que permeou a discussão de campo e cidade, explicando sua relação sem justapor características, mas sim analisando a relação que os condicionam, entendendo que a essência "não é a totalidade mecânica, nem tampouco é a simples associação das propriedades e dos aspectos do objeto, mas sua unidade dialética, um todo dialético, cujos aspectos encontram-se em correlação e interdependência necessárias e naturais." (CHEPTULIN, 2004, p. 321)

Para apreender a totalidade é preciso ultrapassar a identificação de aspectos existentes na realidade, e buscar compreender sua unidade, aquilo que permite analisar as correlações necessárias para sua consolidação, procurando observar a essência que explica o campo e a cidade em sua inter-relação. Um aspecto fundamental para construir está análise na sociedade capitalista perpassa pela compreensão da divisão social e territorial do trabalho que se complexifica, e na medida em que isto ocorre vai configurando a forma como tanto campo e cidade são utilizados para garantia da maior exploração do trabalho, pois

> Por meio da divisão do trabalho, já está dada desde o princípio a divisão das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, o que gera a fragmentação do capital acumulado em diversos proprietários e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, assim como as diferentes formas de propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho e a acumulação aumenta, tanto mais aguda se torna essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 72)

É essencial a análise sobre como essa fragmentação interfere na dinâmica da relação campo-cidade, e desvendar as nuances de como a divisão social e territorial do trabalho consolidam a exploração do capital na sociedade capitalista. Em uma análise geográfica é essencial considerar esta divisão, pois o "[...] discurso geográfico se sedimenta no poder especializado da divisão social e territorial do trabalho, em bases capitalistas de produção." (CONCEIÇÃO, 2013, p. 47). Logo, o entendimento dessa divisão auxilia a análise de campo e cidade, tão caros para a Geografia.

Nosso propósito foi analisar as transformações que nos permitem explicar a transição ideológica que fortalece a ideia de superioridade da cidade em relação ao campo, para entender a dialetização da relação campo-cidade em prol do processo de acumulação do capital.

Algumas questões nortearam a construção desta pesquisa: O que se esconde por trás da construção de um ideário de cidade e campo? Por que é necessário diferenciar as relações sociais que ocorrem nesses espaços? Como campo e cidade são apropriados para a acumulação do capital? De que forma a divisão social e

territorial do trabalho e a sua mobilidade auxiliam na compreensão da relação campo-cidade?

Explicar a configuração da relação campo-cidade para a reestruturação do processo de acumulação do capital foi fundamental para construir a análise proposta considerando que estes dois espaços são produzidos socialmente e apresentam nuances que estão vinculadas nos diferentes momentos históricos, pois

> Em um mesmo espaço, coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos em diferentes ritmos e coexistências nos lugares, o que resulta em espaço(s), geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades. O espaço é um produto histórico." (CONCEIÇÃO, 2014, p. 28)

A complexidade desses espaços geográficos é notória, por isso na tentativa de aprofundar o conhecimento sobre a temática perpassou por analisar como se consolida a relação campo-cidade no Brasil. De que maneira os projetos de desenvolvimento implementados no Brasil garantem a ampliação da acumulação de capital nestes espaços? E, qual a dinâmica da relação campo-cidade em meio a consolidação do capital financeiro e a política neoliberal?

Para além de campo e cidade, é fundamental perceber as relações que consolidam estes espaços na sociedade capitalista, entendendo a dinâmica que se estabelece para garantir a acumulação do capital e a intensificação da exploração do trabalho. Concordamos com Leitão (2007, p. 70-71), quando afirma que

> O conhecimento humano desenvolve-se em estreita sintonia com a organização social da nossa espécie. As ciências naturais e as próprias ciências "humanas" são ferramentas que servem à transformação da realidade exterior e de nós próprios, visando à sobrevivência do homem sobre a face da Terra. Assim, a pluralidade de ideias e doutrinas que tratam de descrever e explicar as obras artísticas e culturais também reproduz, sob certa medida, o profundo conflito ideológico engendrado por uma sociedade de classes, na qual não apenas os bens materiais, mas o próprio universo simbólico das pessoas torna-se objeto de uma acirrada disputa entre os segmentos sociais mais privilegiados (os patrícios romanos, o alto clero, a nobreza feudal, a corte vitoriana, a alta burguesia industrial e financeira, a *intelligentsia* a elas associada, etc.) e aqueles ditos *excluídos* (os escravos romanos, os camponeses e servos da Idade Média, os trabalhadores fabris da Europa industrial, os lavradores sem-terra do Brasil contemporâneo, etc.). (grifos do autor).

O conhecimento sobre campo e cidade carrega em si elementos do processo histórico do qual são resultantes, bem como a carga ideológica que está imersa na forma como estes espaços são assimilados no cotidiano, ultrapassa os limites que pontuam as diferenças neles existentes como consequência de características naturais, para evidenciar que são espaços produzidos socialmente, e que apresentam contradições que demonstram como as desigualdades do modo de produção capitalista se materializam no espaço.

A relação campo-cidade é antes de tudo a materialização no espaço da divisão social e territorial do trabalho, evidenciando as contradições imanentes e servindo de garantia para o processo de acumulação de capital, o que ocorre com a participação indispensável do Estado, na condição de garantidor da manutenção das estruturas desiguais da sociedade capitalista.

A construção da pesquisa foi resultado de um longo período de estudo e análise de aspectos da realidade que permitiram desenvolver uma explicação da relação campo-cidade considerando a complexidade que envolve compreendê-la em sua totalidade, sem ignorar as contradições nas quais estão inseridas, partindo da investigação de como a sociedade produz tudo o que necessita, apropriando-se do que lhe convém em decorrência dos interesses estruturantes da forma como está organizada. Especialmente, na sociedade capitalista, evidencia-se a materialização no espaço das condições necessárias para a efetivação do ciclo do capital, as quais são marcadas por desigualdades, onde as contradições são observadas tanto nas estruturas como nas relações sociais de produção.

Para a sistematização do conhecimento sobre a relação campo-cidade, o objetivo foi construir uma análise crítica que possibilitasse explicar a relação campo-cidade em sua totalidade, considerando que o conhecimento “resulta de construção efetuada pelo pensamento e suas operações; e consiste numa ‘representação’ mental do concreto (...), representação esta ‘elaborada a partir da percepção e intuição’” (PRADO JR., 19??, p. 9). Logo o conhecimento é produzido a partir de análises que consideram o abstrato e o concreto, de forma a explicar a realidade. A investigação do campo e da cidade como espaços produzidos socialmente permitiu a construção do conhecimento que auxiliou a compreensão dos processos que

envolvem a temática pesquisada, de forma a articular o todo e as partes para explicar a realidade.

A pesquisa foi, portanto, estruturada a partir do método do materialismo histórico e dialético, buscando a essência e a aparência que definem a relação campo-cidade, inserida na produção contraditória e desigual inerente a sociedade capitalista. A análise foi desenvolvida a partir de uma base teórica e conceitual, associada à investigação sobre como esses processos se materializam no Brasil ao longo do tempo histórico.

Na construção da Tese não se propôs realizar um estudo de caso específico, tal escolha é fundamentada na proposta de explicar a relação campo-cidade como um processo, que mesmo apresentando especificidades locais, se insere em uma lógica que pode ser compreendida a partir da análise de como o processo de materialização das condições de exploração do trabalho se efetivam tanto no campo e na cidade. Por isso considerou-se alguns aspectos das transformações que ocorreram no período de consolidação do capitalismo, bem como no Brasil para investigar como e porque a relação campo-cidade se estabelece, de forma a possibilitar a consolidação da lógica do capital, promovendo ao longo do tempo histórico, transformações nesses espaços.

Para a consolidação do capitalismo no Brasil as transformações no campo e na cidade se constituíram como fundamentais na construção das bases para a efetivação do ciclo do capital, associado a divisão social e territorial do trabalho, sem no entanto, evitar as contradições que lhes são inerentes. Nesse sentido, foi indispensável demonstrar como o Estado favoreceu o avanço do capitalismo no país, fornecendo as condições necessárias para permitir a ampliação e acumulação do capital.

Continuamente construiu-se a base teórica e conceitual que subsidiou a discussão desenvolvida ao longo da Tese. Para tanto foram realizadas pesquisas bibliográficas diante da complexidade da temática os critérios de escolha para a construção do referencial teórico foi aleatória, agregando a construção da Tese o material que contribuiu para a construção da pesquisa. Neste processo, começamos pelo levantamento de referências na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, e em diferentes acervos digitais, tais como: Biblioteca Digital de Teses e

Dissertações da USP, no Portal Domínio Público que possui Biblioteca Digital do Governo Federal, Repositório Institucional da UFAL, arquivos da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Repositório de Conhecimento do IPEA, Repositório FGV (Fundação Getúlio Vargas), Organizações & Sociedade – Portal de Periódicos da UFBA, Biblioteca Digital - BNDES Setorial, dentre outras, que associadas ao acervo pessoal e ao da orientadora, professora Doutora Alexandrina Luz Conceição, permitiram encontrar uma vasta literatura que auxiliou a construção da análise teórica e conceitual que sustentam a argumentação desenvolvida na Tese.

Utilizamos, ainda, artigos publicados em diversos periódicos, como: Revista Terra Livre, Revista Geonordeste - UFS, Meridiano – Revista de Geografia, Revista OKARA: Geografia em debate, MERCATOR – Revista de Geografia da UFC, Revista Espaço & Debates – USP, Agrária – Portal de Revistas da USP, Revista Pegada – UNESP, Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, Boletim Gaúcho de Geografia, revista Contra a Corrente, Sitientibus – Revista da UEFS, Revista de Sociologia e Política, Tempo Social: Revista de sociologia da USP, RAP – Revista de Administração Pública, a Revista Eletrônica Arma da Crítica, Revista de Estudos Amazônicos (Somanlu), possibilitando a análise de referências bibliográficas que coadjuvassem para a construção da Tese.

Inicialmente o levantamento da pesquisa bibliográfica foi possível construir as bases para a análise dos conceitos de campo e cidade evidenciando-os como dinâmicos e apontando as bases ideológicas para a separação entre eles, que está assentada na conveniência para atender aos interesses do capital, a análise sobre como a materialização das relações de trabalho, mediante sua divisão social e territorial favorece a separação campo-cidade. Neste processo, foram fundamentais os debates realizados com minha orientadora, Alexandrina, e também as discussões no Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais que permitiram o aprofundamento das análises aqui desenvolvidas.

A consolidação da análise que se desenvolveu com o aprofundamento do levantamento bibliográfico sobre como campo e cidade, a partir do qual foi possível fundamentar a discussão aqui proposta, possibilitando explicar como se estabelece a relação campo-cidade e como a atuação do Estado, a dinâmica do ciclo do capital

e as transformações produzidas mediantes as alterações no processo de acumulação foram essenciais para a construção da Tese.

Realizou-se uma pesquisa documental, especificamente sobre as Constituições Brasileiras, na Biblioteca Digital do Senado Federal, foram analisadas as seguintes Constituições: Império, 1824-1889; República, 1981-1930; Revolução de 1930, 1934-1937; Estado Novo, 1937-1945; Redemocratização, 1946-1967; Revolução de 1964, 1967-1987; e, Redemocratização, 1988. Este levantamento foi realizado para analisar como a legislação favorece a realização de planos de ações do Estado na promoção de atividades que interferem na produção do espaço e na alteração das relações de trabalho, as quais auxiliaram a fundamentar a compreensão de como o Estado atua para o avanço da dinâmica capitalista, permitindo a análise sobre como esse processo interfere na relação campo-cidade.

Efetuamos uma seleção de dados e mapas. Os dados estatísticos foram obtidos a partir de fontes como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, através dos quais pode-se fazer um levantamento dos dados populacionais e de produção e organização do espaço no Brasil, o que possibilitou a análise das transformações que ocorreram nas dinâmicas urbanas e rurais no país ao longo das últimas décadas. Com os dados foram elaborados gráficos para análise das informações. Utilizou-se, ainda, mapas elaborados pelo IBGE que retratam a espacialização no território brasileiro de aspectos aqui estudados, como ocupação de terra pela agricultura; produção de soja no país; comercialização de defensivos agrícolas; e, urbanização. O Atlas do Brasil – disparidades e dinâmicas do território, também foi fonte de mapas usados na Tese. O material fotográfico e a imagens utilizadas no desenvolvimento das análises foram obtidos através da pesquisa em diferentes sites.

Foram elaborados os mapas de uso e ocupação do solo dos três municípios brasileiros com maior produção de soja no país, dados referentes ao ano de 2018, que são: Formosa do Rio Preto e São Desidério, municípios do estado da Bahia e Nova Mutum, município de Mato Grosso. Os produtos cartográficos para caracterização do uso e cobertura dos municípios foram adquiridos na base do projeto MAPBIOMAS, que compreende uma iniciativa com a colaboração de vários pesquisadores para o mapeamento anual de todo território nacional desde 1985, os

dados foram inseridos no software ArcGIS Desktop Advanced, licença de número (ESU063288061), onde foram feitas as etapas de corte dos arquivos raster, ajustes das coordenadas e posterior definição das classes e finalização do layout dos mapas com as respectivas padronização cartográfica, por Nerivaldo Afonso Santos.

Através dessa investigação foi possível construir a análise desenvolvida ao longo da Tese, interpretando a relação campo-cidade a partir de uma base teórico-conceitual, associado à realidade da produção desses espaços no Brasil, como forma de explicar as transformações no processo produtivo no campo e na cidade, evidenciando que as mudanças estão atreladas ao nível de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A Tese está dividida em sete capítulos, nos quais foram realizadas as análise sobre a relação campo-cidade, especificamente na dinâmica da sociedade capitalistas, refletindo sobre como a produção desses espaços atende aos interesses do capital e tem rebatimentos nas características estruturais e socioeconômicas neles implementas e nas transformações que ocorrem no decorrer do tempo.

No primeiro capítulo tem-se a **Introdução**, na qual buscou-se situar o objeto de pesquisa da Tese, apresentando a forma como a análise foi desenvolvida, a problematização e os objetivos que nortearam a discussão, apontando a necessidade de uma investigação crítica, que permitiu identificar aspectos fundamentais para entender como a relação campo-cidade se estabelece.

O segundo capítulo, **O campo e a cidade no processo de acumulação do capital,** realizamos uma discussão dos aspectos conceituais sobre o campo e a cidade, considerando-os como espaço em movimento, sendo transformados de acordo com os interesses da sociedade que os produz. Desenvolve-se uma análise sobre a conveniência do capital da separação campo-cidade.

No terceiro capítulo a discussão é desenvolvida sobre **A consolidação do capital e a mediação campo-cidade** considerando que a produção do campo e da cidade atendem as demandas do capital, especialmente investigando como a materialização das relações sociais de trabalho e sua divisão social e territorial se efetivam, promovendo transformações nesses espaços. Para a construção dessa

análise considerou-se aspectos do processo histórico de consolidação do modo de produção do capitalista, o que permitiu evidenciar as mudanças impostas ao campo e a cidade para que os mesmo sejam apropriados para o avanço do capitalismo, tendo a compreensão que o trabalho se constitui como fundamental para a realização desse processo, especialmente demonstrando como a mobilidade interfere na dinâmica no campo e na cidade.

No quarto capítulo, **A conduta do Estado na urdidura do capital** desenvolve-se a análise sobre a atuação do Estado para garantir a efetivação do processo de acumulação do capital. Especificamente investigamos como a dinâmica do Estado brasileiro interfere na dinâmica da relação campo-cidade no país, demonstrando a sua participação nos processo de industrialização e modernização no Brasil e os rebatimentos para as transformações no campo e na cidade.

O quinto capítulo, **O ciclo do capital, as diretrizes do neoliberalismo, capital financeiro e a produção do espaço,** desenvolveu-se uma análise sobre a produção do espaço, especialmente com a atuação do Estado neoliberal e a influência do capital financeiro na dinâmica do processo produtivo o que promove modificações para garantir a acumulação do capital, de forma a potencializar o ciclo do capital (produção-distribuição-circulação-consumo), o que condiciona a processo atual, interferindo na relação campo-cidade.

No sexto capítulo, **Campo e cidade a serviço do capital**, aprofundou-se a discussão sobre o processo de produção do campo e da cidade no Brasil, demonstrando como esses espaços estão sendo apropriados para atender aos interesses da lógica do capital, o que promove transformações tanto no campo quanto na cidade, proporcionando à ampliação da capacidade de acumulação do capital, atendendo aos interesses do modo de produção vigente, especialmente diante das imposições proveniente da lógica do capital financeiro.

As **Considerações Finais – Uma síntese necessária, pois o processo não para,** demonstram que as transformações produzidas no espaço são produzidas para garantir sua para a lógica do capital, de modo a possibilitar a contínua efetivação do modo de produção capitalista, no qual a desigualdade e as contradições são intrínsecas, e se efetivam com as dinâmicas diferentes impostas

ao campo e a cidade, e fundamentalmente para as condições de exploração do trabalho, pois é dela que o capital necessita para se reproduzir. Evidenciando que diante das desigualdades a atuação do Estado se constitui como fundamental para garantir o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

CAPÍTULO II

2 O CAMPO E A CIDADE NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Campo e cidade formam uma unidade dialética, portanto buscou-se neste capítulo refletir sobre esses espaços, com o propósito de desvendar a aparência e a essência neles envoltas, partindo da compreensão de que não se trata de um ou do outro, mas sim de como estes dois conceitos encontram-se intercalados, e que só podem ser analisados se forem considerados em sua completude.

Para explicar a realidade, especificamente na sociedade capitalista, é necessário partir do real, o qual é produzido alicerçado nas contradições marcadas pelo antagonismo entre as forças produtivas e a relações de produção, nas quais estão assentadas as bases para a compreensão da realidade, o que difere de outras perspectivas de análise, por ser balizado no materialismo histórico dialético. Identificar e analisar as contradições, ver além da aparência, procurando a essência da própria realidade. Neste sentido, deve-se considerar as relações sociais que fornecem as bases para entender a realidade, uma vez que estas relações são estabelecidas com o avanço das forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, altera-se a maneira de ganhar a vida, transformando todas as suas relações sociais. (MARX, 2009). Ao transformarem as relações sociais e de produção vão definindo as bases para a produção do espaço.

A importância das forças produtivas está no fato de que, na medida em que a sociedade as produz amplia a possibilidade de realizar transformações, as quais não se restringem aos aspectos sociais, mas também as alterações que são realizadas no espaço para a efetivação dos avanços produtivos. Neste intuito, a princípio evidencia-se que estes espaços são resultantes da forma como a sociedade se apropria e os transforma para atender suas demandas, em um processo dinâmico que envolveu aspectos da relação homem-natureza em sua produção.

Ao estabelecer-se no campo e/ou na cidade, a sociedade está criando as condições para sua sobrevivência e para a sua reprodução. Nestes espaços são materializadas as estruturas necessárias para o seu desenvolvimento, pois a "sociedade modela tudo o que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas." (DEBORD, 1997, p. 112). Para realizar o processo produtivo o espaço é apropriado e utilizam-se os recursos naturais de forma a adequá-los aos seus interesses.

O campo e a cidade são produzidos socialmente atendendo ao modo de produção do qual são decorrentes, suas características são definidas neste processo, variando de acordo com as necessidades que lhes são impostas. Para serem entendidas precisa considerar que o processo de produção "é, em todos os graus da evolução social, uma unidade formada por dois elementos distintos, embora intimamente relacionados: as condições técnicas e as sociais, isto é, da relação dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si." (LUXEMBURG, 1983, p. 12). Esta relação subsidiará a forma como os espaços são apropriados para garantir o desenvolvimento da sociedade, de acordo com sua estrutura.

Na sociedade capitalista, estes espaços são produzidos para garantir a acumulação cada vez mais intensa do capital, sendo adequados para este fim, apresentando características que evidenciam as desigualdades das quais é decorrente, o que auxilia a compreensão dos aspectos que os diferenciam, não simplesmente por suas estruturas físicas, mas por sua utilidade para a reprodução do modo de produção capitalista.

2.1 CAMPO E CIDADE: ESPAÇOS EM MOVIMENTO

A simples diferenciação dos atributos quantitativos entre campo e cidade não é suficiente para possibilitar a análise da relação entre estes espaços. Nas palavras de Williams (2011, p.11), a "[...] vida do campo e da cidade é móvel e presente:

move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões". O ponto de partida é considerar campo e cidade como espaços em movimento. Qual a mola propulsora deste movimento? Consideramos que a compreensão de como se desenvolvem as relações sociais possibilita a análise da questão, do como e por quê as mesmas se estabelecem e vão pautando a lógica de como campo e cidade são produzidos no decorrer do processo histórico. Nesse sentido, é preponderante considerar que

> A hipótese fundamental da dialética é que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história. (LÖWY, 1999, p. 14)

É desta perspectiva que partimos: não há nada eterno, fixo ou absoluto, tudo se encontra em constante movimento, assim a realidade é pautada pelas transformações que ocorrem mediante os processos sociais que conduzem o fluxo da história, que é definido pela forma como a sociedade, a partir do trabalho, produz as suas condições de existência. Uma das formas de analisar a realidade é observando a materialização das transformações no espaço geográfico, que aqui é apontado a partir do campo e da cidade.

Ao considerar a separação, bem como a interdependência entre campo e cidade, evidenciam-se especificidades de cada qual, que permite estabelecer a relação entre o que está aparente e que distingue campo e cidade, com o que está oculto e que revela sua essência. A relação estabelecida segue o movimento do qual são resultantes, existem as condições naturais, que não são definidas pela ação humana, mas podem ser apropriadas por elas, e construído pelo ser humano no decorrer do tempo,

> Tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, existe e vive graças a um movimento qualquer. Assim, o movimento da história produz as relações sociais, o movimento industrial nos proporciona os produtos industriais etc. (MARX, 2009, p 122)

É o movimento que se estabelece na relação sociedade-natureza que vai proporcionar a produção das condições materiais de existência. O essencial para encontrar os suportes que definem a relação é o real, portanto, a análise deve

"começar de modo diferente: não com idealizações de uma ou outra ordem, e sim com a história." (WILLIAMS, 2011, p. 68). Temos que olhar para a história de modo a identificar os aspectos que definem as relações sociais, não como processos naturais, mas sim como construídos de acordo com as condições materiais existentes, porque,

> Nor should one imagine *historical necessity* as the model of the natural law, as capital-apologists like to misrepresent the claimed eternal validity of their own system, while falsely accusing Marx, in his view of the world, of being an "economic determinist." In Marx's dialectical conception, the unfolding phases of historical necessity are envisioned as, in due course, necessarily "vanishing necessity," and the social structures—described by him as "constantly evolving out of the life-process of definite individuals"-are subject to the deepest historical qualifications. (MÉSZÁROS, 2011b, s/p.)[2]

Considerar as transformações sociais como se fossem condição natural, e não como produzidas para prover as necessidades estabelecidas em decorrência da estrutura social, escamoteia a essência que se realiza no processo de produção, o qual está em constante movimento e produzem de forma contínua mudanças, que são definidas pelas condições sociais e históricas de cada período, e não pelos aspectos naturais, uma vez que "toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade." (MARX, 2011, p. 43).

O homem é o sujeito do processo, capaz de produzir as condições necessárias para sua existência, sendo "a força motriz que põe em movimento suas forças naturais e intervém na natureza, produzindo um conjunto de fenômenos que condicione a apropriação da matéria natural transformada para a sua sobrevivência." (BARRADAS, 2014, p. 29). Por isso, não se pode considerar a realidade sem que apontemos para sua dinamicidade, para não incorremos no risco de desenvolver uma análise que não permita entender os processos dos quais ela é decorrente, pois

[2]Da mesma forma, a necessidade histórica não pode ser concebida segundo o modelo da necessidade natural, como gostam de fazer os apologistas do capital, concebendo de forma errónea a validade eterna do seu sistema, ao mesmo tempo que acusam Marx de ser, na sua visão do mundo, um *determinista económico.* De acordo com a concepção dialética de Marx, a necessidade das fases históricas que se vão revelando é obrigatoriamente uma *necessidade evanescente* e as estruturas sociais – que ele descreve como *evoluindo constantemente a partir do processo vivencial dos indivíduos concretos* – estão submetidas aos mais profundos limites históricos. Tradução Miguel Queiroz.

> Enquanto encaramos as coisas como inertes e inanimadas, cada uma para si, uma ao lado da outra e uma depois da outra, de fato não depararemos com contradições entre elas. Encontramos nelas certas propriedades – em parte comuns, em partes diferentes e até contraditórias entre si –, mas, nesse caso, distribuídas em coisas diferentes e, portanto, não contendo nenhuma contradição em si. (...). Porém, tudo muda completamente de figura assim que examinamos as coisas em seu movimento, em sua mudança, em sua vida, na incidência recíproca umas sobre as outras. Nesse caso, envolvemo-nos imediatamente em contradições. O próprio movimento é uma contradição; o simples movimento mecânico de um lugar para outro só pode se efetuar de tal modo que, no mesmo momento, um corpo está num lugar e simultaneamente está em outro, um corpo está no mesmo lugar e não está nele. E o contínuo pôr e a simultânea resolução dessa contradição são precisamente o movimento. (ENGELS, 2015, p. 151)

Identificar propriedades da realidade de forma isolada, impede a análise desta em seu movimento, apresentando-as como independentes impossibilita a identificação de contradições, que só podem ser encontradas quando se considera que tudo está em processo contínuo de mudança, as quais vão além dos aspectos cristalizados em formas ou perspectivas de análise que não concebem este movimento. Por isso, é relevante entender que o real não “é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza.” (CHAUÍ, 2004, p. 8). A análise desta relação é que permite entender como os processos ocorrem.

No movimento a interação com a natureza é fundante e possibilita a ampliação da capacidade de transformação. No que se refere ao campo e a cidade é preciso considerar que estes espaços são produzidos em virtude da ação da sociedade, enfatizando que para produzir as condições para sua existência ela transforma aquilo que for necessário, de modo a atender suas demandas. Por isso é importante ponderar que

> o campo e a cidade são produtos da ação das sociedades humanas, mas, simultaneamente, são produtos que comportam as próprias condições materiais da reprodução de sujeitos sociais que eventualmente podem se encontrar em oposição no interior dessas mesmas sociedades. Via de regra, o campo representa o isolamento e a dispersão e a cidade, o encontro e a aglomeração, a centralidade. Eis que essas características são forças produtivas combinadas e investidas no processo mais amplo de reprodução e transformação da totalidade social. (FRABETTI, 2006, p. 145-146)

Ao identificar características reais que distinguem campo e cidade, é preciso reconhecer que as mesmas são resultantes do desenvolvimento das forças produtivas, e como tem rebatimento no espaço, especificamente quando se reflete sobre campo e cidade e o predomínio da compreensão destes como opostos. Esse antagonismo se baseia no entendimento de que

> A oposição entre campo e cidade faz parte de algo indispensável ao modo de produção capitalista, a divisão do trabalho. E à medida que avançam as técnicas, a divisão torna-se mais eficiente na garantia da acumulação do capital. Deste modo, campo e cidade, como espaços onde é materializado o trabalho, também se diferenciam para atender às demandas de cada período histórico, sendo necessário compreender por que estão em condições distintas. (LIMA, 2012, p.44)

O ponto fundamental para analisar o porquê dessa separação é sua expressiva funcionalidade no capitalismo, ao adequá-los para a demanda do capital no processo de acumulação, para sua reprodução e sua funcionalidade. É no capitalismo que se explica a escala da divisão geral do trabalho, o qual "está historicamente fundamentado sobre a divisão entre indústria e agricultura." (SMITH, 1988, p. 164). Sendo, portanto, indispensável considerar a divisão do trabalho, especialmente, por que a "base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo." (MARX, 2013, p.426). [3]

No campo e na cidade pode-se notar o movimento no qual a sociedade está inserida, e carrega em si as condições da própria vida, pois "– A vida é essencialmente Vontade e Movimento: e naquele pedaço de terra, plantado de milho, vai todo um mundo de impulsos, de força que se revelam, e que atingem a sua expressão suprema, que é a Forma..." (QUEIRÓS, 2007, p. 215). Nas palavras de Eça de Queirós, identificamos um exemplo de como o fluxo e os anseios se materializam, logo as características que se evidenciam no espaço demonstram a aparência que existe, cumpre-nos, no entanto, desvendar sua essência.

[3] A análise será aprofundada no capítulo III, pois antes de percorrer as nuances do trabalho como base para a compreensão da divisão entre campo e cidade, desenvolveremos uma apreciação sobre espaço e natureza, para principiar uma das características que é comumente utilizada para distinguir campo e cidade, onde aspectos naturais são apontados como base para a diferenciação entre estes espaços.

Como afirmamos a relação campo e cidade só pode ser analisada na medida em que considera o movimento que a produz. Numa sociedade capitalista marcada pelas contradições, separa-se para unir, a estrutura apresenta particularidades, que estão atreladas ao modo de vida e ao processo produtivo, mas essas são capturadas pela lógica do capital, assim “não há a menor dúvida de que a separação entre a cidade e campo mutila e bloqueia a totalidade social; ela depende da divisão do trabalho material e intelectual que encarna, que projeta sobre o território.” (LEFEBVRE, 2001, p. 49). Analisar a totalidade da relação campo-cidade permite perceber que a “separação” é a expressão do que é conveniente para manter o processo de exploração do trabalho, que ocorre nos dois espaços e que é condição para a perpetuação do processo de acumulação. É no espaço que se efetivam as formas de exploração do trabalho e dos recursos naturais para a materialização do capital, por isso campo e cidade, em suas particularidades, são resultantes do processo de avanço do modo de produção capitalista.

2.1.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E O PROCESSO DA PRODUÇÃO SOCIAL NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Explicar a dinamicidade na qual se insere campo e cidade é importante para analisar como ao longo do processo histórico eles são produzidos. Neste intuito, começamos por considerar dois conceitos fundamentais, espaço e natureza, os quais nos dão suporte para compreender a inter-relação entre estes.

Partimos da perspectiva de que o espaço geográfico é produzido socialmente, pois na medida em que a sociedade humana se estabelece e cria as condições para sua existência vai construindo no espaço os atributos que são necessários para atingir seus objetivos, por isso

> Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169).

As relações que se estabelecem são as definidoras de como o espaço será produzido e apropriado, o que implica em um processo dinâmico, que se altera em decorrência das necessidades humanas. Desse modo, ao se fixar no espaço e fundar as bases para a sociedade, às características visíveis são um reflexo de como ocorre esta apropriação para a manutenção das condições de existência da humanidade, assim pode-se verificar que

> Desde a mais tenra existência humana, indivíduos constroem uma relação social que também é espacial. Assim as comunidades tribais da chamada Pré-História organizavam-se em áreas de dimensões restritas, porém com propósitos coletivistas, o que acarretava a edificação de obras, cujo acesso fosse assegurado a todos que pertenciam a mesma. A produção espacial, inserida no bojo do conteúdo das relações sociais de um determinado período é, portanto, ontológica ao ser social (LIMA & CONCEIÇÃO, 2010, p. 84).

Ao construir uma relação social o homem também produz no espaço as bases para o convívio em sociedade, delimitando áreas que servirão para a realização de atividades econômicas, outras para moradia, ou inúmeras atividades que são materializadas no espaço para garantir sua existência, o que varia de acordo com as necessidades de cada período e da forma como a sociedade está estruturada. O espaço geográfico precisa ser considerado não como algo que é extrínseco a dinâmica social, mas como seu produto. Logo,

> A ideia de exterioridade do espaço geográfico em relação ao homem contrapõe-se a ideia de produção humana, histórica e social. O espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana. O trabalho, como atividade do homem, tem caráter intencional e voluntário, o que implica a transformação do objeto em algo apropriado; o processo produtivo é assim um processo de produção concreta, nascida do trabalho; uma resposta do homem as suas necessidades. A satisfação das necessidades de sobrevivência do homem e da reprodução da espécie coloca-se como a condição do processo histórico (CARLOS, 2008, p. 33).

É no espaço que podemos observar como a atividade humana se materializa, sendo que com o trabalho o homem transforma-o, de modo a possibilitar a satisfação de suas necessidades, evidenciando como se estabelece a sociedade, especificamente no campo e na cidade como espaços para a efetivação da divisão social e territorial do trabalho. Pode-se observar características que predominam em um ou em outro como resultantes da produção destes espaços, pois

> A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande parte, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção do espaço (HARVEY, 2006, p. 149).

A construção de infraestruturas físicas e sociais no campo e na cidade é essencial para a manutenção da lógica que predomina na sociedade, a qual define como e por que tais características existem. Ao considerar espaço como sendo produzido não se pode ignorar que o homem promove transformações na natureza no decorrer deste processo.

> O conceito marxista de relação natureza-homem é muito mais apropriado que outros conceitos para compreender as contradições e a dinâmica da relação social entre o ser humano e a natureza, quer dizer, da relação entre a economia, a sociedade e o meio ambiente. A principal razão consiste em ver o ser humano trabalhador como alguém que transforma a natureza e, portanto, está incluído em um metabolismo de natureza-homem que, por um lado, obedece às leis da natureza quase-eternas e, por outro, está regulado pela dinâmica da formação social capitalista. (ALTVATER, 2006, p. 346)

A relação do ser humano com a natureza possui aspectos que definem o modo como, através do trabalho, o homem a transforma, sem, no entanto, ignorar a existência das leis da natureza, e como no decorrer do tempo o homem consegue encontrar as formas para uma melhor utilização das condições naturais pré-existentes de modo a potencializar sua sobrevivência. Esta discussão é relevante, pois, muitas vezes, o campo é associado aos atributos da natureza e a cidade como espaço humanizado. No entanto, não é esta simples distinção que possibilita a compreensão destes espaços.

Ciente de que a realidade é construída numa interação que resulta em transformação, com o processo de produção do espaço a natureza também é modificada, na forma como a sociedade aprende a utilizá-la e adequá-la às suas necessidades, de modo a potencializar suas qualidades em favor da efetivação de sua condição de existência.

As características da natureza são importantes para o desenvolvimento da sociedade, mas a capacidade humana de interagir e transformá-las é que possibilita

a sua compreensão enquanto movimento. O que pode ser evidenciado tanto no campo como na cidade em suas inter-relações.

Foster (2010), ao analisar como a natureza é abordada por Marx fornece importante argumento para auxiliar na compreensão da relação homem-natureza, em uma perspectiva crítica, afirmando que

> A partir dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, e pelo resto da vida Marx sempre tratou a natureza, na medida em que ela entrava diretamente na história do homem através da produção, como uma extensão do corpo humano (isto é, o corpo inorgânico da humanidade). A relação humana com a natureza, segundo esta concepção, era mediada não só através da produção, mas também, mais diretamente, por meio dos instrumentos – em si um produto da transformação humana da natureza através da produção – que permitiam à humanidade transformar a natureza de modos universais. Para Marx, a relação era claramente uma relação orgânica, mas que transcendia fisicamente, ao mesmo tempo em que estendia na prática, os próprios órgãos do corpo dos seres humanos – daí a referência à natureza como o corpo inorgânico do homem. (FOSTER, 2010, p. 107).

O homem desenvolve sua condição de vida através da produção e também de sua inter-relação com a natureza, com a criação de instrumentos que garantem este processo amplia a capacidade de transformação da natureza, sendo uma relação orgânica, a qual rege as mudanças que são produzidas.

> As categorias básicas da crítica marxista da economia política com respeito à relação da sociedade com a natureza estão orientadas para a compreensão do metabolismo, isto é das transformações da matéria em energia, o papel crucial das necessidades humanas, o caráter dual do trabalho e da produção, a dinâmica das crises econômicas e sociais, a valorização do capital, a acumulação e expansão (globalização), a entropia e a irreversibilidade. (ALTVATER, 2006, p. 329)

O metabolismo das transformações é inerente ao processo que envolve a relação sociedade-natureza, pois além das características da natureza é primordial pesar a capacidade do homem de interferir em sua dinâmica. Reconhece-se, assim, a importância do ser humano no processo de alteração da natureza para construir suas condições de vida, deste modo, é relevante considerar que

> Por um lado, a natureza não pode ser reduzida à história humana. Por outro, a natureza como a percebemos não pode ser facilmente dissociada da história humana e da atividade dos seres humanos ao

> se desenvolver com uma dada divisão do trabalho, envolvendo relações específicas com a natureza. (FOSTER, 2010, p. 167).

É importante levar em conta que as leis naturais independem da ação humana, porém não é possível ignorar que a atividade humana é capaz de interferir na dinâmica da natureza, especialmente ao desenvolver a partir da divisão do trabalho a capacidade de transformação, no processo de correlação e não de determinação de um sob o outro.

Em particular, na sociedade capitalista, campo e cidade são produzidos para potencializar a capacidade de acumulação deste modo de produção. Os aspectos, quantitativos e qualitativos revelam que não são estáticos, mas a dinamicidade do processo e a materialização nestes espaços é para garantir a maior exploração do trabalho.

> Para entender a natureza do sistema competitivo da propriedade burguesa, era necessário entender primeiro que tal competição representava um estágio avançado da divisão cidade e campo e que os competidores operavam através de um mercado mundial, sendo, portanto capazes de tirar vantagem de condições geográficas, geológicas e hidrológicas favoráveis. (FOSTER, 2010, p. 168).

O avanço da capacidade produtiva na sociedade burguesa evidencia o aumento da produção do campo e da cidade, otimizando nestes espaços a divisão social e territorial do trabalho. Para além do dualismo aparente entre sociedade e natureza, existe uma correlação entre ambos que é fundamental para compreender a realidade. Assim, “é difícil começar a partir de uma concepção implicitamente dualista do espaço e da sociedade e concluir *demonstrando* sua unidade” (SMITH, 1988, p. 123, grifo do autor), sendo aparentemente complexo afirmar a unidade do espaço e da sociedade, bem como da natureza e sociedade, porém é estritamente necessário entender que para a análise do processo de produção, a correlação entre natureza e sociedade é fundamental, pois no decorrer deste processo é que se estabelecem as condições para a consolidação da sociedade.

O modo de produção estabelece a forma como a natureza será apropriada, ao mesmo tempo em que também conduz o processo de produção do espaço geográfico. No entanto, é primordial considerar a relação sociedade-natureza em sua essência, para evitar a descrição dos aspectos que aparecem a princípio como

definidores desse processo, entender o movimento que os produz e que são socialmente construídos.

No movimento de produção social ocorre a apropriação da natureza, e a produção de espaços, distribuindo diferentes atividades para ampliar as possibilidades para atender a necessidade da divisão social e territorial do trabalho. O que temos, de fato, é a utilização dos recursos naturais de acordo como os interesses sociais, neste sentido, a materialização no espaço desta apropriação é visível no campo e na cidade e mostram que

> A apropriação da natureza pelo capital evidencia como partindo da lógica de poder e espaço são moldados os territórios de troca que no bojo da ampliação privatista neoliberal e sua correspondente feição de classe apontam para novos ajustes espaciais que intensificam a apropriação privada do espaço (território) resultado das mediações no âmbito das relações sociometabólicas de produção e reprodução. (DUTRA JR, 2015, p. 237)

Temos assim, o processo produtivo como a base para a forma como os aspectos naturais são aproveitados para sua exploração. Nesse sentido, destaca-se que o ser humano age no espaço, e a "exploração da natureza pelo homem é o reflexo da exploração real do homem pelos proprietários dos meios de produção. Se a integração da técnica na vida social fracassou, a culpa se deve a essa exploração." (BENJAMIN, 2007, p. 56). Essa exploração vai configurar o espaço, campo e cidade, e suas distinções que aparentemente os colocam como separados, mas que em si estão em contínua relação definida socialmente.

O avanço da produção capitalista possibilitou ampliação da utilização da natureza, mas também da própria dinâmica estabelecida pela sociedade. Assim campo e cidade vão sendo produzidos de forma a favorecer a consolidação do modo de produção, sendo que

> A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades tentaculares, aumentou maciçamente a população das cidades em relação à dos campos e, portanto, arrancou uma parte expressiva da população do embrutecimento da vida rural. (MARX; ENGLES, 2010, p. 31)

A configuração produzida no espaço, na cidade e no campo, possibilitou o avanço do capitalismo, afastando os aspectos mais humanos da sociedade, construindo espaços destinados a garantir o processo de acumulação do capital.

Campo e cidade foram transformados no decorrer do tempo histórico para atender aos interesses do capital.

Assim a produção do espaço no capitalismo, tem como foco principal as transformações produzidas no campo e na cidade para proporcionar tanto a consolidação do capitalismo como sua ampliação. Passando por uma contínua transformação para permitir a manutenção de sua lógica, em face às contradições que lhes são inerentes, as quais se materializam no espaço geográfico. Campo e cidade são espaços que apresentam aspectos que revelam como ambos foram apropriados na dinâmica social a eles imposta, como um quebra-cabeças, as peças se encaixam para garantir que neles se efetive aquilo que for conveniente.

2.2 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA SEPARAÇÃO CAMPO E CIDADE

As distinções entre campo e cidade podem ser facilmente apreciadas quando observamos nesses espaços características como, asfalto ou ausência dele, barulho ou silêncio, movimento intenso ou ritmo lento, esses são alguns exemplos que em sua maioria são imediatamente atribuídos a um ou ao outro. Mas, e o que há de semelhante? A apropriação da natureza, mediada pelo trabalho, é o que coloca a dinâmica social, tanto no campo, quanto na cidade, voltada para a reprodução das condições materiais da sociedade.

Apesar das diferenças que existem, o ponto comum que se observa está associado a como a sociedade estabelece sua relação com a natureza, produzindo premissas necessárias para sua efetivação. É possível observar que campo e cidade são geralmente caracterizados como espaço distintos, separados por aspectos que os colocam em lados opostos, mesmo apresentando uma mesma lógica para a reprodução da sociedade, a apreciação destes é feita como se houvesse um abismo que os separassem. É o desenvolvimento da capacidade humana de transformação da natureza que possibilita a construção desses espaços

com as características que possuem, muda em decorrência da forma como ocorre, e tende a ser balizado pela lógica econômica social implementada em cada momento.

Hodiernamente a cidade é considerada como o espaço de maiores possibilidades, nela concentram-se oportunidades de ampliação da capacidade de produção de riqueza, e o campo figura como coadjuvante no processo, mas sem perder seu valor. É importante, no entanto, reconhecer que o maior destaque para um, ou outro espaço não é condicionado naturalmente, e nem imutável. Nem sempre a cidade esteve no centro das atenções na dinâmica social, as diversas atividades realizadas nestes espaços deram a eles configurações distintas ao longo do tempo histórico. É interessante ponderar que, levando em conta o crescimento econômico vinculado à potencialidade das atividades que o dinamiza, o campo detinha relevância na dinâmica social se constituindo como espaço que comandava o crescimento, sendo as cidades extensões do domínio do campo onde a agricultura, era o 'senhor' das cidades" (GUIMARÃES, 1982). "Senhor das cidades" uma vez que era a agricultura a atividade dominante realizada no campo e se constituía a base para o crescimento, pois

> Desde suas distantes origens, no período neolítico, até sua idade de ouro, entre fins do século XVIII e meados do século XIX, a agricultura passou por épocas boas e más, de prosperidade e de declínio, sem pôr em risco, porém, os privilégios de que gozava como atividade dominante na sociedade (GUIMARÃES, 1982, p. 26).

Enquanto atividade que comandava o crescimento econômico, a agricultura proporcionou que o campo se consolidasse como espaço onde se efetivava o potencial do desenvolvimento da sociedade. Nele se estabeleceu a base para a prosperidade, mesmo com períodos de oscilação, era essencial na organização social estabelecida. Não obstante, o que se verifica é que a forma como o processo produtivo é articulado proporciona a este espaço uma condição favorável na dinâmica econômica durante séculos. Então podemos afirmar que o campo era o espaço de realização dos interesses econômicos, o que permite considerar que nem sempre foi sinônimo de atraso, ou de falta de possibilidades. No entanto, as mudanças na dinâmica da sociedade proporcionaram transformações, necessárias para estabelecer novos rumos no crescimento econômico.

> O campo estava imbuído em uma lógica feudal que o novo modo de produção empenhava-se em extinguir. As estruturas feudais

> tornaram-se incompatíveis ao desenvolvimento capitalista. As relações solidificadas durante séculos já não mais condiziam com as necessidades dessa nova sociedade que emergia (BAGLI, s/d, p. 2).

O processo de alteração de um modo de produção para outro trouxe consigo modificações também na forma como o campo e a cidade eram produzidos. O campo continuou sendo espaço de realização da agricultura, atividade fundamental para a sobrevivência, no entanto, a forma como se estruturava o modo de produção feudal não mais interessava diante das mudanças que estavam se consolidando.

Apesar do domínio do campo em relação à atividade econômica predominante, a cidade também se constitui como espaço de materialização das relações sociais e se configura de acordo com as características que apresentam no decorrer do processo histórico. As transformações que nela ocorrem são resultantes das mudanças que acontecem na medida em que as relações também são alteradas, o que ocorre de diferentes formas. A cidade também é resultante de várias modificações, onde

> Bem perto da origem, marquemos sobre o eixo a cidade política (...) que organiza uma vizinhança agrária, dominando-a. Um pouco mais longa, marquemos o aparecimento da cidade comercial, que principia relegando o comércio para a sua periferia (...). Vem a seguir um ponto crítico decisivo, onde a importância da produção agrícola recua diante da importância da produção artesanal e industrial, do mercado, do valor de troca, do capitalismo nascente (LEFEBVRE, 1969, p. 69-70).

Se o campo passou por momentos de prosperidade e declínio, a cidade também está em constante processo de mudança. Ambos estão atrelados às condições que se materializam no espaço para a realização social, o que se modifica em virtude das necessidades que a sociedade apresenta ao se desenvolver. De certo, as características destes são resultantes das transformações que ocorrem no processo produtivo, e não se resume ao aprimoramento técnico, mas sim as relações que se estabelecem entre os indivíduos na dinâmica predominante comandada pelo modo de produção em vigor. Verificamos que

> Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital,

> a cidade grande, uma forma distinta de civilização (WILLIAMS, 1989, p. 11).

As mudanças são realizadas, tanto no campo quanto na cidade, e não se restringem as alterações das atividades desenvolvidas, mas como e porque as mesmas foram efetivadas, o que varia e faz com que as configurações espaciais evidenciem como ocorre a produção destes espaços. As diferenças entre o período feudal e o capitalismo são apresentas sinteticamente por Laclau (1978).

> O modo de produção feudal é aquele em que o processo produtivo atua segundo o seguinte padrão: 1. o excedente econômico é produzido por uma força de trabalho sujeita à coerção econômica; 2. o excedente econômico é apropriado de forma privada por outro que não o produtor direto; 3. a propriedade dos meios de produção permanece nas mãos do produtor direto. No modo de produção capitalista, o excedente também está sujeito à apropriação privada mas, diversamente do que ocorre no feudalismo, a propriedade dos meio de produção é separada da propriedade da força de trabalho; é isto que irá permitir a transformação da força de trabalho em mercadoria e, com isso, o surgimento da relação salarial. (LACLAU, 1978, p. 39)

Se até então era no campo que se materializava de forma mais proeminente o crescimento econômico, a cidade começa a se constituir como espaço no qual a dinâmica se tornaria mais interessante para a reprodução das condições de acumulação do capital. Williams considera que, “nas relações entre campo e cidade, e entre berço e instrução, constato que se trata de uma história ativa e contínua: as relações não são apenas ideias e experiências, mas também de alugueis e juros, situações e poder – um sistema mais amplo” (WILLIAMS, 1989, p. 11).

A busca por esse sistema mais amplo é inquietante, e para entendê-lo é preciso considerar que no transcurso histórico, ao se estabelecer, a sociedade também constrói as formas de compreensão sobre a dinâmica na qual está inserida. Nesse ponto, antes de aprofundar na questão específica sobre o campo e a cidade, é primordial ponderar que

> [...] toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (MARX e ENGELS, 2007, p. 48)

Se nos defrontamos com uma sociedade que estava desenvolvendo um modo de produção diferente, além das perspectivas materiais para sua efetivação, era preciso para que se consolidasse que a mesma fosse compreendida com possibilidade, esta não poderia se estabelecer se não fosse aceita de modo geral como a expectativa para qual toda a sociedade deveria se encaminhar. A aceitação é construída também em um processo histórico, com a disseminação de ideias que garantam a interpretação mais conveniente da realidade.

> Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tornar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas. (CHAUÍ, 2004, p. 5)

A forma de apreensão de uma dada realidade é também resultante do processo histórico, não se explica o real simplesmente pelo imaginário, este é reflexo da realidade. Marx e Engels apontam que

> As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias se sua dominação. (MARX e ENGELS, 2007, p. 47)

Para Marx e Engels isso ocorre com o predomínio da concepção dominante, que consegue disseminar suas ideias. A leitura de Iasi (2007) auxilia a compreender que a ideologia está “profundamente ligada à divisão da sociedade em classes e a forma particular que a classe dominante elabora e difunde sua visão de mundo, buscando torná-la universal.” (IASI, 2007, p. 78) Tem-se, portanto, o estabelecimento de uma forma de compreensão da realidade que manifesta relações de uma classe em relação à outra, predominando a noção daqueles que subordinam os outros sujeitos sociais. A ideologia revela em sim o que a sociedade constrói, e

> Isto pode ser uma surpresa para muitos. No entanto, a verdade é que em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até

> distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade cientifica’. (MÉSZÁROS, 2012, p. 57)

A ideologia está presente na própria constituição da sociedade, exterioriza sua condição de existência, mesmo quando aparentemente não é perceptível, pois existe para perpetuar uma perspectiva que auxilie a manter as regras do jogo social construído ao longo do processo histórico.

A construção das ideias para explicar a realidade, no entanto, não se realiza de forma dissociada do que realmente existe, não sendo algo inerte ou independente, é na verdade uma elaboração para elucidar algo, mas com predomínio de um determinado posicionamento. A ideologia não é considerada como única e imutável, uma vez que

> As várias ideologias e formas de consciência a elas correspondentes não possuem história própria, não têm uma dinâmica independente de desenvolvimento, devendo ser entendidas como ligadas do modo mais íntimo com os processos de desenvolvimento da vida material dos indivíduos reais. (MÉSZÁROS, 2012, p. 110)

O substrato da construção ideológica está no desenvolvimento da sociedade e de sua forma de apreensão deste processo, numa perspectiva dialética é fundamental considerar as contradições que fazem parte do processo e, por conseguinte, levar em conta que não “existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias.” (LÖWY, 1999, p. 17). Löwy (1999) argumenta ainda que a existência de varias ideologias é o que ele denomina de visões social do mundo, e que “não são simplesmente uma ou outra ideia, uma mentira ou uma ilusão, são um conjunto muito mais vasto, orgânico, de valores, crenças, convicções, orientações cognitivas, de doutrinas, teorias, representações.” (LÖWY, 1999, p. 29). A perspectiva de que os pressupostos ideológicos são ilusões é recorrente, e precisa ser avaliada, pois

> Aqueles que se opõem à ideia de ideologia como falsa consciência estão certos ao observar que a ideologia não é uma ilusão infundada, mas uma sólida realidade, uma força material ativa que deve ter, pelo menos, suficiente conteúdo cognitivo para ajudar a organizar a vida prática dos seres humanos. Não consiste basicamente em um conjunto de proposições sobre o mundo; e muitas das proposições que ela de fato apresenta são realmente verdadeiras. Nada disso, porém, precisa ser negado por aqueles que sustentam que a

> ideologia com frequência, ou tipicamente, envolve falsidade, distorções e mistificações. Ainda que a ideologia seja, em grande parte, uma questão de 'relações vivenciadas', essas relações, pelo menos em certas condições sociais, muitas vezes incluíram, ao que parece, afirmações e crenças inverídicas. (EAGLETON, 1997, p. 36)

A sustentação da ideologia está na realidade, é a partir dela que se constroem a forma de compreender como os processos ocorrem, como a vida está organizada, quais os liames de sua estrutura, o que pode estar baseado em relações efetivamente vivenciadas, contudo não se nega que podem incluir aspectos que não são verídicos, mas que por conta das condições produzidas são compreendidos como verdades. O importante é analisar que a ideologia se constrói para explicar a própria realidade, na perspectiva do sujeito social que a elabora, por isso, a possibilidade de existência de diferentes ideologias, uma vez que

> Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus aspectos. (MÉSZÁROS, 2012, p. 65)

Este controle é a busca de garantia de manutenção das condições sociais que predominam na sociedade, uma forma que auxilia na aceitação das condições nas quais a estrutura social está organizada. O que não impede a construção de princípios ideológicos distintos, com premissa de uma mudança social, mas, neste caso, é fundamental considerar que a forma de disseminação da ideologia dominante ainda estabelece um controle sobre a compreensão da realidade. Esse domínio é necessário, especialmente na sociedade capitalista onde as desigualdades são tão intensas, é preciso garanti-las como algo que faz parte naturalmente da realidade. "Fica claro, então, que o poder da ideologia não pode ser superestimado. Ele afeta tanto os que negam sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias." (MÉSZÁROS, 2012, p. 64).

A explicação da realidade, ao longo de toda a história humana, utilizou-se da construção do mito para narrar o que se considera a verdade, interpretando o

mundo, muitas vezes atribuindo a forças superiores a explicação dos fenômenos, embora a comprovação deste não se efetive, mas os mitos forneciam uma ideia geral que esclarecia a realidade que era aceita. No entanto, quando ocorre mudanças na estrutura social, elas precisam de respaldo para serem compreendidas como necessárias, neste caso, temos a explicação da realidade, pautada nas suas condições existentes, mas que podem ser interpretadas de acordo com os interesses daqueles que a constroem. Por isso, além de promover a mudança na dinâmica do modo de produção, também se elabora uma perspectiva que apresenta campo e cidade de forma a atender os interesses que estavam se estabelecendo com o capitalismo, o que está sustentado nas condições reais, visto que,

> Quando as cidades comerciais se expandem e encetam relações entre si para se federarem ou se combaterem, aquela estrutura transforma-se. Daí a divisão entre comércio e indústria, por um lado, e, por outro, a aliança no seio dos Estados entre a nobreza rural e as oligarquias urbanas. Tais acontecimentos foram posteriores à vitória das cidades sobre a nobreza rural (revolução das comunas e da burguesia urbana), ou seja, à inversão da situação inicial de domínio dos campos e da propriedade rural, da estrutura feudal, sobre as cidades, ainda fracas. (LEFEBVRE, 1972, p. 43)

Abrangendo as mudanças que estavam acontecendo no processo produtivo, a transição do feudalismo para o capitalismo se evidenciava na forma como as dinâmicas do campo e da cidade conduziam as atividades e sua importância para a estrutura econômica, as bases para o avanço do capitalismo estavam sendo elaboradas. A forma como campo e cidade vão passando por transformações ao longo do processo histórico, suas características, potencialidades ou insucessos, são apresentados de acordo com a conveniência, a exemplo do que se apontava no período do Renascimento, onde

> Nos tempos da Renascença, a cidade fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los. Como dizia um diálogo elisabetano, um fidalgo criado na cidade seria mais ‘civilizado’ do que um educado no campo. A cidade era o berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Era a arena da satisfação do homem. Adão fora colocado em um jardim, e o Paraíso terrestre associado a flores e fontes. Mas, quando os homens pensavam no paraíso da salvação, geralmente o visualizavam como uma cidade, a nova Jerusalém. Séculos a fio os muros das cidades simbolizaram tanto a segurança quanto o empreendimento propriamente humano; enxerga-los tranquilizava o viajante. (THOMAS, 1988, p. 290)

A distinção entre campo e cidade já é estabelecida pela capacidade que se materializa nestes espaços de promoção de instrução, o ideal de cidade como espaço civilizatório em contraposição à rudeza associada ao campo está presente na forma como estes dois espaços são interpretados. O que se consolida no decorrer dos séculos como a visão mais convencionada para descrever campo e cidade, como é possível observar também em romances como, por exemplo, A Cidade e as Serras de Eça de Queiroz, publicado originalmente em 1901, em que o autor apresenta aspectos que comparam a vida agitada na cidade, onde tem acesso a uma série de infraestrutura, como bibliotecas, tecnologias, avanços que remetem as potencialidades das mesmas.

> Por uma conclusão bem natural, a ideia de Civilização, para Jacinto, não se separava da imagem da Cidade, de uma enorme Cidade, com todos os seus vastos órgãos funcionando poderosamente. Nem este meu supercivilizado amigo compreendia que longe de armazéns servidos por três mil caixeiros; e de mercados onde se despejam os vergéis e lezírias de trinta províncias; e de bancos em que retire o ouro universal, e de fábricas fumegando com ânsia, inventando com ânsia; e de bibliotecas abarrotadas, a estalar, com a papelada dos séculos; e de fundas milhas de ruas, cortadas, por baixo e por cima, de fios de telégrafos, de fios de telefones, de canos de gases, de canos de fezes; e da fila atroante dos ônibus, *tromways*, carroças, velocípedes, calhambeques, parelhas de luxo; e de dois milhões de uma vaga humanidade, fervilhando, a ofegar, através da Polícia, na busca dura do pão ou sob a ilusão do gozo – o homem do século XIX pudesse saborear, plenamente, a delícia de viver! (QUEIRÓS, 2007, p. 64-65)

Cidade como sinônimo de civilização onde é possível realizar tudo o que se considera fundamental para os desejos humanos, aonde a vida se realiza. O campo, por outro lado, é refúgio para escapar da agitação da cidade, onde o contato com a natureza como condição para a felicidade é demonstrado.

> Ao contrário no campo, entre a inconsciência e a impassibilidade da Natureza, ele tremia com o terror da sua fragilidade e da sua solidão. Estava aí como perdido num mundo que lhe não fosse fraternal; nenhum silvado encolheria os espinhos para que ele passasse; se gemesse com fome nenhuma árvore, por mais carregada, lhe estenderia o seu fruto na ponta compassiva de um ramo. Depois, em meio da Natureza, ele assistia à súbita e humilhante inutilização de todas as suas faculdades superiores. De que servia, entre plantas e bichos – ser um Gênio ou ser um Santo? As searas não compreendem as *Geórgicas*; e fora necessário o socorro ansioso de

> Deus, e a inversão de todas as leis naturais, e um violento milagre para que o lobo de Agubio não devorasse S. Francisco de Assis, que lhe sorria e lhe estendia os braços e lhe chamava 'meu irmão lobo!' Toda a intelectualidade, nos campos, se esteriliza, e só resta a bestialidade. Nesses reinos crassos do Vegetal e do Animal duas únicas funções se mantêm vivas, a nutritiva e a procriadora. Isolada, sem ocupação, entre focinhos e raízes que não cessam de sugar e de pastar, sufocando no cálido bafo da universal fecundação, a sua pobre alma, uma fagulhazinha espiritual a tremeluzir, como morta, sobre um naco de matéria; e nessa matéria dois instintos surdiam, imperiosos e pungentes, o de devorar e o de gerar. Ao cabo de uma semana rural, de todo o seu ser tão nobremente composto só restava um estômago e por baixo um falo! A alma? Sumida sob a besta. E necessitava correr, reentrar na Cidade, mergulhar nas ondas lustrais da Civilização, para largar nelas a crosta vegetativa, e ressurgir reumanizado, de novo espiritual e jacíntico! (QUEIRÓS, 2007, p. 66-67)

Uma perspectiva sobre o campo que enfatiza o elo com a natureza, mas que desvaloriza a vida no campo, como se fosse um desperdício, onde os conhecimentos aprendidos na civilização não tivessem serventia, restando apenas a selvajaria, na qual não se tinha muitas perspectivas além de encontrar-se a mercê do ritmo da natureza.

Esta descrição não foi a que sempre predominou, antes da consolidação do capitalismo, mesmo diante de contradições o campo era descrito como um lugar aprazível, evidenciando que

> A convenção clássica segundo a qual os moradores do campo eram não apenas mais saudáveis, porém moralmente mais admiráveis que os habitantes da cidade, foi tema literário recorrente na literatura inglesa dos séculos XVII e XVIII. (...) Tinha pouca justificativa nos fatos sociais, pois a agricultura foi o setor da economia que se desenvolveu de maneira mais cruel, os pequenos agricultores declinavam em número, o trabalho assalariado universal, e os vícios da avareza, opressão e hipocrisia eram pelo menos tão destacados no campo quanto na cidade. Mas, uma vez que os lucros rurais eram consumidos na cidade, era nela que se encontravam a sociedade mais sofisticada, as últimas modas e os vícios mais caros. (THOMAS, 1988, p. 293-294)

Aspectos diferentes, sendo apresentados em distintas apreciações sobre o campo, colaboram para o entendimento de que o pensamento e as ideais sobre a realidade são também uma construção social, na qual predomina aquilo que for de maior interesse, por isso, podemos encontrar narrativas que apontam aspectos positivos ou não, a depender da concepção analítica. De toda forma, em geral

apontam-se aspectos da realidade em relação ao tipo de usos. A forma como se apresenta a realidade, está atrelada a visão de mundo que tem cada um dos narradores. Evidenciar ou não contradições, ir mais a essência ou somente na aparência, tudo depende de como a descrição da realidade será desenvolvida.

Diante de diferentes possibilidades de apresentação da realidade, interessa-nos compreender como campo e cidade foram sendo transformados no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, pois é a partir desta perspectiva que se pode compreender como a separação campo e cidade é enfatizada, tendo como base a aparência, mas que na verdade, existe uma unidade, na qual ambos estão interligados pelo seu processo de produção, e para ser compreendido precisa ser analisado como são apropriados para a garantia da acumulação e reprodução do capital.

Com o avanço do capitalismo a cidade se configurou como um espaço importante para a centralização do processo produtivo e de outras funções o que a coloca em uma função importante para que o modo de produção se consolide. Assim o "que principalmente aconteceu com a ascensão das cidades foi que muitas funções, que haviam até ali sido dispersas e desorganizadas, ajuntaram-se dentro de uma área limitada". (MUMFORD, 1998, p. 39). A cidade configura-se como espaço de concentração das atividades produtivas no capitalismo, ao mesmo tempo em que centraliza o poder decisório. O que muda não é simplesmente a aparência do campo e da cidade, mas sim como as relações sociais de produção se estabelecem nesses espaços, e os alteram de acordo com suas demandas.

> Todas as atividades estão envolvidas nesse movimento vertiginoso. Também a agricultura foi sacudida – e não só porque, (...), a propriedade da terra passou para as mãos de outros possuidores e cultivadores, mas por outras razões. Os grandes fazendeiros investiram capital na melhoria dos solos, destruíram os pequenos muros divisórios inúteis, drenaram e adubaram a terra, utilizaram instrumentos melhores e introduziram a rotação sistemática das culturas (*croping by rotation*). (ENGELS, 2010, p. 56-57, grifo do autor)

As mudanças na forma como as atividades no campo passaram a ser realizadas se diferenciavam da dinâmica do modo de produção feudal e estavam

sendo alteradas com o avanço do capitalismo, desde a propriedade das terras até o uso que se fez destas para garantir a acumulação de capital.

O processo de mudança é continuo e evidente também na cidade, onde a adequação de seus espaços para as demandas do capitalismo se materializa de forma ainda mais intensa.

> Do ponto de vista da constituição histórica da cidade, há sempre, em todos os momentos, [...], a 'releitura' das funções urbanas seculares das cidades – herdadas das sucessivas formações sociais pretéritas ou de momentos delas – pelas formações sociais subsequentes. Dessa forma, a 'releitura' das mais diversas cidades das formações sociais pré-capitalistas, levadas a efeito em todo o mundo atual, é essencialmente feita, direta e/ou indiretamente, de acordo com os interesses do capital – processo através do qual o capital se apropria da cidade, incorporando o conjunto de tais equipamentos ao seu acervo, parte como capital fixo, parte como meios de consumo. (CARVALHO, 2012, p. 52)

Mesmo apresentando especificidades distintas em cada período, a cidade é também espaço de materialização do modo de produção em vigor, especificamente no capitalismo, ela possui os elementos fundamentais para proporcionar a reprodução do capital. A cidade constitui-se como um espaço importante para ampliar os interesses da dinâmica da sociedade, nesse sentido Weber (1967), se refere aos aspectos econômicos indicando que

> Quando a população local satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária no mercado local e, outra parte essencial também, mediante produtos que os habitantes da localidade e a povoação dos arredores produzem ou adquirem para colocá-los no mercado. Toda cidade no sentido que aqui damos a essa palavra é um "local de mercado", quer dizer, conta como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e no qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não-urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos e, como é natural, os habitantes da cidade trocam os produtos especiais de suas economias respectivas e satisfazem desse modo suas necessidades. (WEBER, 1967, p. 68)

Enquanto local de mercado, a cidade constitui-se como fundamental para o capital, pois favorece a circulação e distribuição, mas para, além disso, é o espaço de concentração das atividades produtivas, associado ao crescimento populacional, condições relevantes para a consolidação do capitalismo.

É preciso compreender que apesar de possuírem características distintas, o campo e a cidade servem a produção social da vida, por essa razão, os elementos neles presentes revelam bem mais do que a aparência, mas sim a essência da constituição destes enquanto diferentes, visto que essa diferenciação favorece a organização social.

Os contrastes são resultantes da produção social, e como tal, são apresentados em ideais distintas, mas que revelam os caminhos que estão sendo trilhados no processo de produção da sociedade, com as mudanças que ocorrem na medida em que novos modos de produção se estabelecem. Destarte, leituras sobre a cidade e o campo, tendem a evidenciar estas transformações.

> Acentuada tendência a depreciar a vida urbana e a encarar o campo como símbolo de inocência repousava numa série de ilusões. Pressupunha a leitura completamente equivocada das relações sociais rurais que serve de fundamento a toda pastoral. Os pastores idealizados dos idílios literários, tão populares no início do século XVII, não guardavam nenhuma relação com os assalariados agrícolas da Inglaterra Stuart. (THOMAS, 1988, p. 298)

A realidade é, portanto, a base para a produção do campo e da cidade, e a forma como estes dois espaços são apresentados na construção do conhecimento, na literatura, no cotidiano, tende a demonstrar aspectos que são de maior interesse. Em determinados momentos, exalta-se um ou outro, para posteriormente, desqualifica-los, não porque deixaram de apresentar suas características, mas por que, por algum motivo elas precisam ser revistas para garantir os caminhos almejados pelo modo de produção vigente.

Ocultar ou desvendar algumas características do campo e da cidade é algo que desnuda a própria essência do modo de produção no qual estão assentados, por isso, em determinados momentos temos os discursos sobre o campo como algo idílico, onde não se evidenciam problemas sociais, em outros, como espaço de rudeza; o mesmo ocorre com a cidade, suas possibilidades podem ser exaltadas, e suas adversidades minimizadas. O que temos é a construção de uma compreensão destes espaços de modo a atender os interesses sociais com os quais ambos estão relacionados.

O campo e a cidade estão de fato separados, é impossível negar tal fato, não por serem espaços com características distintas, mas sim por serem apropriados de acordo com diferentes interesses, e, por conseguinte, serem produzidos de modo a garantir a consolidação do modo de produção no qual estão inseridos no tempo histórico. A forma como são apreendidos, também revela essas distinções, que é resultado da construção social. É importante considerar que a “consciência é vista do início como parte do processo social material humano, e seus produtos em ‘ideias’ são então parte desse processo, tanto quanto os próprios produtos materiais.” (WILLIAMS, 1979, p. 65).

Separados, mas unidos pela dinâmica social da qual são resultantes, campo e cidade representam a materialização das relações sociais, especificamente no capitalismo com suas rupturas, as quais são significativas para o processo de acumulação do capital.

CAPÍTULO III

3 A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL E A MEDIAÇÃO NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

A sociedade em movimento, ao longo do tempo histórico passa por transformações, as quais vão evidenciar as condições do existir, elas não são fundamentadas no que a natureza nos oferece, por mais que ela seja essencial, ao extraímos alimento, água, matérias-primas para o que produzimos, mas não seguimos seu fluxo, desde que aprendemos a lidar com a natureza de forma a retirar o que precisamos, moldando-a de acordo com os nossos interesses. É o modo como definimos a relação homem-natureza, mediada pelo trabalho, bem como a relação homem-homem, que determina como a sociedade se desenvolve. Este processo fornece os elementos necessários para compreender como a sociedade produz sua condição de existência, e no decurso como as estruturas sociais e materiais são moldadas conforme os interesses, os quais também são produtos sociais construídos historicamente, sendo, portanto, dinâmicos.

Tendo em vista que, mesmo não sendo determinados pela natureza, dependemos dela. A forma como nos relacionamos é fundamental para entender como se estabelecem as relações sociais, neste sentido, é primordial considerar que “a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador.” (MARX, 2010, p. 81).

Na produção da estrutura da sociedade, temos o trabalho como fundante, pois é a partir dele que o homem constrói o que necessita, e se diferencia, pois o “processo do trabalho distingue os homens dos animais porque opera uma síntese entre a ideação e a execução da atividade humana ao transformar a natureza.” (BARRADAS, 2014, p. 30). Da condição natural, para a ação pensada, o homem cria

as formas para atender suas demandas, utilizando a natureza de modo planejado, elaborando os elementos necessários para a produção, fazendo instrumentos para cultivar a terra, máquinas para transformar a matéria-prima, estradas para se locomover, tudo o que for pertinente é realizado através do trabalho para dar prosseguimento ao desenvolvimento da sociedade. Este processo é histórico, o acúmulo de conhecimentos, técnicas e instrumentos, amplia a capacidade de modificação que o homem é capaz de efetivar, sendo que

> Por um lado, a história é, antes de tudo, o produto – certamente até então inconsciente – da atividade dos próprios homens; por outro, a sequência daqueles processos nos quais as formas de atividade, essas relações dos homens consigo mesmo (com a natureza e com os outros homens), se transforma. (LUKÁCS, 2003, p. 371)

Se inicialmente, o ser humano foi criando instrumentos e técnicas aleatoriamente para se relacionar com a natureza, no decorrer do tempo histórico, passou a planejar e pensar como e para que deveria desenvolver determinado utensílio, de que modo era mais conveniente cultivar a terra e todas as outras atividades que realiza. Essas mudanças resultam do avanço da capacidade do homem de produzir as coisas das quais precisa.

O avanço da capacidade humana de modificar a natureza é importante, mas é a forma como o mesmo organiza os aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que define as diferenciações que ocorrem na produção da própria vida, das condições materiais de existências e das relações entre os próprios homens, o que permite entender as mudanças tanto na dinâmica espacial, quanto social e econômica que ocorrem ao longo da história da humanidade. Desde as comunidades primitivas, até a organização social que temos hoje, transformações no modo de produção marcam as alterações que são realizadas, e que estabelecem como e porque a sociedade se desenvolve. As transformações são contínuas, e se materializam no espaço e nas relações sociais.

> As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capital industrial. (MARX, 2009, p 125)

O predomínio do capital, como determinante na forma como a sociedade se desenvolve, marca mudanças na forma como as relações de produção ocorrem. Características que até então predominavam passam a ser aos poucos substituídas por aquelas que são convenientes ao novo modo de produção que está se estabelecendo, o trabalho é condição fundante.

> Na história efetiva, o trabalho assalariado resulta da dissolução da escravidão e da servidão – ou do declínio da propriedade comunal, como se deu entre povos orientais e eslavos – e, em sua forma adequada que faz época, forma que abarca toda a existência social do trabalho, procede da destruição da economia das corporações, do sistema estamental, do trabalho natural e da renda em espécie, da indústria operando como atividade rural acessória, da pequena economia rural ainda de caráter feudal etc. Em todas essas transições históricas efetivas o trabalho assalariado aparece como dissolução, como destruição de relações em que o trabalho era fixado em todos os aspectos, em seu rendimento, seu conteúdo, sua localização, sua extensão etc. (MARX, 2011, p 34)

Essas modificações ocorrem na passagem do predomínio do modo de produção feudal para o capitalista. A transição que muda as relações de trabalho implica em alterações nas relações sociais de produção, de apropriação e de uso do que é produzido. O capitalismo assume o comando de como a sociedade se relaciona com a natureza e com o próprio homem, sendo que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.” (MARX, 2013, p. 574). A produção social assume uma nova dinâmica onde a apropriação da natureza e determinação da condição do trabalhador como submisso aos ditames do capital é resultante da forma como a sociedade produz as relações sociais e de produção.

Mediante as relações de produção o trabalho constitui-se como mercadoria especial, e sua análise permite explicar como as alterações em sua organização e disponibilidade vão estar relacionadas com o avanço do capitalismo, tendo na mobilidade do trabalho um elemento importante para dinamizar o processo da acumulação, especialmente com a sua divisão, sendo que o “que caracteriza a divisão do trabalho no interior da sociedade moderna é o fato de ela engendrar as especialidades, as especializações e, com elas, o idiotismo do ofício.” (MARX, 2009,

p. 160). Esta divisão favorece e proporciona maior capacidade de alcançar a extração de mais-valor, o que é indispensável para a acumulação do capital.

O processo que garante a acumulação do capital está vinculado a existência das classes, pois só ocorre mediante a expropriação de uma pela outra, assim

> O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, compelidos a venderam-se a retalho, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX; ENGLES, 2010, p. 35)

O trabalho é fundamental para burgueses e proletariados, porém por motivos distintos. O burguês precisa explorar a força de trabalho para que possa obter o lucro e acumular sempre mais riqueza. O proletariado, por não ter mais nada além de sua força de trabalho é obrigado a fazer uso dela para garantir a própria sobrevivência, submetendo-se às condições que lhes são oferecidas, não por assim desejar, mas por não ter alternativa frente a forma como a sociedade está estruturada. Burguesia e proletariado estão em lados opostos, mas contraditoriamente dependem mutuamente um do outro. Sendo que

> Apesar de todos os maravilhosos meios de atividade desencadeados pela burguesia, a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim. (BERMAN, 1986, p. 92)

Com o objetivo de obter lucro e detendo os meios de produção a burguesia impele ao proletariado suas regras, dominam o processo produtivo. O trabalho é o elo mais importante para a manutenção dos interesses dos capitalistas. Por isso, a análise sobre o trabalho, sua mobilidade e divisão, são pertinentes para entender como o campo e a cidade são produzidos ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, observando as mudanças que lhes são impostas para possibilitar a continuidade do processo de exploração do capital.

> Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolver da produção capitalista

> desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. (MARX, 2013, p. 808)

Com o avanço do modo de produção capitalista, as relações sociais e de produção passam por transformações, um movimento continuo que materializa no espaço suas características, ao mesmo tempo em que impõe aos homens suas exigências.

3.1 TRABALHO: MATERIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS HISTORICAMENTE CONSTRUÍDAS.

O trabalho faz parte do cotidiano, dentre as várias coisas que se ensina a uma criança, certamente, a importância do trabalho é uma que se generaliza, encontrando respaldo inclusive nas crenças e nas religiões, que o apresentam como a condição de vida, através do qual é possível conquistar o que se almeja. De fato, é a partir do trabalho que o homem estabelece sua relação com a natureza e constrói sua condição material de existência, o que se observa ao longa da história humana, pois

> A história da realização dos seres sociais, ao longo de seu processo de desenvolvimento histórico-social, sabemos, objetiva-se por meio de produção e reprodução da existência humana. Para isso, os indivíduos iniciam um ato laborativo básico, desenvolvido pelo processo de trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 67)

FIGURA 01 – Trabalho, de Portinari - 1939. Acervo digital ©Projeto Portinari

Fonte: http://www.elfikurten.com.br/2011/02/candido-portinari-mestres-da-pintura.html - acesso 05/03/2017

O título Trabalho da obra de Candido Portinari, datada de 1939, (Figura 01), instiga-nos a considerar a importância do trabalho para a vida humana em todas as suas dimensões. Este é condição de existência, e é através dele que transformamos tudo ao nosso redor, nos relacionamos, produzimos espaços e atividades.

O trabalho ocorre em diferentes condições e de acordo com interesses distintos, mas parte-se do princípio de que o "trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria na qual o trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz." (MARX, 2010, p. 81). Por isso, considera-se o trabalho como mediador da relação homem-natureza, como tal apresenta características de acordo com as condições sociais e materiais nas quais é realizado, e consequentemente, passa por

transformações. Nas diferentes sociedades foi e é desempenhado seguindo as regras que são definidas de acordo com os interesses dominantes.

A organização da sociedade é estabelecida de acordo com a dinâmica econômica que é realizada, a forma como as relações sociais e de produção se desenvolvem acarretam em características peculiares tanto para o convívio social, como para que fins são organizadas as atividades laborativas.

> Na sociedade pré-capitalista, os aspectos singulares do processo econômico (como o capital a juro e a própria produção de bens) persistem numa separação completamente abstrata entre si, que não permite nem uma ação recíproca imediata, nem outra que possa ser elevada à consciência social. Por outro lado, no interior dessas estruturas sociais, alguns desses aspectos constituem, tanto entre si como com os fatores extra-econômicos do processo econômico, uma unidade inseparável (por exemplo, artesanato e agricultura no feudo ou imposto e renda na servidão indiana etc.). No capitalismo, ao contrário, todos os aspectos da estrutura da sociedade interagem dialeticamente. Sua aparente independência mútua, sua aglomeração sob forma de sistemas autônomos, a aparência fetichista de sua legalidade são – enquanto aspectos necessários do capitalismo, do ponto de vista da burguesia – uma transição necessária para que possam ser compreendidos de modo adequado e completo. Apenas se levadas realmente a uma conclusão lógica – o que a ciência burguesa, mesmo em seus melhores momentos, não foi capaz de fazer – essas tendências à autonomia podem ser compreendidas em sua independência mútua, em sua coordenação e subordinação à totalidade da estrutura econômica da sociedade. (LUKÁCS, 2003, p. 426)

Na sociedade feudal o processo econômico é marcado pela ruralização, as atividades mais significativas eram desenvolvidas no campo, mas havia uma separação entre o capital a juro e a produção, o que explica a organização relativamente independente dos feudos, e as estruturas sociais que atendiam a estes interesses, por isso, não se identificava um grande deslocamento da população, pois quem vivia e produzia em um feudo estava vinculado a ele, e realizava sua produção de forma a atender suas necessidades, garantindo o consumo local, e eventualmente realizava-se a troca de produtos entre os feudos. Temos, portanto, uma organização social e econômica que apresentava relativa autonomia, em virtude da forma como se estabeleciam as relações nos feudos, mas com a divisão interna entre os senhores feudais e os camponeses. Efetivamente os

camponeses tinham que produzir para entre outras coisas pagar a corveia, atendendo aos senhores, sem a possibilidade de mudar esta condição.

No capitalismo, a organização social e econômica passa por mudanças, a produção passa a ser mais desenvolvida na cidade. Com o avanço industrial, o objetivo do processo produtivo passa a ser a acumulação de capital, a estrutura social é dividida em classes, a burguesia e o proletariado, que apesar da aparente autonomia encontram-se imbricados. O trabalhador, não é mais servo de um feudo, é livre, mas uma liberdade que lhe condiciona, apenas poder vender a única coisa que possui, sua força de trabalho.

O que evidenciamos é que a dinâmica do trabalho vai sendo alterada ao longo do desenvolvimento das sociedades, a forma como os sujeitos sociais se relacionam entre si é delimitada pela dinâmica econômica na qual está inserido, o que permite compreender que o processo de trabalho está em constante transformação, posto que é um produto social, mas é fundamental considerar que

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255)

Primeiramente, o trabalho era desenvolvido para mediar a relação homem natureza, com objetivo principal de atender suas demandas, ou seja, garantir a sua sobrevivência, pois da natureza dependia as condições de vida, e saber lidar com ela proporcionou ao ser humano a possibilidade de construir, de acordo com seus interesses, as bases para sua subsistência. O que, no decorrer do tempo histórico, foi sendo alterado na medida em que a sociedade criava novas condições sociais e econômicas, para as quais o trabalho foi sendo adequado. Uma vez que,

> A partir do trabalho os sujeitos relacionam entre si, fazem trocas para comtemplar suas necessidades que sua natureza imediata não possibilita, compõem assim uma economia que lhe servirá como meio de se libertar dos limites impostos pela natureza. A partir do

> trabalho os homens se organizam em comunidades, tornam-se sujeitos sociais e continuam seguindo seu processo evolutivo, que é um processo na busca pela liberdade, pela racionalidade, pela produção de si próprio e de seu mundo. Um mundo modificado, mas ainda um mundo natural, uma natureza produzida pelo trabalho, uma natureza humana. (MENEZES, 2007, p. 90)

A ação do homem, a partir da sua relação com a natureza, proporcionou um domínio sobre as condições orgânicas de existência, um aprimoramento de como estabelecer esta relação em comunidade, onde o homem constitui as bases para a estrutura social e econômica, na busca pela garantia da vida e da liberdade são produzidas diferentes formas de organização social, e delas dependem as condições de trabalho. Neste processo, as transformações que ocorrem tanto na natureza, como nas relações entre os homens e na produção, evidenciam que o homem produz o que almeja, mas a origem do desejo não necessariamente está em garantir a sobrevivência, mas sim no controle, tanto dos aspectos naturais, como da própria dinâmica social, delineando os caminhos que os sujeitos sociais percorrem. Assim, uma análise materialista sobre o trabalho faz-se necessária, pois é ele quem estabelece as condições para a transformação da natureza, sendo que “o trabalho como relação dos homens com a Natureza, para negar as coisas naturais enquanto naturais, transformando-as em coisas humanizadas ou culturais, produtos do trabalho.” (CHAUÍ, 2004, p. 21). O produto do trabalho é resultante de um longo processo social e econômico, que interfere na natureza, transformando-a e, ao mesmo tempo, mudando o próprio homem.

Diferente dos demais animais, o ser humano planeja suas ações para alcançar determinado objetivo, as mudanças que promovem são realizadas de forma consciente, não se trata de uma condição apenas natural da evolução da capacidade física de transformar a natureza, mas da capacidade intelectual, que planeja, executa e obtém o que lhe interessa. Desse modo,

> No trabalho, o momento distinguidor, essencialmente separatório, é constituído pelo ato consciente que no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica. Ao pensar e refletir, ao externar sua consciência, o ser social se humaniza e se diferencia das formas anteriores de ser social. (ANTUNES, 2005, p. 67-68)

A motivação para a transformação pode sim ter como prólogo as necessidades vitais, pois independe do que o homem pode produzir, é para atender as condições básicas de sobrevivência que ele encontra as formas para a partir do trabalho, modificar a natureza e suprir suas demandas, pois

> Para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimentas e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33)

Garantir a própria existência é fundamental criar os meios para que isso ocorra a indispensável permanecer nesta busca, pois a vida é construída a todo instante. Estamos diante, então de uma continua capacidade de transformação, o homem desenvolve sua potencialidade de produzir o que precisa, mas a forma como se organiza nesse processo produtivo é distinta. O que temos na atualidade é um modo de produção no qual as relações sociais e de produção foram estabelecidas paulatinamente criando as bases para sua sustentação, em vista disso, compreende-se que

> O capitalismo não se desenvolve sobre uma superfície plana dotada de matérias-primas abundantes e oferta de trabalho homogênea com igual facilidade de transporte em todas as direções. Ele está inserido, cresce e se difunde em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberdade da natureza e na produtividade do trabalho. (HARVEY, 2013, p. 526)

É a forma como o homem se apropria do que produz que demarca as características da organização social e econômica vigente. A capacidade de mudança é intrínseca a sociedade.

> O conjunto dos produtos da vida social é intercambiável, como coisa apenas, desaparece a força vital (músculos e cérebro) contida no hiato entre o fazer-se coisa (homem) e o fazer-se homem (coisa). O trabalho social que cristaliza as mercadorias escapa ao valor de uso e tem sua sociabilidade constituída no movimento do valor de troca. Enquanto valor de uso o trabalho social era percebido como essência na/para troca, na condição de valor de troca o dinheiro é percebido como tal essência. (DUTRA JÚNIOR; CONCEIÇÃO, 2010, p. 44)

Ao desenvolver a capacidade de trabalhar o homem produz o que precisa para satisfazer as necessidades, neste momento o que produz tem valor de uso, adequa-se as demandas imediatas, e a preocupação no processo produtivo é suprir o essencial. Com o avanço da sociedade, o domínio cada vez maior da habilidade de transformação, criação e com as mudanças no processo produtivo, a relação do homem com o que produz não se resume ao atendimento das suas necessidades prementes, especialmente no capitalismo suplanta-se o interesse voltado para o uso, e condiciona a produção ao mercado de troca. O que permite que esta mudança ocorra é a essência da mercadoria, pois ela é

> Antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2013, p. 113)

As necessidades humanas são incessantes, ou para atender as condições de sobrevivência, ou para satisfazer as demandas socialmente construídas, as mercadorias estão e são produzidas permanentemente, o que muda é a destinação destas, para fins de uso ou para troca. No capitalismo, a troca é posta como o essencial para justificar a produção da mercadoria, e para atender este interesse o processo produtivo é organizado garantindo a efetivação da mercadoria enquanto valor de troca.

Especialmente, tem-se uma mercadoria que é fundamental, da qual o capitalista depende para ampliar suas possibilidades de acumulação de capital, que proporciona a sua reprodução, trata-se da força de trabalho, o trabalho deixa de ser uma atividade para garantir a relação homem-natureza e sua sobrevivência, para ser uma mercadoria que serve ao processo produtivo, com o objetivo de acumulação de riqueza. Não se perde o valor de uso, pois toda mercadoria para ser desejada precisa possuir valor de uso, mas o que condiciona sua produção é a troca, como meio de efetivar a dinâmica do modo de produção, o qual só se realiza quando as mercadorias completam o ciclo do capital – produção, distribuição, circulação e consumo. Nesse sentido, a força de trabalho é, das mercadorias, a mais

significativa, pois é o fruto desta que permitirá a produção de todas as demais mercadorias, o que garante que se realize a troca, sem mercadorias, não há o que levar ao mercado. Sem ter o que oferecer a acumulação do capital não se realizaria.

> Para a história do capital, a força de trabalho é um fator da produção, uma mercadoria indispensável como o martelo e o prego na manufatura do sapato. Para a história social do capital, a venda da força de trabalho tornou-se o único meio dos sujeitos expropriados manterem-se vivos. Sua exploração pelo capital tornou-se tão necessária quanto ao fato, ainda na manufatura de sapatos, do martelo golpear o prego. A realização histórica e social do capital é, assim, processada: retira dos sujeitos toda sua condição humana de pensar e sentir e torná-los objetos, 'coisas' para a produção de lucro, tão miseravelmente desvalorizados quanto os mais baratos dos martelos e pregos. (MENEZES, 2007, p. 82)

A força de trabalho é extraída do homem, e para que se converta em uma mercadoria como qualquer outra, é preciso que o sujeito que a possui queira disponibilizá-la no mercado, o que acontece quando dele é retirada toda a condição de existência, os meios de produção, e para este resta apenas vender sua força de trabalho, pois sem isso, não consegue se manter. Tem-se a mercadoria indispensável para o capitalista, e ela está pronta para se disponibilizar no mercado, não por desejo, mas por obrigação, pois está é a condição para assegurar sua existência.

A separação do homem dos meios de produção é a base para que o modo de produção capitalista se desenvolva, com isso tem-se uma divisão social, pois uns apropriam-se dos meios de produção, e os outros possuem apenas sua força de trabalho, a relação entre eles é desigual e conflituosa.

> Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode rouba; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2010, p. 69)

A sobrecarga fica nos ombros do trabalhador, e as regalias adquiridas com a exploração do trabalho são apropriadas por poucos, que extraem o máximo possível de seu esforço físico e mental, devolvendo-lhe apenas, e nem sempre, o mínimo para que este se mantenha vivo. Nesse contexto, ao trabalhador não se oportuniza alternativas no modo de produção capitalista, ou vende sua força de trabalho, ou não tem como garantir a própria manutenção de sua vida.

> O intenso processo de expropriação e alienação humana segue a história do capital tão inexoravelmente quanto o dia após a noite. A 'liberdade' do trabalhador na sociedade regida pelo mercado e pela propriedade privada representa a condição de sua miserabilidade. O extraordinário aumento da produção atingido pela sociedade moderna se deu e se dá na mesma proporção que o aumento da pobreza dos reais produtores de sua riqueza, dos trabalhadores. (MENEZES, 2007, p. 85)

A "liberdade" de poder dispor de sua força de trabalho como bem lhe aprouver é a maior de todas as ilusões que são assimiladas pelo trabalhador no capitalismo, pois este acredita que pode escolher, quando na verdade tem que se sujeitar ao que o capitalista tem a oferecer. Não há opção, apenas a ideia de liberdade, acredita-se estar com as rédeas da vida nas mãos, mas está sendo conduzido pelos interesses do capital. A cidade é o espaço no qual acredita-se que a liberdade é assegurada ao trabalhador, passa a ser vista como possibilidade; mas como bem descreve Eça de Queirós, é mais uma ilusão.

> Tão facilmente vitorioso de facúndia. Certamente, meu Príncipe, uma ilusão! E a mais amarga, porque o Homem pensa ter na Cidade a base de toda a sua grandeza e só nela tem a fonte de toda a sua miséria. [...] Na cidade findou a sua liberdade moral: cada manhã ela lhe impõe uma necessidade, e cada necessidade o arremessa para uma dependência: pobre e subalterno, a sua vida é um constante solicitar, adular, vergar, rastejar, aturar; rico e superior como um Jacinto, a Sociedade logo o enreda em tradições, preceitos, etiquetas, cerimônias, praxes, ritos, serviços mais disciplinares que os de um cárcere ou de um quartel... A sua tranquilidade (bem tão alto que Deus com ele recompensa os santos) onde está, meu Jacinto? Sumida para sempre, nessa batalha desesperada pelo pão, ou pela fama, ou pelo poder, ou pelo gozo, ou pela fugidia rodela de ouro! Alegria como a haverá na Cidade para esses milhões de seres que tumultuam na arquejante ocupação de *desejar* – e que, nunca fartando o desejo, incessantemente padecem de desilusão, desesperança ou derrota? Os sentimentos mais genuinamente humanos logo na Cidade se desumanizam! (QUEIRÓS, 2007, p. 137-138)

A dependência leva o trabalhador a se submeter a qualquer condição, não tem outra possibilidade, de fato se desumaniza, perde a possibilidade de se realizar enquanto sujeito de sua própria vida, para ceder aos apelos do mercado, ao mesmo tempo como mercadoria, e como consumidor, mesmo com as limitações que tem para se inserir no mundo do consumo, o qual sempre tem novas mercadorias, muitas das quais provavelmente o trabalhador nunca chegará a ter acesso, apenas o desejo.

A condição do trabalhador não é de autonomia, muito mesmo de liberdade, é sim uma mercadoria, que só possui uma única possibilidade para se realizar, ou simplesmente, se manter vivo, por isso submete-se, isto por que

> pressupõe-se que o homem que trabalha, o trabalhador, esteja separado dos meios para a realização do seu trabalho (os meios de produção) e dos meios de vida (os resultados da produção) e que eles ainda estejam concentrados nas mãos de outro homem. A estrutura que garante isso é a própria 'propriedade privada' e o Estado, que aí funcionam como condição da reprodução da alienação, e que, assim sendo, divide a sociedade entre aqueles que têm o capital como sua propriedade e aqueles que só lhe restaram sua força de trabalho, também como propriedade. (MENEZES, 2007, p. 93)

Na propriedade privada o que aprisiona, os meios de produção restritos a alguns possuidores, é ao mesmo tempo limitante e determinante, limita quando não oferece oportunidade para que o trabalhador tenha algo a escolher, e determina como o sujeito deve conduzir a própria vida. Divide a sociedade entre aqueles que controlam os meios de produção e de comercialização do que é produzido, e os trabalhadores que ficam condicionados ao que os primeiros oferecem.

O trabalho tido muitas vezes como oportunidade, nada mais é do que a condição de subordinação, não existe escolha, apenas adequação do trabalhador aos ditames do capital, onde quer que esteja, ele se submete ao que for determinado pelo capitalista, pois disso depende a continuidade da manutenção do seu sustento. Em qualquer lugar, aonde o capitalismo se torna determinante temos as mesmas condições, sendo que para o trabalhador, sempre sobressai o fardo mais pesado.

> " – Está claro que há fome, homem! Tu imaginavas que o Paraíso se tinha perpetuado aqui nas serras, sem trabalho e sem miséria... Em toda a parte há pobres, até na Austrália, nas minas de ouro. Onde há trabalho há proletariado, seja em Paris, seja no Douro..." (QUEIRÓS, 2007, p. 245)

Há fome, no campo, na cidade, não importa qual espaço, o capitalismo impõe a desigualdade, uns tem acesso a muito, e a maioria a pouco, o trabalho não vigora como necessidade básica, mas como mercadoria para o capital, e os espaços são produzido para permitir tanto a exploração do trabalho, como a efetivação do ciclo do capital, por isso

> O capitalismo derruba todas as barreiras espaciais e temporais entre os diferentes países e domínios, do mesmo modo que os muros de separação jurídica entre os estamentos. Em seu universo de igualdade formal entre todos os homens, desaparecem cada vez mais aquelas relações econômicas que regularam as trocas materiais imediatas entre o homem e a natureza. O homem torna-se – no verdadeiro sentido da palavra – ser social. A sociedade torna-se a realidade para o homem. (LUKÁCS, 2003, p. 96)

A sociedade capitalista promove transformações em escala global, o mundo, em geral, é estruturado para torna-lo cada vez mais universal. As relações de trabalho também são voltadas para atender a lógica do capital. A sociedade em movimento chega ao tempo onde o trabalho é simples mercadoria, apropriada e subordinada, sem que se note que o mesmo está encarcerado ao modo de produção onde desigualdade é premissa de sucesso.

> Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociedade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital. (ANTUNES, 2005, p. 69)

A mercadoria trabalho figura na sociedade como indispensável, não simplesmente por ser através dela que o sujeito adquire as condições para a sua subsistência, mas sim por ser força de trabalho, mercadoria disponível no mercado,

sujeita a qualquer circunstância, que aparentemente visa garantir a sobrevivência, mas que alimenta a produção destinada para o acúmulo do capital.

Este processo ocorre, pois na maioria das situações o trabalhador não encontra nenhuma outra possibilidade, a não ser, vender sua força de trabalho, apesar de ser possuidor dela, na essência não a comanda, está submisso aos anseios do capitalista, onde

> Para que o trabalho se subordine ao capital é necessário que ele somente se realiza, se efetive, a partir de sua venda para o capital. Precisa que o trabalhador dependa do 'emprego oferecido' pelo capitalista. O capital paga pelo trabalho: o capitalista paga o salário ao trabalhador e somente deste salário deve ele sobreviver. Cada qual, trabalhador e capitalista, situando-se em posições opostas frente aos meios de produção e se interagindo na própria produção. (MENEZES, 2007, p. 93)

A dependência inviabiliza a liberdade, o trabalhador precisa do salário, sem o qual não consegue suprir suas necessidades, estando, portanto, inserido num modo de produção onde aqueles que detêm os meios de produção impõem-lhe as condições para a compra de sua força de trabalho, sem restar alternativa ao trabalhador. Neste instante o trabalhador passa a ter uma "relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho." (MARX, 2010, p. 87). O trabalhador perde o controle sobre as condições de existência, sua força de trabalho é reduzida a um salário, mercadoria disponível e em abundância, a serviço do capitalista.

Se a princípio o trabalho permitia ao homem produzir o essencial para sua vida, o avanço da sociedade e a forma de organização do processo produtivo, o conduziu, ao longo do processo histórico, por diferentes modos de produção, e na atualidade, subordina-se a um que em sua essência é desumanizador. Transformou a essência do trabalhado de tal forma que o possuidor da força de trabalho é facilmente convencido a seguir os ditames do capital como se não existisse outras possibilidades. A transformação do trabalho é substancial.

> Ao realizar trabalho o sujeito se realiza enquanto homem. No mundo das mercadorias, a realização do trabalho é a realização do lucro do capital ao mesmo tempo em que é a desrealização do trabalho do

> homem e do próprio homem. A contradição fundante é anunciada: o trabalho humano se desrealiza exatamente pela necessidade da realização do capital. (MENEZES, 2007, p. 104)

É para o capital e não mais para a sobrevivência que o trabalho é apropriado, sendo expropriado daquele que só o detém, para garantir o acúmulo para os que controlam os meios de produção, em um ciclo contínuo de desigualdades e subserviência, fortalecidos pela ideia de liberdade, que carrega consigo a perspectiva de possibilidades, em meio a reprodução das desigualdades.

A busca é pela aceleração da capacidade produtiva para a acumulação do capital, garantindo a produção, distribuição, circulação e consumo, neste processo o espaço é fundamental, pois é nele que se materializam as condições para a efetivação do ciclo do capital, e para isso o trabalho é indispensável, pois é dele que se extrai o mais-valor, condição *sine qua non* para a acumulação de capital na sociedade capitalista.

Para aprimorar ainda mais as possibilidades de extração da força de trabalho é primordial que ocorra a divisão social e territorial do trabalho, “em que os distintos trabalhos concretos são realizados por diversos produtores individuais atomizados, constituindo-se, portanto, como condição que impulsiona as trocas entre distintos produtos.” (BARRADAS, 2014, p. 48). Esta divisão, além de garantir a apropriação cada vez mais intensa da força de trabalho para o capital, também é fundamental para a produção do espaço, no qual se materializam as condições para seu desenvolvimento, o que será analisado o item subsequente.

3.2 A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO E A CONSOLIDAÇÃO DA SEPARAÇÃO CAMPO E CIDADE

A divisão do trabalho fundamenta a análise da importância da relação campo-cidade para a sociedade capitalista, uma vez que a “divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 89),

o que evidencia a necessidade desta separação. A atividade realizada nestes espaços atende a dinâmica que se efetiva socialmente, de modo a proporcionar a maior exploração do trabalho, otimizando os espaços para garantir esse processo, uma vez que a relação campo-cidade se acentua, “porque a divisão territorial do trabalho, estabelecida pelo desenvolvimento do modo de produção, coloca funções especiais para cada espaço, de modo que eles se inter-relacionem e se complementem.” (BAGLI, 2006, p. 96).

A relação campo-cidade ocorre de modo inter-relacionada, onde as atividades que são realizadas nestes espaços evidenciam a divisão do trabalho. O aparente pode ser observado na realidade sem maiores dificuldades, mas é fundamental entender que esta disposição de atividade não ocorre aleatoriamente, e sim, seguindo uma lógica, que no caso da sociedade capitalista, evidencia as desigualdades, isto por que

> [...] A separação da cidade e do campo é tanto o fundamento lógico quanto o histórico da divisão social do trabalho contemporâneo no seguinte sentido: somente quando o proletariado estivesse livre da necessidade e da responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência é que essa divisão do trabalho poderia progredir como o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e com sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre a cidade e o campo. A separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento como dizia Marx, para a divisão do trabalho. (SMITH, 1988, p. 164-165)

Observamos que a separação entre campo cidade está situada na necessidade de garantir a divisão do trabalho, a qual não se constitui de forma estática, o que implica também na forma como campo e cidade são produzidos. Nesse sentido, é importante refletir sobre este movimento, por considerar que o mesmo garante a dinamicidade, podendo auxiliar a compreensão da relação campo-cidade, onde “todas as modificações são um movimento, segundo uma linha ascendente, o nascimento do novo e a deterioração do antigo, o que o materialismo dialético compreende o movimento como desenvolvimento.” (CHEPTULIN, 2004, p. 169). A busca por entender como se estabelece este movimento entre campo e cidade fornece bases para analisar as transformações que ocorrem no decorrer do

processo histórico, que não se limitam as mudanças nas condições físicas destes espaços, com adequações para a efetivação de atividades econômicas, mas também as transformações que ocorrem na dinâmica da divisão social do trabalho.

Estes espaços são produzidos para atender a demanda do capital, em um processo que define onde e como o trabalho será realizado, neste sentido pensar o espaço em movimento é fundamental, sendo que

> Interpretá-lo, portanto, na ótica de sua produção faz com que o espaço torne-se a dimensão empírica da organização das ações que o produz. A organização das ações emergem, por sua vez, de uma estrutura normativa e reguladora cujo movimento é dado pelos processos de transformações resultantes das relações entre trabalho e capital. Isto significa que as formas espaciais produzidas contêm elementos das partes e do todo, como também elementos novos surgidos da generatividade dessas relações (GODOY, 2004, p. 33).

É no espaço que se verifica a organização do processo produtivo, as relações que definem campo e cidade partem das demandas da sociedade burguesa, sendo que as “necessidades e as formas de satisfazer essas necessidades são a base da divisão do trabalho que também tem como pré-requisito o reconhecimento mútuo dos indivíduos sociais como tais.” (ALTVATER, 2006, p. 330). Tendo como base a divisão do trabalho, que implica também na divisão territorial, campo e cidade são produzidos para favorecer a dinâmica dessa divisão.

Na contínua garantia da condição de vida humana, a produção da vida material se perpetua e é necessária, e a divisão do trabalho amplia a capacidade de acumulação do capital, mas é relevante considerar que

> Os capitalistas não inventaram a hierarquia, nem a organização hierárquica da produção. Nas sociedades pré-capitalistas, a produção organizava-se numa hierarquia estrita – mestre-companheiro-aprendiz, que hoje só sobrevive no nosso ensino superior. Hierarquia capitalista e hierarquia pré-capitalista diferem em três pontos. Em primeiro lugar, no ápice como na base da hierarquia pré-capitalista, encontrava-se um produtor. O Mestre artesão trabalhava junto com o aprendiz, em vez de simplesmente indicar-lhe o que fazer. Em seguida, a hierarquia era linear e não, piramidal: um dia, o aprendiz seria companheiro, quase certamente, mestre. No capitalismo, é raro que um operário chegue até a contramestre; nem falemos de suas oportunidades de chegar a chefe ou a Diretor Geral. Enfim, e talvez seja isso o mais importante, o artesão membro de uma corporação não estava separado do mercado por um intermediário. Vendia igualmente um produto e não o seu trabalho; e,

> por conseguinte, controlava, ao mesmo tempo, o produto e o processo do trabalho. (MARGLIN, 1980, p. 42-43)

A diferença na organização hierárquica no capitalismo e em modos de produção pré-capitalista fornece subsídios para entender que as transformações no processo produtivo implicaram no afastamento do sujeito do aprendizado de todas as etapas do que produz, colocando a especialização como possibilidade para o maior desenvolvimento da capacidade produtiva, mas ao mesmo tempo fazendo com que o sujeito fique cada vez mais dependente, pois além de não possuir os meios de produção, também não tem o domínio de todo o processo produtivo.

> O processo de acumulação capitalista tem lugar nas coordenadas de tempo e espaço. Com o tempo, sua lógica é a aceleração. O aumento da produtividade para a produção de mais-valia relativa não é outra coisa que a aceleração da produção e circulação em todos os processos para poder produzir mais produtos na mesma unidade tempo. Ao acelerar todos os processos, é possível estender o alcance da produção e reprodução capitalista no espaço. Deste modo, a expansão espacial do capital pertence à dinâmica da acumulação capitalista. (ALTVATER, 2006, p. 343)

Tempo e espaço são utilizados a favor da ampliação do processo de acumulação do capital, uma dinâmica que produz as características necessárias para a realização do seu ciclo. Campo e a cidade, se constituem, para o capital, como possibilidade de sua reprodução, especialmente considerando que a “divisão do trabalho em atividade industrial e atividade agrícola libera parcela do trabalho produtivo das restrições espaciais imediatas, e essa divisão social manifesta-se na separação espacial da cidade e do campo.” (SMITH. 1988, p. 125). Temos, portanto, a conveniência da produção destes espaços diante da divisão do trabalho, visto que o mesmo vai sendo especializado para aumentar as possibilidades de acumulação, e visivelmente campo e cidade são utilizados para concentrar a segmentação entre diferentes atividades, sendo que as configurações espaciais são utilizadas para favorecer seu desenvolvimento.

O processo produtivo é otimizado com a divisão do trabalho e também interferem em como os espaços serão utilizados para favorecer a realização das diferentes funções que são úteis para dinamizar a lógica do capital.

> No conjunto dos diferentes valores de uso os corpos de mercadorias [Warenkörper] aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho. Tal divisão é condição de existência da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição de existência da divisão social do trabalho (MARX, 2013, p. 119-120)

A divisão do trabalho é importante para a organização econômica, pois potencializa a produção de mercadorias, ampliando a exploração da força de trabalho e a acumulação do capital, além de condicionar cada vez mais o trabalhador a condição de subjugado a este processo, visto que não possui outra alternativa.

Além do trabalhador, que fica dependente do processo produtivo, o espaço também é transformado de acordo com os interesses para a continuidade da produção de mercadorias, onde os proprietários dos meios de produção, não apenas estabelecem a forma como se produz, mas também onde e em quais condições.

> Dentre o conjunto de relações de produção, consideramos as que se vinculam à propriedade dos meios de produção como sendo as relações essenciais, uma vez que determinam as formas de canalização do excedente econômico e o grau efetivo da divisão do trabalho, que, por sua vez, é a base da capacidade específica das forças produtivas para se desenvolverem. (LACLAU, 1978, p. 38)

Acrescenta-se a esta análise o uso que é realizado do espaço onde se materializam as atividades para o desenvolvimento do modo de produção, pois a instalação de uma fábrica, ou de um comércio, no campo ou na cidade, são planejados, não por causa das necessidades dos sujeitos que vivem nestes espaços, mas sim para intensificar as ações neles realizadas em prol do processo produtivo.

A divisão do trabalho precisa ser analisada como uma organização do processo produtivo, a depender da sociedade na qual está estruturada vai atender e produzir relações sociais, econômicas e espaciais que sejam convenientes para alcançar os objetivos que a norteiam. Por isso é relevante considerar que

> A organização hierárquica do trabalho não tem como função social a eficácia técnica, mas a acumulação. Interpondo-se entre o produtor e o consumidor, a organização capitalista permite gastar, para a

> expansão das instalações e melhoria dos equipamentos, muito mais do que fariam os indivíduos, se pudessem controlar o ritmo de acumulação do capital. (MARGLIN, 1980, p. 41)

Assim como condiciona os gastos para as instalações, para ampliar a capacidade produtiva, também materializa no espaço as condições mais convenientes para alcançar o ritmo de acumulação que se almeja. O predomínio de indústria nas cidades, por exemplo, é uma forma de otimizar os gastos do processo produtivo, concentrando a maior parte do que é necessário para a realização da atividade, mão-de-obra, maquinaria, peças, etc., mas a depender da mercadoria a ser produzida, o espaço da cidade pode não ser o mais adequado, parte-se então para o campo, é o caso da produção de alimentos, é no campo que esta atividade é realizada, pois as condições para o seu desenvolvimento são aí encontradas.

Campo e cidade são espaços produzidos para a materialização do processo de produção da mercadoria – o eletrodoméstico, a soja, roupas, frutas, qualquer produto –, que se destina ao mercado, está inserido na lógica do capital. Deste modo, o processo produtivo diferencia-se, e as estruturas naturais e materiais também variam, mas o objetivo final é garantir a acumulação do capital, não importa se a mercadoria é produzida na cidade ou no campo, desde que a mesma seja destinada para a troca.

Tanto no campo e na cidade, onde predomine o trabalho assalariado, temos a produção das características destes espaços para a satisfação das demandas do capital. Em ambos se realiza a produção de mercadorias, através da apropriação do trabalho, sendo que

> A raiz do trabalho forçado e sua necessidade, do ponto de vista do capital, devem ser buscadas de preferência na divisão social do trabalho, quer dizer, no fato de que os objetivos do capital são estranhos ao operário e devem permanecer-lhe estranhos: é preciso leva-lo a trabalhar até o limite de suas forças, tendo em vista um resultado – a acumulação do capital – do qual o operário não tem, nem deve ter, nenhuma parte. (GORZ, 1980, p. 82)

Com a divisão do trabalho, o distanciamento entre o trabalhador e o processo produtivo em sua completude se fortalece e favorece a subjugação deste. A separação entre os espaços produtivos também contribui para que o trabalhador não perceba que está condicionado e dependente do modo de produção.

Trabalhador e espaço, campo e cidade, são inseridos na dinâmica do capital. As transformações pelas quais passam são efetivadas para favorecer o processo de acumulação, no qual não é suficiente garantir a produção, mas todo o ciclo do capital. É interessante pontuar que:

> A troca só aparece independente ao lado da produção e indiferente em relação a ela no último estágio, no qual o produto é trocado imediatamente para o consumo. Porém, 1) não há troca sem divisão do trabalho, seja esta espontânea e natural, seja já um resultado histórico; 2) troca privada pressupõe produção privada; 3) a intensidade da troca, assim como sua extensão e seu modo, são determinados pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. P. ex., troca entre cidade e campo; troca no campo, na cidade etc. Desse modo, a troca aparece em todos os seus momentos ou diretamente contida na produção, ou determinada por ela. (MARX, 2011, p 53)

A troca é um dos momentos do ciclo do capital no qual a divisão do trabalho é essencial, as mercadorias são produzidas, mas só se efetivam para a acumulação quando são trocadas. No ciclo do capital, todas as etapas são importantes, e a forma como a divisão do trabalho é apropriada no capitalismo está atrelada a necessidade do controle do processo produtivo.

Quanto mais dividido o trabalho, tanto menos o trabalhador percebe as nuances das relações sociais estabelecidas. O processo de exploração da sua força de trabalho fica encoberto, como trabalhar é sua única forma de sobrevivência, não se percebe o quanto sua condição de vida está a serviço do capital, muito mais do que a seu serviço. Essa situação é aceita de forma natural, pois o trabalhador já não possui mais o conhecimento de todas as etapas da produção, está completamente subjugado ao que o modo de produção capitalista lhe aponta como possibilidade, o que é fortalecido com a intensa divisão do trabalho, sobre a qual é importante considerar o que questiona Marglin

> Mas de onde vem a ideia de que o ganho de tempo é obtido pela especialização parcelada que caracteriza a divisão capitalista do trabalho? Um camponês, por exemplo, lavrará geralmente todo o campo, antes de esterroá-lo, em vez de trabalhar e esterroar cada sulco, um após o outro, para ganhar tempo na organização do seu trabalho. Mas a agricultura camponesa é a antítese da especialização capitalista: o camponês sozinho encarrega-se normalmente de todas as tarefas necessárias para levar a cabo uma colheita – da semeadura ao produto mercantil. No que se refere à

> implantação dos instrumentos, nada diferencia a agricultura da indústria. Para compensar 'o tempo que é habitualmente perdido ao passar de um tipo de trabalho para outro', bastará continuar uma única e mesma atividade o tempo suficiente para que o período de implantação torne-se uma porção insignificante do tempo de trabalho total. A economia de tempo exigiria, quando muito, que cada operário mantivesse uma única atividade durante vários dias. A economia de tempo implica a separação das tarefas e a duração de uma atividade; e não a especialização. (MARGLIN, 1980, p. 45)

Diferente do camponês que consegue manter o controle do processo produtivo, o trabalhador, sujeito a uma divisão cada vez mais intensa do trabalho, perde a noção do real valor de sua força de trabalho. A divisão do trabalho não garante simplesmente o aumento da capacidade produtiva, mas a separação das atividades desenvolvidas e ao mesmo tempo o afastamento do trabalhador do domínio de todo o processo produtivo, o que favorece que este fique submetido aos interesses do capital.

A imposição das regras do modo de produção capitalista é mais aceita pelos trabalhadores que não tem mais o conhecimento do processo produtivo, sendo que a divisão do trabalho, enquanto uma organização da produção, é assimilada pelo capitalismo de modo a intensificar a acumulação do capital, onde

> A tecnologia capitalista e a divisão capitalista do trabalho não se desenvolveram, portanto, por causa da sua eficácia produtiva em si, mas em razão da sua eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado; ou seja, trabalho dominado por um objetivo que lhe era desconhecido. As técnicas capitalistas não visavam a maximizar a produção e a produtividade em geral de trabalhadores quaisquer; elas eram concebidas a fim de maximizar a produtividade para o capital de trabalhadores que não tinham razão alguma para se empenharem, já que os objetivos de sua produção lhes eram ditados por vontade inimiga. Para obrigá-los a dobrarem-se a essa vontade, era preciso que eles perdessem não somente a propriedade dos meios de produção mas também, na medida do possível, o controle sobre o funcionamento desses meios; quer dizer, o poder – composto de habilidade, de conhecimento profissional, de savoir-faire – de assegurar o funcionamento das máquinas por eles mesmos, sem o auxílio de um enquadramento hierárquico formado por engenheiros, técnicos, profissionais da manutenção, preparadores, etc... um pessoal que, tecnicamente, a fábrica podia dispensar, mas cuja função política consiste em perpetuar a dependência dos operários, sua subordinação, sua separação dos meios e do processo de produção. (GORZ, 1980, p. 83)

Com a intensa divisão do trabalho, o capitalista impõe suas condições ao trabalhador, que, se enquadra na dinâmica do processo produtivo, sendo controlado

pela dependência que tem do trabalho para se manter. Isto, porque, o avanço da divisão do trabalho garante a manutenção da forma de organização do processo produtivo. Sendo assim,

> As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (MARX; ENGELS, 2007, p. 89)

O controle dos meios de produção, das matérias-primas, da circulação e distribuição das mercadorias proporciona ao capitalista o controle do processo produtivo, e a divisão do trabalho, condiciona os sujeitos a se ajustar as condições que lhes são impostas. Isto ocorre pela perda da compreensão do todo no qual está inserido, percebe-se apenas como um trabalhador livre, que pode escolher aonde trabalhar, sem se dar conta de que na verdade não tem alternativa, por isso,

> se perseguirmos o caminho percorrido pelo desenvolvimento do processo de trabalho desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura, até a indústria mecânica, descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador. Por um lado, o processo de trabalho é fragmentado, numa proporção continuamente crescente, em operações parciais abstratamente racionais, o que interrompe a relação do trabalhador com o produto acabado e reduz seu trabalho a uma função especial que se repete mecanicamente. (LUKÁCS, 2003, p. 201)

A racionalização, para além de otimizar o processo produtivo, faz perder a essência do trabalho como condição de vida, fragmenta-se para ampliar a capacidade de exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo que distancia o trabalhador da compreensão da realidade, passando apenas a realizar um trabalho mecânico sem o entendimento do todo, dessa forma escamoteiam-se as contradições.

Cidade e campo são os espaços onde é possível observar a materialização das desigualdades produzidas com a intensificação da divisão do trabalho, que afasta o trabalhador do todo. Especialmente, na cidade este processo é mais intenso, pois “o que a Cidade mais deteriora no homem é a Inteligência, porque ou lha arregimenta dentro da banalidade ou lha empurra para a extravagância.”

(QUEIRÓS, 2007, p. 138). É nela que se fortalece a necessidade de consumo, que se impõe um ritmo de trabalho cada vez mais excessivo, para alcançar os objetos de desejo, mas não se efetiva para todos. Não são todos que se apropriam do resultado do trabalho, apesar do anseio de ter acesso ao que está sendo produzido, o trabalhador consegue apenas o mínimo para sua sobrevivência e reprodução. O que esperar da cidade? Se ela é mais um produto da sociedade, evidenciando a desigualdade.

> Insisti logo, com abundância, puxando os punhos, saboreando o meu fácil filosofar. E se ao menos essa ilusão da Cidade tornasse feliz a totalidade dos seres que a mantêm... Mas não! Só uma estreita e reluzente casta goza na Cidade os gozos especiais que ele cria. O resto, a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem! (QUEIRÓS, 2007, p. 139)

Na cidade, é mais perceptível que a separação não se resume ao processo de trabalho, mas sim a todas as esferas da vida, onde o trabalhador tem acesso ao mínimo do que produz, e não se percebe enredado em uma condição de exploração. Mas também no campo, as relações de produção baseadas no capitalismo se fazem presentes. Mesmo com alguns espaços de resistência, o campo também já está muito subordinado aos ditames do capital, a exemplo da produção de *commodities*, bem como do uso de tecnologia e de trabalho assalariado, que enquadram o campo na dinâmica do modo de produção capitalista, pois

> As forças produtivas da indústria, que tendem a concentrar-se nas cidades, actuam poderosamente sobre os campos. É uma verdadeira revolução que a grande indústria provoca na agricultura e nas relações sociais dos agentes de produção agrícola: acréscimo da superfície cultivada mas diminuição (relativa e absoluta) da população rural e despovoamento dos campos. (LEFEBVRE, 1972, p. 135)

O avanço no campo das condições de produção do capitalismo evidencia a adequação do uso dos espaços para favorecer o processo de acumulação do capital, onde a divisão do trabalho se materializa.

No capitalismo, campo e cidade, são espaços onde se materializam as desigualdades e contradições. É possível encontrar riqueza e pobreza, possibilidades e dificuldades, infraestrutura ou falta dela, acesso a informação ou

não, e tudo mais que se produz socialmente em ambos os espaços, o que diferencia é o interesse do capital em cada um deles.

O operário da fábrica na cidade, o agricultor assalariado no campo, ambos estão na mesma condição, são trabalhadores livres que possuem apenas sua força de trabalho, e dela dispõem de acordo com as condições impostas pelo capital. Estão subjugados as regras impostas pelo modo de produção capitalista. Assim também, campo e cidade estão submetidos, pois são produzidos socialmente, logo suas características indicam o tipo de sociedade da qual são decorrentes.

3.3 O CAMPO E A CIDADE NA MODERNIDADE

Campo e cidade, espaços produzidos na relação estabelecida entre o homem e a natureza para atender suas necessidades, que ao longo do processo histórico, apresenta especificidades que estão relacionadas ao modo de produção, nos diferentes tempos históricos que materializam o desenvolvimento da sociedade.

Com o avanço do capitalismo, campo e cidade passaram a representar possibilidades distintas, um atrelado mais a oportunidades, outro vinculado mais ao atraso, tal discussão se sustenta nas transformações que estavam acontecendo. A ideia de modernidade é atribuída a cidade, mas é preciso considerar que

> Em nítido contraste com essa oposição óbvia, o uso problemático do termo ‘moderno’ se caracteriza pela tendência a *esquecer* a dimensão sócio-histórica, a serviço dos interesses dominantes da ordem estabelecida. Fiéis a esse espírito, as definições de ‘modernidade’ exigidas são construídas de tal maneira que as especificidades socioeconômicas são ofuscadas ou deixadas em segundo plano, para que a formação histórica descrita como uma ‘sociedade moderna’ nos vários discursos ideológicos sobre a ‘modernidade’ possa adquirir um caráter paradoxalmente *atemporal* em direção ao *futuro*, por causa de sua contraposição, acriticamente exagerada, ao passado mais ou menos distantes. (MÉSZÁROS, 2012, p. 70, grifo do autor)

A dimensão histórica é fundamental para analisar que as transformações que ocorriam, especificamente com a mudança em curso de um modo de produção para

outro, trata-se de um processo, por isso a importância de considerar como essas modificações estavam ocorrendo.

Especialmente, quando analisamos campo e cidade, é preciso considerar que ao longo do tempo histórico estes espaços assumiram funções e características distintas, as quais estavam relacionadas ao modo como a sociedade está organizada. No período transitório de mudança do feudalismo ao capitalismo observa-se que as transformações ocorridas na dinâmica destes espaços.

No feudalismo, a divisão "cidade-campo se originava de uma dicotomia na esfera da produção: a saber, a separação da produção para subsistência e da produção do excedente – a renda." (DEÁK, 1991, p. 1). É importante ponderar que:

> Por volta do ano mil, a Europa do Norte é ainda uma zona selvagem de vastas florestas pontuadas por encraves humanizados; no mundo atlântico, as áridas terras arbustivas dominam, do mesmo modo que, nas regiões mediterrâneas, dominam os terrenos pantanosos, pedregosos ou excessivamente escarpados. Por toda parte, o Ocidente é caracterizado por uma natureza rebelde ou apenas parcialmente domada, por culturas itinerantes e incapazes de ultrapassar rendimentos derrisórios, apesar dos esforços da Alta Idade Média, e por um povoamento frágil e instável. Três séculos depois, a paisagem europeia é radicalmente diferente: estabelece-se a rede de aldeias, tal como ela irá subsistir, no essencial, até o século XIX, e a relação quantitativa entre as zonas incultas ou de matas (o saltus) e o território humanizado (o ager) mais ou menos inverteu-se. Em um primeiro tempo, as aldeias estendem progressivamente seu domínio cultivado (sobretudo no século XI), depois, novos estabelecimentos, aldeãos ou monásticos, multiplicam-se no coração das zonas anteriormente virgens (sobretudo no século XII). Entre estes últimos, os monastérios cistercienses, que uma ética de austeridade leva a se implantarem no lugares mais retirados, são particularmente atentos à melhoria técnica da agricultura e do artesanato. Enfim, a ampliação das superfícies cultivadas é obtida pela exploração de terrenos julgados anteriormente pouco propícios (enconstas escarpadas, margens de cursos d'água, zonas pantanosas agora drenadas). (BASCHET, 2006, p. 102)

Baschet (2006) demonstra que na Europa do Norte ainda predominava aspectos mais distantes do processo intenso do desenvolvimento humanizado do espaço, tendo os aspectos naturais como mais marcantes e, que neste momento ainda não tinham passado por significativas mudanças em decorrência da ação humana. Entretanto, essa realidade foi sendo alterada, e três séculos depois as características já são significativamente diferentes, evidenciando o aumento das

ações humanas no uso dos recursos naturais e o crescimento da rede de aldeias, promovendo alterações no espaço geográfico, conforme a lógica que se estabelecia pela demanda social.

Esse processo de mudança é gradual, tanto a cidade quanto o campo vão apresentar características que são apropriados para o desenvolvimento da sociedade. Conforme suas especificidades, observa-se que:

> Quase sempre se encontrava na cidade um mercado semanal, onde camponeses dos arredores traziam os seus produtos; algumas vezes, mesmo, realizava-se uma feira anual (annualis mercatus). Nas entradas da cidade recebia-se o imposto sobre tudo o que entrava ou saía. Uma oficina monetária funcionava no interior das muralhas. Aí se encontravam também algumas torres habitadas pelos vassalos do bispo, pelo seu procurador ou pelo seu castelão. Por fim, é preciso juntar a tudo isto os celeiros e os armazéns, onde vinham acumular-se as colheitas episcopais e monásticas carreadas, em épocas fixadas, pelos rendeiros do exterior. Afluíam à cidade, às grandes festas do ano, os fiéis da diocese e animavam-se durante alguns dias com um ruído e movimento desacostumados. (PIRENNE, 2009, p. 55-56)

Temos uma cidade até então que atende as demandas tanto de armazenamento como de circulação da produção do campo, que vai transformando suas características que vão assumir, tanto campo como cidade. Ao analisar a expansão econômica, Pirenne (2009) afirma que

> Foi no século XII que esta penetração, progredindo gradualmente, transforma, em definitivo, a Europa Ocidental. Libertou-a do tradicional imobilismo a que a condenava uma organização social que unicamente dependia das ligações do homem com a terra. O comércio e a indústria não se limitam a tomar uma posição ao lado da agricultura, mas agem sobre ela. Os seus produtos não servem só para o consumo dos proprietários e trabalhadores do solo: são arrastados de permuta ou matérias-primas. Os quadros do sistema feudal, que tinham, até então, encerrado a actividade econômica, quebram-se e toda a sociedade se impregna de um carácter mais maleável, mais activo e mais variado. De novo, como na Antiguidade, o campo se orienta para as cidades. (PIRENNE, 2009, p. 81-82)

De acordo com Pirenne (2009), já no século XII, era possível observar as transformações nas atividades econômicas desenvolvidas, evidenciando que a cidade começa, novamente, a determinar o ritmo e a forma como são realizadas as atividades econômicas, não apenas na própria cidade, mas também no campo.

> A reafirmação do fenômeno urbano na Idade Média Central está associada ao desenvolvimento das atividades artesanais e comerciais. Mas a função militar e, sobretudo, a presença de uma corte numerosa e cria um efeito de atração, são igualmente decisivas. Estas últimas permitiram, de resto, a manutenção dos núcleos urbanos durante a Idade Média e, mesmo quando o desenvolvimento artesanal e comercial faz sentir seus efeitos, elas continuam com frequência a ter papel significativo no desenvolvimento urbano. (BASCHET, 2006, p. 145)

O desenvolvimento urbano está atrelado a intensificação das atividades artesanais e comerciais, sem ignorar a importância da função militar. São estas características que possibilitaram que a cidade começasse a retomar uma posição de destaque, caminho aberto para posteriormente consolidar o modo da produção capitalista. Na "formação das cidades da Idade Média é quase um fenômeno tão nitidamente determinado pelo meio geográfico e pelo meio social como o curso dos rios é determinado pelo relevo das montanhas e a direção dos vales." (PIRENNE, 2009, p. 109). Ao longo de todo o desenvolvimento da sociedade, um processo que envolve a relação entre os aspectos naturais do espaço geográfico e a forma como a sociedade se relaciona com ele e a produz para sua existência, o que depende das necessidades que também são construídas socialmente. Ainda considerando o período feudal, é importante ressaltar que

> Quanto às atividades especificamente urbanas – o comércio, a produção artesanal e o início da atividade bancária –, elas estão longe de corresponder às normas da racionalidade econômica que o sistema capitalista estabelecerá a partir do século XVIII. É, então, mais do que perigoso falar, no que diz respeito à Idade Média, de mercado regido pela lei da oferta e procura, ou ainda de livre concorrência. Na cidade, as atividades produtivas são organizadas em ofícios, cujos regulamentos detalhistas, estabelecidos a partir do século XII, fixam as normas de produção e de qualidade dos produtos, os preços, os salários e as condições de trabalho. [...] A exigência de qualidade, definida pelas normas dos ofícios, permanece mais importante que o aumento da produção; as regras da rentabilidade não se impõem mais do que a preocupação de uma maximização dos rendimentos e do tempo de atividade, como prova o fato de que, ainda no século XII, os artesãos trabalhem apenas cerca de 180 dias por ano. O investimento permanece limitado e as considerações não econômicas determinam largamente a utilização dos lucros (poupança para previsão de crises, aquisição de terras, fundações piedosas, investimentos no além-túmulo). Enfim, a relação salarial estabelecida entre mestres e companheiros conservava traços muito diferentes daqueles que serão impostos pelo aparecimento do capitalismo. (BASCHET, 2006, p. 150)

As atividades realizadas na cidade neste período não podem ser analisadas pela lógica que será desenvolvida posteriormente com o capitalismo, mesmo apresentando algumas atividades que podem ser comparadas, a essência era diferente, especialmente, por que a lei da oferta e da procura não determinava o processo produtivo. O ritmo do trabalho era diferente do que seria estabelecido a posteriori. Baschet faz uma descrição deste espaço no período feudal, onde é possível identificar suas características de forma explícita,

> A cidade supõe um modo de viver específico, marcado pela densidade e pela diversidade de seus habitantes, e uma paisagem própria, cujos afrescos do Bom Governo, pintados por Ambrogio Lorenzetti no Palácio Públido de Siena (1338-39), dão uma imagem exemplar (...). É verdade que é normal encontrar, no interior das muralhas das cidades medievais, terras cultivadas e mesmo gado, o que, junto com a presença de torres e, muitas vezes, de um castelo, atenua a distinção entre o mundo urbano e o mundo rural (e mais ainda porque as próprias aldeias são fortificadas). Entretando, ao olhar, impõe-se a rua, estreita e mal iluminada, com suas casas assombradas e seus bazares abarrotados de diversos produtos, suas imundices difíceis de eliminar e seus porcos, que fazem o serviço de lixeiros (...). É preciso evocar, igualmente, a praça pública, onde se erguem a administração municipal e a torre do sino, as numerosas tavernas, os “banhos públicos” e outros lugares onde as autoridades municipais do fim da Idade Média procuram organizar a prostituição, tida como um “serviço coletivo” útil à paz pública. (BASCHET, 2006, p. 151)

Os afrescos de Ambrogio Lorenzetti permitem visualizar a estrutura da cidade e do campo naquele período. A cidade constitui-se como espaço fortificado, cercado onde é possível observar a estrutura das residências, e dos locais de armazenamento da produção do campo e para a comercialização. (FIGURA 02)

FIGURA 02 – Efeitos do Bom Governo sobre a vida da cidade (detalhe), Ambrogio Lorenzetti, 1338 (Palazzo Pubblico – Siena, Itália).

Fonte: http://pt.wahooart.com/Art.nsf/O/8XZPZU/$File/Ambrogio-Lorenzetti-Effects-of-Good-Government-on-the-City-Life-detail-7-.JPG - acesso em 11/11/2017

O campo é destinado para o cultivo da terra, para a criação de animais e utilizado para realizar estas tarefas. A separação entre campo e cidade é perceptível, marcada por fortificações, e revelam bem mais quando se considera que

> os triunfos da arte e da invenção, na cidade, tornaram-na duplamente desdenhosa de seus atrasados vizinhos rurais; o campo era ameaçado como um dependente de fraco juízo ou, o que era pior, como um estrangeiro. (...). Em vez de criar no campo aberto aliados, que pudessem ter ajudado a atacar as raízes do poder feudal, criaram uma rígida muralha de inimigos; e o comportamento de seus exércitos, em suas expedições contra outras cidades, provavelmente não os tornava mais bem recebidos. (MUMFORD, 1998, p. 367)

O desdém coloca o campo em condição de aparente submissão, isso porque para a o desenvolvimento do modo de produção capitalista, não era indispensável às atividades realizadas no campo, mesmo colocando-o em situação de inferioridade, a dependência sempre se manteve. O campo é fonte de alimento, mas também espaço onde a exploração do trabalha e a retirada de matéria-prima é fundamental. (FIGURA 03)

FIGURA 03 – Os efeitos do bom governo no campo (detalhe), Ambrogio Lorenzetti, 1338 (Palazzo Pubblico – Siena, Itália).

Fonte: http://pt.wahooart.com/Art.nsf/O/8XZN7S/$File/Ambrogio-Lorenzetti-The-Effects-of-Good-Government-in-the-Countryside-detail-2-.JPG - acesso dia 11/11/2017

Com as alterações do período de produção feudal para o capitalismo, campo e cidade continuaram a passar por transformações, atendendo ao ciclo do capital, no processo de produção, distribuição, circulação e consumo. Essas alterações são marcadas pelas ideias da modernidade, as quais vão basilar a dinâmica que se impõe ao campo e a cidade mediante as novas configurações que assumem. Nesse sentido, é importante reconhecer que

> Um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é supostamente de tal ordem que possibilita enxergar o mundo como uma tabula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado – ou, se o passado ficar no caminho, mediante sua obliteração. (HARVEY, 2015, p. 11)

Este mito é fundamento para colocar a cidade e o campo como se estivessem em contraposição, pois constrói-se o ideário de superioridade da primeira em relação ao segundo, como se um espaço fosse mais importante que o outro no processo de consolidação da sociedade.

Cumpre-nos questionar, qual a necessidade de esquecer o processo de produção tanto do campo, quanto da cidade, anterior ao modo de produção capitalista, o que está por trás dessa necessidade de suplantar a importância do campo, e de enfatizar a cidade como evidência do moderno? Não queremos afirmar

que antes do capitalismo as relações que se estabeleciam, no campo e na cidade, eram simplesmente salutíferas, mas sim ocorriam de forma diferente, o campo possuía uma maior importância no processo, do que com o capitalismo. A lógica do capital passa a ser sustentada pela “importância” da cidade enquanto espaço de possibilidades. A princípio, evidencia-se que a ideia de cidade como o moderno é uma construção que atende aos interesses sociais do momento de consolidação do capitalismo, que vem como diferencial do feudalismo, o qual tinha no campo a base da estrutura social, que ora precisava ser modificada. Assim,

> O valor da produção para subsistência se transforma em salário, o excedente é apropriado na forma de lucro, ambos incorporados no valor das mercadorias, e a troca se torna uma troca de equivalentes num mercado unificado. Assim, enquanto no feudalismo a separação entre a produção e a troca/consumo, numa constelação de mercados separados, impunha a dicotomia cidade/campo e o fracionamento do território numa constelação de espaços locais, a produção capitalista de mercadorias num mercado unificado impõe a redução da prévia dicotomia cidade/campo, e a redução da constelação de espaços locais a um espaço único, no qual mercadoria, trabalho e capital fluem livremente, e numa escala suficientemente ampla para sustentar um processo de acumulação autônomo - tal qual realizado historicamente nos limites do Estado-nação moderno. (DEÁK, 1991, p. 2)

O que entrevemos, então, são mudanças na forma como a relação campo-cidade se estabelece, evidenciando uma redução na compreensão de que se trata de uma oposição entre estes dois espaços, mas sem deixar de lado a ideia que a cidade é o espaço mais promissor. Ao longo do tempo as mudanças vão proporcionando a cidade um aspecto mais “encantador”, como demonstra Benjamim quando expõe sobre as passagens,

> As passagens são o centro das mercadorias de luxo. Para expô-las, a arte põe-se a serviço do comerciante. Os contemporâneos não se cansam de admirá-las. Durante muito tempo permanecerão uma atração para os forasteiros. Um *Guia Ilustrado de Paris* diz: “estas passagens, uma recente invenção do luxo industrial, são galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore, que atravessam quarteirões inteiros, cujos proprietários se uniram para esse tipo de especulação. Em ambos os lados dessas galerias, que recebem a luz do alto, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura.” As passagens são o cenário da primeira iluminação a gás. (BENJAMIN, 2007, p. 40, grifo do autor)

Símbolo de elegância, as passagens em Paris, que surgem a partir da década de 1820, retratam o luxo, além de auxiliar a desenvolver o ideário do consumo, que será fundamental para as transformações pelas quais a sociedade está passando, o capitalismo trouxe consigo o aumento da capacidade produtiva e era preciso também garantir o consumo (FIGURA 04). Anos mais tarde, a partir de 1850, projetos urbanísticos se intensificaram, na chamada Reforma Urbana de Paris ou Reforma de Haussmann, com o objetivo de modernizar Paris.

> No início dos anos cinquenta a população de Paris começou a resignar-se à ideia de uma inevitável e grande purificação da imagem da cidade. É de supor que esta purificação, no seu tempo de incubação, poderia ter um efeito tão forte, ou maior ainda, sobre um instável espírito fantasista como o próprio aspecto dos trabalhos urbanísticos. (BENJAMIN, 1975, p. 21)

FIGURA 04 – Fourier ou as passagens

Fonte: http://revistaespiritahistorica.blogspot.com.br/2010/08/i-fourier-ou-as-passagens.html - acesso em 15/11/2017.

Neste período histórico o lado belo é sempre evidenciado, fortalecendo a ideia da cidade como maiores possibilidades. A cidade passa a atender a lógica do capital: indústrias, moradias, comércio, nem todos com a mesma graciosidade das passagens, mas seguindo o princípio do modo de produção do qual são resultantes. Na cidade, as pessoas estão num ir e vir contínuo,

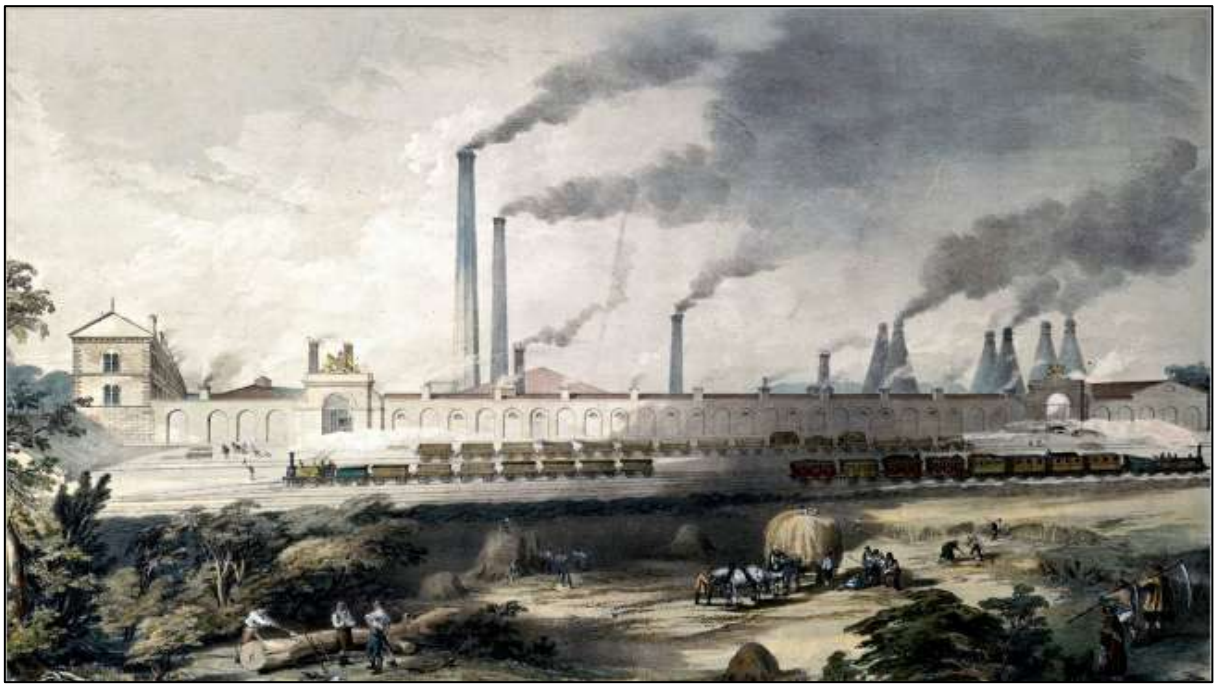
> Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento da cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências. (ENGELS, 2010, p. 68)

A cidade poderia representar oportunidade de unidade entre os sujeitos, mas também está a serviço do capital. Neste espaço o individualismo é acentuado, multidões aglomeradas, no entanto separadas pela preocupação particular. As desigualdades são marcantes nas condições sociais, econômicas e espaciais.

> É notório que a superpopulação tornou Londres insalubres, mas muitas outras cidades estavam em situação quase igual. Em 1608, os visitantes de Sheffield sabiam que ficariam ‘meio sufocados com a fumaça da cidade’, ao passo que em 1725 um viajante a Newcastle descobriu que ‘as nuvens de fumaça perpétuas pairando no ar faziam tudo parecer tão negro como em Londres’. Mesmo em Oxford, o ar era tão ruim que um antiquário setecentista considerava que os Mármores de Arudel tinham ‘sofrido mais em setenta ou oitenta anos ali que em talvez 2 mil anos nos países de onde foram trazidos’. Inevitavelmente, havia mais peste nas cidades que no campo, e um nível mais alto de mortalidade. (THOMAS, 1988, p. 292)

A transformação do espaço urbano é incontestável, por um lado a população que vivia do trabalho em moradias precárias, poluição, são marcas do crescimento rápido e preocupado com a acumulação do capital, e não com a qualidade de vida daqueles que passaram a viver nas cidades. Além disso, tem-se o crescimento industrial nas áreas urbanas, como ocorreu em Sheffield, 1845, com a implantação desta atividade e da estrada de ferro que favoreceu o desenvolvimento de fábricas e as mudanças no espaço urbano. (FIGURA 05).

FIGURA 05 – Aspectos do desenvolvimento da Revolução Industrial nomeadamente o caminho de ferro em Sheffield 1845



Fonte: http://historiaschistoria.blogspot.com.br/2016/10/o-caminho-de-ferro.html - acesso em 15/11/2017

Como o desenvolvimento das atividades econômicas a população das cidades também aumentou, mas diferente do luxo que era possível observar nas passagens, para a população, que estava ligada diretamente ao processo produtivo, restava apenas locais em condições precárias de existente.

> A multidão não é apenas o mais novo refúgio do proscrito; é também o mais novo entorpecente do abandonado. O flâneur é abandonado na multidão. Com isso, partilha a situação da mercadoria. Não está consciente dessa situação particular, mas nem por isso ela age menos sobre ele. Penetra-o como um narcótico que o indeniza por muitas humilhações. A ebriedade a que se entrega o flâneur é a da mercadoria em torno da qual brame a corrente dos fregueses. (BENJAMIN, 1989, p. 51-52)

Como apresenta-nos Benjamin (1989) a multidão está abandonada, a condição de vida não interessa, a desigualdade é visível, o acesso aos benefícios do que o avanço produtivo permite criar é limitado, alguns detém muito, muitos ficam sujeitos a condições de miserabilidade, como é possível observar na Dudley Street (FIGURA 06).

FIGURA 06 – Uma rua de um bairro pobre de Londres (Dudley Street); Gravura de Gustave Doré de 1872.

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/-dLKSFwuFS44/UmFPZqeL0QI/AAAAAAAACO0/dyM_FMMXlow/s1600/Bairro+operario+de+Londres.jpg – acesso em 15/11/2017

Diante das condições de vida dos trabalhadores, fica evidente que a cidade não era o espaço mais harmonioso e de possibilidades, a condição de vida sofreu significativa mudança. Alguns aspectos demonstram as características que apontam desigualdades, como nos apresenta Conlin, ao afirmar que

> No final da Idade Média e no início do Período Moderno, era lugar-comum descrever cidades como frutos de crescimentos monstruosos, parasitas que, sem controle, iriam minar a força física e moral do corpo da nação. Em um tempo em que o saneamento e o atendimento médico eram precários, o crescimento urbano realmente dependia de constante reabastecimento por parte do país, isto é, as cidades não eram autossuficientes. (CONLIN, 2015, p. 25)

É evidente que a cidade não é o espaço do luxo, ou da harmonia, nela se materializam as desigualdades que fazem parte da forma como a sociedade capitalista vai se estruturar. As mudanças atingem de forma acentuada a condição de vida dos trabalhadores e na forma como estes realizavam suas atividades. O que explica Engles, quando afirma que:

> Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário. (ENGELS, 2010, p. 45-46)

Observa-se que mudanças são realizadas e interferem não apenas na estrutura física do processo produtivo, mas também nas características espaciais da cidade e do campo, e especialmente na vida dos sujeitos envolvidos no processo. Assim, é relevante considerar o que afirma Harvey

> Aprendemos a entender a cidade a partir de múltiplas perspectivas. Por um lado, ela é um incompreensível labirinto de qualidades caleidoscópicas: gire o caleidoscópio e surgirão inúmeras composições e colorações da cena urbana. Mas há persistentes pontos nodais em torno dos quais a imagem da cidade se funde em algo mais permanente e sólido. (HARVEY, 2015, p. 66)

Estas múltiplas perspectivas, são o exemplo da materialidade de uma sociedade desigual, nesse mesmo entendimento pode-se observar no campo características desiguais, que revelam a produção destes espaços como sendo sociais e consequentemente evidenciam suas particularidades.

Há conexões na produção do espaço dos aspectos que são pertinentes aos interesses sociais, no caso das passagens para favorecer a circulação. Os espaços vão apresentar outras características que forem necessárias para atender a lógica social do capital. As mudanças são perceptíveis, a exemplo no que se refere à condição de vida, que com o avanço do capitalismo passa por mudanças, como descreve Engels,

> Assim, os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda,

> participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo. Em sua maioria, eram pessoas de compleição robusta, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos campônios. Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas. (ENGELS, 2010, p. 46)

No capitalismo campo e cidade apresentam aspectos que evidenciam as desigualdades, não se trata apenas de um campo atrasado e uma cidade moderna, mas de uma sociedade que se desenvolve a partir da exploração do trabalho, o que se efetiva no espaço geográfico, tanto no campo como na cidade. A ideia de superioridade da cidade em relação ao campo, traz consigo variantes que só podem ser explicadas a partir da compreensão dos interesses que movem a dinâmica da sociedade capitalista, e está envolvida em aspectos ideológicos.

A mudança de um modo de produção para outro é gradual, com ela a forma de perceber e apresentar as transformações carrega em si a necessidade de afirmação de um sobre o outro, por isso

> À forma do novo meio de produção, que no início ainda é dominada por aquela do antigo (Marx), correspondem na consciência coletiva imagens nas quais se interpenetram o novo e o antigo. Estas imagens são imagens do desejo e nelas o coletivo procura tanto superar quanto transfigurar as imperfeiçoes do produto social, bem como as deficiências da ordem social de produção. Ao lado disso, nestas imagens de desejo vem à tona a vontade expressa de distanciar-se daquilo que se tornou antiquado – isso significa, do passado mais recente. Estas tendências remetem a fantasia imagética, impulsionada pelo novo, de volta ao passado mais remoto. No sonho, em que diante dos olhos de cada época surge em imagens a época seguinte, esta aparece associada a elementos da história primeva, ou seja, de uma sociedade sem classes. As experiências desta sociedade, que têm seu depósito no inconsciente do coletivo, geram, em interação com o novo, a utopia que deixou seu rastro em mil configurações da vida, das construções duradouras até as modas passageiras. (BENJAMIN, 2007, p. 41)

A representação do espaço em transformação reflete o anseio da sociedade que o está produzindo, por isso campo e cidade vão sendo apresentado, não simplesmente por suas características físicas, mas pelo interesse de se construir uma ideia de cada um deles que se adeque a sociedade da qual é resultante.

> Entretanto, dadas as determinações da ordem social, que são inseparavelmente estruturais e históricas, o 'tradicional' continua a desempenhar um papel crucialmente importante em todas as formações sociais concebíveis, por mais avançadas que sejam. Com efeito, no relacionamento dialético entre normatividade legalmente articulada e as formas tradicionais de normatividade socialmente efetiva, a primazia é desta última, e permanece com ela mesmo sob as condições da 'modernidade' capitalista. Além disso, é impossível examinar criticamente as perversas hierarquias estruturais socioeconômicas e a correspondente estrutura jurídica e política da sociedade de classes como tal sem reconhecer o papel fundamental dos 'costumes' e da 'tradição' como o predominante ou o übergreifendes Moment nessa dialética de continuidade e descontinuidade, sobre cujas bases a normatividade alienada as superestrutura jurídica e política (assim como suas vinculações institucionalmente articuladas e reforçadas no plano moral e da estética) pode ser superada pela normatividade autoformulada dos produtores associados. (MÉSZÁROS, 2012, p. 88)

Campo e cidade, tradicional e moderno, são aspectos de uma sociedade em movimento, produzida historicamente em uma relação dialética, um não elimina o outro, mas convivem de acordo com os interesses predominantes. Nesse ir e vir é que precisamos compreender estes espaços como produzidos, e que carregam em si características que demonstram as bases das quais são originários e revelam possibilidades neles existentes. Especificamente, demonstram como a consolidação do capital vai mediar a relação campo-cidade no decorrer do processo histórico.

3.4 A MOBILIDADE DO TRABALHO CAMPO-CIDADE

O trabalho é fundamental para o processo de acumulação do capital, é a mercadoria que não está apenas no mercado, mas que é responsável por produzir novas mercadorias. A força de trabalho se constitui mercadoria "na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho." (MARX, 2013, p. 242).

A força de trabalho tem a condição essencial da acumulação do capital, a partir da qual é possível obter o mais-valor, onde a capacidade de "conservar ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável para

o capitalista.” (MARX, 2013, p. 284). Sendo, portando uma mercadoria essencial para o interesse do capitalista, uma vez que é a partir dela que é possível adicionar valor, e garantir a continuidade da acumulação. No processo produtivo a força de trabalho possibilita a criação do valor, “o trabalho, mediante sua forma orientada a um fim, transfere ao produto o valor dos meios de produção e nele o conserva, cada momento do seu movimento cria valor adicional, valor novo.” (MARX, 2013, p. 285). Ao criar valor novo a força de trabalho constitui-se como essencial para a manutenção da lógica do capitalista.

O capital para se efetivar precisa da disponibilidade da força de trabalho, isto por que este “só pode ser compreendido como uma relação social em que a força de trabalho, como mercadoria, tem que ser produzida e controlada pelo capital com objetivos de exploração, assim como outra mercadoria qualquer.” (GOMES, 2009, p. 37). Ao obter a força de trabalho como mercadoria, o capitalista tem nela uma das condições para garantir o mais-valor, a partir da exploração do trabalho, que “constitui o excedente do valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho.” (MARX, 2013, p. 286). Tem-se o mais-valor produzido na relação entre o capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho), onde o primeiro por si só não produz valor. É na relação com a força de trabalho, que ocorrerá sua produção, com novas mercadorias, que serão conduzidas ao mercado para efetivar o ciclo do capital.

A importância da mercadoria força do trabalho é inquestionável, ela é a base para a efetivação da produção de todas as demais, por isso torna-la disponível para o capital é essencial para a ampliação do processo de acumulação, onde “o vendedor da força de trabalho, como vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso.” (MARX, 2013, p. 270). O valor de troca da força de trabalho é fundamentado na sua mobilidade, ou seja, na sua disponibilidade para deslocar-se em busca de sua efetivação.

A mobilidade do trabalho permite ao capitalista extrair a capacidade de produção do trabalhador, e quando este encontra a força de trabalho no mercado obtém uma ampliação da capacidade de acumulação, entretanto ao trabalhador resta apenas vendê-la, pois é a única coisa que dispõe, “em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes, de oferecer como

mercadoria à venda de sua própria força de trabalho, que existe apenas em sua corporeidade viva.” (MARX, 2013, p. 243), nesse processo o capitalista consegue explorar o trabalhador ao máximo.

Considerando que os meios de produção já estão sob controle do capitalista, interessa-lhe também o controle do trabalho, por isso no “interior do processo de produção, o capital se desenvolveu para assumir o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou, em outras palavras, sobre o próprio trabalhador.” (MARX, 2013, p. 381). Este controle é essencial para possibilitar a maior exploração da força de trabalho que encontra-se disponível para a ação do capitalista, pois é “a única mercadoria que pode levar a si mesma para o mercado sem ajuda de ninguém.” (HARVEY, 2013, p. 485)

A possibilidade de buscar no mercado a venda de sua força de trabalho coloca o trabalhador em condição diferenciada, mas este processo não é controlado pelo seu desejo, e sim pelo que é imposto pela dinâmica do capital. Aparentemente pode-se escolher onde vender sua força de trabalho, mas objetivamente, submete-se ao que convém ao capitalista, nesse sentido a mobilidade do trabalho é essencial, pois “induzindo e promovendo as migrações, o capital estaria produzindo e controlando a oferta de força de trabalho em mercados distintos.” (GOMES, 2009, p. 42). O movimento do trabalhador é fundamental, mas não é homogêneo, pois,

> nem todas as movimentações de mão-de-obra são equivalentes. Só interessa ao capital aquelas que asseguram a sua valorização, quer correspondam a uma intensificação ou a uma produtivização acrescidas, do trabalho, quer se dirijam para os espaços da polarização capitalista próprios para os absorver. E é sem dúvida aí, na vontade de apenas encorajar estas únicas movimentações, que reside o caráter novo das estratégias contemporâneas da mobilidade. (GAUDEMAR, 1977, p. 19)

O movimento do trabalhador não é consequência do desejo individual, mas sim das condições impostas pela forma como a sociedade está estruturada, no capitalismo. Ir e vir não depende unicamente do interesse do trabalhador, mas do que lhe é apresentado. A disponibilidade para trabalhar como ser livre é essencial para o capitalista, que tem a mercadoria capaz de produzir novas mercadorias, completamente sujeita as situações impostas. Na medida em que os trabalhadores estão “[...] à margem do processo produtivo, aumenta o estranhamento entre o

sujeito que trabalha e o produto de seu trabalho, condição da sua autoalienação." (CONCEIÇÃO, 2007, p. 98). O trabalhador encontra-se móvel e moldado pela lógica perversa do capital, servindo aos interesses do capitalista, sujeitando-se ao que lhe é ofertado, pois não percebe outra condição de existência. O trabalhador encontra-se do lado mais fraco desta relação, isto porque,

> A pobreza e a desigualdade são produzidas como determinante estrutural para a produção de riqueza. Esta determinação é realizada na subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca na reprodução ampliada do capital. O trabalho acumulado, objetivado, alienado assume a forma de ativos do capital. Sujeitos produtivos são subjugados às exigências perversas do capital, só são reconhecidos como consumidores. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 83)

A produção de riqueza é a preocupação central no modo de produção capitalista, para alcançar este objetivo não se considera a condição de vida do trabalhador, pelo contrário, ele é intensamente submetido aos interesses do capital. Para o trabalhador não existe outra possibilidade a não ser a de sujeição, mas para isso é preciso que ele esteja livre e sinta-se dono dos seus anseios e capaz de escolher seu caminho. Essa ideia é sustentada no fundamento burguês da liberdade do trabalhador, sustentada no argumento de que ele é capaz de "vender a sua força de trabalho quando, onde, por qualquer propósito e a quem lhe aprouver." (HARVEY, 2013, p. 485). Acreditando nesse poder o trabalhador está pronto para mover-se em busca do trabalho, atendendo aos anseios mais perversos do capital. Desse modo:

> O trabalhador é 'livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho'. 'Livre' pelo processo da acumulação primitiva do controle sobre os meios de produção (incluindo o acesso à terra), a maioria dos trabalhadores não tem opção a não ser vender a sua força de trabalho ao capitalista para poder sobreviver. (HARVEY, 2013, p. 486)

A liberdade é a aparente condição para a realização do movimento do trabalhador, que a princípio está livre para se deslocar e escolher aonde desempenhará sua atividade. Trata-se de um falseamento da realidade, pois de fato, a escolha é limitada a oferta do capitalista. A mobilidade da força de trabalho é "[...]

a condição de exercício da sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se trocar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital.” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). Uma liberdade cerceada pela falta de acesso aos meios de produção, tendo possibilidade de utilizá-los quando vende sua força de trabalho para o capitalista, conforme diferentes dimensões:

> Na sua dimensão espacial, ela assegura a repartição dos indivíduos no espaço, na sua dimensão profissional, constitui o postulado implícito de toda a nomenclatura dita homogênea, portanto de toda a codificação das atividades; na sua dimensão produtiva mais geral, ela conduz a todos os processos pelos quais o capital dispõe das forças de trabalho e as usas na multiplicidade dos processos de extorsão da mais-valia tanto absoluta como relativa. A mobilidade do trabalho surge assim como trave mestra de toda a estratégia de desenvolvimento capitalista. (GAUDEMAR, 1977, p. 51)

A mobilidade do trabalho não está associada apenas ao seu deslocamento no espaço, indo de um lugar para outro para vendê-la, mas também em toda a esfera da produção, garantindo ao capitalista a possibilidades de extrair o mais-valor.

Diante da mobilidade do trabalhador amplia-se a possibilidade do capitalista extrair o mais-valor, “obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho, o mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho.” (MARX, 2013, p. 390). Quanto mais o trabalhador se submete as condições que ampliam a acumulação do capital, mais o capitalista arrebata suas forças e segue no processo de exploração e extração de mais-valor, o que se torna possível diante do princípio da liberdade, “o que então foi libertador, por explosão das esferas rígidas da organização feudal do trabalho, tornou-se hoje modo de opressão (...). Por trás da proclamada liberdade de movimento, esconde-se de facto o interesse que aí encontra o capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 59).

A busca por trabalho é o atrativo do movimento, a liberdade de ir e vir, condição para que o trabalhador se desloque, e possa exercer esta liberdade, que está condicionada a existência de uma dualidade.

> A dualidade dessa liberdade se traduz em maneiras radicalmente diferentes de encarar sua mobilidade geográfica. Como sujeitos criativos, os trabalhadores perambulam eternamente pelo mundo e

> procuram escapar das depredações do capital evitando os piores aspectos da exploração, sempre lutando, com frequência com algum sucesso, para melhorar o seu destino. O capital precisa necessariamente se ajustar a esse processo e, na medida em que isso ocorre, os trabalhadores moldam tanto a história quanto a geografia do capitalismo. Entretanto, concebido como um objeto essencialmente dominado pelo capital, o trabalhador nada mais é do que capital variável, um aspecto do próprio capital. As leis que governam o movimento do capital variável estão incorporadas dentro daquelas que regulam a mobilidade e a acumulação do capital em geral. (HARVEY, 2013, p. 486)

A mobilidade, mesmo com um falseamento da liberdade, interfere na dinâmica que ocorre no espaço geográfico, pois o mesmo passa por transformações para possibilitar a materialização das condições de produção, como: instalações de equipamentos, fábricas, via de circulação, comércio, áreas de cultivo, dentre outras, que são criadas para que se estabeleça o processo produtivo, o que implica na localização geográfica. Assim, campo e cidade são também resultantes das demandas da sociedade na qual esta está inserida, e vão apresentar características que convenham a forma de organização.

A venda da força de trabalho é favorecida pela mobilidade do trabalho. Os trabalhadores, em diferentes situações, são explorados ao máximo para a garantia da extração do mais-valor, estando ele no campo ou na cidade. Ao longo do processo histórico é possível verificar o movimento dos trabalhadores conduzidos pelas possibilidades de trabalho, especialmente com a intensificação da industrialização, pois a "veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais braços; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores das regiões agrícolas emigraram para as cidades." (ENGELS, 2010, p. 59). Este processo ocorreu em meados do século XIX, e se repede no decorrer do tempo histórico, a cidade passou a ser um atrativo para muitos trabalhadores, que viam como possibilidades o trabalho nas fábricas aí instaladas. Neste espaço se materializavam as condições de produção nas quais o modo de produção capitalista se sustenta.

> A cidade contém a população requerida pelo aparelho produtivo e o 'exército de reserva' que a burguesia exige a fim de fazer sentir o seu peso nos salários e também para dispor de um 'volante' de mão-de-obra. Mercado das mercadorias e do dinheiro (dos capitais), a cidade torna-se também mercado do trabalho (de mão-de-obra). (LEFEBVRE, 1972, p. 134)

Esta população tem uma característica essencial está à disposição para se inserir no mercado. Atendendo ao princípio básico que está associado à perspectiva de liberdade, pode deslocar-se, seguindo onde as possibilidades estiverem, o que para o capitalista é fundamental, pois

> a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. (GAUDEMAR, 1977, p. 190)

Com a consolidação do capitalismo, essa disponibilidade do trabalhador torna-se cada vez mais importante, e o movimento da população em busca de trabalho aumenta significativamente, como o que ocorreu na Inglaterra

> Em 1700, mais de três quartos da população britânica ainda viviam no campo; apenas treze por cento, segundo se estimava, residiam em cidades com mais de 5 mil pessoas. Por volta de 1800, porém, a proporção urbana elevara-se para 85 por cento, e em 1851 os habitantes das cidades estavam em maioria. Além disso, esses agrupamentos urbanos oitocentistas se diferenciavam do campo com maior nitidez que seus primeiros predecessores modernos. Antes de terminar o século XVIII, era evidente que a Inglaterra se tornara, após a Holanda, o país mais urbanizado da Europa. (THOMAS, 1988, p. 290)

Uma mudança percentual significativa, a população urbana alcançou mais de 80% em menos de um século, período de intensa atividade industrial que estimulou a locomoção das pessoas do campo para a cidade. Engels aponta que:

> a história da indústria inglesa nos últimos sessenta anos – uma história que não tem equivalente nos anais da humanidade. Há sessenta ou oitenta anos, a Inglaterra era um país como todos os outros, com pequenas cidades, indústrias diminutas e elementares e uma população rural dispersa, mas relativamente importante; agora, é um país ímpar, com uma capital de 2,5 milhões de habitantes, imensas cidades industriais, uma indústria que fornece produtos para o mundo todo e que fabrica quase tudo com a ajuda das máquinas mais complexas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, cujas duas terças partes estão ocupadas na indústria e constituem classes completamente diversas das anteriores. Agora, a Inglaterra é uma nação em tudo diferente, com outros costumes e com necessidades novas. A revolução industrial teve para a Inglaterra a

> mesma importância que a revolução política teve para a França e a filosófica para a Alemanha, e a distância que separa a Inglaterra de 1760 da Inglaterra de 1844 é pelo menos tão grande quanto aquela que separa a França do Antigo Regime da França da Revolução de Julho. O fruto mais importante dessa revolução industrial, porém, é o proletariado inglês. (ENGELS, 2010, p. 58-59)

A transformação que ocorreu na Inglaterra está atrelada ao avanço da atividade industrial, a cidade, que até então não agregava muitas pessoas, em pouco tempo, atrai milhares, mas não se trata de um movimento que busca um espaço diferente do campo, mais sim um movimento em busca de oportunidades de trabalho.

As mudanças que ocorreram na Inglaterra, em virtude de ser o país onde inicialmente a industrialização se destacou, evidenciam que não são apenas as condições de produção que se alteram, mas também a situação da população e do espaço geográfico, como destaca Engels ao afirmar que

> Já vimos na Inglaterra que, juntamente com a pequena burguesia e com o bem-estar dos operários do tipo antigo, também os pequenos camponeses foram arruinados – dissolvida a tradicional vinculação entre trabalho industrial e trabalho agrícola, os campos inexplorados foram concentrados em grandes propriedades e os pequenos camponeses foram deslocados pela concorrência esmagadora das grandes explorações agrícolas. Deixaram de ser, como haviam sido até então, proprietários fundiários ou arrendatários, constrangidos a abandonar suas explorações e a se tornar trabalhadores agrícolas a serviço dos grandes proprietários fundiários ou dos grandes arrendatários. (ENGELS, 2010, p. 293)

A vida do homem do campo foi transformada diante da dinâmica que estava sendo implementada na cidade, porém a questão não é simplesmente locacional, mas da perspectiva de como os espaços sejam mais úteis para atender as demandas do capital. A atividade dos pequenos camponeses era incompatível com as perspectivas que o modo de produção capitalista estava implementando. Alteraram-se as características do campo e da cidade, para que cada vez mais esses espaços garantissem a efetivação do capitalismo.

O trabalhador encontra-se a mercê das condições oferecidas pelo capitalista e precisa se adequar a elas, logo “a liberdade do trabalhador para se mover é convertida em seu exato oposto. Em busca de emprego e de um salário para

sobreviver, o trabalhador é obrigado a acompanhar o capital para onde quer que ele flua.” (HARVEY, 2013, p. 486). Estar no campo ou na cidade é determinado pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, aonde for mais conveniente para o capital, é para lá que será atraído o trabalhador “livre”. A fluidez do trabalhador é útil ao capital para sua reprodução, sendo que quanto maior a mobilidade do trabalhador “mais facilmente o capital pode adotar novos processos de trabalho e tirar vantagens de localizações superiores. A mobilidade geográfica livre da força de trabalho surge como uma condição necessária para a acumulação do capital.” (HARVEY, 2013, p. 487).

Com o avanço da industrialização, a intensidade da produção articulando novas formas e divisão do trabalho a mobilidade passa a ser exigência do sistema do capital, tornando a força de trabalho livre para o deslocamento necessário no processo da ampliação do capital. É fundamental produzir mercadorias (força de trabalho livres excedentes) no campo e na cidade disponíveis para garantir a demanda crescente de mais valor.

Com a concentração da atividade industrial nas cidades, os meios de produção com o capitalista e sem acesso à terra o trabalhador não tem outra opção a não ser se deslocar para garantir a sobrevivência de si e da sua família tornando-se força de trabalho garantidora da acumulação capitalista, seja no campo e ou na cidade. Espacialmente há o deslocamento do campo versus cidade, (maior proporção), do campo para o campo conforme a necessidade estabelecida pelo funcionamento da indústria. Ressalta-se que para a produção capitalista não basta a quantidade da força de trabalho disponível é preciso a criação de um exército industrial de reserva, uma superpopulação desempregada, expropriada dos meios de produção submissa aos ditames do capital tornando-se força excedente. A liberação de trabalhadores ociosos avança com mais rapidez com o progresso da técnica do processo de produção. O sobretrabalho cresce mais rápido engrossando as fileiras do exército de reserva. “A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista (MARX, 2013, p. 711).”

O conjunto desse movimento tem relação direta com a relação campo-cidade. O fluxo desse movimento tem se dado historicamente no Brasil conforme a ordenação territorial estabelecida pelo volume de lucro do capital. A relação campo-

cidade é intrínseca ao processo de produção do ciclo contínuo do capital. A partir dos anos de 1980 ocorrem fortes mudanças na reestruturação produtiva em escala mundial e local, face à nova lógica acumulativa do capital, e consequentemente alterações substantivas nas relações de produção e nos processos de trabalho. Tais mudanças têm provocado um acentuado controle do trabalho, e evidenciado uma alta taxa de desemprego estrutural, o que resulta em novos significados da formação da classe trabalhadora no mundo produtivo.

> A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural – que vende a sua força de trabalho para o capital –, de que são exemplos os assalariados das regiões agro-industriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES, 2005, p. 82)

Nesse contexto é possível observar como a mobilidade do trabalho tem trazido novos rebatimentos na produção e organização espacial no fluxo campo e cidade, sendo mais um elemento que favorece a consolidação do capital. A relação campo-cidade se produz, na sociedade capitalista para possibilitar as condições necessárias para a acumulação do capital.

No capitalismo a organização da sociedade é fundada na divisão de classe, onde o que é produzido não é compartilhado entre todos os que fazem parte do processo produtivo, o que gera desigualdades intensas, e para camufla-las o espetáculo é essencial, e o Estado é o garantidor da sua perpetuação, desenvolvendo as ações que garantem a sua continuidade.

CAPÍTULO IV

4 A CONDUTA DO ESTADO NA URDIDURA DO CAPITAL

As ações do Estado resultam em transformações sociais, organizacionais e espaciais, que revelam os interesses que fundamentam as opções adotadas para construir os caminhos pelos quais trilham a sociedade. Os meandros deste processo permitem analisar como se estabelece a necessidade da existência do Estado, da mesma maneira que, possibilitam apreender que suas ações não são equânimes, pois são construídas para manter uma estrutura social que não é igualitária. Não se pode entrever como o Estado está organizado e para que existe, bem como para que serve, sem ponderar que sua existência é solidificada na conservação das estruturas sociais das quais é decorrente.

Na representação da sociedade na qual vivemos quase tudo é apresentado como belo, e manter esta condição é um processo, do qual o Estado assume a direção, guiando os caminhos a serem percorridos. A sociedade é marcada por uma estrutura desigual, para qual é necessário criar as condições de continuidade, é preciso parecer que tudo está como deveria ser. Contemplar a sociedade como se ela estivesse ofertando o máximo de si para todos, o que é sustentado pela camuflagem necessária para não se expor todas as disparidades que afloram, pois “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produções se apresentam como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.” (DEBORD, 1997, p. 13). Assim como em uma peça de teatro, outros sujeitos fazem parte do espetáculo, os que elaboram o roteiro, os que encenam, os que assistem e os que financiam. Analisar as relações que permeiam a construção deste espetáculo é o ponto precursor para a compreensão da sociedade na qual vivemos, pois é ela que constrói as bases para a consolidação da estrutura que atende aos interesses do modo de produção do qual é decorrente.

A sociedade se estabelece a partir da relação homem-natureza, mas não se limita aos aspectos naturais, destarte, é importante considerar que é o trabalho realizado pelo ser humano permite a efetivação desta relação, sendo que “as relações dos homens entre si no trabalho, isto é, a organização social da produção e a técnica de produção” (LUXEMBURGO, 2015, p. 87-88) configuram as características que assumirá a sociedade na garantia da sua reprodução. É essencial considerar que “as relações sociais que podem determinar o caráter da forma de produção numa sociedade são múltiplas e diversas: divisão do trabalho, repartição dos produtos entre os consumidores, troca.” (LUXEMBURGO, 2015, p. 88). O processo produtivo é o que guiará a organização econômica da sociedade, o que repercute também na sua estrutura social.

A manutenção das condições de aceitação do espetáculo como real é resultante da incompreensão do homem enquanto sujeito histórico no processo de construção da sociedade.

> Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações. (MARX; ENGELS, 2007, p. 30)

Não perceber o processo histórico do qual o homem faz parte favorece a insipiência, deslocando-o da condição de sujeito histórico, para mero espectador incapaz de mudar os rumos da sociedade. Diante da aparente incapacidade de transformar é mais fácil a reprodução das condições já estabelecidas, pois mudar não se apresenta como algo realizável. Neste sentido, a atuação do Estado acaba por garantir que o espetáculo continue.

4.1 A ORGANICIDADE DO ESTADO NA EFETIVAÇÃO DO CICLO DO CAPITAL

A produção do espaço no capitalismo ocorre de forma a garantir a materialização e reprodução do ciclo do capital. Considerando as contradições que estão da base do desenvolvimento da sociedade capitalista é necessário estabelecer as condições para que, mesmo diante da desigualdade, a reprodução do capital possa acontecer de modo conveniente, e para criar as situações para equilibrar as tensões oriundas das mais severas contradições, é preciso que as mesmas sejam mediadas, de forma a auxiliar a manutenção da ordem, mas principalmente para proporcionar a continua acumulação do capital. O Estado é a instituição com capacidade de atuação nos conflitos irremediáveis em uma sociedade desigual.

> É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 213)

Enquanto produto da sociedade o Estado é fundamental, e suas características só podem ser compreendidas a partir do momento que se leva em conta a sociedade na qual o mesmo é gestado. O Estado serve com "um meio institucional de legitimar e de garantir que a sociedade de classes e todos os seus mecanismos de exploração e de produção de riqueza funcionem e permaneçam intactos." (RODRIGUES, 2012, p. 40). Isto porque o Estado que é funcional a sociedade capitalista "nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas é, por regra, o Estado da classe mais poderosa da classe economicamente dominante." (ENGELS, 2012, p. 215).

Atender a classe dominante é uma prerrogativa do Estado que se consolida para garantir as condições de acumulação do capital, servindo de base para favorecer a exploração do trabalho, sem o qual não se manteria este processo que é vital ao modo de produção capitalista. Trata-se de um Estado

> altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma precondição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente (MÉSZÁROS, 2011a, p. 108-109).

Como uma instituição burocrática estabelece as regras para que as condições de materialização do modo de produção capitalista sejam efetivadas, neste sentido, "o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos, a partir da lógica fetichista do mercado que se cristaliza na ideia da individualização." (CONCEIÇÃO, 2013, p. 92).

O Estado cumpre importante função dentro da estrutura social na qual está assentado, é através dele que se constroem as bases para que a sociedade capitalista se mantenha, uma vez que as contradições nela existentes não são solúveis, neste sentido, o Estado é instrumentalizado para amenizar os antagonismos que são incompatíveis, mas que persistem e precisam ser atenuados. Se as contradições não podem ser solucionadas o Estado se constitui como o fiel na balança, exercendo sua força, a qual é destinada a subjugar determinada classe. A formação de classes também ocorre diante das transformações sociais construídas historicamente, no caminho para a divisão entre proletariado e burguesia estão algumas mudanças, dentre elas é relevante considerar o que aponta Mandel, quando afirma que,

> el nacimiento del Estado es producto de una doble transformación: la aparición de un sobreproducto social permanente, que permite liberar a una parte de la sociedad de la obligación de efectuar un trabajo para asegurar su subsistencia, la cual crea con ello las condiciones materiales para su especialización en funciones de acumulación y

> administración; una transformación social y política que permite excluir a los demás miembros de la colectividad del ejercicio de las funciones políticas, que eran anteriormente patrimonio de todos. (MANDEL, 1977, p. 14)

A existência do superproduto permanente possibilitou a criação de reservas que colocam os sujeitos em condição para poder se dedicar a outras atividades, uma parcela destes dedicaram-se a acumulação e administração, os demais foram fundamentais para o avanço do capitalismo, como “trabalhador livre”, indispensável para garantir a acumulação de capital.

As relações sociais decorrentes do processo que separa sujeitos da sua condição de existência, para transformar uns em trabalhadores livres e outros em proprietário dos meios de produção é a evidência de uma sociedade construída em um lastro de desigualdades, na qual se prioriza o interesse econômico do modo de produção vigente, impondo uma “realidade alienante e de aparente aceitação natural. Sem uso da força ou de grilhões” (RODRIGUES, 2012, p.43). É através das ações do Estado que as desigualdades vão sendo naturalizadas como se fossem inevitáveis e mesmo necessárias para a organização da sociedade.

Esta condição auxilia na interpretação de que o Estado é um produto social, mas não no sentido de que ele reflete uma representatividade consensual, harmoniosa e neutra, pelo contrário é através dele que se garante a dominação existente entre as classes, que escamoteia as desigualdades. Neste sentido, o Estado “é o lugar onde sujeitos formalmente livres e iguais, mas profundamente desiguais, estabelecem relações políticas de superordenação e subordinação.” (BORON, 1994, p. 249). A manutenção dessas desigualdades exige que o Estado garanta as condições para que as mesmas sejam consideradas como normais. É necessária uma rede de mediações que são “estruturas estatais, tradições políticas e ideológicas, organizações e práticas sociais de diferentes tipos”, que vão possibilitar que a burguesia mantenha o controle econômico, social e político. (BORON, 1994, p. 249)

Este controle só é exequível diante do poder do Estado moderno, que de acordo com Mészáros, “se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais.” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 98). Para

garantir a estrutura econômica desigual na sociedade capitalista, o Estado é munido de poder, pois sem ele os antagonismos não seriam suportáveis, serve então como um atenuante que mascara as desigualdades ou tenta naturalizá-las.

A estrutura do Estado é montada de modo a assegurar a perpetuação das condições de acumulação de riqueza, independentemente da condição de vida dos sujeitos envolvido nesse processo. O importante é que permita “apoiar as necessidades cambiantes do processo de acumulação e gerar uma estrutura de dominação na qual as classes subordinadas possam expressar reivindicações próprias.” (SORJ, 1977, p. 268). Para manter a dominação é fundamental garantir que a parte mais desprivilegiada nesse processo se sinta contemplada, podendo fazer suas reivindicações. Faz parte da estrutura montada para a perpetuação da dominação que o proletariado se sinta “protegido”, conservar alguns direitos é indispensável, não por preocupações com a condição de vida do trabalhador, mas para que este se sinta parte do processo e amparado pelo Estado, que na verdade protege as condições de acumulação do capital. Por isso,

> el Estado es el aparato o el conjunto de los aparatos, de los cuales el determinante es el aparato represivo (el conjunto de fuerza monopolizada), cuya función principal es impedir que el antagonismo degenere en lucha, no ya mediando intereses de clase contrapuestas sino reforzando el dominio de una clase sobre outra. (BOBBIO, 2008, p. s/n)

É a partir do controle que exerce, mediante o poder que detém, que o Estado pode cumprir sua função, tentando evitar que se efetivem conflitos diante das condições antagônicas que marcam a sociedade capitalista, onde as desigualdades são tão intensas que manter o equilíbrio só é de fato possível frente ao uso da repressão, caso contrário a luta de classes já teria alcançado níveis de confronto ampliado. Logicamente, não é apenas o poder repressivo que confere *status* ao Estado, existem mecanismos políticos que lhe permite atuar para garantir a reprodução da acumulação do capital, mecanismos que

> se configuram principalmente pela via das políticas econômicas, pela viabilização de toda uma estrutura espacial, de normatizações e legislações, de contenção militar e policial, mas principalmente pelas armadilhas das políticas tidas como de inclusão social, que se garante a manutenção do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, afiança ao capital e a exploração do trabalho, a permanência

> da população num perverso círculo vicioso de miséria. (RODRIGUES, 2012, p. 70)

Através desses mecanismos a capacidade de atuação do Estado é ampliada de forma a manter os antagonismos sob controle, ao tempo em que garante as condições necessárias para o avanço do capital em todas as áreas possíveis. O que conduz a ideia de que o Estado está no comando da estrutura econômico social vigente, no entanto, ele também está a serviço do capital, e "apesar de o capital exigir o apoio da coerção estatal, o próprio poder do Estado é, ao menos aparentemente, limitado pelo capital." (WOOD, 2014, p. 22). A submissão do Estado ao capital é compreendida quando se percebe que suas ações conduzem a sociedade para a aceitação das regras impostas para salvaguardar a acumulação do capital, sendo que

> a separação do econômico e do político tornou possível a extensão do alcance econômico do capital para muito além do seu controle político – de uma maneira que era impossível para formas anteriores de exploração política diretamente dependentes do poder militar e da dominação política. Mesmo assim o capitalismo nunca foi capaz de abrir mão dos Estados territoriais, cujas fronteiras são muito mais estreitas que as do império do capital. A apropriação capitalista ainda exige o apoio da coerção extraeconômica, e o controle da operação de um Estado ainda é necessário para oferecer a ordem política que garanta a regularidade e a previsibilidade de que o capital necessita nas suas transações diárias. O capitalismo também depende de práticas e instituições extraeconômicas para compensar suas próprias tendências disruptivas, a devastação do mercado e a privação de propriedade da maioria da qual depende o poder capitalista. (WOOD, 2014, p. 30)

A separação entre a ordem econômica e política auxiliou a impulsionar o capitalismo, entretanto sua expansão não prescinde a atuação do Estado, pois mesmo seguindo seus interesses e garantindo as condições de exploração do trabalho e de acumulação do capital, tais ações são mantidas através do controle exercido pelo Estado. Trata-se de uma relação necessária e o capital dele precisa para continuar sua reprodução, pois seu sistema "se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência." (MÉSZÁROS, 2011a, p. 97). A instituição que propicia essa função

totalizadora é o Estado, que está também a serviço das demandas do capital, por isso é necessário compreender que

> el Estado no es producido de arriba abajo por las clases dominantes, tampoco es simplesmente acaparado por ellas: el poder del Estado (el de la burguesia en el caso del Estado capitalista) está trazado en esa materialidade. No todas las acciones del Estado se reducen a la dominación política, pero todas están constitutivamente marcadas por esa dominación. (POULANTZAS, 2005, p. 9)

O poder do Estado capitalista é firmado com as ações políticas que são desenvolvidas para que as condições de acumulação do capital tenham as garantias para a sua efetivação, materializando no espaço, as bases para sua continuidade, mesmo frente aos antagonismos que lhes são inerentes, pois a "formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema." (MÉSZÁROS, 2011a, p. 106). O que garante o alcance do capital são as práticas que favorecem sua ampliação e reprodução, produzindo transformações no espaço e nas condições de vida para que continue seu processo de expansão, possibilitando a efetivação do ciclo do capital (produção-distribuição-circulação-consumo), o que favorece a sua dominância do processo. As práticas que permitem a expansão do capital se materializam no espaço, no campo e na cidade, e nas condições, cada vez mais intensas, de exploração da força de trabalho.

Imbricados, capital e Estado vão estabelecendo a condição de continuidade um do outro, assegurando que mesmo em face das contradições que assolam a sociedade, a exploração do trabalho e a reprodução do capital sejam mantidas. É neste processo que o espaço geográfico vai sendo produzido de modo que ele também possibilite a expansão desse sistema, o que coloca o Estado, de acordo com Wood, como a única instituição que é vital para o capital, sendo responsável por oferecer "as condições indispensáveis de acumulação para o capital global, tanto como para as empresas locais; em última análise, é o criador das condições que permitem ao capital global sobreviver e navegar o mundo." (WOOD, 2014, p.106-107). Este processo de acumulação não ocorre sem o acirramento das contradições. De acordo com Lojkine,

> o Estado como a forma mais desenvolvida da contradição valor/valor de uso é perfeitamente fundamentado na medida em que tal análise,

> longe de ‘aplainar’ e de ‘reduzir’ a complexa totalidade estatal a uma qualquer noção ‘simples’ elementar, acompanha o conjunto do processo de desenvolvimento-metamorfose das formas sociais, sem saltar nenhum elo intermediário, sem procurar reduzir a realidade superior a uma forma primitiva. (LOJKINE, 1997, p. 112)

Este processo de desenvolvimento ocorre pela capacidade que o Estado possui de se adequar as demandas de cada momento histórico, produzindo as condições necessárias para que o processo de expansão do capital se materialize, fornecendo os requisitos para que o modo de produção se consolide e/ou se mantenha.

Ao longo do processo histórico de avanço do capital, “guiado” pelas ações do Estado, o espaço vai sendo transformado. Tanto a cidade, como o campo são apropriados para a materialização da exploração do trabalho, ampliando as possibilidades dessa acumulação de modo que estes espaços sejam utilizados de forma a permitir que o modo de produção capitalista siga em processo de ampliação de sua capacidade produtiva.

Na medida em que o modo de produção capitalista necessita de transformações para continuar mantendo seus padrões de acumulação, o Estado figura como aquele que auxilia a manter esse processo. No Brasil, especificamente a partir da década de 1930, a atuação do Estado se constitui essencial para o capitalismo que avançava no país, fato possível de ser constatado a partir da análise das Constituições Federais, que servem de base para as ações do Estado e que atendem aos interesses do capital.

4.1.1 A ATUAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL NA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL DO CAPITAL

A Constituição de 1934 evidencia o início da atuação do Estado na ordem econômica e social de modo mais efetivo e respaldado pelo conjunto de Leis que entram em vigor, abrangendo questões que vão da educação e cultura, as

referentes às condições de trabalho, existência de sindicatos e a ação do Estado em setores da economia, como em relação à exploração dos recursos naturais como minas e jazidas, água. (ANEXO A – Síntese das Constituições Brasileiras)[4].

O Estado passa a ser mais incisivo, no que se refere às condições para o avanço do capital, na diversificação das atividades produtivas, que ampliava a possibilidade de acumulação. O que temos a partir de 1930 é um Estado no Brasil, que passa a seguir de forma intensa a dinâmica do modo capitalista de produção, se constituindo enquanto Estado burguês, o qual

> se distingue por el hecho de que al lado de su función represiva y de su función ideológica (integradora), cumple una función indispensable para la buena marcha de la economía capitalista: la de asegurar las condiciones generales de la producción capitalista. En efecto, la producción capitalista es una producción fundada en la propiedad privada y la competencia. Este hecho impide que el interés colectivo de la burguesía en tanto que clase pueda identificarse con el interés de un capitalista, aunque sea el más rico. (MANDEL, 1977, p. 17)

Diante de uma sociedade heterogênea, com contradições que revelam como o modo de produção capitalista é torpe, alimenta o que há de mais díspar na sociedade para garantir a acumulação de riquezas por uma pequena parcela da população, submetendo os demais a condições desiguais e que são amenizadas por ações do Estado que auxiliam a naturalizar a exploração da força de trabalho e a manutenção das classes sociais. Neste sentido a consolidação do Estado burguês foi importante, pois através do "projeto nacional desenvolvimentista do Brasil, ao se efetivar a partir da crise mundial de 1929, encaminhou as mudanças estruturais com reflexo no fortalecimento das instituições da sociedade política." (LISBOA, 2007, p. 72). A partir de 1930 o Estado brasileiro assume

> a condição de facilitador da expansão monopolista do capital via políticas públicas estruturadas para a ampliação e consolidação de uma política econômica de extração da mais valia, do trabalho excedente, através do re-ordenamento da divisão social e territorial do trabalho na relação campo-cidade. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78)

[4] Quadro síntese sobre as Constituições brasileira foi elaborado pela autora para delimitar o período de vigência, os Títulos e alguns Artigos presente nos documentos que auxiliaram a análise das mesmas, e ressaltando Artigos que auxiliam a compreensão de como a atuação do Estado foi sendo modifica ao longo do processo histórico, em favor do capital.

As ações realizadas pelo Estado desde 1930 vão demonstrar que esta instituição não é neutra, nem está acima da sociedade, é na verdade a forma como diante das condições desiguais se constroem as bases para sua perpetuação e ampliação. Neste sentido, o Estado vai favorecer o crescimento do capital, mediante a implementação de medidas que regulamentem a exploração do trabalho, propiciando o seu avanço e materializando a divisão social e territorial do trabalho, além de garantir estrutura e infraestrutura para a disseminação da lógica do modo de produção capitalista. Conforme Lojkine,

> a mesma lei que gera o equivalente dinheiro e o equivalente Estado, os quais têm como função comum a de dissimular a relação social que os produz, fazendo-a aparecer 'pelo avesso' e desligada dos valores de uso como dos indivíduos concretos. Ao passo que os defensores do poder do Estado 'constituem um novo ramo da divisão do trabalho no seio da sociedade', eles aparecem aos olhos de seus próprios mandatários como cada vez mais independentes em relação a eles. (LOJKINE, 1997, p. 108-109)

Ao apontar a função de dissimular a relação social que os produz como sendo a mesma base que constitui o equivalente dinheiro e o equivalente Estado, o autor traz a luz uma análise fundamental que ratifica a compreensão desta instituição como aquela que cria as condições para reproduzir a dinâmica do capital. Sua atuação permite que a sociedade se perpetue sem que se constate em sua completude a perversidade das contradições, pois as mesmas são ocultadas de forma tal que, pareçam ser naturais. Escamoteia-se o valor de uso, afastando o sujeito do objeto de sua produção para esconder sua faceta verdadeira, para que não se perceba que o que se produz é resultado da exploração do trabalho. Dinheiro e Estado servem para encobrir as bases que sustentam as desigualdades que são inerentes ao modo de produção capitalista.

Na década de 1930, o Brasil passa a ter institucionalmente um Estado que atende de modo mais intenso às demandas do capital, constituindo-se como fundamental para o seu avanço, ao passo que, também garante a assimilação da necessidade de sua existência para promover o "desenvolvimento". Institucionalmente esta década é marcada pela existência de duas Constituições, isso revela que a consolidação do Estado estava ocorrendo em um contexto de conflitos.

> Ocorre, contudo, que a Constituição de 1934 teve uma vida breve – e atribulada. As fortes divergências na política interna e o crescente sentimento anticomunista tornavam instável a persistência de uma ordem constitucional democrática, baseada na tripartição de poderes. Mesmo antes do golpe de Estado de 1937, Getúlio Vargas utilizou os arts. 161 e 175 da Constituição para decretar o estado de sítio e de guerra, suprimir garantias individuais e ordenar a detenção de congressistas. (PAIXÃO, 2011, p. 150)

As Constituições enquanto documentos que regem a vida do país são importantes instrumentos que garantem a operacionalização das estruturas para atender a lógica do capital. Na Constituição de 1937, destaca-se o Conselho da Economia Nacional e o da Ordem Econômica, através dos quais são estabelecidas algumas das regras que irão favorecer o avanço econômico, com destaque para o Art. 61 no qual são apresentadas as atribuições do referido Conselho, estabelecendo as regras para a organização da economia, sua atuação no setor. Além de dispor sobre o trabalho, enquanto um dever social, no Art. 136, bem como sobre a legislação do trabalho, os conflitos entre empregadores e empregados. Oficializa-se, portanto, a existência de contradições insolúveis entre as classes, que passam a ser mitigadas com a criação da Justiça do Trabalho, no Art. 122. (ANEXO A). Estes são alguns dos pontos que evidencia que o Estado está diretamente atuando no processo econômico, e

> Como se depreende desse texto constitucional , em 1937, o Estado estava sendo preparado para assumir funções econômicas mais complexas e ativas. Note-se a referência explícita aos seguintes temas: a possibilidade de gestão direta, por parte do poder público; as ‘razões de Estado’ impondo-se sobre os conflitos entre capital e trabalho, para defender os interesses superiores de Nação; e a necessidade de estabelecerem-se as normas adequadas ao funcionamento mais eficiente dos mercados de capital e força de trabalho, isto é, os fatores da produção. (IANNI, 1991, p. 57-58)

Com o amparo da Constituição o Estado passa então a intervir de forma mais expressiva na dinâmica econômica, exercendo papel preponderante para o avanço do modo de produção capitalista, tanto no que se refere diretamente a ações que gerenciam, como estabelecendo as regras para a relação entre patrões e empregados, regulando as condições de trabalho, atenuando os conflitos que são inerentes diante das desigualdades que alicerçam um modo de produção no qual acumular riqueza material entre poucos é mais importante que compartilhas entre todos. Equilibrar tais desigualdades depende da ação de uma instituição que auxilie

a manter as premissas do capital. A partir da década de 1930, no Brasil constitui-se de modo ativo o Estado para o capital, o ritmo da atuação é controlado pelas exigências em cada momento histórico, sendo mais ou menos intenso de acordo com a situação, neste sentido

> É óbvio que o Estado era levado a atuar sempre que surgiam as crises econômicas, financeiras e trabalhistas. A medida que se expandiam o setor terciário urbano e a industrialização incipiente, aumentava a classe média, o proletariado e a burguesia industrial. Em consequência, surgiam novos interesses econômicos, sociais e políticos. Conforme se intensificava a divisão social do trabalho e diversificava-se a sociedade urbana, o Estado era levado a defrontar-se com problemas e dilemas novos e, muitas vezes, mais complexos. (IANNI, 1991, p. 58)

O Estado defronta-se com as contradições que se intensificam a medida que avança a diversificação produtiva para favorecer a expansão do capital, tendo que equacionar as desigualdades e conflitos que emergem em meio a este processo. Sendo portanto, fundamental para proporcionar as condições que vão equilibrar os interesses econômicos, com as contradições que seu crescimento amplia. O que acontece após 1930, é que o Estado brasileiro vai se organizar para atender aos interesses do modo de produção capitalista, mediando os conflitos e favorecendo a diversificação produtiva e o avanço do capital.

> A evolução do sistema político-econômico brasileiro, conforme ocorreu desde 1930, revela o desenvolvimento e a convergência de duas tendências importantes para a compreensão do tipo de capitalismo vigente no País. Em primeiro lugar, o Estado foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da Economia. Essa participação crescente teve caráter direto e indireto, desde a frequente formulação e reformulação das ‘regras do jogo’ das forças produtivas do mercado até a criação de empresas estatais. Em segundo lugar, a política econômica governamental tornou-se cada vez mais complexa e ambiciosa, chegando a configurar-se como política econômica planificada. (IANNI, 1991, p. 301)

A complexidade que o Estado vai assumir a partir de 1930 é fruto das necessidades que vão aflorar com o crescimento que o capitalismo impõe no país, com ele evidencia-se as contradições, as quais são moderadas pelo estabelecimento de regras que asseguram tanto a exploração da força de trabalho, quanto as estruturas para a produção, distribuição, circulação e consumo. O Estado tem, portanto, atribuições importantes para a efetivação do ciclo do capital, e a

medida que este se complexifica, ele também precisa se adaptar para continuar no comando das relações desiguais promovidas pelo capital, nesta perspectiva o Estado é construído como alicerce que assegura este processo, sendo que

> o Estado é, simultaneamente: 1. um 'pacto de dominação' mediante o qual uma determinada aliança de classes constrói um sistema hegemônico susceptível de gerar um bloco histórico; 2. uma aliança dotada de seus correspondentes aparatos burocráticos e capaz de transformar-se, sob determinadas circunstancias, em um 'ator corporativo'; 3. um cenário da luta pelo poder social, um terreno onde se dirimem os conflitos entre distintos projetos sócias que definem um padrão de organização econômica e social; e 4. o representante dos 'interesses universais' da sociedade e, enquanto tal, a expressão orgânica da comunidade nacional. (BORON, 1994, p. 254-255)

É uma aliança que no Brasil começa a ampliar sua força, construindo as bases para que o modo de produção capitalista possa se materializar, e vai ao longo do processo histórico aprofundando sua ação, com os aparatos necessários para sua expansão, associado ao controle de situações que evidenciem as desigualdades para em nome da sociedade defender um sistema que em sua essência é desumano, quando a preocupação em manter as relações de produção são mais importantes, do que a garantia da própria existência do sujeito social, o qual só tem valor enquanto está apto a vender e reproduzir a força de trabalho, e ao mesmo tempo favorece a existência de um exercito de reserva que ajuda a manter as condições de exploração nos níveis dos interesses dos proprietários do meios de produção. Diante de tantas contradições o Estado não é neutro, ele é a evidencia mais perversa das desigualdades que constituem a sociedade capitalista, e representa prioritariamente os interesses da classe dominante.

No que se refere às regras estabelecidas que são pertinentes a nossa análise, a Constituição de 1946 também destaca a ordem econômica e social, numa clara manutenção da preocupação com o avanço do crescimento econômico e com a "valorização" do trabalho (ANEXO A). Esta Carta defende os princípios que são importantes para a reprodução da ordem econômica vigente, processo que se explica ao considerar o momento histórico. O contexto político do período "fez com que a Assembleia Constituinte de 1946, e a legislatura ordinária que a ela se seguiu, se transformassem num importante palco de debates sobre temas econômicos. (BRAGA, 2002, p. 80)"

O destaque para o debate econômico e a construção de regras que necessariamente são favoráveis ao seu crescimento, evidencia que, desde a base da estrutura do Estado, o mesmo é montado de forma a refletir a organização do modo de produção vigente, em uma perspectiva que segue os princípios liberais da economia. Assim, a partir da Constituição de 1946, os princípios econômicos são considerados como fundamentais a instituição demonstrando que estava a serviço de uma lógica que facilitaria a expansão do capital estrangeiro, pois

> Em nome de princípios liberais, criaram-se novas condições favoráveis à entrada e saída de capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, eliminaram-se órgãos estatais vinculados ao intervencionismo. Sob o pretexto de que findara a guerra e em nome de uma espécie de 'neoliberalismo', em pouco tempo desmontou-se a nascente tecnoestrutura que se criara nos anos anteriores. (IANNI, 1991, p. 91)

Avançando no intento de garantir a acumulação do capital, o Estado passa a atuar de maneira a liberar as possibilidades de investimentos no país, mas sem deixar de atuar na garantia de que as contradições não se tornem irremediáveis. A ideia é continuar atenuando as desigualdades, mas sem afrontar os interesses que o rege, o que ocorre é que ele "destitui a lógica dos direitos e impõe a lógica das carências e da urgência. O Estado é interpelado pela pressão da urgência, no sentido de buscar alternativas para administrar a pobreza." (CARVALHO, 2010, p. 250). Enquanto administra a pobreza, o capital tem as condições para seguir no processo de expansão.

Com a Constituição de 1967 não se encontra muita diferença no que se refere a atuação do Estado na economia, os princípios de justiça social que valorizam o trabalho em sua função social estão descritos no documento, cumpre-nos questionar o que seria a dignidade humana, que é apresentado no Art. 157 (ANEXO A). Na Carta há uma preocupação com o trabalho enquanto condição de existência, mas ao mesmo tempo se valoriza princípios que fortalecem a base do capitalismo como a propriedade privada, o que demonstra que o Estado atua como garantidor das condições de manutenção do modo de produção capitalista. Medidas adotadas facilitaram o processo, como o lançamento do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que ocorreu em 1967, onde "a economia brasileira aquecida, dadas as condições favoráveis internas e externas para a acumulação do capital, foi criada a Resolução nº 63 do Banco Central, que permitia o livre ingresso

do capital estrangeiro.” (BRITO, 2004, p. 19). Ações que irão conduzir a entrada de capital, favorecendo a diversificação produtiva do país, sem, no entanto, garantir uma autonomia. É importante destacar que o Brasil não se encontra isolado neste processo, a expansão do capital foi sendo implementada nos países, neste período, especialmente na América Latina. Destaca-se:

> Sería erróneo olvidar las diferencias existentes entre uno y otro caso nacional, pero también es necesario advertir que, en conjunto, los procesos recién mencionados se relacionan estrechamente con la necesidad de "poner en forma" las economías de un capitalismo dependiente de extendida pero tardía industrialización, a partir de las crisis que acompañaron -en diferentes momentos y con diferentes características- los límites con que chocó el período de expansión del consumo interno y veloz sustitución de importaciones. A partir de entonces los temas de "eficiencia", "modernización económica" y "organización" de la sociedad comenzaron a repicar señalando los dilemas y la dirección en la que todavía podría hallar algún punto de equilibrio una economía basada en la acumulación privada, pero que necesita cada vez más del activo papel del estado para lograr y sostener las condiciones generales de su funcionamiento. (OSZLAK; O’DONNELL, 1981, p. 101)

A industrialização, a partir do final da década de 1960 até início da década de 1980, esta atrelada a todas as ações em prol do avanço do capital. No período de ditadura militar, tem-se a elaboração do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no período de 1972-74, no qual de acordo com Brito, a concentração de investimento ocorria “no triângulo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (BRITO, 2004, p. 20), no atendimento prioritário a atividade industrial, concentrando os esforços na região aonde a exploração do trabalho era mais interessante ao capital, naquele momento.

O discurso da busca pelo desenvolvimento, de garantir que o país avance no cenário econômico é fortalecido pelas ações do Estado, que tem no planejamento um importante elemento para alcançar suas metas, sendo que as “diferenciações econômicas regionais surgem como inflexões onde o planejamento aliado com a intervenção do Estado tinha a capacidade de corrigir eventuais características e tendências de estagnação econômica.” (ARAÚJO, 2015, p. 57). É este o caminho adotado pelo Estado, o de criar as condições para a expansão do capital e ao mesmo tempo elaborar estratégias para minimizar as contradições que lhes são inerentes.

O período da redemocratização do Brasil ocorre na década de 1980, momento de conflitos intensos, a exploração intensa do trabalho, greves dos operários, com intensas contradições entre as classes.

> Por meio desta onda de luta de classes demonstra-se a continua mobilização do movimento operário que expressa-se um ascenso composto de um ciclo de pelo menos dez anos, de 1978-1989. No entanto dentro deste grande processo existem muitas nuances. Isso expressa-se no fato de que de 1981 até Diretas Já 1984, pode-se observar, a cada movimento expressivo no tabuleiro da luta de classes, a afirmação e negação da tendência à hegemonia proletária e de possibilidade de construção de um partido revolucionário. (MOURA, 2012, p. 16)

O modo de produção capitalista encontra-se marcado pelas contradições, e as disputas entre as classes se constituem como fato inevitável. Em meio a um momento conturbado de confrontos, indagações e luta, o Brasil volta a ser um país “democrático”, entrando em vigor a Constituição de 1988.

O trabalho e a defesa da propriedade permanecem como questões centrais. No Art. 174 está estabelecido como função do Estado – fiscalizar, incentivar e planejar as atividades econômicas. (ANEXO A). O que temos é a perpetuação do Estado a serviço do capital, as estratégias montadas em sua essência estão sempre tendendo para a garantia da exploração do trabalho, e a ampliação da acumulação do capital. Situação verificada com intensidade desde a década de 1930, evidenciando a função na dinâmica econômica, ações que mitigam as desigualdades, mas que na essência consolidam a expansão do capital.

> Ao longo dos últimos 25/30 anos, o Estado redefine-se, assumindo configurações contemporâneas. De fato, para além das prescrições neo-liberais de saída do Estado, Estado Mínimo, ineficiência estatal e da falsa disjunção Estado/ Mercado, o Estado Contemporâneo intervém, de forma decisiva, na reprodução do sistema do capital. É um neointervencionismo Estatal, coaduante com a dinâmica de expansão da mundialização do capital. Assim, constitui-se um Estado Ajustador: ajusta e ajusta-se ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital. É preciso considerar que este Estado Ajustador emerge e institui-se no contexto da Democracia, que, na contemporaneidade, afirma-se como sistema de governo hegemónico. (CARVALHO, 2010, p. 244)

O Estado constitui-se como a instituição que vai ajustar as condições para manter e ampliar o padrão de acumulação de capital, realizando ações que promovem este avanço e que evidenciam sua real função diante da imposição de um modo de produção onde a desigualdade é a base para sua própria existência. O Estado está posto para equalizar esta situação de contradições irremediáveis que fazem parte da lógica do capital,

> Portanto, o caráter classista do Estado não se assenta nas origens sociais de seus quadros dirigentes, no elenco governante ou na classe reinante, mas na estrutura interna do aparato estatal que, em seu funcionamento, coloca em evidência a seletividade classista de suas políticas públicas, tanto por meio daquelas afirmadas propositivamente como das 'não-políticas' ou da política que se depreende da inação estatal. (BORON, 1994, p. 258)

As ações do Estado são organizadas através de planos de desenvolvimentos, políticas públicas inseridas na estrutura econômica para fins de favorecer as demandas tanto de infraestrutura, como de educação, saúde, diversificação produtiva e consumo, e tantos outros quantos forem necessários para efetivar o ciclo do capital. Por tanto, "não se trata, em consequência, de um Estado que é 'usado' pelos capitalistas, mas de um Estado que 'é' capitalista, algo completamente distinto e que comporta toda uma série de implicações de natureza radicalmente diferente." (BORON, 1994, p. 260). Em sendo capitalista, suas ações, por mais que pareçam priorizar a classe proletária, em sua essência é apenas uma ação para a manutenção das condições já existentes no capitalismo.

Compreendendo a organicidade do Estado para garantir a efetivação do capital, é importante explicar como diante dos processos de industrialização e da modernização, com a atuação do Estado, campo e cidade brasileiros foram sendo transformados, pois estes são produzidos atendendo os interesses do modo de produção, que materializa nestes espaços a diversificação produtiva necessária para a sua reprodução.

4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA NA LÓGICA CAPITALISTA

Até 1930 o Brasil já estava inserido no modo de produção capitalista, mas com função basicamente de fornecedor de matéria-prima, alimentando o comércio em escala mundial, mas prioritariamente com produtos primários, sendo que através do modelo primário-exportador tem-se a inserção do país na dinâmica do capital, isto ocorreu de “forma retardatária no capitalismo industrial triunfante na Europa.” (PEREIRA, 1985, p. 14). Desde o início do processo de colonização este foi o teor da participação do Brasil na dinâmica econômica em ascensão, o que colocou as atividades realizadas no campo no centro da organização econômica do país. O poder também ficou concentrado nos senhores de engenho e na dinâmica agrária, comandando o cenário econômico por séculos, alternando no máximo o tipo de produto que era priorizado em cada momento histórico, inicialmente a cana de açúcar era responsável pela inserção na economia mundial.

A produção de cana de açúcar durante o período colonial era atividade importante, marcada pelo uso de mão de obra escrava, explorada pelos senhores de engenho, como é possível observar na figura abaixo. (FIGURA 07).

FIGURA 07 – Cultivo de cana de açúcar no período colonial.

Fonte: https://escolaeducacao.com.br/ciclo-do-acucar-no-brasil/ - acesso em 25/01/2019.

O processo produtivo era comandado pelas demandas externas, o que consolidou a colônia como espaço de produção de produtos primários, e não se alterou de forma significativa até o início do século XX, quando a dinâmica agrária-exportadora comandava o processo econômico do país, agora principalmente com a produção do café. A atividade também realizada com a exploração do trabalho, escravos e homens “livre” trabalhando no cultivo e colheita do produto, comandados pelos barões do café. (FIGURA 08)

FIGURA 08 – Produção de café

Fonte: https://escolaeducacao.com.br/ciclo-do-cafe/ - acesso em 25/01/2019

A partir do contexto de crise mundial da década de 1920, ocorrem alterações que refletem na diversificação produtiva no país, com o fortalecimento da atividade industrial, que até então era incipiente. Estas transformações nas atividades econômicas que o Brasil desempenhava promovem mudanças no campo e na cidade, se até então o poder das oligarquias agrárias era determinante para os rumos da economia, começa a partir de então a ascensão de uma burguesia industrial. O processo de industrialização se intensificou e auxiliou a transformação no crescimento urbano, e na modernização do campo, porém as desigualdades não foram mitigadas, e são observadas diferenças tanto entre as cidades, como no campo.

A industrialização inseriu o Brasil na dinâmica do capital de modo mais ativo, deixando de ser apenas um país agrário-exportador, ao tempo em que não abandona tal função, mas amplia a capacidade de garantir o processo de expansão do capital com a diversificação produtiva. Este processo é destaca por Pereira quando afirma que

> Em 1930, entretanto, dois fatores decisivos mudam a história do Brasil e marcam o avanço do capital industrial sobre o capital mercantil. De um lado o capitalismo internacional, ao qual o Brasil estava submetido, entra em crise. Esta crise do imperialismo baseado na divisão internacional do trabalho é a oportunidade para o desenvolvimento do Brasil. De outro lado, a Revolução de 1930 alija do poder a burguesia agrário-exportadora, e estabelece as bases de um novo pacto político muito mais favorável à industrialização: o pacto populista. (PEREIRA, 1985, p. 14-15)

As condições eram favoráveis para o investimento na atividade industrial, e seu avanço foi importante, pois é “sem dúvidas a partir de 30, ou, se quisermos ser mais exatos, é no decorrer dos anos trinta que tem início a decolagem do desenvolvimento brasileiro; é nesta década que o Brasil entra propriamente na fase de sua Revolução Industrial.” (PEREIRA, 1985, p. 29). A industrialização do país favoreceu o processo de transformação no espaço urbano do Brasil. As cidades existentes até então desempenhavam função importante de controle e garantia da circulação e comércio, mas não eram o espaço onde a reprodução do capital ocorria de forma mais ativa. A partir de 1930, quando o estimulo a atividade industrial começa a se intensificar, e com ela algumas cidades vão ser o espaço ideal para a materializada da diversificação produtiva.

Ao destacar algumas cidades, demonstra-se que este não é um processo homogêneo, muito menos que irá se consolidar em todo o país, este período marca apenas o início, mas já promove mudanças na produção do espaço, onde algumas cidades serão o *lócus* para a concentração das atividades industriais, e ao longo do tempo históricos outras serão incorporadas à dinâmica, as demais terão ou não uma participação expressiva no processo industrial, mesmo aquelas que não atendam diretamente os interesses industriais, fazem parte do ciclo do capital, e com maior ou menor participação, estarão atendendo as demandas deste ciclo – produção, distribuição, circulação e consumo.

As possibilidades da produção são aumentadas favorecidas pelas mudanças nas relações sociais e econômicas que estavam em curso antes mesmo do início do século XX, observamos que

> cresce o mercado interno e abrem-se novas perspectivas para o incipiente setor manufatureiro. A abolição da escravatura e a intensa imigração de europeus (brações para a lavoura, colonos, artesãos e operários) eram, a uma só voz, agentes e manifestações das mudanças econômico-sociais e culturais que então ocorriam. Em especial, expande-se o sistema econômico, inclusive qualitativamente. (IANNI, 1991, p. 29)

Uma economia voltada para atender o mercado externo, e passou por mudanças que implicaram em alterações no processo produtivo, na organização social e na dinâmica tanto no campo, quanto na cidade. Com a maior atuação do Estado, a implementação de medidas que garantiram o avanço do capital e no seu esteio o campo e a cidade, como espaços onde se materializam suas condições de expansão, são transformados de modo a possibilitar sua ampliação, garantindo uso de riquezas naturais e a exploração do trabalho. Neste contexto, teremos a cidade e o campo se constituindo enquanto espaços distintos, em sua aparência, mas em sua essência o que os distingue é de fato o que mais os torna semelhantes, ambos são apropriados pelo capital, mesmo que o nível de exploração seja diferenciado, eles são fundamentais para o seu avanço. Se até então a atividade econômica mais relevante ocorria no campo, as modificações direcionam para a cidade a perspectiva de ampliação do processo de acumulação, vê-se então no Brasil que

> Diante da primazia política urbano-industrial, o monopólio das oligarquias agrárias se desfez com a evolução tecnológica, da industrialização e da crescente força política da elite industrial. Os recursos e os investimentos que banqueteavam coronéis e latifundiários foram redirecionados do campo para dar lugar ao desenvolvimento do capitalismo industrial da cidade. Para os proprietários fundiários, restou-lhes um único caminho: integrar-se ativamente ao novo sistema produtivo urbano. (RODRIGUES, 2012, p. 47)

A mudança, que coloca a cidade no centro do interesse do capital, é gerenciada pela ação do Estado, e as forças políticas se adequaram as novas condições que estavam sendo imposta frente às exigências do capital para sua expansão. Até então a produção agrícola garantia um papel relevante, o país se

constituía como importante exportador, mas frente as alterações econômica, políticas e sociais, que possibilitaram o aumento da acumulação do capital foram indispensáveis, e materializam no espaço sua condição de desigualdade, evidenciando as contradições que lhes são peculiares, o que muda são as condições para que este processo se realize, no cenário nacional o que se observa é

> O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira da demanda externa para a demanda do mercado interno – dirigida principalmente para a produção de manufaturados – havia eliminado o caráter reflexo de nossa economia em relação ao exterior e transferido o centro de decisões para dentro do país. É certo que, nos anos cinquenta, o investimento ainda dependia de produtos importados e, em consequência, da receita gerada pelas exportações. Porém, ao se instalar a indústria pesada, caminhava-se no sentido de superar também essa restrição. (SAES, 2009, p. 97)

Estas transformações transparecem em locais estratégicos do país, especialmente na região Sudeste, onde se concentrou, desde o início, as bases para o processo de industrialização do Brasil. O avanço desta atividade produtiva vai provocar alterações na dinâmica econômica de todo o país, pois o Sudeste passa a priorizar a atividade industrial, mas a roda da economia não depende apenas dela, portanto, as demais demandas do capital também precisavam se desenvolver.

A garantia do ciclo do capital – produção, distribuição, circulação, consumo – está atrelada a realização de forma efetiva não apenas da indústria, mas de setores como a agropecuária e os serviços. Diante disso, tem-se a compreensão de que o processo também implicou numa nova reorganização da divisão do trabalho que é fundamental para ampliar a capacidade de acumulação do capital. No cenário nacional é possível observar a diversificação da atividade produtiva e o seu deslocamento para outros locais, sendo que o “Sudeste, que tinha, até certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura, quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Nordeste e o Sul, para ter como atividade principal a indústria.” (OLIVEIRA, 1977, p. 51).

O processo de industrialização, portanto, auxiliará a produzir modificações significativas na dinâmica econômica do país, bem como na sua espacialização, onde “a continuidade da industrialização permitiria maior autonomia para a política econômica, no plano interno, o desenvolvimento industrial.” (SAES, 2009, p. 102).

Este desenvolvimento teve uma participação expressiva nas mudanças que ocorreram no campo e na cidade do país, mesmo que de forma desigual, eles foram sendo transformados para atender as demandas do capital, na busca incessante pelas melhores condições de acumulação. Assim a “organização espacial e a expansão geográfica se tornam produtos necessários para o processo de centralização e acumulação capitalista criando e recriando processos geográficos desiguais.” (RODRIGUES, 2012, p. 54). Neste criar e recriar, a cidade e o campo serão os espaços aonde as condições desiguais para a expansão do capital irão se materializar, trata-se de algo tão heterogêneo, que ao longo do processo histórico podem-se identificar cidades que avançam significativamente na diversificação produtiva e outras onde isso não acontece, bem como no campo, onde também é possível identificar diferenças significativas nos processos produtivos realizados.

Expressões destas desigualdades não são difíceis de serem encontradas, a exemplo da cidade de São Paulo, onde este processo de transformação ocorreu de forma mais expressiva, revelando as mudanças que aconteceram no espaço urbano no decorrer do processo. Observando fotografias em tempos históricos diferentes é possível verificar que a cidade passa por transformações estruturais importantes para que a mesma se adeque aos interesses, nela materializados.

Um breve comparativo da Avenida São João, na primeira foto (FIGURA 09), na década de 1930, mostrando uma cidade grande para a época, com trânsito não muito intenso. Já na segunda foto (FIGURA 10), é possível observar a mudança de função que ocorre na área, onde era uma Avenida, atualmente, tem-se uma área de comércio, denominado “Boulevard São João”.

FIGURA 09 – Avenida São João, São Paulo, década de 1930.

Fonte: Arquivo Nacional – https://saopaulosao.com.br/conteudos/outros/3318-a-expansao-da-cidade-a-partir-da-regiao-do-centro-novo-e-bela-vista.html - acesso em 25/01/2019.

FIGURA 10 – Avenida São João, São Paulo, década 2010.

Fonte: (Foto: Diego Torres Silvestre) - https://caosplanejado.com/as-previsoes-erraram-sobre-a-decadencia-do-centro-de-sao-paulo/- acesso em 25/01/2019.

No espaço rural transformações também são produzidas, mas em proporção diferenciada, é possível comparar o trabalho no campo nas lavouras de café, que ao longo do tempo histórico ainda mantém algumas similaridade. (Figuras 11 e 12)

FIGURA 11 – Lavoura de café no início do século XX

Fonte: (Foto: reprodução/TV Tem) - http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2013/12/serie-agronegocio-forca-do-campo-paulista-comecou-com-o-cafe.html- acesso em 25/01/2019.

FIGURA 12 – Lavoura de café no início do século XXI.

Fonte: (Foto: Marcelo Silk/Flickr) https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2018/03/da-lavoura-mesa-diretora-mulheres-na-producao-do-cafe.html - acesso em 25/01/2019.

Também é possível encontrar no campo atributos do avanço das tecnologias aplicadas ao processo agropecuário, uma forma de evidenciar que as transformações no processo produtivo chegam a todas as atividades econômicas, com maior ou menor intensidade a depender dos interesses do capital. Na figura 13, observa-se máquinas de grande porte sendo utilizadas na colheita de soja, o que não se materializa na imagem são os interesses do capital na produção deste produto, que assim como outros, garantem a acumulação do capital em qualquer que seja o espaço, inclusive no campo, assegurando sua expansão.

FIGURA 13 – Produção de soja

Fonte: http://www.sribiuna.com/sebrae-tem-manual-para-produtor-que-quer-se-profissionalizar/ - acesso em 26/01/2019.

Não se trata apenas de levar ao campo tecnologia para as grandes agroindústrias, pois as mesmas são responsáveis basicamente pela produção de *commodities*, mas, também nas pequenas propriedades que são utilizadas de forma a potencializar a acumulação de capital, pois mesmo diante da desvalorização da atividade tradicional, não é possível ignorar que o campo é fundamental para a dinâmica da sociedade. Os movimentos sociais do campo destacam sua

importância, demonstrando que “se o campo não planta, a cidade não janta” (FIGURA 14). Esta afirmação revela algo basilar para a compreensão da relação campo-cidade em sua complexidade, por mais que estes espaços possuam características distintas, são neles que as condições de vida são materializadas, e por mais que o capital esteja no controle sua dinâmica, não é possível sobrepujar a função imprescindível de garantir a existência. A resistência daqueles que são muitas vezes tidos como representação do “atraso” é fundamental para que o “moderno” se perpetue.

FIGURA 14 – Agricultura tradicional com o uso de tecnologia.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Agricultura_tradicional - acesso 26/01/2019.

As figuras apresentadas reforçam a compreensão de que cidade e campo são espaços distintos e estão em constante processo de transformação, movimento que também nos permite analisar, como? o porquê? e para que? estas diferenças são materializadas no espaço, não se refere apenas as condições de existência humana, mas sim como a sociedade se apropria do que ela mesma produz, o que no modo de produção capitalista ocorre de forma desigual.

No caso brasileiro as desigualdades também se intensificaram na medida em que a diversificação produtiva avançava, no início do século XX, talvez não fosse possível identificar tanta discrepância entre o campo e a cidade, pois as condições materializadas nos dois espaços ainda não se encontravam tão longe umas das outras, a exemplo do uso de tecnologia e energia significativamente restritos. No entanto, com o avanço da indústria as desigualdades se exacerbaram, tanto no próprio espaço urbano, como em sua relação com o campo, e também com as diferenças entre as regiões do país, onde o Sudeste desponta como base para o processo industrial e as demais regiões, de forma mais o menos intensa, vão se adequando aos interesses do capital, onde

> O crescimento industrial da região Sudeste, baseado numa série de fatores de sobra conhecidos – e que não vale a pena renumerar –, vai mudar o quadro radicalmente; neste sentido, ele redefine a divisão social do trabalho em primeiro lugar ao nível do seu próprio espaço, e, em segundo lugar, redefine a divisão social do trabalho em termos do espaço nacional mais amplo: tem-se a partir daqui a criação de uma economia nacional regionalmente localizada. A divisão social do trabalho ao nível de cada região, isoladamente considerada, será função do tipo e natureza das ligações que ela mantiver com a região líder; particularmente a estrutura industrial seguramente já não guardará correspondência com variáveis do tipo tamanho da população e nível da renda per capita, isto é, a divisão social do trabalho não é reflexo de um mercado regional ou vice-versa. (OLIVEIRA, 1977, p. 56)

As desigualdades materializadas no espaço são reflexos do processo de acirramento da divisão do trabalho no país para atender aos interesses do capital. Cada região desenvolve predominantemente funções que se adequem aos interesses que possibilitaram a expansão do capital. Neste aspecto, a atuação do Estado se avoluma, sendo fundamental para tentar preservar o equilíbrio nas relações de produção de forma a manter a capacidade produtiva, com isso

> No suposto discurso de dirimir as disparidades regionais das forças produtivas, desde a década de 1940, em pleno período ditatorial, o desenvolvimento regional se torna unidade escalar das políticas públicas do Estado, através de discursos e de programas governamentais, que passam a implantar um rearranjo de forças políticas e econômicas, visando aumentar a produtividade, por meio de uma nova proposta de desenvolvimento econômico, baseado num projeto industrializante de envergadura nacional. (RODRIGUES, 2012, p. 57)

Evidencia-se que as desigualdades no avanço do processo produtivo estão presentes, e que é através do Estado que são apresentadas medidas para minimizar as disparidades, mas que de fato irão fortalecer a expansão do capital. Especialmente no que se refere a industrialização, a qual será posta como indispensável na tentativa de diminuir as desigualdades, quando na verdade promove o acirramentos delas, onde de acordo com Francisco de Oliveira

> O processo de redivisão, partindo da indústria do Sudeste, é amplo e atinge todas as regiões. Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, *cria* uma outra região, como o Centro-Oeste, destrói numa primeira etapa ou reduz o crescimento industrial no Sul e no Nordeste; apenas o Norte mantém-se relativamente imune aos seus efeitos, em virtude da inexistência de uma infra-estrutura de transporte que viabilize a integração (esse isolamento começou a ser rompido com a Bélem-Brasília). O crescimento industrial do Sudeste cria e amplia a fronteira agrícola, reproduzindo, nas margens, formas de acumulação não inteiramente capitalísticas, das quais transfere excedente que vai reforçar a capacidade de acumulação no próprio Sudeste. (OLIVEIRA, 1977, p. 72, grifo do autor)

A distribuição das atividades no espaço atende aos interesses do modo de produção, a Região Sudeste reunia as condições favoráveis para a implementação de forma mais expressiva da atividade industrial, sendo considerada como sinônimo de desenvolvimento, quando na verdade nada mais é do que a intensificação da exploração do trabalho e aumento da acumulação do capital. De toda forma, para que possa se realizar a divisão do trabalho o país também se adequou, e as demais regiões foram sendo incorporadas no processo.

Cumpre destacar que a necessidade da divisão do trabalho também está no esteio do avanço do capitalismo, não sendo prerrogativa do Brasil, na verdade ao se expandir este modo de produção precisa da manutenção de condições para sua reprodução, e a existência de locais mais avançados associados a outros atrasados é determinante para sua própria manutenção, visto que esta assentada nas condições desigual, por isso

> A propagação desigual do progresso técnico, colocado como central para alavancar o desenvolvimento econômico, expressa a maneira da divisão internacional do trabalho, que coloca de um lado o conjunto das economias industrializadas e, de outro, economias exportadoras de produtos primários, que não dispõem do comando do seu próprio crescimento. Estas diferentes/desiguais economias são consideradas como modelos antagônicos e não como unidade,

> onde a economia avançada se alimenta da economia tida como atrasada. (LISBOA, 2007, p. 52)

Internamente a divisão do trabalho se amplia no Brasil, mas também vinculado à lógica do capital em escala mundial, reproduzindo eu seus espaços a mesma organização produtiva da qual faz parte no âmbito global, o que não se trata de um antagonismo, mas sim da unidade necessária para o avanço de um modo de produção que está estruturado a partir de contradições e desigualdades que lhes são inelutáveis.

A inserção do Brasil na dinâmica industrial atendia aos anseios internos, ao passo que foram fortalecidos pela própria crise do capital em escala mundial, marcada pela I Guerra Mundial, bem como pela crise do final da década de 1920. Os rumos da economia do país foram definidos para mitigar a dependência, e ao mesmo tempo se inserir de forma irremediável na dinâmica do capital. É um período onde “ocorre a ascensão da burguesia ao poder, passando-se para uma nova fase da economia do país, quando se torna vitoriosa a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, cuja proposta era o desenvolvimento autônomo sob base industrial.” (FREITAS, 2009, p. 142). A partir da década de 1930, a atividade industrial vai ter destaque na economia do Brasil e o Estado vai promover ações que favoreçam seu crescimento.

Com maior ou menor intensidade o Estado brasileiro foi implementando ações que permitiram o avanço da diversificação produtiva no país, o “conjunto das atividades governamentais nesses anos revela que o poder público foi levado a criar mais algumas condições infraestruturas e institucionais para a aceleração do desenvolvimento industrial do País” (IANNI, 1991, p. 126) , além disso, a industrialização passou a ter destaque na economia, e

> Em 1951, quando se iniciou o Governo Vargas, a sociedade brasileira já se encontrava diferenciada, devido ao crescimento do setor industrial, à expansão do setor terciário e ao rápido crescimento dos centros urbanos dominantes (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Salvador e alguns outros). À medida que progredia a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade brasileira, as classes sociais tornavam-se mais configuradas e representativas. Nessa época, a burguesia industrial e o proletariado, por exemplo, já eram uma realidade política e cultural, ao lado da classe média, bastante ampliada, e dos setores agrário, comercial e financeiro da burguesia. (IANNI, 1991, p. 120)

Atrelado ao avanço industrial, o comércio e os serviços do mesmo modo ampliaram sua capacidade de atuação. O crescimento econômico foi acompanhado da intensificação do processo de urbanização, a sociedade passa também pela mudança para acompanhar as demandas do modo de produção que se consolidava no país. Alterações em diferentes setores, mas todas favorecendo a acumulação do capital, temos então a "incorporação de progresso técnico, as transformações não foram apenas econômicas, mas também sociais, políticas e culturais." (PEREIRA, 1985, p. 272) As relações de produção e sociais estavam cada vez mais alinhadas com a dinâmica mundial. Todo este processo implicou nas mudanças que podem ser observadas no campo e na cidade. A industrialização atrelava-se a urbanização e as relações de produção também eram alteradas, e à medida que estas avançam promovem modificações tanto nas relações de produção, como a estrutura deste, sendo que

> O espaço ganha constantemente novos usos e novas formas através da dinâmica desigual e combinada do capital que privilegia a classe dominante do poder, resultando na organização e apropriação sócio espacial que segmenta a sociedade em formas diferenciadas, remetendo à ideia do espaço como mercadoria, gerando conflitos entre classes e usos antagônicos. (RODRIGUES, 2012, p. 65)

Ao serem produzidos campo e cidade terão materializado em seus espaços as contradições que fazem parte do modo de produção capitalista. Enquanto a industrialização promove uma mudança significativa na cidade, o campo também convive com efeitos do avanço tecnológico, da mesma forma, marcado por desigualdades e pela necessidade do capital de se expandir, a modernização da agricultura atende a estes interesses, sendo "um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento." (CONCEIÇÃO, 2013, p. 92). Como tal, o campo precisa se adequar aos princípios da sociedade industrial, pois nela reside à ideia de progresso e desenvolvimento, o que escamoteia as contradições que lhes são inerentes. Sobrevém ao campo a dinâmica industrial, e, neste espaço também se acentuam as desigualdades, pois ao lado da agroindústria irão conviver, muitas vezes em conflito, os pequenos produtores. O que importa ao capital é a expansão da sua capacidade de acumulação, neste sentido,

> A associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária realiza a estratégia econômica do capital financeiro com o objetivo acumulativo do lucro e da renda da terra, associação possibilitada pelo Estado ao assumir políticas estratégicas estruturadas em programas de investimentos em infraestrutura territorial. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 87)

O uso de tecnologia na atividade agropecuária constitui-se como mais uma faceta apropriada pelo capital para estender sua ação por todos os setores. Este processo ocorre de forma desigual, alguns terão acesso às tecnologias, e se adequaram aos interesses do modo de produção, com a atividade destinada a acumulação de riqueza. Na busca pelo lucro não se importa como a exploração do trabalho no campo ou na cidade, e onde as possibilidades estiverem favoráveis, promoverá este processo. No campo brasileiro a modernização significou uma subjunção aos ditames do capital, e como tal ampliou as desigualdades.

> A modernização do campo brasileiro acentuou as diferenças regionais da agricultura no país, uma vez que ficou muito concentrada nas regiões Sul, Sudeste e nas áreas de fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, enquanto que ao Norte e o Nordeste coube na divisão territorial do trabalho um papel mais periférico e ao mesmo tempo necessário. Se as relações de trabalho assalariado ganham destaque nas regiões de maior modernização técnica, por outro lado, as velhas oligarquias rurais continuavam a exercer seu domínio sob o aval da ditadura militar. Relações de trabalho análogas ao trabalho escravo, manutenção dos latifúndios e financiamento da monocultura são traços de uma modernização desenvolvida de forma desigual e combinada nos certames da produção e reprodução do capital no campo. (SANTANA SILVA, 2014, p. 56)

Com a modernização, que pode soar como avanço, o que se tem na verdade é o acirramento das contradições. De um lado latifundiários ampliando a produtividade de suas terras e explorando o trabalho, no outro os camponeses tentando sobreviver em meio à avalanche imposta pelo capital, manifestada na divisão do trabalho, que amplia as desigualdades. Ao mesmo tempo em que cria estratégias para subsumir inclusive o camponês na lógica do capital, neste sentido

> A concessão de crédito que antes ficava restrita as grandes empresas, aos conglomerados agroindustriais e detentores de extensas áreas de terra, a partir da reinvindicação dos movimentos sociais passou a ser destinada a produção familiar pelo viés de políticas públicas. Para tanto, o Estado consegue transformar o que seria uma conquista social em mais uma forma de subsunção do trabalho ao capital. (SANTANA SILVA, 2014, p. 75)

Em todas as esferas o capital consegue se inserir, diante da demanda dos pequenos produtores, o acesso ao crédito constitui-se como uma forma de inclui-los. A modernização que chega ao campo traz consigo a dependência cada vez maior para atender aos interesses do capital.

Não há espaço que o capital não almeje, em sua ininterrupta busca pela ampliação da capacidade de acumulação, ele alcança a dinâmica produtiva do campo e da cidade, sem, no entanto, ter como evitar que as contradições se manifestem. Por isso, elas são mediadas pelo Estado, que ao mesmo tempo promove seu avanço, e ameniza os efeitos das desigualdades inevitáveis. As ações do Estado são planejadas em busca de garantir o “desenvolvimento”, o que é analisado na sequência.

4.2.1 Os projetos de desenvolvimento e ampliação do capital no Brasil

A ação do Estado auxilia a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, o que é baseado em um discurso para cada fase do capitalismo que “carrega em seus pressupostos elementos que condizem com as necessidades do capital e da acumulação.” (ARAÚJO, 2015, p. 32). Com isso estão abertos os caminhos para que o Estado garanta as condições necessárias para a expansão do capital, balizados por discursos que enfatizam as possibilidades geradas com o desenvolvimento, que é visto como

> um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. (PEREIRA, 1985, p. 19)

As transformações realmente ocorrem e podem ser observadas nas estruturas físicas tanto do campo quanto da cidade, sem, no entanto, garantir benefícios reais para as questões sociais, a distância entre as classes fica cada vez

mais extensa, e ao contrário do que se preconiza as ações do Estado não resolvem as contradições, apenas as amenizam, na medida do necessário para que a continuidade do modo de produção capitalista esteja assegurada. Por isso é fundamental considerar que ao realizar planejamentos estratégicos para a sociedade e a economia o Estado não está tentando resolver o problema central existe, mas sim minimizando seus efeitos, pois “o planejamento do Estado segue sempre interesses de classe, que no capitalismo corresponde aos interesses da burguesia.” (ARAÚJO, 2015, p. 58). Ao longo do processo histórico medidas são adotadas pelo Estado para viabilizar a expansão do capital, como o que ocorre após a II Guerra Mundial, e de acordo com Ianni, com as dificuldades existentes no período e como

> o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências de capital, tecnologia, Know-how, capacidade de organização, liderança etc. Por isso, as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, exigiam a formulação e utilização de novo instrumentos de ação, incluindo-se o planejamento técnico-científico. (IANNI, 1991, p. 66)

À medida que os entraves para o avanço do capital são identificados o Estado realiza ações que tentam encontrar as formas para superar as dificuldades e alinhar-se com nos interesses do modo de produção. A consolidação do Estado brasileiro, ao longo do século XX, demonstra a capacidade que o mesmo também tem de se adaptar as necessidades e promover a conduta que melhor convier para atender a sua funcionalidade, ou seja, criando as condições para a expansão do capital, então

> Aos poucos, a ideologia e a prática do planejamento são incorporadas pelo poder público, como componentes cada vez mais necessários do Estado. Vários acontecimentos e processos, independentes e conjugados, convergem no mesmo sentido, promovendo a progressiva ‘racionalização’ da política econômica governamental. De um lado, havia a influência das experiências de política econômica acumuladas ao longo dos anos 1930-45 e 1946-50. Por outro, o poder público defrontava-se com a crescente diferenciação social, econômica e política da sociedade brasileira, donde resultavam novos e mais numerosos problemas. O progresso da divisão social do trabalho tornava ainda mais evidentes as relações de complementariedade horizontal e vertical dos vários setores e níveis do sistema sócio-econômico e político. (IANNI, 1991, p. 139-140)

A racionalização das políticas é a forma encontrada pelo Estado de construir as estruturas necessárias para a diversificação produtiva, materializando a divisão do trabalho, e ampliando a possibilidade de acumulação, ao passo em que se

acirram problemas sociais frente às desigualdades que fazem parte do processo de expansão do capital. Enfrentar as contradições é uma tarefa árdua e inglória, visto que em uma sociedade baseada na existência de desigualdades, são insolúveis os problemas centrais que a atingem. A ideia de desenvolvimento econômico para reduzir inconvenientes é imprescindível, assim

> A ideia corrente de desenvolvimento econômico refere-se a um processo de transformação – no sentido morfogenético: adoção de formas que não são um simples desdobramento das preexistentes – que engloba o conjunto de uma sociedade. Essa transformação resulta da adoção de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta em aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a ideia de desenvolvimento liga-se, casualmente, por um lado, ao conceito de eficiência e, por outro, à de abundância ou riqueza. (FURTADO, 2008, p. 130)

A adoção da diversificação no processo produtivo é geralmente apontada como fundamental na busca do desenvolvimento, mas em geral as ações implementadas são eficazes para a demandas do ciclo do capital. Os projetos de desenvolvimento estão mais para o modo de produção em si, do que para melhoria na condição de vida dos sujeitos que fazem parte deste processo, por mais que medidas paliativas diminuam as desigualdades, elas sempre estarão presentes, pois

> o Estado brasileiro tem assumido a condição de facilitador da expansão monopolista do capital via políticas públicas estruturadas para a ampliação e consolidação de uma política econômica de extração da mais valia, do trabalho excedente, através do re-ordenamento da divisão social e territorial do trabalho na relação campo-cidade. Desse modo, sustentadas na concepção clássica linear e na histórica de desenvolvimento e centrada na abordagem funcionalista, as políticas públicas de planejamento tem acirrado o desenvolvimento desigual. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78)

As políticas implementadas pelo Estado serão fundamentais para a expansão do capital, diretamente investindo na infraestrutura, o que estimula a iniciativa privada, ou propriamente atuando em setores estratégicos, como o da energia, suas ações vão proporcionar que as condições necessárias para a efetivação do ciclo do capital se realize, ampliando a divisão social e territorial do trabalho, sem, no entanto, eliminar as contradições, posto que estas são as garantidoras da manutenção do modo de produção capitalista.

No âmbito das ações realizadas pelo Estado brasileiro, a elaboração do Programa de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), é um

exemplo significativo do planejamento para a promoção de medidas que favorece as perspectivas de desenvolvimento, as “metas do programa governamental abrangiam quatro setores importantes da Economia: energia, transporte, alimentação e indústria de base.” (IANNI, 1991, p. 164). Setores econômicos estes importantes para a ideia de promover o desenvolvimento do país, e foram úteis para coordenar ações que estimularam a economia, especialmente no setor industrial e na infraestrutura.

> O Plano de Metas, elaborado sob a orientação de Lucas Lopes e de Roberto Campos, por meio de trabalho conjunto do BNDE e de um Conselho Nacional de Desenvolvimento, criado no dia seguinte à posse de JK, dedicou-se a identificar os setores carentes de investimentos – pelo Estado, pela iniciativa privada ou pelo capital estrangeiro – e, dentro de cada setor, as metas, cuidando ainda de se ter um objetivo para cada meta. (ALMEIDA, 2004, p. 9)

Estabelecia-se, desta forma, um planejamento para favorecer o desenvolvimento industrial, mas também outros setores da economia que eram relevantes para que os objetivos fossem alcançados. Especialmente com a garantia de infraestrutura, e energia que são indispensáveis para o avanço dos outros setores econômicos. Após o final do governo de Juscelino Kubitschek, o Estado passa por significativas mudanças, e no que concerne as ações econômicas é possível destacar que

> A análise da política econômica governamental desde 1964 revela o predomínio da tendência internacionalista. Ou seja, revela um conjunto de alvos, diretrizes, técnicas e decisões orientado no sentido de impulsionar e consolidar um subsistema econômico associado (ou melhor, dependente). Isto é, as diretrizes e os objetivos econômicos adotados pelos governos militares implicavam na recomposição das relações da economia brasileira com a economia mundial. De fato, o que ocorreu foi uma reintegração da economia brasileira, enquanto subsistema econômico, no âmbito do capitalismo mundial, sob a égide dos Estados Unidos. Esse processo foi facilitado e acelerado pelas diretrizes governamentais (econômicas, fiscais, monetárias, cambiais, salariais, etc.) que impulsionaram a concentração e a internacionalização do capital aplicado nos diversos setores da economia brasileira. (IANNI, 1991, p. 289)

O Estado não pode ser considerado como uma instituição neutra, e nem tampouco, isolada, a expansão do capital é uma realidade mundial, e na busca por ampliar sua atuação encontra em países como o Brasil o lastro necessário para

sobressair nas etapas que o capitalismo encontra. Sucessivos planos foram elaborados, o que eles têm em comum é a construção de bases para o avanço do capital, seja resolvendo problemas de infraestrutura, ou mesmo atuando diretamente em setores essenciais para o crescimento, Almeida faz uma síntese sobre O Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II), realizados durante a ditadura militar.

> O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), elaborado, como o segundo, sob a orientação do ministro do Planejamento Reis Velloso, esteve mais voltado para grandes projetos de integração nacional (transportes, inclusive corredores de exportação, telecomunicações), ao passo que o segundo, na presidência Geisel (1974- 1979), foi dedicado ao investimento em indústrias de base (em especial siderúrgica e petroquímica). Ele buscava alcançar a autonomia em insumos básicos, mas já num contexto de crise energética (daí sua ênfase na energia, com destaque para a indústria nuclear e a pesquisa do petróleo, ademais do programa do álcool e a construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu). O desenvolvimento científico-tecnológico tampouco foi deixado de lado, como revelam planos especiais feitos nessa área, com volumosos recursos alocados à formação de recursos humanos, mas também ao desenvolvimento de novas tecnologias. (ALMEIDA, 2004, p. 21)

No cenário de ações desenvolvidas pelo Estado, prioritariamente após a década de 1930, é comum aos programas que visam promover o “desenvolvimento” estabelecer estratégias que garante, em verdade, a expansão do capital. O Estado desempenha funções diretas, nesse processo desde a criação de órgãos de planejamento, bem como de empresas que exploram determinados ramos da econômica, a exemplo o petróleo, que no caso do Brasil tem como marco a criação da Petrobrás, além de garantir infraestrutura para atender as demandas do capital.

O que temos é um Estado a serviço da ampliação das condições de acumulação do capital, e suas ações favorecem a efetivação do ciclo do capital – produção, distribuição, circulação e consumo –, que são basilares para o avanço do modo de produção capitalista, considerando que, resguardadas as particularidades de cada programa, o objetivo central é o mesmo, favorecer a expansão do capital. Exemplo mais recente desta atuação foi a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em suas palavras o objetivo principal do Programa é

> A minha intenção é estimular todos os setores do país a participarem deste esforço de aceleração do crescimento, pois uma tarefa dessas

> não pode ser uma atitude isolada de um governo – mas de toda a sociedade. Um governo pode tomar a iniciativa, pode criar os meios, mas para que qualquer projeto amplo tenha sucesso é preciso o engajamento de todos. (BRASIL, 2007, p. 1)

A intenção é de fomentar os diversos setores da economia, com ações que estimule o crescimento econômico, colocando o Estado como uma das partes para alcançar este objetivo. O Programa abre espaço para a atuação direta em setores estratégicos e ao mesmo tempo facilita a participação do setor privado nos empreendimento para promover as transformações consideradas necessárias para que a economia do país seja dinamizada.

O Programa foi estruturado em três eixos principais: infraestrutura social e urbana; infraestrutura logística; e, infraestrutura energética. Para cada eixo são definidas ações e objetivos para promover o crescimento, dentre eles tem-se projetos como: minha casa, minha vida, mobilidade urbana, luz para todos, rodovias, aeroportos, geração de energia elétrica, petróleo e gás natural, entre outros. (ANEXO B – Programa de Aceleração do Crescimento). Observa-se que o Programa busca atingir setores fundamentais para o crescimento da economia, concentrando seus esforços na infraestrutura, e destinando investimentos para estimular a realização de obras por todo o país. Estratégias que demonstram a capacidade do Estado de comandar as diretrizes para o crescimento, sendo favorável ao avanço do capital, pois aumenta a capacidade de exploração do trabalho, potencializa a atividade industrial, dinamiza a circulação e comércio.

Na primeira etapa do Programa, de 2007 a 2010 a previsão de investimentos estava dividida entre os três eixos basilares do projeto, 11,5% do total destinado para logística, 54,5% para energia e 34% para social e urbano. (TABELA 01). Tem-se, portanto, a ação direta do Estado na promoção de atividades que atendem ao crescimento econômico.

TABELA 01: Previsão de investimento em infraestrutura 2007-2010. Valores em R$ bilhões.

EIXOS	2007	2008-2010	T0TAL
Logística	13,4	44,9	58,3
Energética	55,0	219,8	274,8
Social e urbana	43,6	127,2	170,8
TOTAL	**112,0**	**319,9**	**503,9**

Fonte: http://www.fazenda.gov.br/noticias/2007/r220107-PAC-integra.pdf/view

Em suma, tem-se um Programa que vai investir em setores importantes para o crescimento econômico, articulando infraestrutura de logística e energia, as quais são extremamente importantes para o avanço do capital. A infraestrutura social e urbana, a qual serve a priori para diminuir as desigualdades, mas que também se insere na lógica do capital, constituindo-se como mais uma possibilidade para o capitalista, especialmente para a construção civil.

No cenário mundial o PAC é um programa que vai favorecer a manutenção do Brasil na condição de exportador de *commodities*, e de produtos de baixa ou média tecnologia, seguimos atendendo aos interesses do capital em escala mundial, fornecendo principalmente matéria-prima, enquadrados na divisão internacional do trabalho, onde os “sinais da lógica da subalternidade são revisitados sob nova roupagem, que dá forma a um equilíbrio contraditório entre a autonomia nacional para o enfrentamento das desigualdades internas e o ajustamento ao sistema capitalista mundial.” (CHAGAS, 2015, p. 270). Revela-se, portanto, que as ações do Estado podem até mitigar algumas desigualdades internas, auxiliar o crescimento de alguns setores, mas sempre a serviço do capital.

Em síntese, o que é possível compreender é que o Estado, a partir de ações diretas ou indiretas, cria as oportunidades necessárias para que o ciclo do capital se efetive, desde a infraestrutura para a circulação e distribuição, e mesmo para a produção. Garantem ainda regras para a exploração do trabalho, ao tempo que ameniza as desigualdades sociais com medidas que atendem a classe trabalhadora, mas que servem também para favorecer a dinâmica do comércio. O Estado é, portanto, orgânico ao capital, sem ele o modo de produção capitalista por si só não consegue manter as condições de exploração necessárias para a acumulação, especialmente, diante das contradições na qual se estabelece o seu desenvolvimento, é preciso uma instituição que abrande as desigualdades e ao mesmo tempo estimule seu avanço.

Diante da situação de contraste imposta pela lógica do capital é necessária a ação do Estado para mitigar as desigualdades, este desempenha importante função para a produção do espaço de modo a garantir a acumulação do capital. Um Estado que é a representação da classe dominante, e que, portanto, atua de modo a proporcionar que as condições de acumulação sejam mantidas, mesmo diante das crises que fazem parte da própria essência do capitalismo.

CAPÍTULO V

5 O CICLO DO CAPITAL, AS DIRETRIZES DO NEOLIBERALISMO: UMA LEITURA DO CAPITAL FINANCEIRO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.

O capitalismo está estruturado em condições desiguais e não mantém seus padrões de acumulação. A crise vivenciada nos últimos anos favoreceu que o Estado neoliberal conseguisse avançar, sendo que

> Em decorrência da crise, a abertura econômica veio acompanhada de um ideário neoliberal de ajustes estruturais da economia e um conjunto de ações foi sendo articulado com o objetivo de reestruturar as bases de valorização do capital, gerando fortes impactos sobre as formas de organização do trabalho e dos trabalhadores. (PAGOTTO, 2019, p. 9)

A configuração do Estado, especificamente no Brasil, que predomina nos tempos atuais, está sustentada nos preceitos neoliberais, com participação expressiva dos ditames do capital financeiro como fundantes de transformações que intensificam as desigualdades materiais e sociais que se concretizam no campo e na cidade. A estrutura do Estado é utilizada para manter, mesmo e principalmente em tempos de crise, a base para a acumulação do capital, com a intensificação da exploração do trabalho.

Os princípios neoliberais são exaltados como fundamentais para a superação das dificuldades baseado em “um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia.” (CARINHATO, 2008, p. 38). As consequências de um Estado voltado principalmente para responder os interesses do mercado é a forma como os trabalhadores são expostos a condições sempre mais degradantes de vida e de trabalho, pois com o neoliberalismo “piorou ainda mais a condição de vida da maioria, aumentando a proliferação do homem supérfluo miserável, do homem supérfluo em estado de pobreza e as dificuldades econômicas das classes médias.”

(MARTINELLI, 2009, p. 163). Trata-se de um modelo perverso, no qual a sociedade vai sendo envolvida, e especialmente,

> Nas sociedades capitalista liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao que se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. (MÉSZÁROS, 2012, p. 58)

A construção ideológica dos princípios neoliberais fortalece sua realização e consolida a ampliação do processo de acumulação do capital, concomitantemente com a perda de direitos mínimos que tinham acesso os trabalhadores, ampliando a exploração do trabalho e alimentando as demandas do modo de produção capitalista.

5.1 NEOLIBERALISMO: FACE DO ESTADO MAIS SUBORDINADA AO CAPITAL

A estrutura cíclica do modo de produção capitalista é marcada por conflitos, a divisão de classe e a desigual distribuição do que é produzido socialmente provocam o enfrentamento que é contido através da ação do Estado, a qual vai variar de acordo com as demandas do momento histórico, pois

> Cuando la burguesía es económicamente próspera, socialmente ascendente y politicamente segura de su dominación, tiende a reducir las funciones económicas del Estado al mínimo [...]. Al contrario, en condiciones de debilidad y de declive del reinado burgués, busca extender sus funciones a fin de garantizar el beneficio privado. (MANDEL, 1977, p. 17)

O Estado será o elo que intercede em favor da garantia da propriedade privada e da acumulação de capital, e suas funções são determinadas pelas necessidades imanentes da classe dominante. Nos dias que correm o que se evidência é uma atuação cada vez mais marcada pelo “afastamento” que mantém as medidas adotadas pelos governos longe de políticas que atendam as demandas

essenciais da sociedade. Esta configuração do Estado ocorre para garantir sua mínima participação na dinâmica econômica e social, assumindo assim uma postura neoliberal.

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2012, p. 12)

A aplicação dos princípios neoliberais impõem intervenções mínimas das práticas político-econômicas para as demandas sociais por parte do Estado a fim de viabilizar o desenvolvimento com base na potencialidade individual, depositando no sujeito histórico a responsabilidade por empreender e também suprir suas necessidades mais fundamentais, e, o Estado situa-se apenas para conservar as estruturas, evidenciando sua faceta indispensável para o capitalismo, na qual

> se afasta das responsabilidades concebidas como primordiais a realização do chamado cidadão, num processo austero de redução e alcance das políticas públicas. Isso inclui as privatizações de empresas estatais lucrativas, a terceirização de serviços tidos como essenciais (educação, saúde, transporte, etc.) e a promoção de programas financiados pelo Banco Mundial de caráter flagrantemente assistencialista. (LIMA, 2010, p. 94)

O afastamento de funções primordiais impõe um Estado cada vez mais voltado para a perpetuação de uma sociedade desigual. A retirada de direitos mínimos se constitui como condição para a manutenção, e ampliação dos padrões de acumulação e expropriação que são basilares para a burguesia, impondo aos trabalhadores uma situação ainda mais insuportável. Evidenciando que

> No mundo em que mandam os mercados da riqueza financeira e a concorrência entre as grandes corporações, os cidadãos estão divididos entre vencedores e perdedores. Os primeiros, ao acumular capital financeiro, gozam de ‘tempo livre’ e do consumo de luxo’. Os demais se tornam dependentes crônicos da obsessão consumista e do endividamento, permanentemente ameaçados pelo desemprego

> e, portanto, obrigados a competir desesperadamente pela sobrevivência. (BELLUZZO, 2013, p. 27)

Os perdedores são os trabalhadores, eles deixam cada vez mais de ser assistidos pelo Estado em aspectos fundamentais que até então lhes asseguravam alguns direitos. No caso brasileiro uma das ações mais recente foi a reforma da Leis Trabalhistas, por meio da Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017, que entrou em vigor em novembro desse mesmo ano, nesta destaca-se a preocupação com o mercado e a negligência com as condições básicas para o trabalhador.

Entre as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tem-se as mudanças sobre a remuneração do trabalhador que compromete sua renda, as modificações estabelecidas na Lei implicam em perdas significativas, a exemplo do § 1º do Artigo 457. Antes da reforma trabalhista o referido artigo disponha o seguinte: "§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador" (BRASIL, 2017). Deste modo, o salário do trabalhador era formado pela parte fixa e mais comissões, percentagens, gratificações, entre outros. Com a nova redação a lei alterou o § 1º do artigo e acrescentou o § 2º, que passa a ser assim redigido:

> § 1o Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.
>
> § 2o As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário (BRASIL, 2017).

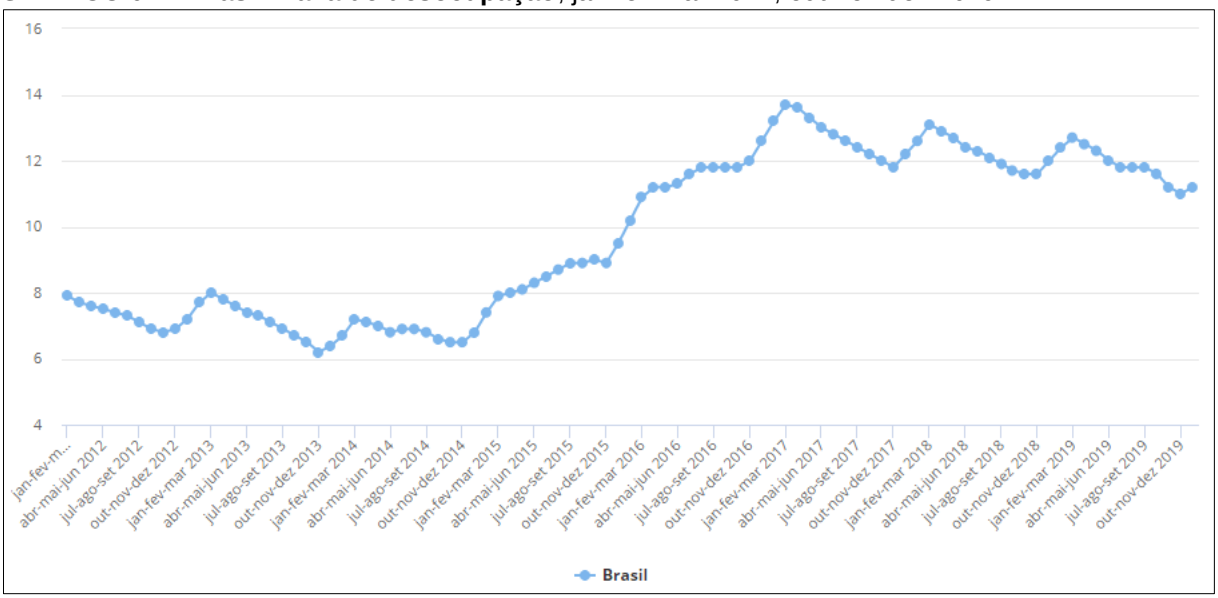
Outros aspecto que afeta a situação do trabalhador diz respeito a flexibilização da jornada de trabalho, quando expõe o trabalhador a uma negociação com o capitalista, como aponta Carvalho

> O Artigo 611-A já permite que sejam negociados acordos que flexibilizem a jornada de trabalho, o uso do banco de horas (nota-se que não há dispositivo na proposta que limite a negociação do prazo para a compensação das horas extras, que atualmente é de um ano), permite reduzir o intervalo em jornadas de mais de seis horas de uma para meia hora e ampliar a jornada em ambientes insalubres. Entretanto, há outros pontos da reforma que elevam a flexibilização

> da jornada de trabalho e que independem da necessidade de acordos coletivos. (CARVALHO, 2017, p. 84)

Trata-se de uma reforma extremamente alinhada com as perspectivas neoliberais, para facilitar aos capitalistas a exploração da força de trabalho, retirando dos trabalhadores direitos básicos, com o discurso de se tratar de uma reforma indispensável para garantir a ampliação do emprego diante do momento de crise econômica vivenciado no país. No gráfico abaixo é possível notar que em novembro de 2017, quando a reforma entrou em vigor, o índice de desemprego oscilou para cima, nesse período a taxa era de 12% de desempregados, no intervalo seguinte voltou a aumentar, chegando a 13,1%, no período de jan-fev-mar de 2018, mantendo a oscilação com uma pequena redução, chegando ao período de abr-mai-jun de 2019 com uma porcentagem de 11,8% de desempregados, evidenciando que a redução do desemprego não foi significativa com a reforma. (GRÁFICO 10)

GRÁFICO 01 – Brasil: Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012, out-nov-dez 2019.



Fonte: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=22889&t=series-historicas

O neoliberalismo não tem por premissa constituir as bases para uma sociedade mais equânime, a exploração do trabalho é essencial para a acumulação do capital, o Estado neoliberal auxilia o fortalecimento da extração de mais-valor, de forma a potencializar o lucro para os capitalistas, sendo que

> A tendência neoliberal de significativa redução dos investimentos produtivos – por conta da prevalência do investimento especulativo – reduz drasticamente o nível de absorção de mão-de-obra,

> favorecendo o desemprego, o subemprego, a flexibilização das relações de trabalho, a falta de garantia no emprego e a deterioração dos salários. (MARTINELLI, 2009, p. 174)

A reforma trabalhista é mais uma evidência desse processo, demonstrando que os interesses do capital não estão atrelados a garantias básicas para a vida do trabalhador. Os benefícios advindos com a reforma ficam para os empregadores, e nem mesmo a propalada redução da taxa de desemprego foi significativa em dois anos que a reforma está em vigor. As ações neoliberais nada mais são do que um ajuste para os ditames do capital, onde busca-se

> ajustar o padrão de regulação do trabalho de acordo com as características do capitalismo contemporâneo, que fortalece a autorregulação do mercado ao submeter o trabalhador a uma maior insegurança e ao ampliar a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho. (KREIN, 2018, p. 78)

A insegurança do trabalhador é ampliada, a exposição a condições cada vez mais precárias de trabalho são potencializadas. Redução de pagamento de horas extras, ampliação da jornada de trabalho são apenas alguns dos aspectos que demonstram que a ação do Estado, em especial, no neoliberalismo, é voltada para as necessidades dos empregadores, expondo ainda mais o trabalhador a condições precárias. Por isso, representam a ampliação das desigualdades, onde os trabalhadores estão sujeitos a situações indignas, pois

> Os programas de austeridade ameaçam transformar a vida dos cidadãos num calvário de sofrimentos e aspirações frustradas. Essa cadeia de privações materiais e psíquicas é entretecida nos subterrâneos da economia neoliberal, onde se articulam o poder da finança desregulada, a concorrência em escala global e as transformações na morfologia da grande empresa. (BELLUZZO, 2013, p. 28)

Remediar as disparidades entre as classes é um aspecto que torna o Estado um importante instrumento para a manutenção da sociedade capitalista, pois as mesmas são incontroláveis e inevitáveis, e na avidez de tentar preservar e ampliar a acumulação, medidas que afetam a vida do trabalhador são apresentadas como fundamentais, balizadas por uma construção teórica para qual o

> Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. trata-se de arranjos

> institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. (HARVEY, 2012, p. 75)

As liberdades individuais são proclamadas como imprescindíveis, mas em uma sociedade marcada pela acumulação de riqueza em uma classe, e condições mínimas de sobrevivência para outra, a liberdade pode se constituir como o maior cárcere, alimentado pela ilusão que todos têm as mesmas possibilidades de conquistar tudo aquilo que é cobiçado em uma sociedade lastreada pela necessidade do consumo material.

Tendo a liberdade como baluarte, o Estado neoliberal desenvolve ações que beneficiam a iniciativa privada, ao tempo em que reduz sua participação em serviços fundamentais para a sociedade, como educação e saúde, mas que favorecem o processo de acumulação do capital, com isso o

> Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é que leva a culpa! (HARVEY, 2012, p. 86)

Conferir ao sujeito toda a responsabilidade sobre seu o sucesso ou insucesso é individualizar relações que são coletivas, eximindo o Estado do papel básico do qual é resultante, de mantenedor do controle para evitar conflitos sociais decorrentes das disparidades que estão inseridas na estrutura da sociedade capitalista.

> Viver sob o neoliberalismo significa também aceitar ou submeter-se a esse conjunto de direitos necessários à acumulação do capital. Vivemos, portanto, numa sociedade em que os direitos inalienáveis dos indivíduos (e, recordemos, as corporações são definidas como indivíduos perante a lei) à propriedade privada e à taxa de lucro se sobrepõem a toda outra concepção concebível de direitos alienáveis. Os defensores desse regime de direitos alegam plausivelmente que ele estimula ‘virtudes burguesas’ sem as quais todos no mundo ficariam em situação bem pior. Incluem-se aí: a responsabilidade e as obrigações individuais; a independência da interferência do Estado (que por vezes põe esse regime de direitos em forte oposição aos direitos definidos pelo Estado); igualdade de oportunidades no mercado e perante a lei; recompensas à iniciativa e à atividade empreendedora; o cuidado de si mesmo e dos seus; e um mercado aberto que permita uma ampla liberdade de escolha em termos tanto de contrato como de troca. (HARVEY, 2012, p. 194)

A garantia da acumulação do capital é a obsessão do Estado, especialmente do neoliberal, servindo a classe dominante para manter os padrões necessários frente às mudanças que ocorrem no processo produtivo, sem alterar a estrutura social vigente, com a manutenção da propriedade privada e da exploração do trabalho para garantir a efetivação do lucro, através da extração do mais-valor. O objetivo permanece inalterado, obter lucro. As formas como ele é alcançado passa por transformações no decorrer do processo histórico, com as demandas que se estabelecem para possibilitar a ampliação da acumulação do capital. A forma como a propriedade se estabelece também passa por modificações, engendrando-as na dinâmica cada vez mais volátil do capital, o que se verifica é que

> No capitalismo, a propriedade dos meios de produção define de maneira inequívoca a classe dominante, mas essa propriedade se manifesta sob diferentes formas institucionais, que se modificam ao longo do tempo. Originalmente, referia-se à propriedade individual e familiar das empresas, cuja gestão estava sob controle direto dos proprietários. Essa relação de propriedade evoluiu até a propriedade financeira das sociedades (quer dizer, exercida por intermédio da posse de títulos), em que o poder dos proprietários se concentra nas instituições financeira. Essas instituições cristalizam os interesses de grupos mais ou menos amplos (como faz uma holding financeira) ou coletivos (como um banco central). (DUMÉNIL; LÉVY, 2005, p. 87)

A propriedade privada é condição para permitir a expropriação e a acumulação de capital pela classe dominante, restringindo a ela o acesso ao que é produzido socialmente. A forma como está estruturada a propriedade também passa por mudanças, e hodiernamente está inserida na dinâmica do capital financeiro.

A propriedade financeira, onde títulos são disponibilizados, e o controle do processo produtivo é diluído entre os detentores dos meios de produção e os detentores de títulos, as decisões não são mais estabelecidas apenas com base nos interesses dos proprietários diretos. As ações negociadas no mercado financeiro ditam as regras do processo produtivo em diversos setores da economia, interferindo na dinâmica implementa e na forma como os espaços são produzidos, de maneira a possibilitar a maior acumulação de riqueza, também para aqueles que não estão diretamente ligados a propriedade privada dos meios de produção.

A forma como a produção é realizada passa a ser definida por interesses estabelecidos no mercado financeiro, e a apropriação da natureza se adequa às demandas do capital, bem como a produção do espaço. As ações implementadas

visam à adequação da dinâmica de produção as mudanças pelas quais passam o modo de produção capitalista, as quais são guiadas pelas ações do Estado, organizadas de modo a garantir a contínua e ampliada possibilidade de acumulação. Assim

> A apropriação da natureza pelo capital evidencia como partindo da lógica de poder e espaço são moldados os territórios de troca que no bojo da ampliação privatista neoliberal e sua correspondente feição de classe apontam para novos ajustes espaciais que intensificam a apropriação privada do espaço (território) resultado das mediações no âmbito das relações sociometabólicas de produção e reprodução. (DUTRA JR, 2015, p. 237)

A apropriação do espaço, as transformações no processo produtivo, o controle indireto da propriedade e as alterações nas condições de trabalho configuram-se como essenciais para tentar reduzir os efeitos das crises cíclicas do capital. O neoliberalismo é primordial para construir as bases da efetivação destes processos, de modo a perpetuar a lógica desigual e combinada que é fundante do modo de produção capitalista, bem como estabelece ações que “buscam” resolver as crises pelas quais passa o capitalismo, mas é fundamental entender que as políticas neoliberais sustentam uma reestruturação baseada em retrocessos, pois

> Esse é o momento em que, tanto do ponto de vista prático, quanto do ideológico e teórico, as classes dominantes e dirigentes, em escala mundial, apostam (e ganham) no retrocesso, no recuo das conquistas sociais e econômicas das classes subalternas. Não é de espantar que se observe a corrosão das instituições republicanas, que seja constante e reiterada a violação dos direitos sociais acumulados ao longo dos últimos trinta anos. Torna-se, portanto, agudo o conflito entre a aspiração a uma vida decente, segura, economicamente amparada e as condições reais de existência que, segundo o cânone liberal, devem ser definidas pelas regras impostas pelos processos de regeneração capitalista. (BELLUZZO, 2013, p. 33)

A estrutura desigual permite a acumulação de riqueza por poucos. Nos dias atuais, a intensificação desse processo é resultante das transformações acirradas com o avanço das relações de produção cada vez mais condicionadas à dinâmica liberal. A implementação da proposta neoliberal não é recente, os aspectos que respaldam tal perspectiva de atuação do Estado estão relacionados à busca de soluções para as contradições inerentes ao capitalismo, por isso

> O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o 'Consenso de Washington'. A essa altura, tanto Clinton como Blair poderiam facilmente ter invertido a afirmação anterior de Nixon e dito simplesmente: 'Agora somo todos neoliberais'. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (HARVEY, 2012, p. 23)

O desenvolvimento do capitalismo está estruturado na desigualdade, até mesmo a implementação do Estado neoliberal reflete esse processo, entretanto as soluções apontadas por ele tendem ampliar a acumulação do capital, mesmo diante das contradições que o próprio sistema vivência. As ações adotadas com o neoliberalismo

> aprofundam a superexploração; proporcionam perspectivas de crescimento econômico medíocres ou insustentáveis; criam vulnerabilidades políticas e sociais; deterioram o meio-ambiente, afetando o equilíbrio ecológico; e articulam-se a uma diretriz de expansão do sistema mundial que é decadente e está em crise civilizatória. (MARTINS, 2011, p. 341)

O neoliberalismo consolida a compreensão de que o Estado não é neutro, pelo contrário, no capitalismo ele serve de forma subserviente aos imperativos do capital. Para tanto, promove ações que vão interferir na condição de vida do trabalhador, ao mesmo tempo em que favorecem as perspectivas de acumulação do capital para os capitalistas. É importante considerar que o Estado existe e assume diferentes faces no decorrer do tempo histórico, o que depende das demandas pelas quais se guiam. Por isso, é relevante observar que

> El neoliberalismo nació después de la Segunda Guerra Mundial, en una región de Europa y da América del Norte donde imperaba el capitalismo. Fue una reacción teórica y política veemente contra el Estado intervencionista y de Bienestar. (...). Se trata de un ataque apasionado contra cualquier limitación de los mecanismos del mercado por parte del Estado, denunciada como una amenaza letal a la libertad, no solomente económica sino también políteca. (ANDERSON, 1999, p. 15)

Diante dos momentos de crise, o Estado é reinventado, mas sempre de forma a permitir que o processo de acumulação possa ter continuidade. As políticas do Estado de Bem-estar social que marcaram o período pós Segunda Guerra Mundial foram sendo substituídas pelas ações neoliberais, em síntese

> para el dogma neoliberal la generación de pobreza es señal de que se está marchando por el rumbo correcto. La pobreza y los padecimentos de las masas tienen un significado promisorio: en realidad significa que 'las fuerzas del mercado' están moviéndose sin interferencias, y la reestructuración económica procede tal cual se puso en marcha, libre de las 'artificiales' regulaciones caprichosamente establecidas durante décadas por gobernantes hostiles. (BORON, 1999, p. 79)

Não importa aos princípios neoliberais se as condições de pobreza serão intensificadas através de medidas que atingem principalmente os trabalhadores. O objetivo principal é assegurar a acumulação de riqueza, o excedente de mão-de-obra é fundamental para garantir salários mais baixos, e a maior exploração da força de trabalho, assim quanto mais fácil o processo, mais vantajosos para os capitalistas, logo os preceitos neoliberais favorecem o livre mercado.

De forma geral o Estado é visto como um equilibrador na balança de uma sociedade sustentada nas desigualdades, que impelem a parcela significativa da sociedade condições de vida insatisfatórias, enquanto a minoria usufrui o que é produzido coletivamente. Entretanto, o que se verifica é que

> Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 1995, p. 6)

O neoliberalismo desarticulou significativamente o Estado que minimamente ainda garantia condições para a classe trabalhadora, ampliou as desigualdades e alcançou êxito no que se propôs, constituindo-se como alternativa frente às contradições do capital, mas sem, no entanto, enfrenta-las. O Estado está a serviço do capital, logo, mesmo que em determinados períodos esteja mais propenso a minimizar os efeitos das desigualdades sociais, ele não se constitui como base para

uma transformação da sociedade. E em seu momento neoliberal exacerba seu vínculo com a classe dominante, reduzindo de forma extrema os poucos benefícios destinados aos trabalhadores, além de diminuir sua participação nas atividades econômica.

As ações implementadas pelo Estado neoliberal atingem de forma intensa o trabalhador e interferem na dinâmica econômica, esse processo também tem rebatimentos na produção do espaço geográfico, uma vez que o mesmo está vinculado a como a sociedade o produz para a realização do processo produtivo. Um exemplo que pode ser apontado é o investimento no setor de infraestrutura que proporciona uma maior articulação no processo de distribuição e circulação das mercadorias, ao tempo que também amplia a oferta de mão-de-obra, a redução da participação do Estado tem implicações também na forma como o espaço é apropriado no processo de acumulação do capital.

Considerando o momento atual, no qual o neoliberalismo tem avançado de forma expressiva, evidencia-se que o Estado é funcional ao capital, e suas ações servem para que o modo de produção capitalista se mantenha, e ao mesmo tempo consiga relativizar os efeitos das crises que vivência. Importante destacar também que o capitalismo atualmente é comandado pelos ditames do mercado financeiro, o qual conduz os processos de acumulação do capital, e que tem rebatimentos para a produção do espaço. Por isso compreender sua estruturação permite ampliar a capacidade de análise da condição momentânea, na qual as relações de trabalho e os espaços são comandados pela lógica do capital financeiro. No item seguinte, demonstram-se aspectos para auxiliar a compreensão das alterações no processo produtivo e seus rebatimentos para o campo e a cidade diante da condição atual.

5.2 O MERCADO FINANCEIRO E TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO PRODUTIVO

O capitalismo tem uma capacidade de se reinventar para continuar o processo de acumulação, transformando-se de acordo com as condições que

determinam a continuidade do ciclo do capital. Na atualidade, esse modo de produção está sendo comando pela ação do mercado financeiro, que passa a ditar de forma mais proeminente as diretrizes para a ampliação e perpetuação da lógica do capital. Evidencia-se que

> Os traços mais característicos do capitalismo moderno são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na abolição da livre-concorrência, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata. (HILFERDING, 1985, p. 27)

A essência da relação que se estabelece entre os proprietários dos meios de produção e o setor financeiro atribuem contornos cada vez mais perversos a dinâmica do capital, supervalorizando a acumulação em detrimento das mínimas condições de vida. A mobilidade do capital é realizada com a expropriação cada vez mais intensa, tanto do trabalhador, como dos recursos naturais na busca incessante por mais lucro. Processo que extrai o que é possível, mantendo as condições desiguais, de forma a mascarar as contradições do capital, onde

> A reconversão das contradições do capital via território em reposição possível do mais-valor, através da mobilidade e reordenamento do desenvolvimento geográfico desigual; o capitalismo financializado subverte o tempo, mas se realiza fundamentalmente nos espaços em que a especulação garante o lucro (ou forja). (DUTRA JR, 2015, p. 238)

Na busca pelo lucro, o capital não atenua suas ações, produz contradições que colocam os sujeitos sociais em condições desiguais, mas não se restringe a exploração do trabalho, pois o mesmo se efetiva no espaço, é nele que se estabelecem as formas de desenvolvimento dos meios de produção e é dele que se extraem as matérias-primas, assim o “processo imediato de produção do capital é seu processo de trabalho e valorização, processo cujo resultado é produto-mercadoria e cujo motivo determinante é a produção de mais-valor.” (MARX, 2014, p. 449).

A produção de mais-valor ocorre através da exploração da força de trabalho, e tanto no campo como na cidade esse processo acontece, variando em quantidade e diversidade do que é produzido, o que depende não das condições espaciais, mas

sim dos interesses que regem a dinâmica implementada em cada espaço. O objetivo é realizar o mais-valor, sendo que

> a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital, ou, mais sucintamente: capital variável. Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável. (MARX, 2013, p. 286)

O capital constante encontra-se estabelecido em um local, o que define onde, não é a característica isoladamente do espaço, mas sim a demanda do processo produtivo. Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista a cidade se constituiu em um espaço importante para permitir a ampliação da obtenção do mais-valor, pois nela a concentração dos meios de produção e dos trabalhadores foi sendo intensificada durante o seu avanço, favorecendo o avanço dos processos produtivos, através de uma economia representada pelo agrupamento de tudo o que é necessário para ampliar a acumulação.

> Porém, toda essa economia, que resulta da concentração dos meios de produção e de seu emprego massivo, pressupõe, como condição essencial, a aglutinação e a atuação conjunta dos trabalhadores, ou seja, a combinação social do trabalho. Assim, ela resulta do caráter social do trabalho tanto quanto o mais-valor resulta do mais-trabalho de cada trabalhador, isoladamente considerado. Mesmo os constantes aperfeiçoamentos, que aqui são possíveis e necessários, derivam única e exclusivamente das experiências e das observações sociais que a produção do trabalhador coletivo – combinado em grande escala – proporciona e permite. (MARX, 2017, p. 107)

Na cidade os trabalhadores se aglomeram em grande quantidade, ficando a disposição dos capitalistas mais facilmente, o que não muda o fato de que o trabalhador é fundamental para a extração de mais-valor, apenas proporciona uma maior presteza para localizar essa mercadoria essencial. No entanto, o trabalhador continua sendo indispensável, e sua disponibilidade tanto no campo quanto na cidade são de interesse para o avanço do modo de produção capitalista, visto que este não limita suas ações à cidade, pelo contrário sua lógica já domina os espaços

produtivos como um todo, inclusive no campo, onde sua dinâmica é tão perversa quanto na cidade. O processo produtivo é guiado pela mesma lógica, e a “produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital” (MARX, 2013, p. 578). Assim como o que é produzido pelo trabalhador está a serviço do capital, a forma como os espaços são apropriados para permitir que o trabalho se concretize também é estruturado para atender as demandas do capital.

A realização do capital só se efetiva através do ciclo do capital, cada momento desse processo é fundamental para que a extração do mais-valor se estabeleça. A relação capital trabalho é materializada no espaço, onde se concretizam as condições para que ocorra a acumulação, deste modo, é fundamental garantir que a produção aconteça, sendo que a

> produção capitalista como tal é indiferente ao valor de uso determinado e, em geral, as características específicas das mercadorias que ela produz. Em qualquer esfera da produção, o que lhe importa é apenas produzir mais-valor, apropriar-se, no produto do trabalho, de determinada quantidade de trabalho não pago. E o mesmo ocorre, por sua natureza, com o trabalho assalariado submetido ao capital: a apropriação capitalista não se importa com o caráter específico de seu trabalho, desde que ele se transforme conforme as necessidades do capital e se deixe deslocar de uma esfera da produção a outra. (MARX, 2017, p. 230)

Apropriar-se do mais-valor é o objetivo, para tal é necessário criar as condições para a exploração do trabalhador. No campo e na cidade esse sujeito é impelido a vender sua força de trabalho, como se está fosse à única condição de existência, mascarando o real interesse pela serventia do trabalhador a dinâmica capitalista de produção, onde o que é produzido socialmente é acumulado individualmente.

O modo de produção capitalista apresenta em si contradições que o colocam em situações de avanço e de crises para garantir o processo da acumulação de capital, mas sempre buscando alternativa para que se mantenha. Suas transformações para este fim ocorrem na esfera da produção e da expropriação da força de trabalho, e vai buscando alternativas para tentar se manter.

As transformações no processo produtivo e a obtenção de lucro são essenciais para o capitalismo, e para sua segurança sempre promove mudanças

que sustentam e/ou ampliam as condições de acumulação, para isso sempre que necessário se reestrutura. Atualmente, o comando está vinculado à dinâmica do capital financeiro, onde o sistema de crédito permite que o capital circule de forma a dinamizar o processo e “ampliar” os lucros, aparentemente tem-se as condições para garantir uma acumulação sem a extração do mais-valor. Entretanto, a necessidade da exploração do trabalho persiste e o capital se “reinventa”, mas continua a ela vinculado, pois só existe a partir da apropriação do mais-valor, o que depende da exploração do trabalho. Verifica-se que

> A mobilização dos capitais impulsionada pelo sistema de crédito se transforma em uma força do capital industrial na medida em que promove a supressão das barreiras tecnológicas e de mercado, nascidas do próprio processo de concentração – em particular daquelas que decorrem do aumento das escalas de produção, com imobilização crescente de grandes massas de capital fixo. As instituições financeiras que participam da constituição e gestão das grandes empresas ao estimular a ‘concorrência’ promovem centralização do capital e, portanto, reforçam o caráter monopolista dos empreendimentos capitalistas. Na verdade, ao estimular a conquista de novos mercados, provocam o acirramento da concorrência entre blocos de capital e impulsionam a internacionalização crescente da concorrência capitalista. (BELLUZZO, 2013, p. 96)

A superação de barreiras permite que o capitalismo avance de modo ainda mais perverso, pois a capacidade de interferência na forma como o processo produtivo deve acontecer impõe aos espaços que se adequem às demandas do capital, produzindo aquilo que é de interesse para garantir a ampliação da acumulação. O objetivo é avultar a capacidade de obter lucro, sendo que,

> A partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a apropriação dos superlucros depende cada vez mais da obtenção de lucros extraordinários. Eles passam a ser obtidos mediante um monopólio tecnológico que capacita o produtor a vender uma mercadoria a preços superiores ao seu valor individual, determinado pela quantidade de trabalho abstrato para produzi-la. O lucro extraordinário representa uma alteração na repartição da mais-valia, sem um aumento em sua produção. Significa, portanto, uma apropriação da mais-valia por um capitalista particular, sem a sua produção equivalente. (MARTINS, 2011, p. 49)

O aumento do lucro não está vinculado à ampliação da produção, mas sim a especulação no mercado financeiro, o capitalista encontra no sistema financeiro forma de apropriar-se do mais-valor, mesmo sem a existência de uma base

produtiva material. Supostamente é a solução para obter lucro sem estar relacionado com a produção, mas o capital só existe mediante a exploração do trabalho. O capitalismo financeiro mascara de forma mais intensa essa relação – capital/trabalho –, no entanto, não a elimina.

> A acumulação e a dominação financeira magnificaram o caráter fetichista intrínseco às sociedades capitalistas, escondendo o que interessa e insinuando que seria possível produzir sem trabalho e que os ganhos obtidos na esfera financeira seriam autônomos e independentes do lado real da economia. (CARLEIAL, 2010, p. 11)

A insinuação que estimula a ideia de obtenção de lucro sem a exploração do trabalho está presente, mas não se efetiva, além de continuar dela dependendo do trabalho, a lógica financeira, mesmo não estando diretamente ligada ao processo produtivo, interfere em sua dinâmica para ampliar a produção e acumulação. De acordo com Belluzzo

> O capital financeiro em sua fúria de dominação e de valorização fictícia da riqueza tende a empurrar a economia capitalista para sucessivas crises de superacumulação e de crédito, provocando com violência a 'reunião do que não deveria estar separado'. Esse 'retorno' aos fundamentos se efetua mediante a desvalorização dos títulos que representam direitos à apropriação da renda futura e do patrimônio: títulos de dívida e de propriedade, mercadorias não vendidas e sem valor, capacidade produtiva excedente. Nas crises fica demonstrado que não é possível preservar o capital em funções das escaladas de valorização da riqueza capitalista na esfera financeira. (BELLUZZO, 2013, p. 109)

As sucessivas crises evidenciam que o capitalismo tem seus limites e que a especulação não soluciona as contradições nas quais esse modo de produção está alicerçado. A dinâmica imposta pelo capital financeiro interfere na forma como o processo produtivo deve acontecer e, ao mesmo tempo, depende dele, pois a valorização real só é possível com o lastro produtivo.

O avanço da lógica do capital financeiro é evidente e está interferindo nas etapas da produção, ditando quais as melhores opções para "obter lucro fácil". Nesse processo, o mercado de ações é uma das formas encontradas para a perpetuação do processo de acumulação, sem, no entanto, se efetivar materialmente, pois é baseado em especulações. Para tanto, a constituição do capital fictício é essencial, visto que

> A possibilidade de especulação se deu com o surgimento desse mercado de capital fictício. Por outro lado, a especulação é necessária para salvaguardar a capacidade de absorção permanente desse mercado e para dar com isso ao capital monetário, como tal, a possibilidade de se transformar continuamente em capital fictício e novamente em capital monetário. Pois, por poderem fazer lucros diferenciais por meio da compra e venda, é dado o contínuo estímulo para a compra e venda; portanto, é garantida a permanente existência de um mercado acolhedor. A função essencial é criar esse mercado para investimento do capital monetário. (HILFERDING, 1985, p. 143)

A especulação permite que se criem perspectivas para o mercado auferir lucro sem estar diretamente ligado ao processo produtivo, negociando com o que será produzido por outrem. Assim,

> Com o avanço tecnológico, o fluxo de capitais passa a operar virtualmente, o que possibilita maior fluidez no processo de reprodução e aumento dos lucros oriundos da especulação. Com o processo de mundialização, o crédito continua a atuar na economia real, mas deixa de ser proveniente de excedente de capital industrial e começa a operar fora da esfera produtiva. (SANTANA SILVA, 2014, p. 40)

Operando fora da esfera produtiva às relações econômicas passam a ser definidas por agentes externos ao processo produtivo. Essa configuração controla as perspectivas de trabalho tanto no campo, como na cidade. Parte das ofertas aos trabalhadores está baseada nas demandas do capital fictício. As transformações pelas quais passa a dinâmica do capital servem para que o mesmo perpetue sua existência, modificações na dinâmica produtiva são realizadas, sendo que o

> estágio clássico do capitalismo marcado pela oposição entre o capital industrial e a propriedade fundiária agrícola sucede pois o estágio monopolista marcado pela fusão do capital financeiro com a renda fundiária. Fusão que, longe de suprimir a contradição entre o capital e a renda fundiária, pode desenvolvê-la integrando-a à contradição mais geral que opõe as tendências parasitárias, especulativas do capital à sua tendência a aumentar a taxa de mais-valia pelo aumento de seu investimento na produção. (LOJKINE, 1997, p. 188)

Esta mudança vai interferir na forma como o campo e a cidade serão utilizados para manter o processo de acumulação do capital e exploração da força de trabalho, que passam a ser adequados aos interesses do capital fictício. E “fora da economia real, o processo especulativo garante o crescimento econômico até certo limite, uma vez que apresenta uma acumulação financeira, mas não de capital

substanciado na retirada de mais-valor.” (SANTANA SILVA, 2014, p. 49). Por mais que o capital fictício especule sem ser responsável pela produção, está diretamente atrelado a ela, sob o risco de ruir ao ser usurariamente ampliado, pois o “capital extrai diretamente dos trabalhadores o mais-trabalho, que representa o mais-valor e o mais-produto. Nesse sentido, é possível considera-lo, pois, como produtor de mais-valor.” (MARX, 2017, p. 884). Sem a extração do mais-valor o processo de acumulação do capital não se realiza no mundo real.

> O capital a juros, como forma de existência do capital, realiza a necessidade de perpétua expansão e valorização do capital para além dos limites de seu processo mais geral e elementar base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio, criar novos mercados, o capital precisa existir permanentemente de forma livre e líquida e, ao mesmo tempo, crescentemente centralizada. Apenas dessa maneira pode fluir, sem obstáculos, para colher novas oportunidades de lucro e, concomitantemente, reforçar o poder do capital industrial e mercantil imobilizado nos circuitos prévios de acumulação. (BELLUZZO, 2013, p. 88)

Aparentemente livre, com possibilidades infinitas de lucro, com a dinâmica do capital financeiro, o avanço do capitalismo é ainda mais perverso, submetendo os trabalhadores aos seus interesses, o processo produtivo aos seus princípios, de modo a manter padrões de acumulação.

> Neste sentido, o capitalismo financeiro impôs novos parâmetros à dinâmica da acumulação privada, já que a materialização da riqueza sob a forma de títulos altera os critérios de alocação dos recursos, diferente da fase industrial. No processo de transformação da forma de riqueza, do controle da propriedade sob a forma de ativos fixos para as ações, é a posse e a manipulação dos títulos que permitem acesso aos direitos de gestão sobre a atividade produtiva. (SABADINI, 2015, p. 79)

O controle que passa a ser estabelecido pela dinâmica do capital financeiro impele o processo produtivo a trilhar o caminho especulativo, definindo, quando, como e onde a produção deve ocorrer, ordenando-a de forma a potencializar a acumulação, dominando a gestão das atividades produtivas, mesmo não estando diretamente vinculadas a ela. Entretanto, o mercado financeiro precisa de lastro na produção real, ao custo de perder tudo o que supostamente ganhou no processo especulativo, caso não se efetive a extração do mais-valor. A base material para a

extração do mais-valor se estabelece tanto no campo quanto na cidade, nestes espaços o processo produtivo constrói o suporte para explorar a força de trabalho.

A relação do mercado de ações com a produção material é fundamental, mesmo especulando sobre atividades ainda não realizadas, elas são sustentadas pela perspectiva real de que ocorrerá a produção. Neste sentido,

> O mercado de terras e o mercado financeiro se entrelaçam no movimento de crise-acumulação de capital. A alternância entre momentos de circulação (expresso no mercado de dinheiro) e de imobilidade do capital (que se expressa em ativos financeiros das empresas, como terra e capital constante) tem como objetivo apresentar tais ativos como garantias para acesso a crédito, o que estimula a acumulação de capital com base em novas dívidas. (PITTA; MENDONÇA, 2014, p. 51)

O estímulo para o acesso ao crédito coloca o capitalista a disposição do mercado financeiro, atendendo aos seus interesses, ao mesmo tempo em que impõe ao trabalhador a mesma condição. O endividamento dos trabalhadores do campo e da cidade fortalece o sistema financeiro, mas não garante que as crises não aconteçam. O certo é que o capital precisa de lastro real para se efetivar, e as especulações podem aparentemente ser dominantes, mas de fato é o capital que determina os rumos do processo de acumulação. Diante disso,

> O capital fictício ocupou um espaço fundamental na reprodução do capitalismo contemporâneo, a fim de aumentar e acelerar o processo de rotação do capital para contrariar a queda na taxa de lucro industrial. Ao mesmo tempo, acentuou o caráter contraditório, e, portanto, dialético, entre a expansão real e financeira do capital. A capitalização, representada pelas rendas obtidas a partir dos títulos financeiros e dos direitos de propriedade (ações) sobre as rendas futuras, ultrapassa cada vez mais os limites materiais da produção capitalista. A tendência, então, é a de que o dinheiro de crédito, fortemente desmaterializado, provoque crises financeiras profundas e fortes movimentos especulativos nos centros financeiros, como as que conhecemos nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. (SABADINI, 2013, p. 605)

A circulação do capital fictício de fato dinamiza, por um período, as atividades econômicas, mas ao ultrapassar as condições materiais de produção, promove a intensificação da crise, pois o capital precisa da produção real para se concretizar como lucro, através da exploração do trabalho.

De todo modo, o capitalismo se reinventa, o que pode ser evidenciado tanto no processo de exploração cada vez mais intenso do trabalho, como também na produção dos espaços, que “precisam” se adequar as demandas impostas por sua lógica. O aumento de circulação do capital, a facilitação do acesso ao crédito, presumivelmente potencializaram a realização de atividades produtivas, ao passo que ampliaram a concentração de capitais.

O Estado é fundamental para atender as demandas do capital, e com o neoliberalismo, a preocupação é de garantir que a dinâmica do capitalismo siga seu curso, mas tendo as ações do Estado resumidas, de forma a garantir “uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho.” (ANDERSON, 1995, p. 11). O abandono total ou a redução extrema das ações do Estado na garantia do bem-estar da população é devastadora para a sociedade, tanto no campo como na cidade, tais ações atingem o trabalhador de forma irremediável, deixando-os sem possibilidades, enfraquecendo as poucas oportunidades que teriam, com a assistência básica, e também com a capacidade de organização para o enfrentamento das condições desiguais impostas pelo sistema do capital, o que é reforçado pelas ações do Estado neoliberal, especialmente no Brasil, que tratam de “destruir a capacidade de luta e organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou.” (OLIVEIRA, 1995, p. 28).

O projeto neoliberal tem a capacidade de “destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil.” (OLIVEIRA, 1995, p. 28). As demandas do capital são fortalecidas, garantindo liberdade ao mercado e a ampliação da exploração da força de trabalho, ao tempo em que, desmontra as perspectivas de organizações populares para enfrentar as desigualdades que são intensificadas com o avanço do neoliberalismo.

O desmonte das ações sociais é a evidencia de como o Estado atua em favor do modo de produção capitalista, o fundamental é a ampliação das condições de exploração da força de trabalho, quanto mais vulneráveis encontram-se os trabalhadores, mais fácil é submetê-los as formas mais severas de exploração.

Atrelado ao desmonte promovido pelo Estado neoliberal com relação a direitos básicos da classe trabalhadora vem à intensificação da interferência da gestão externa no processo produtivo, que com o avanço do capital financeiro consegue determinar como, quando e o que será produzido, intensificando a exploração do trabalho, na tentativa incessante de manter os padrões de lucro. Além disso, o sistema de crédito “ao realizar as tendências à concentração das escalas de produção e a centralização do capital, promove a concentração do poder de decisão e de influência nas mãos dos bancos.” (BELLUZZO, 2013, p. 97).

O movimento de expansão do capital é incontrolável, concentrando o capital, as decisões determinam a produção do espaço, onde tanto o campo, como a cidade, são utilizados para materializar as condições de estabelecimento das atividades produtivas e para a exploração do trabalho, sendo que no decorrer do processo

> O capitalismo da grande indústria, da finança e da construção do espaço global, entre crises e recuperações, exercitou os poderes de transformar e dominar a natureza – até mesmo de reinventá-la –, suscitando desejos, ambições e esperanças. (BELLUZZO, 2013, p. 169)

O poder de dominar exercido pelo capitalismo permite a transformação da natureza, moldando-a a sua imagem e semelhança, ao mesmo tempo em que impõe a sociedade que aceite sua condição de existência, condicionando a vida do trabalhador, pois o trabalho “foi submetido a uma intensa desregulamentação que procurou impor aos mercados de trabalho o mesmo resultado dos mercados financeiros: liquidez, rapidez, retornos rápidos e crescentes.” (CARLEIAL, 2010, p. 12). Ao passo em que também faz o uso do espaço, transformando de acordo com seus interesses, implementando na dinâmica do processo produtivo o que é necessário para manter a continua acumulação de riqueza.

A produção do espaço é a base para a materialização do ciclo do capital (produção-distribuição-circulação-consumo), as ações que são desenvolvidas para garantir este ciclo determinam a forma como o espaço é inserido nas relações sociais e de produção. Campo e cidade são compreendidos como espaço para o capital e suas características são forjadas para garantir sua efetivação. Assim, a construção de casas, indústrias, pastos, rodovias, etc., são apenas as bases para

que as etapas do ciclo do capital se consolidem e permitam a continuada exploração do trabalho.

O processo de acumulação do capital é o objetivo primordial para uma parcela da sociedade no modo de produção capitalista. Para alcançar sua meta, toda a estrutura social e produtiva é voltada para propiciar sua reprodução, para tanto, o ciclo do capital segue contínuo e assegura a possibilidade de acumulação do capital. Sobre este ciclo é relevante entender que

> O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos. (MARX, 2011, p 53)

O processo produtivo consolida as condições para a acumulação e não basta simplesmente ter a produção, é essencial que a mesma seja comercializada. Nesse sentido, “A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvidas de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge.” (MARX, 2013, p. 223). O capital então só se efetiva quando ocorre a circulação da mercadoria, e a garantia das condições necessárias para que isso aconteça fornece as bases para sua continuidade.

O ciclo do capital é materializado no espaço, sendo campo e cidade a expressão mais evidente de como ao se apropriar da dinâmica do modo de produção as estruturas materiais são construídas de modo a permitir sua realização. As distintas atividades são desenvolvidas em diferentes espaços atendem aos interesses sociais em voga e a consolidação do capital promovendo a mediação campo-cidade, que reproduz as relações sociais de produção, marcadas pelas desigualdades. Assim tanto campo e cidade apareceram como espaços díspares, nos quais as diferenças também são notadas, os espaços produzidos para permitir

que o ciclo do capital se realize, e são adaptados para a consolidação do capital constante e do capital variável, através dos quais se fortalece a exploração do trabalho, dos recursos naturais e a acumulação irrestrita de lucros. A condição humana é menosprezada, as "[...] condições de produção e de sobrevivência escapam cada vez mais ao controle dos cidadãos e os submetem aos seus movimentos." (BELLUZZO, 2013, p. 15). O ritmo da vida é controlado pelo movimento imposto pelo processo produtivo.

A produção ocorre tanto no campo como na cidade, onde também ocorre o consumo, as mercadorias produzidas nestes espaços são consumidas em ambos. A existência do produto, do local para sua produção e comercialização, da necessidade de consumi-lo fazem parte das condições para a realização do ciclo e, na medida em que se constroem as bases para sua materialização, o espaço vai sendo produzido, inserido nas determinações gerais que definem o que deve ser produzido no campo e na cidade de acordo com a lógica do capital, atendendo às demandas que garantam sua continuidade.

A realização do ciclo do capital permite a transformação do espaço de acordo com os interesses para manter o movimento do processo produtivo, o que só ocorre diante da construção da base material para sua efetivação. Campo e cidade são então apropriados pelo capital, servindo-lhe de suporte material para consolidar o processo de exploração do trabalho, que se diferencia pelas exigências da divisão social e territorial do trabalho. De acordo com Lonjkine, existem dois níveis de socialização no processo capitalista de produção:

> a socialização do processo de produção e de circulação de capitais provenientes de uma mesma propriedade financeira, isto é, um mesmo centro privado – sociedade por ações, cartel, monopólio; a socialização do conjunto destes diferentes processos particulares no nível da divisão territorial do trabalho, da cooperação ampliada a toda uma formação social, mais precisamente na época atual dos conjuntos multinacionais. (LOJKINE, 1979, p. 42)

Essas diferentes formas de socialização apresentam um aspecto em comum, a possibilidade de produção de riqueza mediante a exploração do trabalho, estando o controle do processo na dependência de como a socialização está conduzindo a demanda produtiva. Entretanto, em ambos os casos é necessário que o ciclo do

capital se realize, pois é apenas quando ele se completa que é possível a realização do lucro.

Para a efetivação do ciclo do capital, o espaço é transformado para que as etapas sejam realizadas, a produção necessita tanto de um local, como de matéria-prima, e fundamentalmente da força de trabalho. Assim como, a distribuição e a circulação necessitam de condições para serem desempenhadas em tempo cada vez mais rápido, proporcionando que as mercadorias cheguem ao comércio e possa completar o ciclo com o consumo. Em todos os casos, o campo e a cidade são preparados para que esses processos ocorram de forma a dinamizar o movimento que permite a continuidade do ciclo do capital. Nesse sentido, é relevante considerar que

> Na circulação capitalista, a concorrência entre os capitais impõe a tendência à continuada redução dos tempos e custos de circulação, no período que vai da aquisição de força de trabalho e meios de produção até a realização do valor acrescentado pela extração da mais-valia. (BELLUZZO, 2013, p. 78)

A aceleração para que a circulação ocorra de forma a otimizar o tempo só é possível a partir da construção de infraestrutura para o transporte e a comunicação, para tanto o espaço é transformado estabelecendo as condições necessárias para que se realize. No decorrer do tempo histórico as mudanças ocorrem, mas mantendo a essência que é a consolidação do processo de acumulação do capital, onde as “atividades produtivas e não produtivas ao mesmo tempo separadas (social e espacialmente) e unidas por um duplo processo de interdependência tecnológica e de centralização social.” (LOJKINE, 1979, p. 42) irão possibilitar que as atividades produtivas ou não atendam aos interesses da sociedade, produzindo o que é necessário.

O espaço é produzido de forma contraditória, de um lado, busca a igualização para que as condições de produção sejam disseminadas; e de outro, a diferenciação, possibilitando a apropriação das fontes que garantam a ampliação do lucro, mediante a intensificação do controle sobre o trabalhador. A diferenciação que se observa no espaço a partir da divisão do trabalho permite identificar as distinções estabelecidas com a separação das tarefas entre os sujeitos inseridos no

processo, os quais têm condição de moradia, estudo, lazer e trabalho diversos. (SMITH, 1988)

Apesar da evidente diferenciação no modo de produção capitalista, há também uma tendência para a igualização: “[...] inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para a igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas” (SMITH, 1988, p.170), a qual fornece perspectivas de unificar as condições de produção e das forças produtivas, chegando ao nível de desenvolvimento de forma equânime, o que é improvável diante de um modo de produção que está assentado na desigualdade, pois um cresce à medida que explora o outro.

Com as tendências à diferenciação e à igualização a dinamicidade do espaço amplia a possibilidade de acumulação em escala global, produzindo as condições que lhe forem mais adequadas. Ao mesmo tempo em que produz o que é necessário, desde as condições materiais, que podem ser observadas no espaço, até as sociais, evidenciadas na disponibilidade do trabalhador.

> A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande parte, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção do espaço (HARVEY, 2006, p. 149).

Diante da capacidade de construir e reconstruir com o trabalho, criam-se as condições infraestruturais e sociais para supri-las, e com a efetivação do ciclo do capital ampliam-se as desigualdades, que se materializam no espaço através de diferentes atividades para garantir a acumulação de riqueza, que só ocorre através da expropriação dos homens por outros, tanto no campo quanto na cidade.

> O modo através do qual estas atividades se materializarão dependerá de uma série de fatores. No caso do lugar dedicado à atividade produtora, a diminuição dos custos de produção será a coordenada principal a ser seguida; no caso da atividade comercial, o acesso ao mercado; no caso da circulação, as vias rápidas que tendem a eliminar o processo de desvalorização do capital, diminuindo cada vez mais o tempo de percurso; no que se refere aos serviços, determinados tipos tenderão a localizar-se em áreas próximas aos centros de negócios, outros nas radiais, outros ainda em zonas periféricas. Finalmente o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no

> processo de produção geral da sociedade e, consequentemente, de acordo com o lugar na distribuição da riqueza gerada (CARLOS, 2008, p. 86).

A forma como a produção, o comércio, a habitação, entre outros, estão distribuídos evidencia que este não é um processo aleatório. Logo, não se pode analisar simplesmente como o comércio, indústria, escola, agricultura estão dispostos; mas sim por que se encontram dessa maneira, visto que "[...] o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes." (SMITH, 1988, p. 132). Trata-se de uma totalidade, e no espaço são materializadas as condições desiguais de produção, moradia, comércio, e tantas mais quantas sejam necessárias para que a acumulação do capital se perpetue, para tanto

> o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessante das paisagens geográficas (HARVEY, 2006, p. 150).

Não é possível colocar o espaço como um local que já tem suas características – vegetação, relevo, hidrografia, clima, população, comércio, rodovias, entre outras – definidas como imutáveis, uma vez que por "[...] suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos "no" espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando" (SMITH, 1988, p. 132). O espaço não recebe o homem, mas faz parte da totalidade na qual se estabelecem as relações sociais que o produz. Considera-se que

> A criação de um mercado e dessas outras instituições é sinônimo de desenvolvimento de centro e, finalmente, de cidades, e uma quantidade de serviços auxiliares também começa a se desenvolver nas cidades, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim, a divisão entre a agricultura e o comércio implica na separação cidade e campo a qual, por sua vez, é 'o alicerce de qualquer divisão do trabalho, bem desenvolvida e provocada pela troca de bens'. (SMITH, 1988, p. 78)

A divisão das atividades realizadas pela sociedade é materializada no espaço, onde o campo e a cidade evidenciam as características de como ocorre esse processo e suas transformações são resultantes das mudanças que advêm com a propagação do modo de produção. O avanço da sociedade industrial foi fundamental para imprimir uma dinâmica ao processo produtivo que concentrou nas cidades a produção de produtos industrializados, ao mesmo tempo em que se apropriou da produção realizada no campo que também é indispensável. Evidencia-se, desse modo, que

> O desenvolvimento da economia industrial capitalista promoveu importantes transformações na divisão social do trabalho, na diferenciação de funções, nas formas de convivência, nos modos de informação e de percepção dos indivíduos, nos padrões sociais de ocupação do espaço e de utilização do tempo. (BELLUZZO, 2013, p. 19)

A ocupação do espaço é definida então pela funcionalidade que o mesmo pode ter de acordo com a demanda do processo produtivo, por isso as distinções entre campo e cidade se mantem, seguindo o movimento estabelecido pela lógica do capital que em seu “processo de acumulação torna a produção do espaço (social e histórico) condição, meio e produto de realização do ciclo do capital, materializando os momentos de produção-circulação-distribuição-troca e consumo.” (CARLOS, 2015, p. 47). Logo, campo e cidade são produzidos de forma a permitir que as estruturas necessárias para que o modo de produção capitalista se desenvolva ocorra, passando no decorrer do tempo por alterações que são definidas, não pelo fato de ser campo ou cidade, mas sim para que as demandas do ciclo do capital se concretizem. Os espaços não são pensados para que as condições de vida dos sujeitos sejam satisfeitas, mas sim como parte do processo produtivo. Assim

> A terra vira mero meio de produção e o homem, força produtiva, componentes da natureza agora organicamente separados e postos à venda como mercadorias por meio da qual homem, terra e natureza (força, objeto e meio de trabalho) são reunificados como forças produtivas na forma do capital. (MOREIRA, 2019, p. 205)

O capital se apropria do que necessita para se realizar, a força de trabalho, os recursos naturais, a terra, tudo a serviço da lógica da produção de mercadorias para a geração de lucro e a possibilidade de acumulação de capital. Trata-se de um

processo desigual e combinado, as condições para que uns consigam acumular riqueza estão diretamente relacionadas à expropriação de outros o máximo possível. Materializam-se no espaço as condições desiguais, tanto no campo quanto na cidade, das desigualdades que fazem parte do modo de produção capitalista.

No capítulo 6, nossa discussão evidencia como campo e cidade são apropriados pela lógica do capital, sendo produzidos para atender a seus interesses e materializando as condições desiguais que são inerentes ao modo de produção capitalista.

CAPÍTULO VI

6 CAMPO E CIDADE A SERVIÇO DO CAPITAL

As contradições, as desigualdades todas elas se materializam no campo e na cidade, as formas e usos são definidas, no capitalismo, para que o ciclo do capital se efetive, o valor de uso é sobrepujado pelo valor de troca, e expõem as condições basilares para a consolidação de um modo de produção essencialmente desigual, que na ânsia de acumular riqueza, produz desigualdades, sem considerar a condição do sujeito, ou mesmo do espaço do qual se apropria.

Ao distanciar a produção do atendimento das necessidades básicas, para produzir mercadorias, a relação de trabalho não está mais relacionada à condição de existência humana, mas sim para permitir a acumulação de riqueza, o que só ocorre mediante a exploração da classe trabalhadora. Campo e cidade serão produzidos, não como espaços onde as condições de vida devem ser estabelecidas de forma equânime, mas como locais onde as bases para a exploração do trabalho são efetivadas. O objetivo é obter lucro, para isso é construído o alicerce da exploração, para o qual a divisão social e territorial do trabalho é indispensável, pois amplia as possibilidades de produzir mercadorias, e acumular capital, por isso

> Para encontrar possibilidades do crescimento efetivo das taxas de lucros e criar demanda efetiva, é necessária a diversificação das esferas de produção; diversificação da divisão do trabalho (especialização); da precarização do trabalho pela extração do excedente de trabalho não pago e expropriação de horas de trabalho. O trabalho vivo apropriado e absorvido pelo capital é a sua energia vital: sua força autorreprodutora, via associação do valor excedente absoluto e relativo (maior extensão da jornada de trabalho). (CONCEIÇÃO, 2017, p. 14)

A diversificação das esferas de produção é materializada no campo e na cidade, onde são estabelecidas as atividades produtivas de acordo com as mercadorias a serem produzidas, por isso o que define esses espaços é a dinâmica do processo produtivo, e não seus aspectos físicos, os quais também são alterados, ao longo do tempo histórico, a depender das necessidades impostas para que se

realize o ciclo do capital e se perpetue a exploração do trabalho. Por isso, a produção do espaço, campo e/ou cidade, “pode ser entendida como um processo implicado na produção de capitais, além de caminhar na direção de se tornar fator condicionante da realização mais veloz dos ciclos dos diversos capitais.” (MIELE, 2015, p. 84).

A efetivação do ciclo do capital, a exploração do trabalho e a acumulação do capital fornecem as condições para a produção do espaço, a imagem e semelhança do modo de produção capitalista, e nesse movimento, “nota-se o aprimoramento do espaço tomado e produzido como mercadoria e, consequentemente, o aprofundamento da fragmentação do espaço, impondo aos lugares novas lógicas para a sua apropriação.” (PADUA, 2015, p. 150). As características que os locais assumem são condicionadas pelas necessidades do processo produtivo, e da forma com a divisão do trabalho se estabelece, sendo que a “divisão do trabalho, em ligação com as formas da propriedade, não cria somente a unidade social, mas, nessa sociedade, rivalidades, conflitos”. (LEFEBVRE, 2001, p. 53). As rivalidades e conflitos são decorrentes das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, e se materializam no campo e na cidade.

A relação campo-cidade se define, especialmente no capitalismo, de modo a possibilitar que o ciclo do capital se realize, por isso, apresenta características variadas, que podem passar por transformações que são comandadas pelas demandas do capital.

> Há, todavia, uma dialética peculiar nesse enfoque. O mundo muda. E, no entanto, como um todo permanece. Por trás da paisagem mutante há uma estrutura de permanência que a refaz toda vez que muda. A paisagem muda sempre sua forma, mesmo quando a mudança é lenta, mas a estrutura que a informa se mantém, garantindo sua reprodução mais à frente. Mesmo que o quadro do arranjo já não seja o mesmo. (MOREIRA, 2019, p. 185)

A sociedade e os produtos estão em contínuo processo de transformação, mas quando se matem a estrutura social, muda-se apenas para permanecer. O diferente é estabelecido pela necessidade do capital, mas a essência da relação é conservada, campo e cidade apresentam características específicas, mas estas precisam ser compreendidas como resultantes das demandas do processo produtivo, que no capitalismo apresenta-se desigual e combinado.

Nesse processo, a cidade tem um avanço mais expressivo do que o campo, um dos aspectos que favorece é que a "cidade contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o 'exército de reserva' que a burguesia reclama para pesar sobre os salários tanto como para dispor de uma 'rotatividade' de mão-de-obra." (LEFEBVRE, 2001, p. 144). Além de concentrar a população, a cidade também permite o agrupamento de atividades diversificadas, nas quais a exploração do trabalho se realiza.

> No campo, essa população excedente é liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola; na cidade, é deixada flutuante, segundo as necessidades da indústria, detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências. (LEFEBVRE, 2001, p. 144)

A força de trabalho está, no campo ou na cidade, a serviço do capital. A forma como ela está disposta depende de como o modo de produção necessita dela, o essencial é garantir a continuidade do processo de exploração do trabalho. Para isso, produz-se desigualdade na condição de vida, no acesso a itens básicos para a sobrevivência humana, sustentada na "esperança" de dias melhores, sujeitando os trabalhadores em prol da manutenção de um sistema que se constitui de sua exploração.

Diante de sua condição totalizadora, a lógica do capital observada em diferentes espaços representa uma estrutura combinada, onde o diferente está a serviço da efetivação e perpetuação do ciclo do capital. Assim, no campo e na cidade é possível observar nuances distintas, mas que fornecem elementos para compreendê-los como partes de um processo que se materializa para atender aos interesses do capital. Os aspectos identificados no campo e na cidade demonstram como a dinâmica do modo de produção capitalista se instala, permitindo que a produção, distribuição, circulação e consumo se realizem, mediante a exploração do trabalho. As metamorfoses que ocorrem nesses espaços demonstram as necessidades do capital para se reinventar e se manter em meio às desigualdades e contradições das quais é dependente,

> O que move o mundo, portanto, é a possibilidade sempre ampliada das relações sociais que o constituem reproduzirem-se sob a lógica do capital em sua totalidade pela articulação/justaposição dos elementos necessários a sua concretização, a fim de superar a

> esfera econômica para dominar todos os níveis da realidade, englobando a reprodução de toda a sociedade. (CARLOS, 2015, p. 44)

A articulação/justaposição dos elementos necessários para que a lógica do capital se realize é materializada no campo e na cidade. A produção do espaço se constitui, portanto, como elemento indispensável para criar as condições para o continuo processo de acumulação de capital, dependendo da articulação das diferentes atividades e da exploração do trabalho para se realizar.

O campo e a cidade são para o capital a base material para sua efetivação, a exploração do trabalho se intensifica, especialmente com o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho. O campo não é simplesmente fornecedor de matéria-prima, mas também espaço onde o trabalho se realiza, sua exploração é tão essencial quanto a do trabalhador citadino, o que importa não é onde a exploração irá acontecer, mas sim que ela seja satisfatória para garantir a extração de mais-valor.

Apresentamos de forma separada alguns aspectos que estão presentes na produção do espaço brasileiro, no campo e na cidade, mas a estrutura fragmentada é apenas para apontar algumas peculiaridades que são observadas nestes espaços, que por fim auxiliam a compreensão da totalidade das relações que garantem as condições de sua produção, que são aparentemente díspares, mas que na essência, estão interligados pela dinâmica social, econômica, cultural e política da qual são decorrentes.

6.1 A APRORPRIAÇÃO DO CAMPO NA LÓGICA DO CAPITAL

A lógica do modo de produção capitalista não se restringe ao espaço urbano, seu desenvolvimento está envolvido em toda forma de produção social que é determinada pelo capital, desde que seja possível extrair mais-valor ou garantir a apropriação do trabalho excedente. O uso da terra para a obtenção de lucro perpassa por garantir que também no campo esses processos ocorram, o que é

produzido se insere na lógica desigual do capital, sendo acumulado pelos capitalistas, e deixando o trabalhador a mercê do que lhe impõe o capital. Evidenciando que

> a agricultura está dominada pelo modo de produção capitalista exatamente do mesmo modo que a manufatura, isto é, que a agricultura é operada por capitalistas, que num primeiro momento se distinguem dos demais capitalistas pela maneira como seu capital está investido e pelo trabalho assalariado posto em movimento por esse capital. (MARX, 2017, p. 675)

A agricultura utilizada para fins de produzir mercadorias para atender as demandas do capital é, tal como a indústria, uma atividade onde a exploração do trabalho se efetiva, garantindo o domínio do capitalismo em todas as esferas de produção. A atividade passa então a ser condicionada pelos interesses do capital, o que será e como será produzido se adequa ao processo produtivo capitalista. A agricultura não está dissociada dessa lógica que "se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro." (MARX, 2017, p. 675).

A base para o avanço do capitalismo está na produção de mercadorias, o campo é um dos espaços apropriado para este fim, do qual se extrai além de matérias-primas, o mais-valor. A produção agrícola se insere na lógica do capital. Sendo que

> A produção de mais-valor e mais-produto se dá na mesma medida em que, com a produção capitalista, desenvolvem-se a produção de mercadorias e, por conseguinte, a produção de valor. Mas, na mesma proporção em que se desenvolve esta última, há a capacidade da propriedade fundiária de capturar uma parte crescente desse mais-valor por meio de seu monopólio da terra e, assim, incrementar o valor de sua renda e o próprio preço da terra. (MARX, 2017, p. 699)

A questão da terra assume papel importante para a produção capitalista, não apenas por permitir a realização da atividade agropecuária, mas por possibilitar a renda da terra:

> Quando a produção necessita de terra, seja para a agricultura, seja para a extração de matérias-primas, a propriedade do solo impede esse nivelamento dos capitais investidos na terra e retém uma parte do mais-valor, que, de outro modo, tomaria parte no nivelamento para formar a taxa geral de lucro. (MARX, 2017, p. 832)

A agropecuária se constitui como mais uma possibilidade de geração de lucro, atendendo a estrutura do capitalismo, explorando a força de trabalho, e produzindo mercadorias. Deste modo verifica-se que “a inclusão da agricultura à forma universal (indústria) se deve à condição daquela poder gerar um mais-produto, que se transforma em renda.” (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 78). A associação da dinâmica urbana às atividades desenvolvidas no campo ampliou a possibilidade de obter lucro através da apropriação da terra e da força de trabalho para produzir mercadorias. O que se tem é que “agora se nos apresenta a terra, a natureza inorgânica como tal, rudis indigestaque moles [a massa rude e caótica], em todo seu primitivismo selvático. O valor é trabalho.” (MARX, 2017, p. 878). Apesar das propriedades naturais do solo, que permite maior ou menor produção a depender das condições ambientais, no capitalismo ela passa a ser enquadrada na lógica da produção de mercadorias, utilizando técnicas e tecnologia para ampliar a quantidade produzida, associado ao trabalho necessário para garantir o processo.

A forma como o trabalho é explorado no campo segue os mesmos princípios do que ocorre na cidade, o local neste caso altera o tipo de mercadoria produzida, mas não o objetivo e condições de realização, e a terra é utilizada no processo e “continua sendo o meio de trabalho “natural”, não produzida pelo trabalho humano.” (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 95), mas apropriada de forma a ampliar suas potencialidades com o uso de agrotóxicos, fertilizante, irrigação, dentre outras possibilidades que permitem aumentar a capacidade produtiva do solo, resultado do avanço das forças produtivas da sociedade. Como o capitalismo a intensificação desse processo é notória, e “como o capital, também o trabalho assalariado e a propriedade fundiária são formas sociais historicamente determinadas.” (MARX, 2017, p. 879). O proprietário fundiário está inserido na dinâmica do modo de produção capitalista desempenhando sua função

> não só pela pressão que faz sobre o capital, tampouco somente pelo fato de a grande propriedade fundiária ser um pressuposto e uma condição da produção capitalista – por consistir na expropriação das condições de trabalho do trabalhador –, mas fundamentalmente pelo fato de aparecer como personificação de uma das condições mais essenciais da produção. (MARX, 2017, p. 884)

O trabalhador, como proprietário e vendedor de sua força de trabalho, no campo ou na cidade está sujeito aos interesses do capital, recebendo em troca o

salário, para garantir as condições de vida, mesmo que não atendam satisfatoriamente suas necessidades, o trabalhador apenas consente participar desse processo, nessas condições por falta de possibilidades. O cenário que é produzido pelo modo de produção capitalista mantem sua base e as relações que se estabelecem

> por mais diferentes que pareçam entre si, possuem todas um ponto em comum: o capital rende, anualmente, lucro para o capitalista; o solo, renda fundiária para o proprietário da terra; e a força de trabalho – sob condições normais e enquanto se mantém como força de trabalho empregável –, salário para o trabalhador. (MARX, 2017, p. 884)

A dinâmica realizada tanto no campo quanto na cidade são permeadas pela relação entre capital e a propriedade da terra que “tem como objetivo do capital assegurar mais-valor através do domínio da agricultura e da propriedade da terra.” (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 98). As atividades agropecuárias são conduzidas no modo de produção capitalista e por isso

> As forças produtivas da indústria, que tendem a concentrar-se nas cidades, actuam poderosamente sobre os campos. É uma verdadeira revolução que a grande indústria provoca na agricultura e nas relações sociais dos agentes de produção agrícola: acréscimo da superfície cultivada, mas diminuição (relativa e absoluta) da população rural e despovoamento dos campos. (LEFEBVRE, 1972, p. 135)

As relações sociais e de produção estabelecidas no campo aproximam-se de forma intensa das que ocorrem na cidade, o que permite entender que esses dois espaços são apropriados para possibilitar a acumulação da riqueza, extraindo o máximo da força de trabalho. E as estratégias adotadas para superar as crises também seguem os mesmos preceitos.

> O estágio atual do capitalismo demonstra a relação de contradição e complementaridade entre o capital agrícola e industrial ou entre setores rurais e urbanos. A chamada industrialização da agricultura se insere no âmbito da relação contraditória entre crise e acumulação do capital. O Estado, por sua vez, cumpre o papel de mediador de empréstimos bancários para o agronegócio, o que representa trabalho acumulado na forma de mais-valia social, ou promessa de trabalho futuro, na forma de seu endividamento, para financiar insumos industriais na agricultura. (PITTA; MENDONÇA, 2014, p. 47-48)

As transformações que ocorrem na produção agrícola se inserem na dinâmica do capital, o agronegócio se destaca, convivendo com a produção camponesa, mas

> Apesar das distinções, especificidades e objetivos que há entre a agricultura camponesa e a agricultura tipicamente capitalista, ambas estão, de uma maneira direta ou indireta, contribuindo à valorização do capital. O capital tornou-se um modo universal de extração da riqueza – por vias capitalistas de produção e, quando não, por vias não-capitalistas. É o financiamento adquirido junto às instituições financeiras para a safra seguinte; é a compra de adubos, pesticidas, inseticidas, maquinários ou a simples enxada; é a produção entregue ao atravessador ou diretamente na fábrica, todos esses exemplos são mecanismos vampirescos de exploração dos sujeitos do campo, mecanismos sugadores da riqueza produzida por esses sujeitos. (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 108)

A produção no campo, tanto na agroindústria como na agricultura camponesa está subjugada aos interesses do capital. A capacidade de criar as condições para o domínio do modo de produção capitalista faz com que os que são resistência também se adequem as suas demandas.

> É na esfera da agricultura que a grande indústria atua de modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre a agricultura e a indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. (MARX, 2013, p. 572)

Envolver a agricultura na dinâmica produtiva implementa na indústria favorecer o fortalecimento do capitalismo no campo, permitindo que o mesmo avance com suas forças produtivas em todas as esferas, ampliando a possibilidade de exploração da força do trabalho e também da apropriação dos espaços e dos recursos naturais para garantir seu domínio. O campo também passa pelo processo de mecanização, os trabalhadores são submetidos às condições de exploração que são fundantes do modo de produção capitalista e são estimuladas pela ação do Estado que favorece a inserção do campo neste processo com planejamentos e distribuição de crédito que coloca o campo na dependência mais intensa do capital, o que favorece “o credenciamento da atividade agrícola no campo para participar

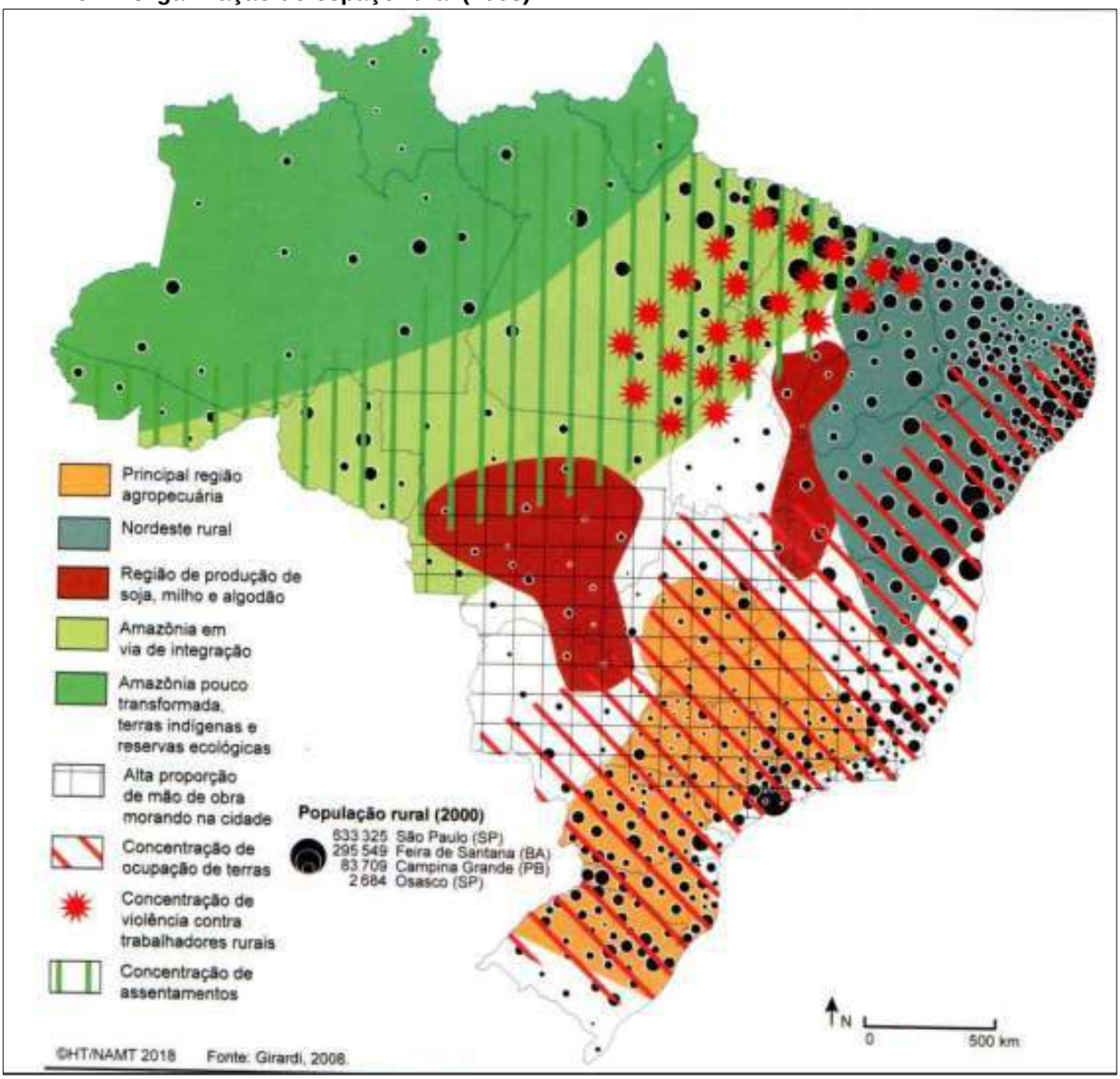
das redes de interdependência do sistema produtivo.” (FONTOURA, 2011, p. 47). Esse processo ocorre mundialmente. No Brasil é possível verificar a inserção da atividade agropecuária, tanto no processo de modernização da agricultura, quanto na exploração de riquezas e do trabalho.

> No Brasil, esse processo de modernização e de tecnicização também ampliou a subordinação da agricultura – aprendida pelo Estado, até o início dos anos 1980, apenas como um setor econômico -, favorecendo os interesses dos capitais urbano-industriais, ao mesmo tempo em que excluiu um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentando a concentração fundiária, os problemas ambientais etc., resultando numa maior heterogeneidade socioespacial. (HESPANHOL, 2013, p. 105)

Com a subordinação da agricultura aos ditames do capital, reforçando o uso da terra para a produção de mercadorias e impondo aos camponeses sua expulsão do campo ou adequação a lógica produtiva capitalista. Questão que se processa em constante conflito. A região situada no Centro-sul do país é considerada a principal região agropecuária, o Nordeste também apresenta uma concentração dessas atividades. É possível observar o avanço da região produtora de grãos, como milho e soja no oeste da região Nordeste, bem como no Centro-oeste em direção à região Norte do país. (Mapa 01)

A Região Norte já se encontrava em via de integração ao processo produtivo, mas a existência de conflitos frente à imposição do capital é persistente, e é no extremo oeste da Região Nordeste e leste da Região Norte que se verifica a maior concentração de violência contra os trabalhadores rurais. (MAPA 01)

MAPA 01 – Organização do espaço rural (2008)



Fonte: THÉRY, 2018, p. 188.

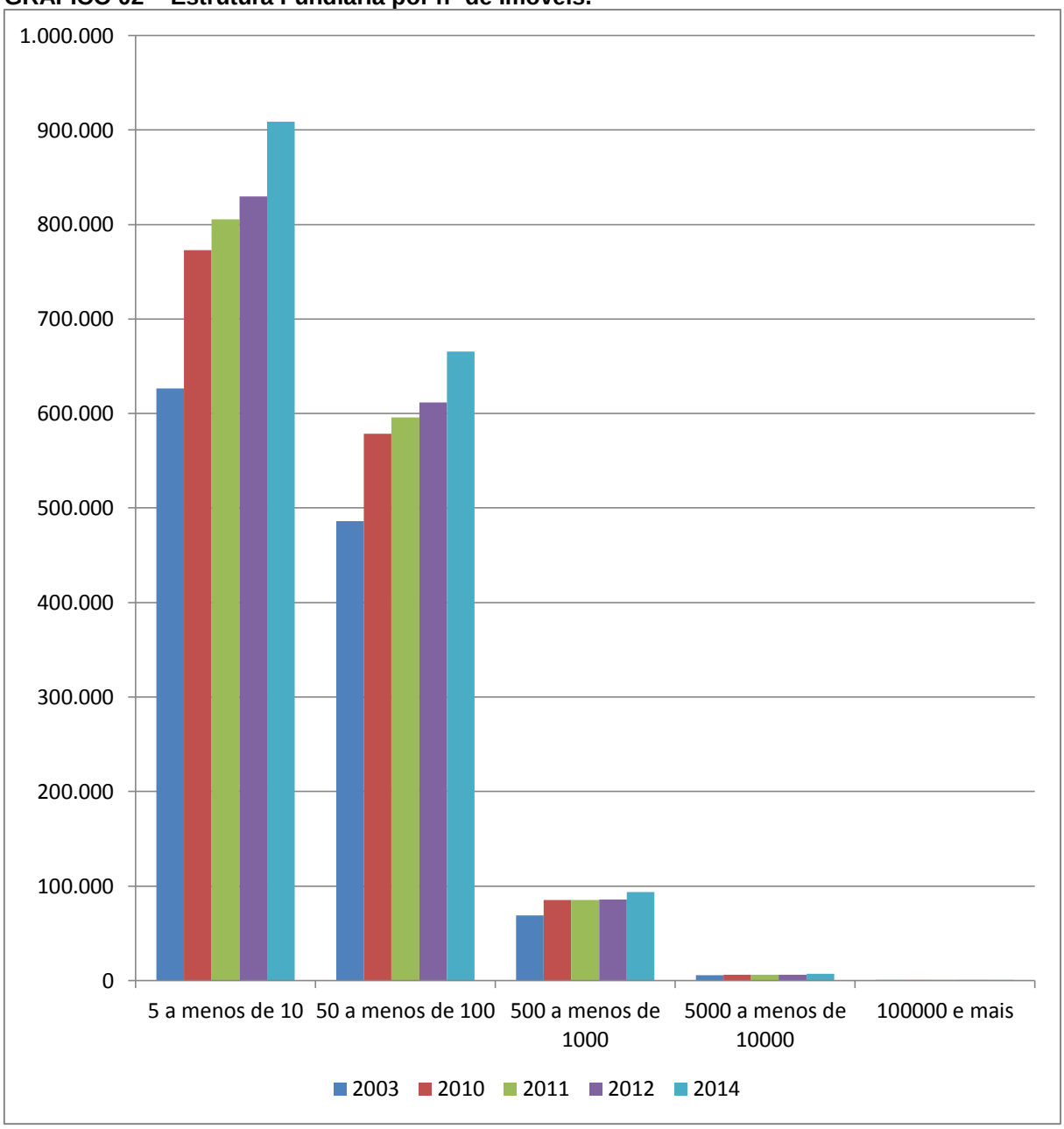
A produção do espaço do campo brasileiro reflete as contradições, o agronegócio se intensifica e a atividade agropecuária converge para sua inserção na dinâmica do capital, no entanto

> é possível concluir que o produto do agronegócio não seria, por exemplo, soja, gado, cana-de-açúcar, laranja ou eucalipto, mas sim apropriação de capital, seja na forma financeira, através de dívidas, ou da extensão da fronteira agrícola no sentido de apropriar forças produtivas naturais monopolizáveis como terra, água e biodiversidade. (PITTA; MENDONÇA, 2014, p. 48-49)

A estrutura fundiária do Brasil é extremamente concentrada outro aspecto que permite compreender o campo apropriado pela lógica do capital. Os dados do

DATALUTA favorecem a análise sobre as desigualdades do acesso a terra no país, considerando o período de 2003 até 2014, e à classe de área (ha), a quantidade de propriedades e a área que as mesmas ocupam permite observar que existem muitas propriedades rurais no país, mas no que se refere a quantidade de hectares que elas ocupam, os pequenos produtores ficam com as menores áreas, enquanto uma pequena quantidade de proprietários concentram grandes áreas. (GRÁFICOS 02 e 03)

GRÁFICO 02 – Estrutura Fundiária por nº de Imóveis.

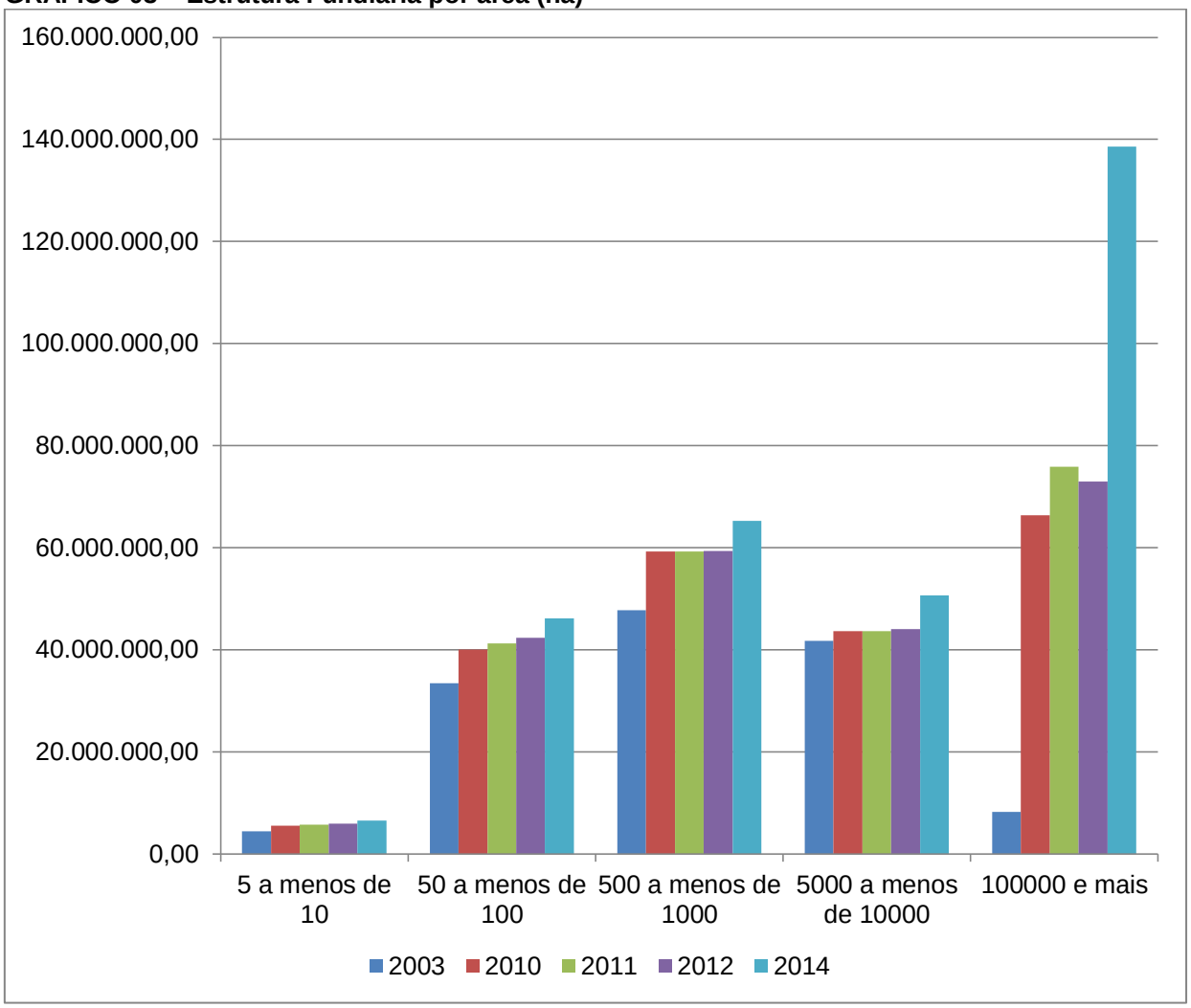


Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima, 2019.
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

O gráfico 02 permite observar que a quantidade de imóveis que têm menos de 1000 hectares representam à maioria das propriedades, entre 5000 a menos de 10000 (ha), a quantidade é pequena, e acima de 100000 a quantidade de propriedades, nos respectivos anos é 22; 196; 208; 219; 365, indicando um aumento, mas ainda destaca-se a pequena quantidade de proprietários para as grandes propriedades no país, ao ponto de não serem nem perceptíveis no gráfico.

Entretanto, analisando a área que ocupam essas propriedades (GRÁFICO 03) é que é possível compreender a intensa concentração de terras que existe no país, poucos proprietários possuem uma enorme quantidade de áreas no campo.

GRÁFICO 03 – Estrutura Fundiária por área (ha)



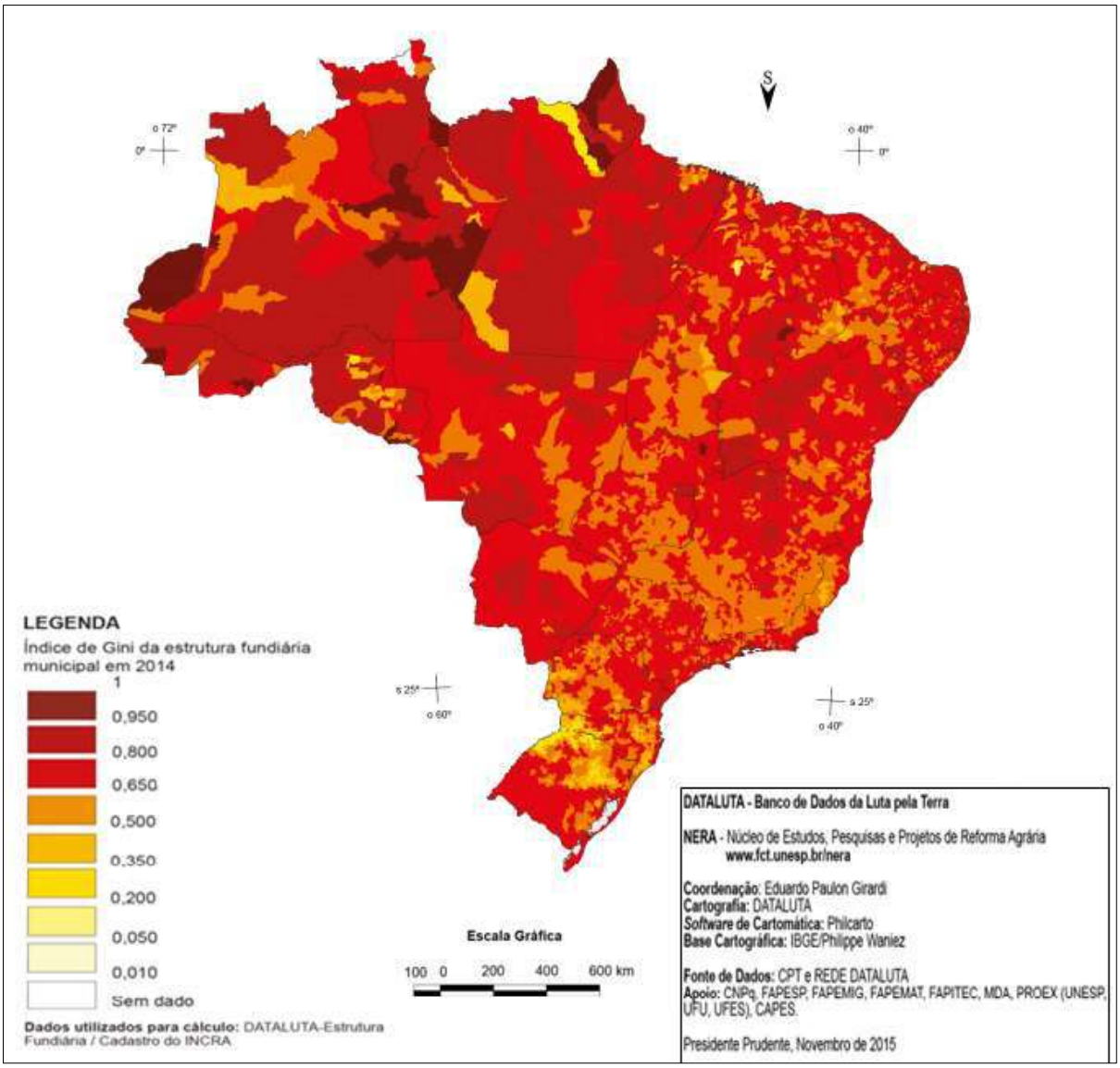
Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima, 2019.
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

As desigualdades no campo estão em contínuo processo de avanço, tanto no que se refere à concentração de terras, como na condição de vida dos camponeses. As transformações produzidas ao longo do tempo histórico evidenciam que a dinâmica no espaço agrário está cada vez mais atrelada aos interesses do capital, o que intensifica a relação campo-cidade no sentido de aproximar a dinâmica impostas no processo de produção desses espaços para a garantia da materialização das condições para a acumulação de capital. Assim a produção agropecuária se insere de forma mais intensa na dinâmica capitalista, ao mesmo tempo em que estabelece uma conexão cada vez mais próxima da condição implementada nas cidades,

> pois o circuito que vai da produção agrícola moderna só se inicia no campo, mas sua consolidação vai se dar na cidade, reorganizada pela inserção de um novo sistema que não lhe poupa a dinâmica nem muito mesmo o desenho tradicional. *Locus* da gestão e da reprodução das riquezas produzidas pela agricultura, a cidade passa a ser o lugar de confluência entre os sistemas locais de produção e o recente quadro de transformações, constituído de ritmo comercial mais intenso. Ela, por fim, vai materializar uma nova ordem de contradição, demarcada tanto pela modernidade seletiva que privilegia alguns segmentos sociais, territoriais e econômicos, como pela luta ininterrupta entre o novo e o velho na montagem do mais recente arranjo espacial urbano. (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 234)

Ao privilegiar determinados segmentos sociais, territoriais e econômicos a produção do espaço do campo também vai materializar as contradições que se evidenciam no modo de produção capitalista. O coeficiente de Gini do espaço rural brasileiro permite observar as marcas das desigualdades entre os estabelecimentos rurais é expressiva e registra-se em todo o país. (MAPA 02). Observando o mapa do Brasil da estrutura agrária é perceptível notar que a desigualdade no país é extremamente alta, evidenciando o que os dados sobre as propriedades rurais e suas áreas já apontam.

MAPA 02 – Índice de Gini da estrutura fundiária municipal em 2014.



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

A inserção do campo na dinâmica do capital demonstra a natureza desigual desse modo de produção, a concentração de terras e dos meios de produção, circulação e consumo delimitam as condições para a acumulação. Destaca-se a condição da terra, pois

> quando o comércio na terra é reduzido a um ramo especial da circulação do capital que rende juros, devo argumentar que a posse da terra atingiu sua verdadeira forma capitalista. [...]. Uma vez que essa condição se torna generalizada, todos os proprietários de terra são capturados em um sistema geral de circulação do capital que rende juros e ignoram seus imperativos diante do seu risco. (HARVEY, 2013, p. 448)

Ligada ao sistema do capital a propriedade da terra garante a inserção de forma expressiva do campo no modo de produção capitalista, adequando-se as condições para sua ampliação, fornecendo matérias-primas e demais produtos para o mercado. Trata-se da utilização do campo em favor do capital, apoiando-se não apenas na relação capital-trabalho, mas agregando a condição da terra para a obtenção de lucro. Desse modo,

> A criação do conceito de agronegócio, como forma de gerar uma moldura ideológica para a intensificação da industrialização da agricultura, ocorreu em um contexto determinado pela reprodução crítica do capital. Ao descrever a Fórmula Trinitária, que caracteriza a relação capital-terra-trabalho no modo capitalista de produção, Marx critica a percepção fetichista através da qual o produto do capital aparece como lucro, o produto do trabalho aparece como salário e a terra aparece como fonte de renda. O conceito de Fórmula Trinitária esclarece que esses elementos são formas da mais-valia convertida em lucro de capital, salário dos trabalhadores e renda da terra através da forma particular que o trabalho abstrato assume nas relações sociais capitalistas. (PITTA; MENDONÇA, 2014, p. 49)

O capital captura tudo aquilo que é possível para garantir a ampliação. O capital, a terra e o trabalho constituem-se como base para a obtenção de lucro, e a forma como o modo de produção se apropria desses três aspectos fundamentais determina o avanço do processo produtivo e aumento das desigualdades sociais.

Com a exploração que ocorre no campo o capitalismo expande seu poder de atuação, garantindo em todos os espaços que o modo de produzir seja incorporado aos seus interesses, submetendo tudo e todos em prol da sua perpetuação. Por isso

> Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que se tenha apoderado dela, a demanda de população trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital em funcionamento nessa esfera, e isso sem que a repulsão desse trabalhador seja complementada por uma maior atração, como ocorre na indústria não agrícola. Uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose (Manufatureiro, aqui, no sentido de toda a indústria não agrícola.). Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo. (MARX, 2013, p. 718)

A pauperização do trabalhador rural é a expressão da materialidade da desigualdade que é fundante do modo de produção capitalista, sua inserção no campo se sustenta num discurso de melhorar a produtividade e industrializar a produção. O que de fato acontece, mas em detrimento do aniquilamento daqueles que vivem da terra mantendo uma relação de uso, por mais que resistam, a capacidade destrutiva do capital é intensa e impõe transformações na dinâmica produtiva do campo, e consequentemente no modo de vida da população rural, que se insere cada vez mais nos preceitos urbanos, que são apresentados como possibilidade única de obter melhor condição de vida, o que na verdade não se constitui de fato.

No Brasil as transformações na dinâmica do processo produtivo no campo são intensas, no decorrer do tempo histórico, e se ampliam, sendo que todo "projeto em direção à reforma agrária e às lutas sociais é abandonado para dar lugar a uma modernização conservadora." (SANTANA SILVA, 2014, p. 59). Essa estratégia permite o avanço do processo de tecnificação da produção, bem como a inserção na lógica do capital de forma mais acentuada.

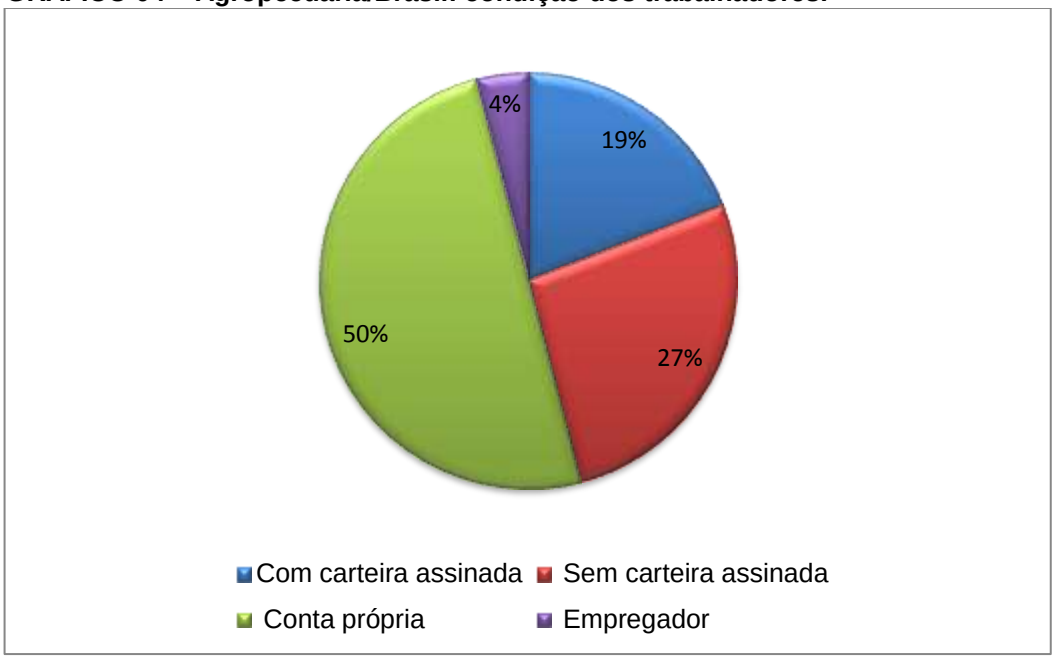
As transformações no campo são aprofundadas com a incorporação do capital financeiro nas atividades agrícolas. As especulações com a produção e a influência dos interesses estabelecidos nos mercados de ações conduzem a forma e o que será produzido, transformando o campo em mais um espaço de materialização das demandas do capital. No Brasil a

> especulação com terras agrícolas representa nova rodada de capitais ociosos em busca de rendimentos depois do ciclo de alta das commodities (2003 – 2008), que promoveu aumento exponencial do preço da terra agricultável. O negócio consiste em extrair renda da comercialização de terras com base em sua precificação. Os grandes montantes investidos retroalimentam o aumento do preço das terras e sua remuneração é gerada a partir deste movimento de capital fictício. (PITTA; MENDONÇA, 2014, p. 54)

Especula-se com a terra e a capacidade produtiva que ela apresenta e o movimento do capital permite a sua utilização para obter renda, atrelado a isso a exploração do trabalhador do campo também é intensificada. Observando o gráfico 04, verifica-se que dos trabalhadores rurais que são empregados a maioria não tem ao menos a carteira de trabalho assinada, o que demonstra a maior exploração, sem

garantias mínimas para proteger sua situação de trabalhador e tão pouco sua sobrevivência. (GRÁFICO 04)

GRÁFICO 04 – Agropecuária/Brasil: condição dos trabalhadores.



Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima, 2019.
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2017.

A exploração do trabalho associada ao uso da terra possibilita que o campo seja um espaço promissor para o avanço da capital, as relações de produção seguem as mesmas diretrizes das que são desenvolvidas na cidade, demonstrando que o espaço não é o definidor da forma com a exploração do trabalho ocorre, mas sim as relações sociais de produção, tanto no campo, quanto na cidade. Atualmente, a influência da lógica do capital financeiro permite verificar que os locais de produção são apropriados para garantir a efetivação do ciclo do capital possibilitando sua acumulação.

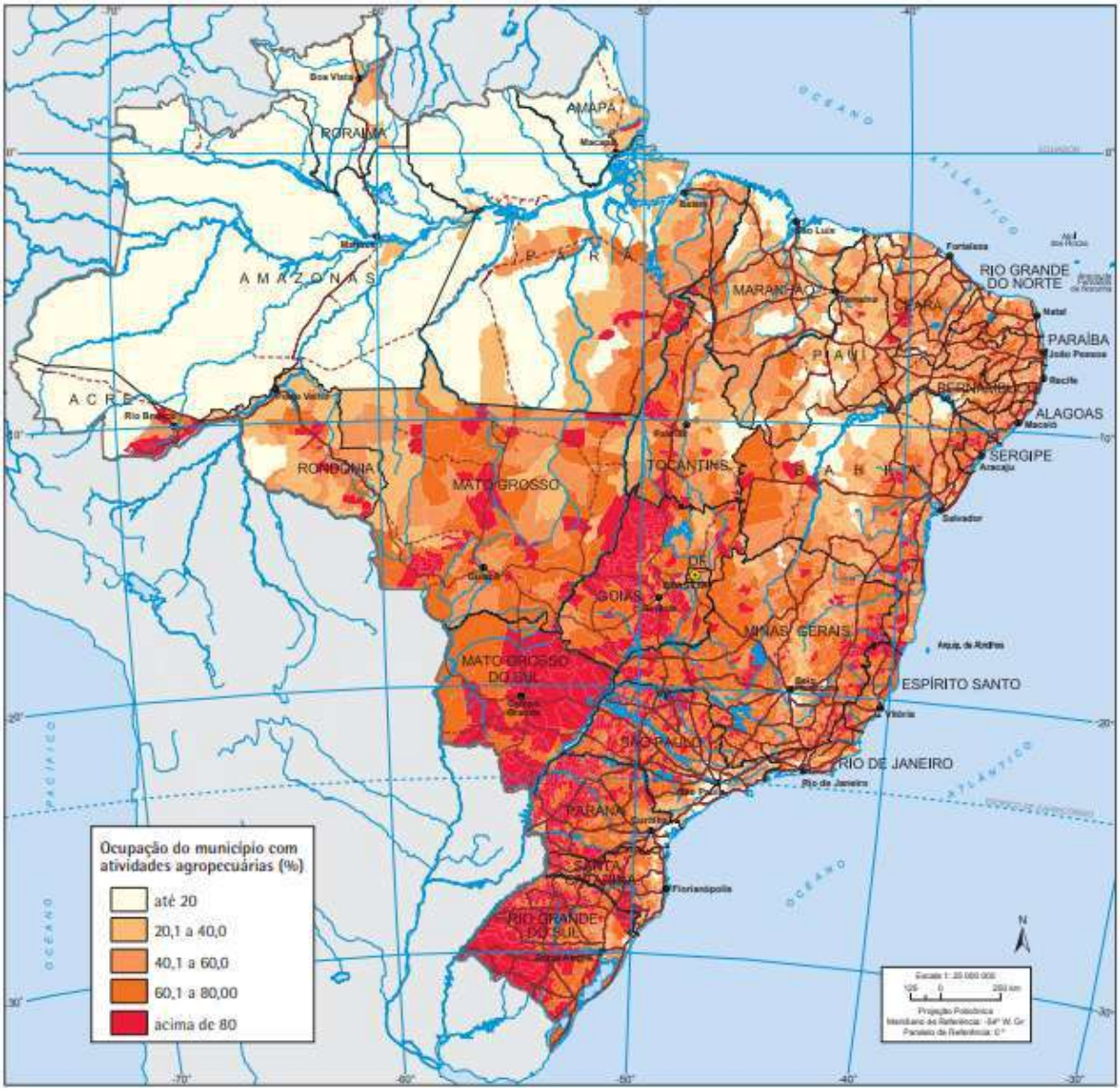
> O capital financeiro promove uma espécie de “terceirização” dos negócios com terras, em analogia ao trabalho terceirizado predominante no corte de cana. De forma semelhante, fundos internacionais se isentam de responsabilidade por impactos econômicos, sociais e ambientais causados pela especulação no campo brasileiro, já que não são proprietários diretos das terras. A expansão territorial do agronegócio ocorre principalmente em regiões ricas em fontes de água, biodiversidade e infraestrutura. Esse contexto estimula a crise, já que o agronegócio se expande com o objetivo de remunerar o capital imobilizado na forma de investimentos em mecanização e na crescente necessidade de

> aquisição de insumos químicos. Os impactos são alarmantes e deixarão consequências para a capacidade produtiva da agricultura no Brasil, que continua a basear suas políticas na superexploração do trabalho e de recursos naturais. (PITTA; MENDONÇA, 2014, p. 54)

A expansão do agronegócio no Brasil demonstra seu condicionamento aos interesses do capital financeiro. Especulasse com o que deve e é produzido, independentemente dos prejuízos ambientais e socioeconômicos deles decorrentes. As mudanças nas atividades agropecuárias, em decorrência da modernização, refletem também em alterações na dinâmica da relação campo-cidade.

A realização da atividade agropecuária é necessária, em maior ou menor escala, ela é importante para a dinâmica econômica e para a efetivação do ciclo do capital. No mapa 03, é possível observar que a maior parte dos municípios do país tem ocupação de suas terras com atividades agropecuárias, excetuando-se a Região Norte, a maioria dos municípios tem índices que apontam para mais 40% de atividades agropecuárias.

MAPA 03 – Brasil: Ocupação de terra pela agropecuária, 2016.



Fonte:https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_ocupacao_da_terra_pela_agropecuaria.pdf

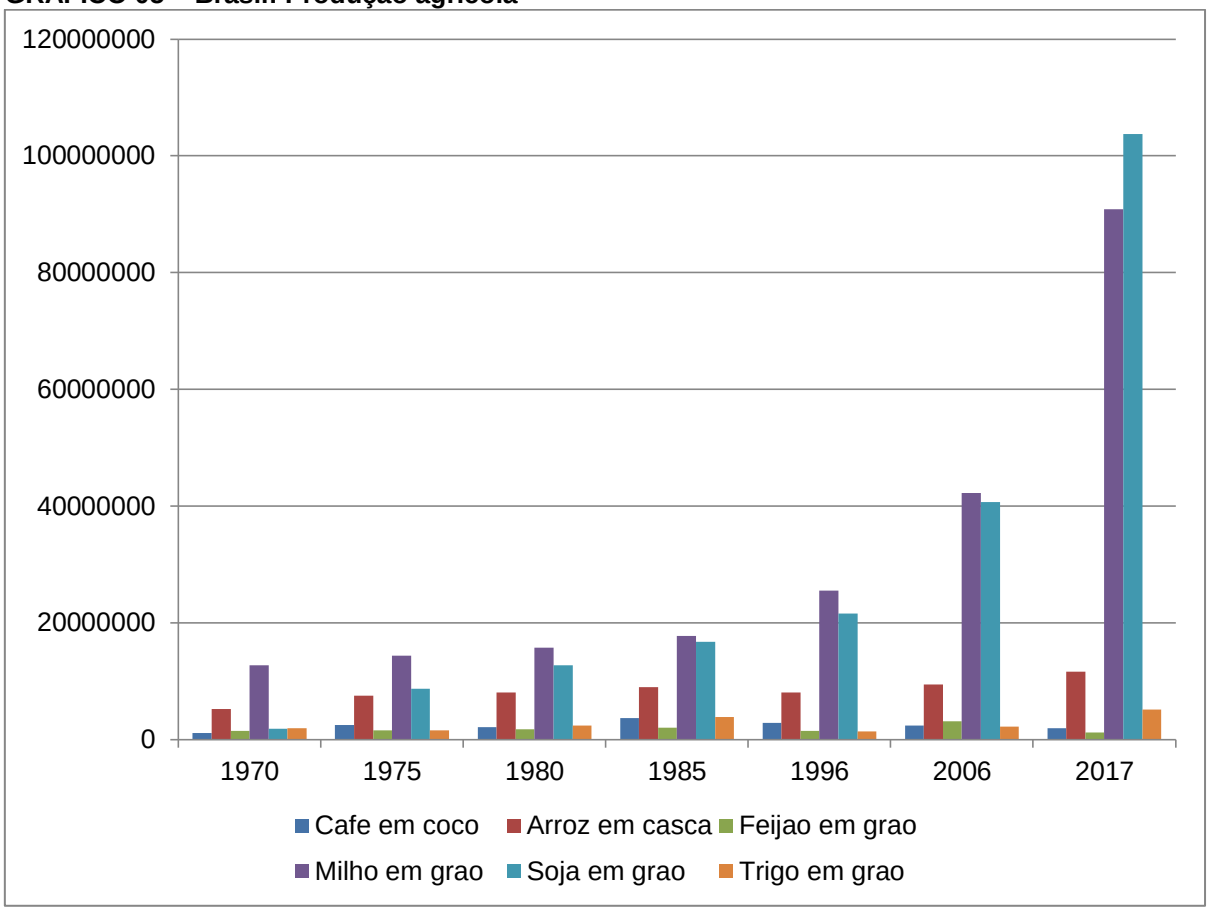
A dispersão da atividade agropecuária é intensa no país, e sua diversidade também. O agronegócio está a serviço do capital, e os produtos com maior destaque são aqueles que atendem a exportação, a exemplo da produção de soja, a exemplo da produção de 2018 que foi recorde com 83,6 milhões de toneladas negociadas[5], atendendo aos interesses do capital. Assim, evidencia-se este processo na análise mais detalhada sobre a produção de soja e milho, onde verifica-se que

[5] Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/17/interna_internacional,1062624/brasil-a-caminho-de-ser-o-maior-produtor-de-soja-do-mundo.shtml

> Uma vez que as demandas para a produção de soja aumentam diferenças me relação a outras atividades produtivas rurais (como a de laranja, cana, café e/ou produção de aves, etc.) o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho agrícola, possível a partir das condições de instantaneidade e de simultaneidade que se verifica com a revolução tecnológica, fizeram com que as relações entre o campo e a cidade, assim como as cidades, transformassem-se, aumentando as diferenças entre elas. (ELIAS, 2010, p. 160)

A produção de soja e milho é um exemplo significativo de como a influência da capital financeiro interfere na produção agrícola do Brasil. Analisando o gráfico 05, observa-se o crescimento significativo da produção de soja e de milho. Até a década de 1990 a produção desses dois produtos apresentava crescimento, mas a partir dos anos 2000 que houve um salto expressivo da produção. O destaque está no cultivo de soja, que no período de pouco mais de 20 anos, entre 1996 e 2017, sai de 21.563.768 toneladas, para 103.739.460 toneladas. (GRÁFICO 05)

GRÁFICO 05 – Brasil: Produção agrícola



Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima, 2019.
Fonte: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=1; Censo agropecuário 2017.

Tanto a produção de milho quanto a de soja demonstram que o agronegócio atende prioritariamente as demandas do mercado financeiro. Esse avanço da produção de soja não altera apenas a atividade agrícola que estava sendo desenvolvida, mas as relações estabelecidas no processo produtivo e permitem evidenciar a conexão entre a dinâmica realizada no campo e na cidade.

6.1.1 PRODUÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO: O CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO

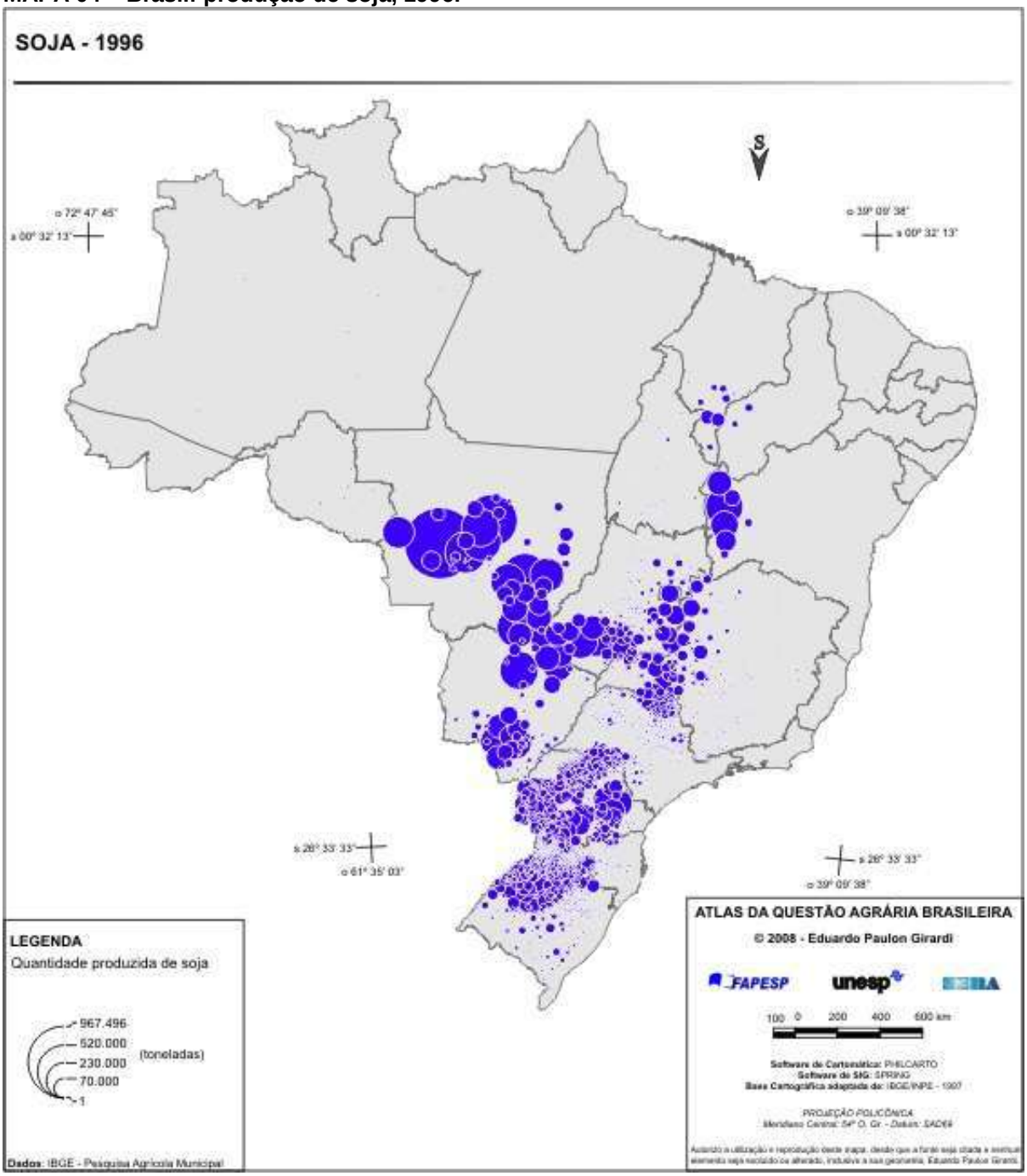
A produção agrícola evidencia as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a existência de pequenos produtores está vinculada ao comércio, mas de forma mais intensa, o agronegócio transforma parte significativa do campo, em espaço para o capital. Produtos diversos continuam sendo produzidos, fazem parte das demandas alimentares, mas a diferença da capacidade e quantidade produtiva auxilia a compreender que os investimentos no setor são direcionados para os produtos que se inserem na lógica do capital financeiro. O investimento nas monoculturas destinadas a exportação demonstra a vinculação do processo produtivo do campo aos ditames do capitalismo financeiro, onde

> O agronegócio assim reproduzido tem obtido resultados financeiros que lhe são altamente favoráveis apesar da escolha pela oferta e comercialização de produtos para exportação em detrimento dos produtos de consumo alimentar e da absoluta indiferença com a dominação exercida pelas empresas capitalistas transnacionais no agrário brasileiro. (CARVALHO, 2013, p. 1)

Considerando a amplitude dessa análise, optamos por investigar a dinâmica do campo brasileiro, a partir da produção de soja, por ser o produto que mais teve crescimento nas ultima décadas. Os resultados financeiros estimulam a intensificação da produção destinada a exportação, fortalecendo o controle sobre o campo da dinâmica do capital financeiro. Iniciamos verificando como está materializada no espaço agrário do país essa produção. No Brasil os dados do cultivo da soja são expressivos, em 2006 a quantidade de toneladas produzidas foi de 46.195.843 toneladas, já em 2017, a produção mais que dobrou, passando para

103.739.460, 431 toneladas[6]. A espacialização do cultivo de soja pode ser observada na comparação entre os anos de 1996 e 2014. No ano de 1996, a expansão do cultivo de soja era grande, principalmente no Centro-oeste e Sul do país. (MAPAS 04 e 05)

MAPA 04 – Brasil: produção de soja, 1996.

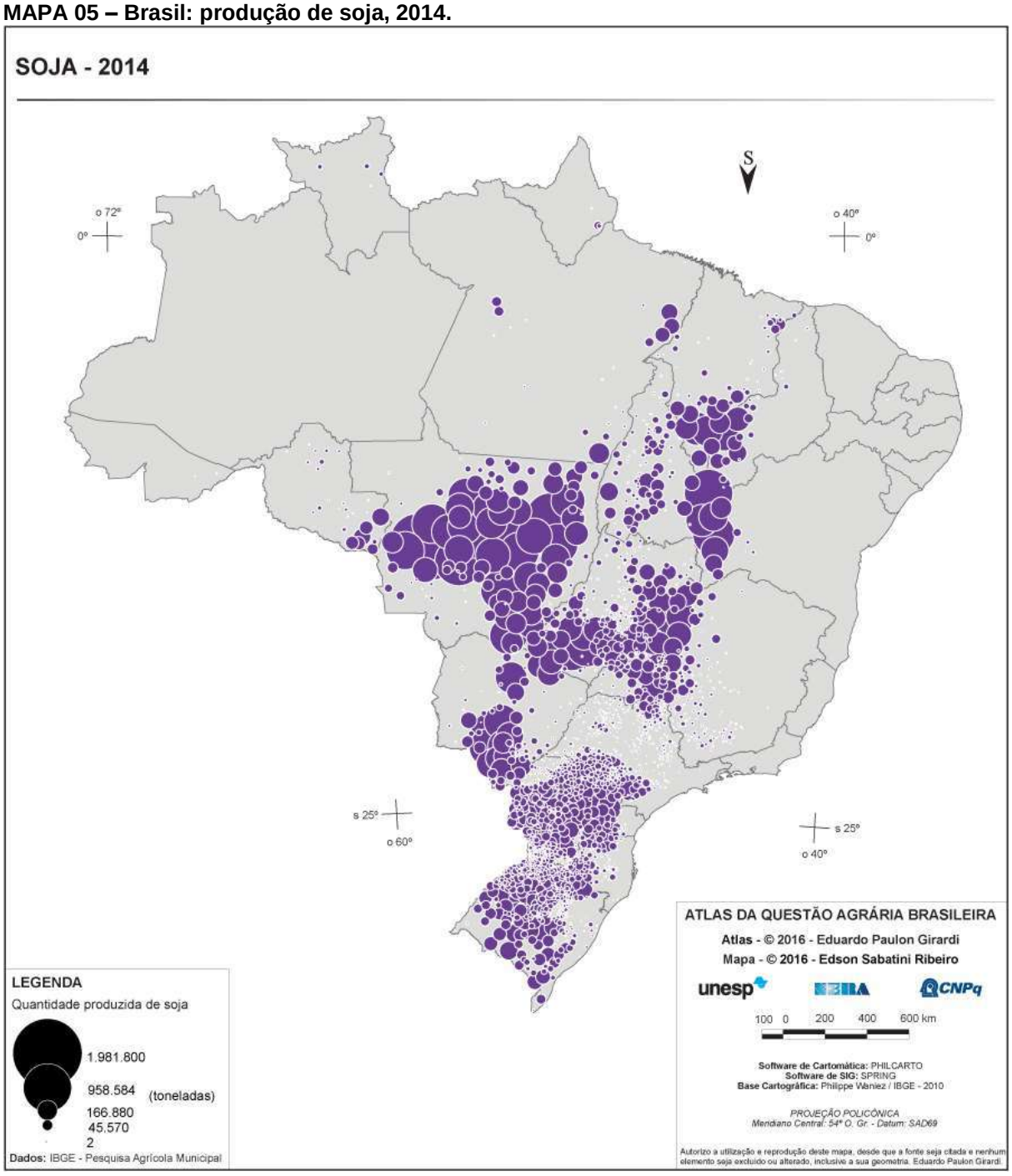


Fonte: http://www.atlasbrasilagrario.com.br/__atlas__/lavouras-temporarias/

[66] Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/24/76693 - acesso 07/09/2019

A distribuição espacial da produção de soja, no ano de 2014, demonstra um aumento tanto da área de cultivo, quanto da quantidade de toneladas produzidas. Ainda concentrado nas regiões Sul e Centro-oeste, mas com avanço significativo também na região Nordeste, inserindo boa parte do campo brasileiro na demanda da produção para atender aos interesses do capital.

MAPA 05 – Brasil: produção de soja, 2014.



Fonte: http://www.atlasbrasilagrario.com.br/__atlas__/lavouras-temporarias/

A produção de soja no Brasil apresenta-se com de extrema importância para o setor agroexportador, o crescimento da produção é muito grande. Para observar de forma mais detalhadas as transformações decorrentes do avanço do cultivo da soja, selecionamos os três municípios no país que tem a maior produção do grão, dois deles estão situados no estado da Bahia, Formosa do Rio Preto e São Desidério, e o outro está no estado do Mato Grosso, Nova Mutum.

Formosa do Rio Preto é o município, que no ano de 2018, teve a maior produção, com 1.653.280 toneladas do grão[7]. Trata-se do maior município em extensão no estado da Bahia, com uma área de 15.901,745 Km². Além da vasta área, possui uma vasta rede hidrográfica, apresentando duas estações uma chuvosa e quente, outra seca e com temperaturas mais amenas, para o cultivo as condições climáticas são favoráveis durante todo o ano. O município ocupa posição de destaque na produção agropecuária, situando no 8º lugar com maior produção agrícola do país, sendo o 1º na produção de soja.[8] Na fotografia abaixo é possível visualizar a área urbana do município, bem como o rio Preto.

FIGURA 15 – Vista aérea de Formosa do Rio Preto, Bahia.

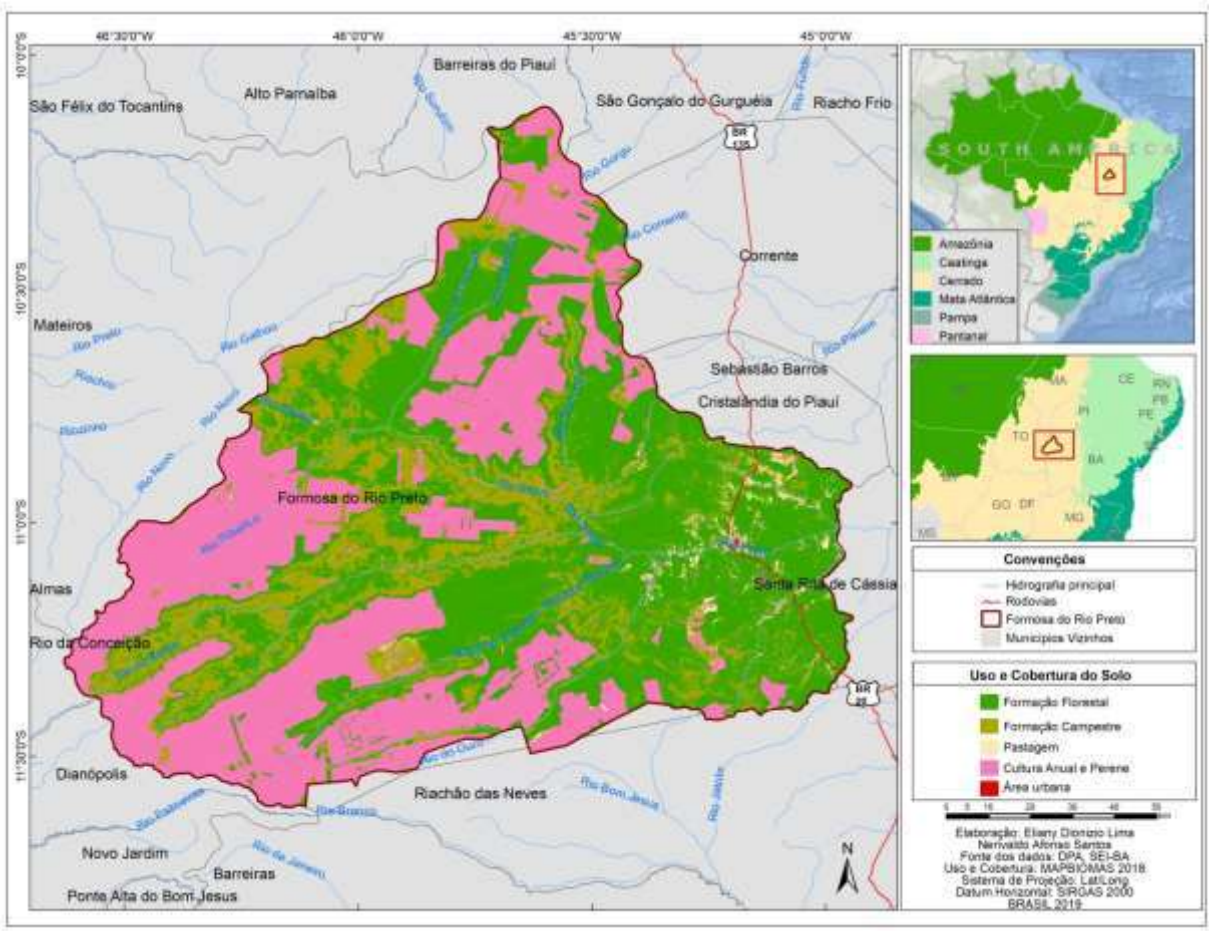
Fonte: http://www.agronegocioestrondo.com.br/geografia.html - acesso 06/09/2019

[7] Os dados de produção agrícola dos municípios destacados nesse estudo referem-se ao ano de 2018 e foram obtidos no site do IBGE - https://cidades.ibge.gov.br/brasil

[8] Fonte: https://formosadoriopreto.ba.gov.br – acesso em 06/09/2019.

No mapa 06 é possível observar o uso e cobertura do solo de Formosa do Rio Preto. O município está localizado no cerrado brasileiro, possui uma área urbana pequena, apresenta parte à vegetação preservada com florestas e formação campestre, ao tempo que tem grande parte do território no oeste destinado aos cultivos anuais e perenes. O potencial dos aspectos naturais é aproveitado para a produção agrícola, prioritariamente destinada as monoculturas de soja e milho.

MAPA 06 – Formosa do Rio Preto: Uso e cobertura do Solo.

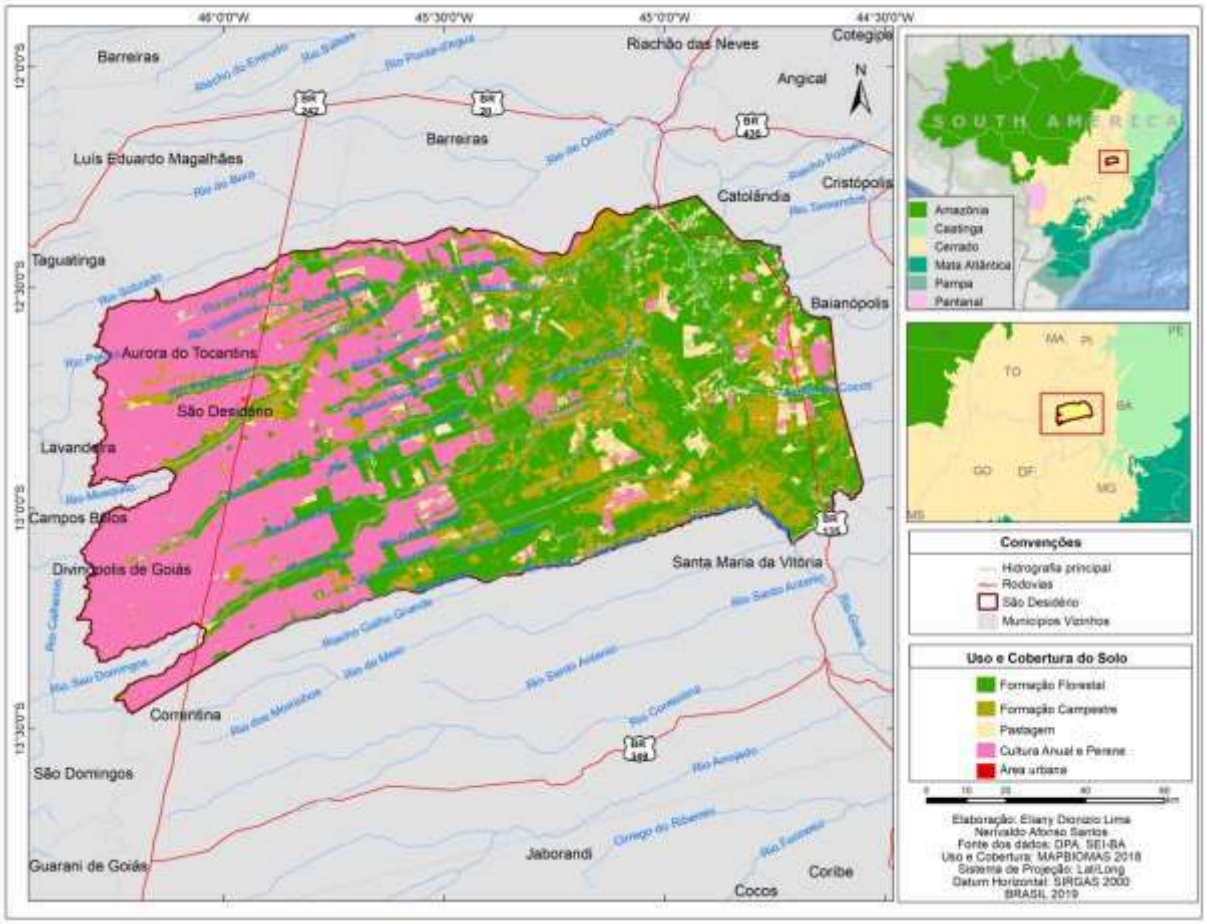


São Desidério é um município baiano, também importante na produção agrícola, situando como o 2º em produção de soja, com 1.568.781 toneladas em 2018. Também localizado na região Oeste da Bahia, é o segundo em extensão territorial. Trata-se de um município com ricas bacias hidrográficas, como é possível observar no mapa seguinte, o que favorece a atividade agrícola, e com as condições climáticas que se assemelham a Formosa do Rio Preto.[9] A produção agrícola

[9] Fonte: https://saodesiderio.ba.gov.br – acesso em 06/09/2019.

concentra-se na área oeste do município, existe uma grande área com vegetação natural preserva, os recursos naturais também são importantes para o desenvolvimento agrícola. (MAPA 07)

MAPA 07 – São Desidério: Cobertura do Uso e Solo.



A produção agrícola se destaca, trata-se prioritariamente de produto para a exportação, em reportagem sobre a atividade verificou-se que no ano de 2012 “58,3% da soja produzida no município é exportada para China, Alemanha, Japão, Espanha, Turquia e Tailândia.”[10] O que auxilia a compreensão de que parte significativa da produção de soja do município destina-se ao mercado internacional, o que permite refletir que a produção de *commodities* atende aos interesses do capital.

[10] Fonte: https://saodesiderio.ba.gov.br/mais-noticias-2012-16/sao-desiderio-e-lider-em-producao-agricola/

FIGURA 16 – Vista aérea de São Desidério, Bahia.

Fonte: https://saodesiderio.ba.gov.br

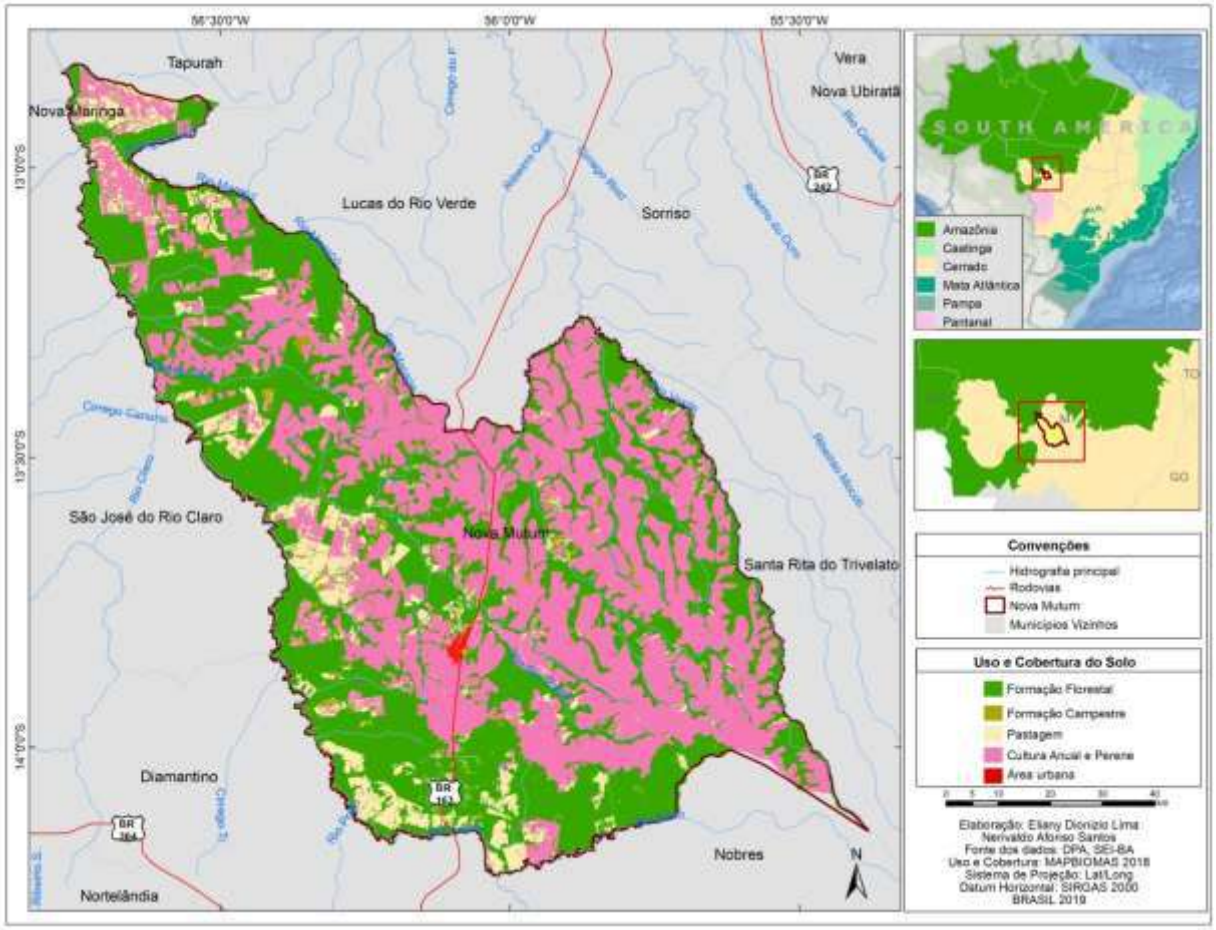
O terceiro maior município em produção de soja no Brasil, em 2018, foi Nova Mutum, no Mato Grosso, o estado é o maior produtor de soja do país com 31.608.562 toneladas no referido ano, e o município é responsável por produzir 1.335.600 toneladas do grão. A fotografia abaixo permite a visualização aérea da área urbana do município. (FIGURA 17)

FIGURA 17 – Vista aérea de Nova Mutum, Mato Grosso

Fonte: http://www.novamutum.mt.gov.br/nova-mutum/historia

As características naturais de Nova Mutum também se assemelham as dos municípios baianos, a maior parte do seu território está no cerrado, possui clima tropical quente e semiúmido, com vasta rede hidrográfica, tem área de 9.572,69km². A área urbana do município está situada as margens da Br 163.[11] A maior parte do território é utilizada para a produção agrícola, como é possível observar no mapa 08.

MAPA 08 – Nova Mutum: Uso e Ocupação do Solo.

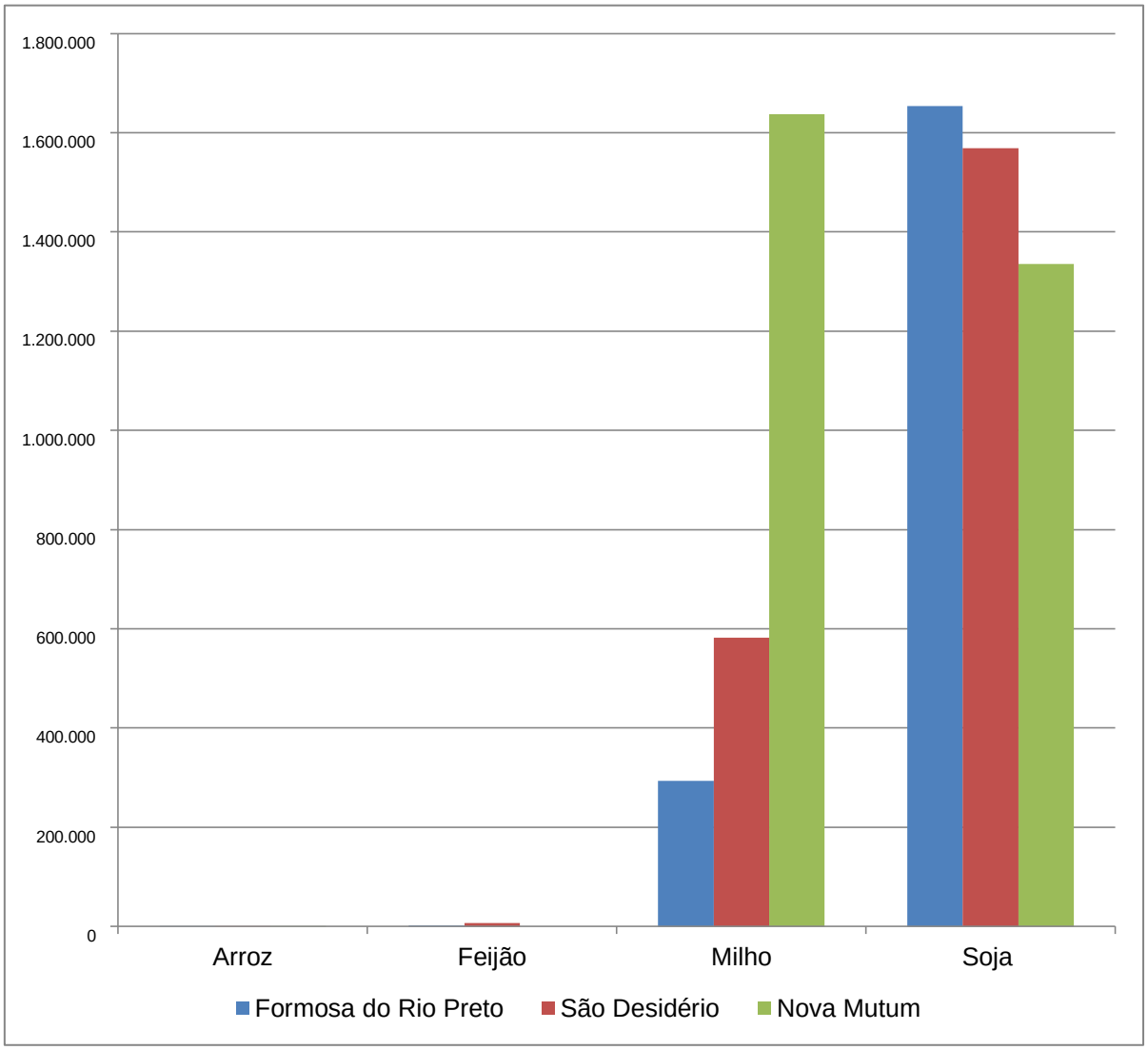


A análise do uso e ocupação do solo dos três municípios permite compreender como o espaço é utilizado para a produção agrícola, o que possibilita a compreensão de que o campo desses municípios serve para as atividades agrícolas. A importância da produção de soja evidencia que os municípios estão inseridos na dinâmica do agronegócio, e as atividades econômicas predominantes atendem ao interesse do capital.

[11] Fonte: http://www.novamutum.mt.gov.br/ - acesso em 06/09/2019

A produção agrícola é indispensável para garantir a alimentação, entretanto a influência do capital financeiro pode ser notada na análise dos produtos cultivados nos três municípios destacados, comparando o cultivo de arroz e feijão, que são itens básicos para alimentação da população brasileira, e a produção de soja e milho a diferença é enorme. Os cultivos de arroz e feijão, no gráfico são praticamente imperceptíveis, os dados são seguintes nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Nova Mutum respectivamente: Arroz – 133,725; 23,365, 834 toneladas; Feijão – 1,995; 6.338,80; 0 toneladas. (GRÁFICO 06). Permitindo-nos afirmar que o espaço do campo está sendo utilizado prioritariamente para a produção de commodities e voltada para a exportação e acumulação de riqueza

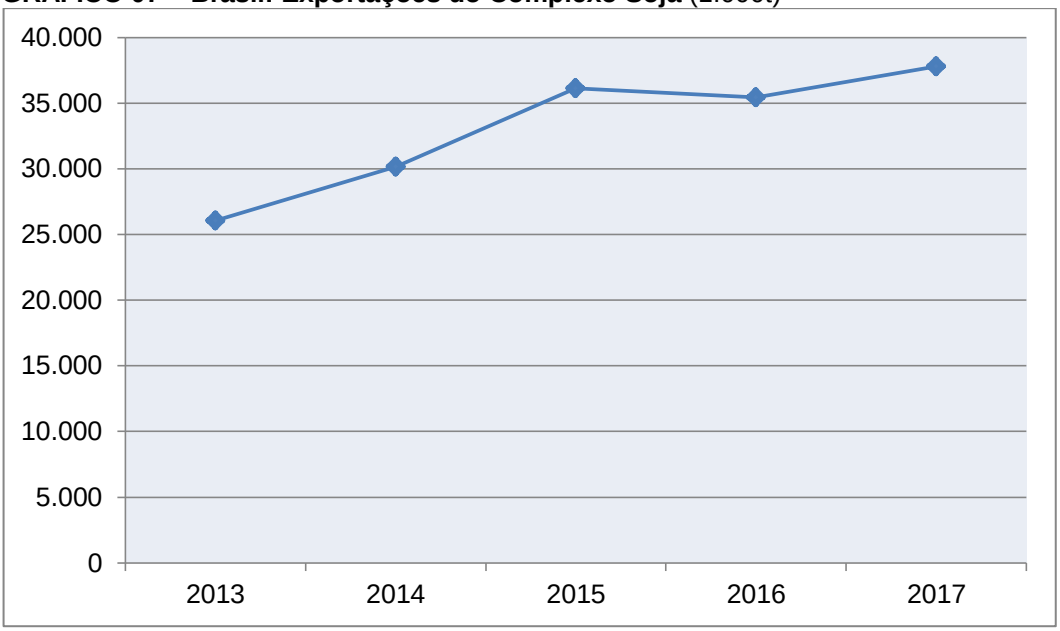
GRÁFICO 06 – Produção agrícola nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Nova Mutum. 2018.



Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima
Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/pesquisa/24/76693?localidade1=292890&localidade2=510622

A produção de soja no país é em grande parte destinada para a exportação. Os dados da comercialização da soja no país apresentam números crescentes, de 2013 para 2017, a venda de soja em grão passou de 26.053, para 37.787. (GRÁFICO 07)

GRÁFICO 07 – Brasil: Exportações do Complexo Soja (1.000t)



Em 2017 - A amostragem de janeiro a novembro, representa 74% a 78% do setor.
Fonte: ABIOVE - disponível em: https://www.sna.agr.br/abiove-divulga-estatisticas-atualizadas-do-complexo-soja-2/

As informações sobre as exportações de soja, de acordo com dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), mostram que só em 2018, a exportação do produto totalizou mais de 80 milhões de toneladas, o que possibilita compreender que seu cultivo, bem como o de outras *commodities* se adequa as necessidades do capital. Não se destina a garantir acesso ao alimento para a população, mas sim para a comercialização em mercados estrangeiros.

O avanço da produção de alguns cultivos é apenas um dos aspectos que colocam a dinâmica produtiva do campo atrelada aos interesses do capital, o agronegócio controla a dinâmica do processo produtivo, priorizando as monoculturas para a exportação, *commodities*, possibilitando que as empresas multinacionais gerenciar o processo. O que se verifica na produção agrícola comandada pelos interesses do capital, especialmente do financeiro, é que

> As opções empresariais por eles consideradas como promissoras para ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação são as estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. E tudo isso numa tendência crescente de desnacionalização consentida do agrário brasileiro. (CARVALHO, 2013, p. 1)

O intenso uso de agrotóxico é estimulado, evidenciando o menosprezo do capital para as condições de vida, além de concentrar os investimentos na produção de monoculturas, o que em si já é temerário para o equilíbrio do ambiente, favorece o uso de produtos que são impróprios para a própria saúde humana. No Brasil, em 2019, até a finalização desta pesquisa já foram liberados 382 agrotóxicos. Evidencia-se que na busca incessante pelo acumulo de capital, a condição de vida do trabalhador e do ambiente são irrelevantes. Sendo possível verificar é que

> O mercado instrumentaliza o Estado e este o instrumentaliza para uma política perversa de favorecimento das transnacionais; sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise, as políticas agrícolas nacionais e locais fazem coro às políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 19)

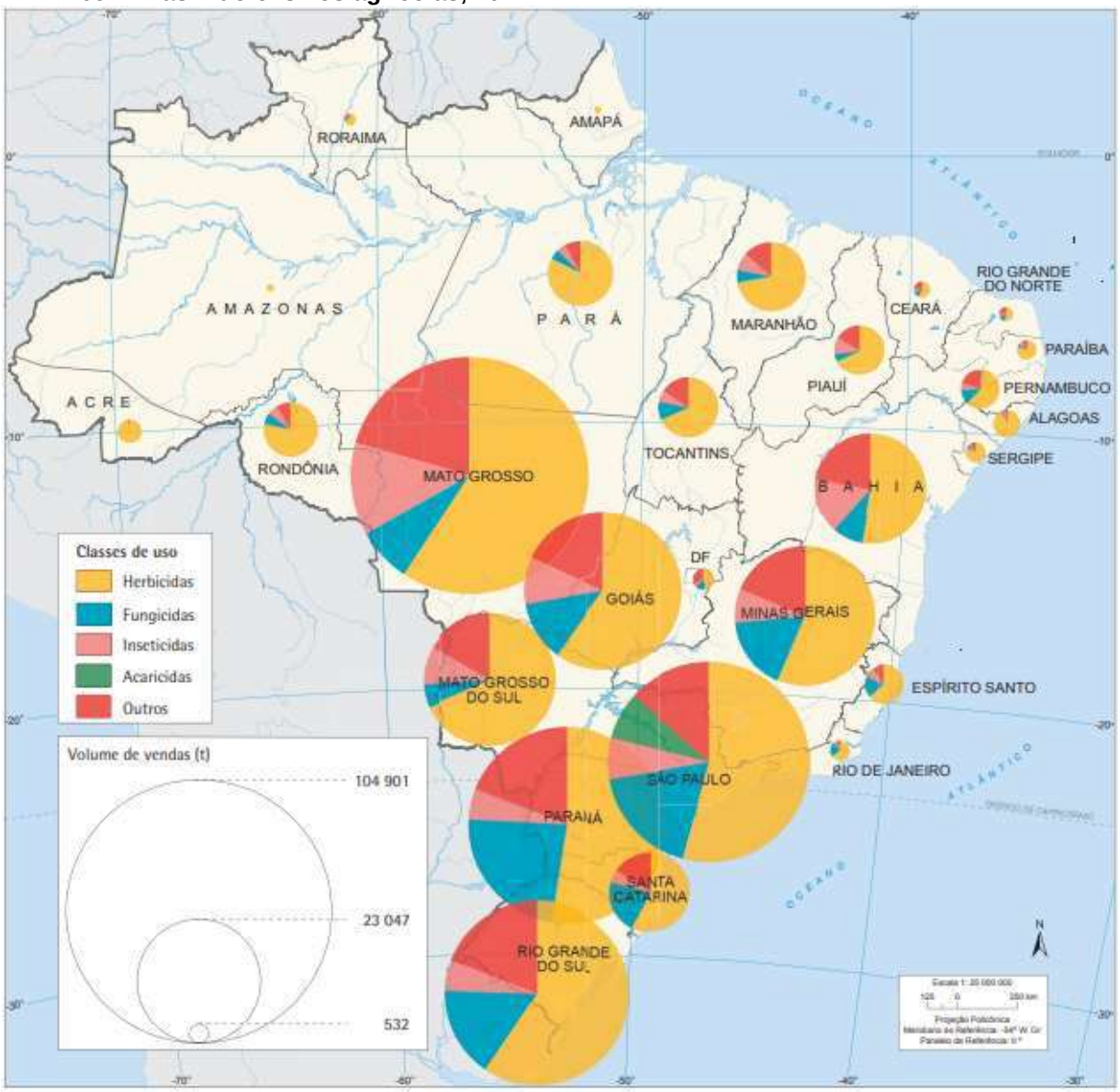
O uso de defensivos agrícolas no Brasil já indica a participação do setor industrial na produção agrícola, demonstrando que o mesmo representa um importante setor para a economia, ignorando os efeitos do uso excessivo desses produtos para o ambiente e a população. Os dados são significativos,

> Os defensivos agrícolas são um importante insumo para a agricultura. Atingiram um valor de vendas de US$ 7,3 bilhões no Brasil, em 2010, o que corresponde a cerca de 7% do total das vendas de produtos da agropecuária brasileira, estimadas em R$ 180 bilhões nesse ano. (SILVA; COSTA, 2012, p. 233)

A preocupação do capital é com o lucro, o aumento da produção com o uso destes produtos auxilia na ampliação da acumulação. Os danos ambientais e sociais são ignorados e a indústria avança com a comercialização desses produtos. No mapa 09, verifica-se o volume de vendas dos denominados defensivos agrícolas no Brasil em 2017. As regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste registram a maior aquisição

dos defensivos, mas eles estão presentes em todo o país, apenas no Norte a venda é mais reduzida, mas nos estados do Pará e de Rondônia o número já é significativo, o que pode ser compreendido considerando a expansão da fronteira agrícola na região.

MAPA 09 – Brasil: defensivos agrícolas, 2017.



Fonte: https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_defensivos_agricolas.pdf

A análise dos dados, tanto da estrutura fundiária, como da produção e uso de defensivos, demonstra que a atividade agrícola, por mais diversificada que seja, concentra não apenas a terra, mas também o tipo de produto que será colhido, o que insere de forma determinante o campo na dinâmica do capital. As implicações

são variadas, tanto pelo uso indiscriminado da natureza, abuso na utilização de insumos, fertilizantes e agrotóxicos, mas também com danos irremediáveis para a população do campo.

> O agronegócio, como componente estrutural da ordem burguesa, de forma perversa, ganha tentáculos para a destruição da terra, da natureza e do homem. O caráter destrutivo do capital da natureza na sua apropriação e destruição para o domínio e controle do lucro tem significado a própria destruição humana. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 31)

Apontados alguns dos processos que se materializam no campo, de forma a evidenciar que as transformações que nele ocorrem seguem os ditames do capital, interferindo na forma de produção, nas condições de vida do homem do campo e na garantia de continua exploração do trabalho. As modificações também ocorrem na cidade, demonstrando que não são os espaços que definem suas características, mas a forma como a sociedade capitalista se apropria deles para manter sua condição de reprodução. No item subsequente analisamos alguns aspectos de como esse processo ocorre na cidade.

6.2 A CIDADE E AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOB A LÓGICA DO CAPITAL

A Cidade
Nação Zumbi

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrôs
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu

Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu

Num dia de sol Recife acordou
Com a mesma fedentina do dia anterior

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A composição da Nação Zumbi retrata de forma intensa as desigualdades vivenciadas nas cidades, construiu-se o imaginário ambicioso como sendo este o lugar das possibilidades, entretanto, são as possibilidade para o capital. Por isso mesmo a cidade reflete as contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista, tem-se mendigos e ricos, coletivos e automóveis, trabalhadores e patrões vivendo sob a égide do capital, em uma luta infinita por possibilidades limitadas a poucos, mas que alimenta a esperança de muitos.

É na cidade que as marcas do avanço do capitalismo podem ser observadas de forma mais impetuosa, pois nela se concentram não apenas parcela significativa da população, mas também os centros de produção para os quais convergem os interesses de capitalistas e trabalhadores, ainda que por condições distintas, uns para obter lucro, outros para garantir a sobrevivência, sendo conduzidos pela dinâmica do capital, mesmo com a ilusão de liberdade, de livre escolha. De fato os sujeitos sociais são conduzidos para se adequarem aos interesses do modo de produção vigente. Assim a

> cidade contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o 'exército de reserva' que a burguesia reclama para pesar sobre os salários tanto como para dispor de uma 'rotatividade' de mão-de-obra. Mercado das mercadorias e do dinheiro (dos capitais), a cidade torna-se também o mercado do trabalho (da mão-de-obra). (LEFEBVRE, 2001, p. 144)

A capacidade de apropriação do espaço para garantir as condições de acumulação está relacionada à possibilidade de manter a força de trabalho a disposição dos interesses do capital. Entretanto, a produção do espaço precisa favorecer as premissas para a consolidação da lógica do capital, esse é um processo que sofre alterações ao longo do tempo histórico. As cidades vão sendo adequadas às demandas que emergem na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve.

> A cidade no capitalismo e, especialmente a partir da expansão da produção industrial, é cada vez mais produzida como mercadoria, em fragmentos, por meio do trabalho nela cristalizado, que contém em si valor (valor de uso e valor de troca) e também como meio de circulação do capital, permitindo que ele se realize propriamente. (ALVAREZ, 2015, p. 66)

Enquanto mercadoria a cidade evidencia como a produção do espaço se insere na lógica estabelecida pela sociedade, especificamente na capitalista, tem-se os espaços apropriados para que o capital se realize. Nesse sentido, o "movimento do capital em seu processo de acumulação torna a produção do espaço (social e histórico) condição, meio e produto de realização do ciclo do capital, materializando os momentos de produção-circulação-distribuição-troca e consumo." (CARLOS, 2015, p. 47). Esse processo é complexo, envolve muito mais do que a simples estrutura urbana, mas sim as relações nela desenvolvidas para garantir que o ciclo do capital seja efetivado, por isso,

> É necessário que se examine, a cada momento, a interação que se estabelece entre os processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem na cidade, e a forma pela qual o espaço se estrutura. Espaço e sociedade precisam ser analisados conjuntamente para que a complementaridade entre processo e forma fique evidente. Isso implica, de um lado, estudar como, numa sociedade historicamente determinada, o espaço urbano é elaborado, ou seja, como os processos que têm lugar nas cidades determinam uma forma espacial. Por outro lado, implica também estudar a essência das formas, ou seja, o papel por elas desempenhado nos diversos momentos por que passa a sociedade no tempo. (ABREU, 1897, p. 16)

Compreender a dinâmica produzida na cidade implica em analisar a complexidade das relações nela implementadas. Não apenas as relações de produção são desenvolvidas para garantir a efetivação do ciclo do capital, como o próprio espaço passa a ser apropriado como mercadoria e se insere na dinâmica do modo de produção capitalista, não apenas como um substrato para materialização de suas demandas, mas também como fonte de possibilidades de acumulação, especialmente com o avanço da lógica do capital financeiro. Assim,

> O espaço, então, passa a ser produzido como mercadoria e se incorpora a um complexo circuito de trocas, atribuindo, ao capital, volatilidade sem precedente. Nesse novo mundo, com características tão flexíveis, o espaço começa a ser explorado com mais eficiência, o que explica sua dominação por nova forma de ocupação racional. O mesmo pode ser dito a respeito da utilização de estratégias espaciais de acumulação de riquezas, aquelas que, no intuito de reduzir ao máximo os custos com a produção, segmenta o território e constrói novas relações produtivas. É a própria produção que passa a ser fragmentada em diferentes parcelas do espaço mundial, mostrando que a localização de cada etapa da cadeia produtiva já não mais respeita os velhos obstáculos estabelecidos pelo espaço. Assistimos à nova definição de distância na qual as antigas barreiras físicas não são mais restrições decisivas ao sistema produtivo. (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 232)

O espaço é explorado cada vez mais, e especialmente na cidade, sua incorporação à dinâmica do capital como mercadoria abre possibilidades para ampliar a capacidade de acumulação. Esse processo é intensificado com a inserção do capital financeiro na lógica da produção do espaço. Sendo que,

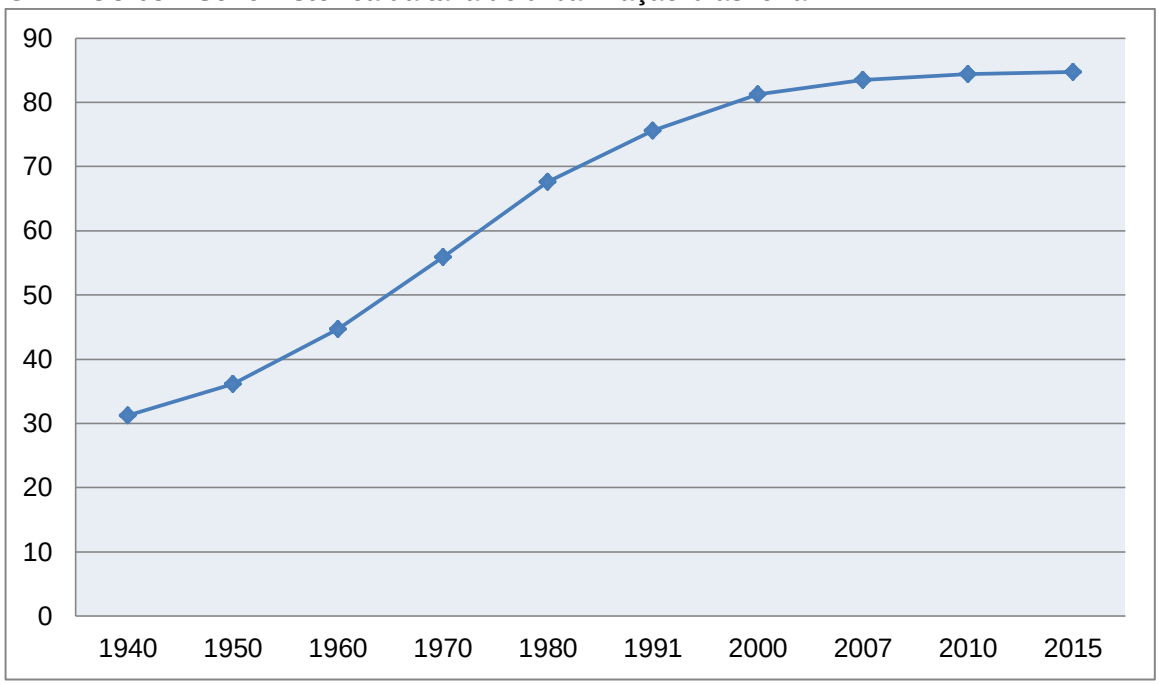
> A produção do espaço como mercadoria efetua-se em dois níveis: através da produção da habitação, uma mercadoria intercambiável no mercado imobiliário, sem o qual a função da moradia não se realiza; e através da produção da própria cidade pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história. (CARLOS, 2015, p. 50)

As transformações na dinâmica da produção do espaço urbano revelam a adequação desse processo ao movimento cíclico do capital, especialmente diante de períodos de crises, a capacidade de criar alternativas para a continuidade de sua reprodução é inerente à lógica do capital. Além de produzir a mercadoria moradia, é na cidade que se concentra a população que é força de trabalho indispensável ao capital. Por isso, a cidade é espaço onde se centralizam possibilidades e problemas no decorrer do tempo histórico. Para analisar as mudanças que se intensificam na atualidade é importante considerar que

> As mudanças na economia mundial, ocorridas no final da década de 1970, implicaram em transformações na produção e no consumo. A difusão ao a descentralização industrial veio acompanhada do crescimento do setor terciário, que absorveu novas funções, inclusive a de controle de parte do processo produtivo. Especialmente nas grandes metrópoles, isso obrigou a modernização das infraestruturas de transporte e de produção, gerando, em muitas delas, grandes setores portuários e industriais obsoletos. Em decorrência disso, nas décadas posteriores, essas áreas urbanas se configuraram como estratégicas para a ocupação pelas novas “atividades inovadoras” legadas tanto à nova indústria quanto ao setor terciário. (FONCESA, 2012, p. 181)

A difusão do processo produtivo possibilitou o crescimento urbano. Especificamente no caso Brasileiro é possível verificar que a taxa de urbanização do país apresentou alta significativa a partir da década de 1970, até o período anterior, o índice apontava para menos de 50% a urbanização, após 70 o crescimento passou de pouco mais de 50%, para mais de 80% nos anos 2000. (GRÁFICO 08)

GRÁFICO 08 – Série histórica da taxa de urbanização brasileira



Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima, 2019.
Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010; Estimativa 2015.

O crescimento urbano no Brasil permite considerar que o nível de desenvolvimento do processo produtivo nas áreas urbanas apresentou significativa alteração, favorecendo sua consolidação. Entretanto, é relevante considerar que o crescimento das áreas urbanas foi marcado por uma diversificação produtiva, mas mantendo altos padrões de desigualdades.

A urbanização no Brasil é intensa, mas espacialmente não é homogênea, verifica-se áreas no país onde o grau de urbanização é maior, como em grande parte das regiões Sul e Sudeste, mas também é possível observar áreas no país em que o grau ainda é pequeno, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do país. (MAPA 10). O que temos é um espaço produzido de modo diversificado, em alguns locais predomina as atividades urbanas, o que favorece a concentração populacional, mas o que não impede a realização de atividades agrícolas como se pôde observar anteriormente (Mapa 03). Os espaços são apropriados de acordo com os interesses do capital e matem uma relação entre si, pois são interdependentes para que o ciclo do capital se efetive. O que se verifica é a materialização no espaço, campo e cidade, das condições para a realização do processo produtivo, que é indispensável para que o processo de acumulação ocorra.

MAPA 10 – Brasil: Urbanização, 2010.

Fonte: https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_urbanizacao.pdf

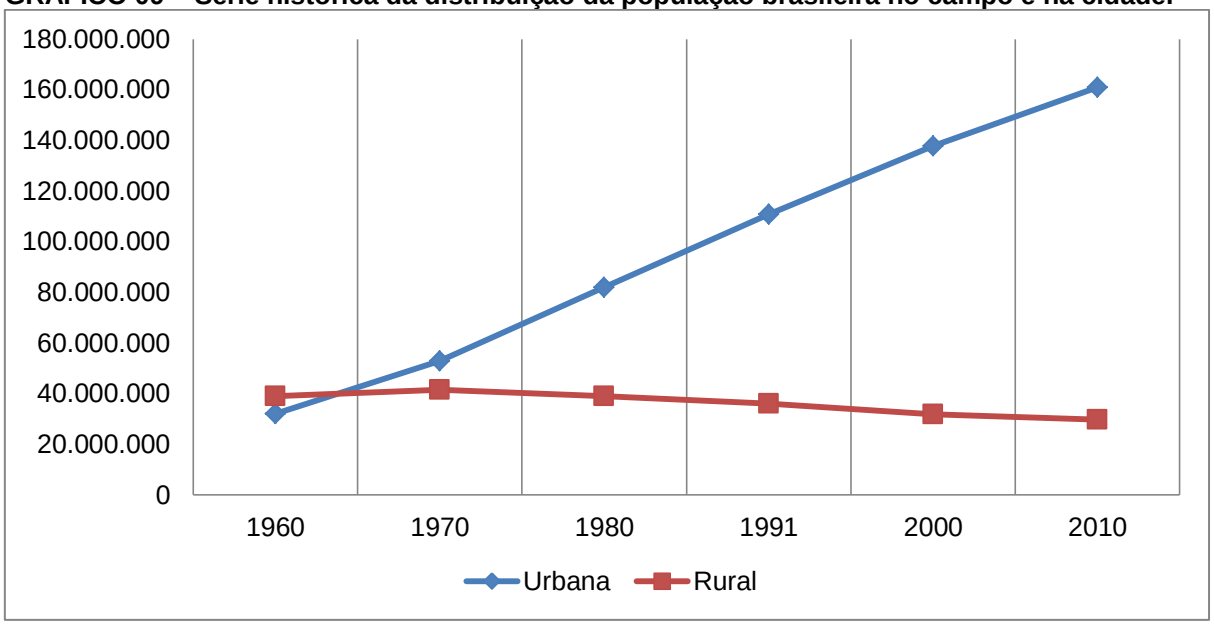
As transformações no espaço urbano são favoráveis à expansão do capital. Produzem novas possibilidades para o processo produtivo e para a acumulação, mantendo e/ou ampliando a exploração do trabalho, apoiada na perpetuação da desigualdade. O crescimento populacional atende aos interesses do capital, tanto de mão-de-obra, como de formação do exército de reserva. Mas é importante ressaltar que

> Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram

> consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. (MARX, 2013, p. 572)

A força motriz da sociedade capitalista é perpetuada com o avanço do processo de urbanização, e é também acompanhado de uma redução do ritmo de crescimento da população rural, o que não se restringe a uma questão quantitativa, mas sim ao afastamento do modo de vida rural. Os dados populacionais brasileiros revelam ainda que houve um crescimento populacional nas áreas urbanas, e uma redução relativamente pequena da população rural. (GRÁFICO 09).

GRÁFICO 09 – Série histórica da distribuição da população brasileira no campo e na cidade.



Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima, 2019.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A dinâmica da produção do espaço urbano, e também do rural, são apropriadas pelo capital e interferem na forma como se estabelecem as relações sociais e de produção.

> Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirológico dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais. (MARX, 2013, p. 573)

Na cidade ou no campo o avanço do modo de produção capitalista subjuga os sujeitos sociais, impõe suas demandas, aumentando a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais para garantir a continuidade do seu processo de reprodução, respaldado pelos ideais de liberdade e independência, que em verdade são os grilhões invisíveis que conduzem a vida dos trabalhadores.

As desigualdades podem ser observadas por onde se instaura o modo de produção capitalista, e na cidade a intensidade dessas é mais evidente, especialmente pela concentração populacional, falta de infraestrutura e acesso a condições básicas de vida.

> No Brasil, a grande desigualdade social de nossa população é um fator preponderante na forma de ocupação do território urbano e metropolitano. Ao mesmo tempo em que as elites apresentam um padrão de consumo similar ao dos países desenvolvidos e residem em áreas de boa qualidade ambiental, a maioria da população pobre ocupa uma periferia expandida, marcada pela falta de diferenciação funcional e com qualidade ambiental bastante inferior à do centro e, dessa forma, padece de péssimas qualidades de moradias, transporte e serviços públicos e estão expostas a altos níveis de violência. (FONCESA, 2012, p. 185)

Com o avanço da capacidade produtiva as desigualdades revelam que manutenção de uma sociedade de classes, que conduz a disparidades econômicas, sociais e ambientais sempre mais intensas. A “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital.” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 606). Essa subordinação é perceptível tanto no campo quanto na cidade, mas a intensidade é maior no espaço urbano, onde a produção e comercialização de mercadorias é mais acentuada e exalta o valor de troca em detrimento do valor de uso. Sendo que

> Do ponto de vista do capital, a metrópole surge como força produtiva na medida em que, em sua dimensão econômica, o capitalismo organiza o espaço no qual são regulados, através do controle do Estado, os fluxos de todos os tipos de matéria-prima e de mão-de-obra, a divisão social e espacial do trabalho, a estrutura da rede de trocas, a densidade da circulação de mercadorias e da concentração de pessoas. (CARLOS, 2015, p. 49)

A cidade, especialmente as metrópoles, são espaços decisivos para a consolidação do processo de acumulação, concentrando tudo o que é fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista e possibilitando o estímulo para

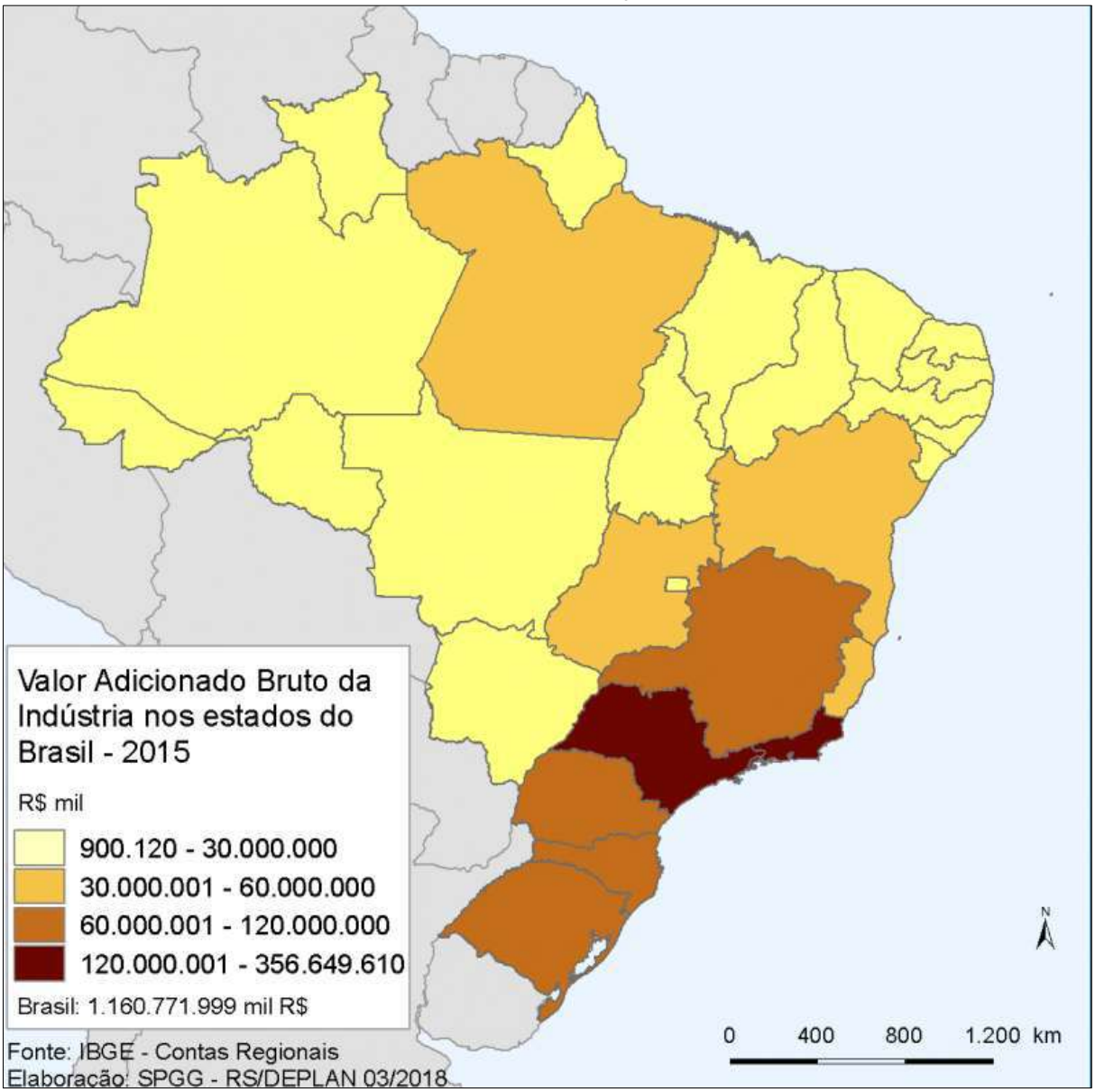
a valorização da mercadoria, materialização da exploração do trabalho, com a supremacia do valor de troca, sob o valor de uso. Torna-se “natural” a desigualdade, pois ela é basilar para o avanço do capital.

É fundamental destacar que as cidades apresentam características que não são homogêneas, têm-se cidades que concentram maior quantidade de processos produtivos, bem como de comércio e serviços, e outras com menor participação na dinâmica econômica. Essas diferenças são resultantes, entre outras coisas, da forma como o capital utiliza o espaço para garantir os melhores custos para o processo produtivo, incluindo disponibilidade de mão-de-obra e infraestrutura que favorecem sua materialização.

A atividade industrial favorece o crescimento da urbanização, a produção industrial brasileira está concentrada nas Regiões Sudeste e Sul do país, no mapa 11, onde pode-se verificar a maior concentração do Valor Adicionado Bruto (VAB)[12], apontando para a participação expressiva da indústria, que permite acumular mais-trabalho, e produzir mais-valor de forma mais intensa nessas áreas do país.

[12] Refere-se ao valor final acrescido de tudo que foi produzido.

MAPA 11 – Brasil: Valor Adicionado Bruto da Indústria, 2015.

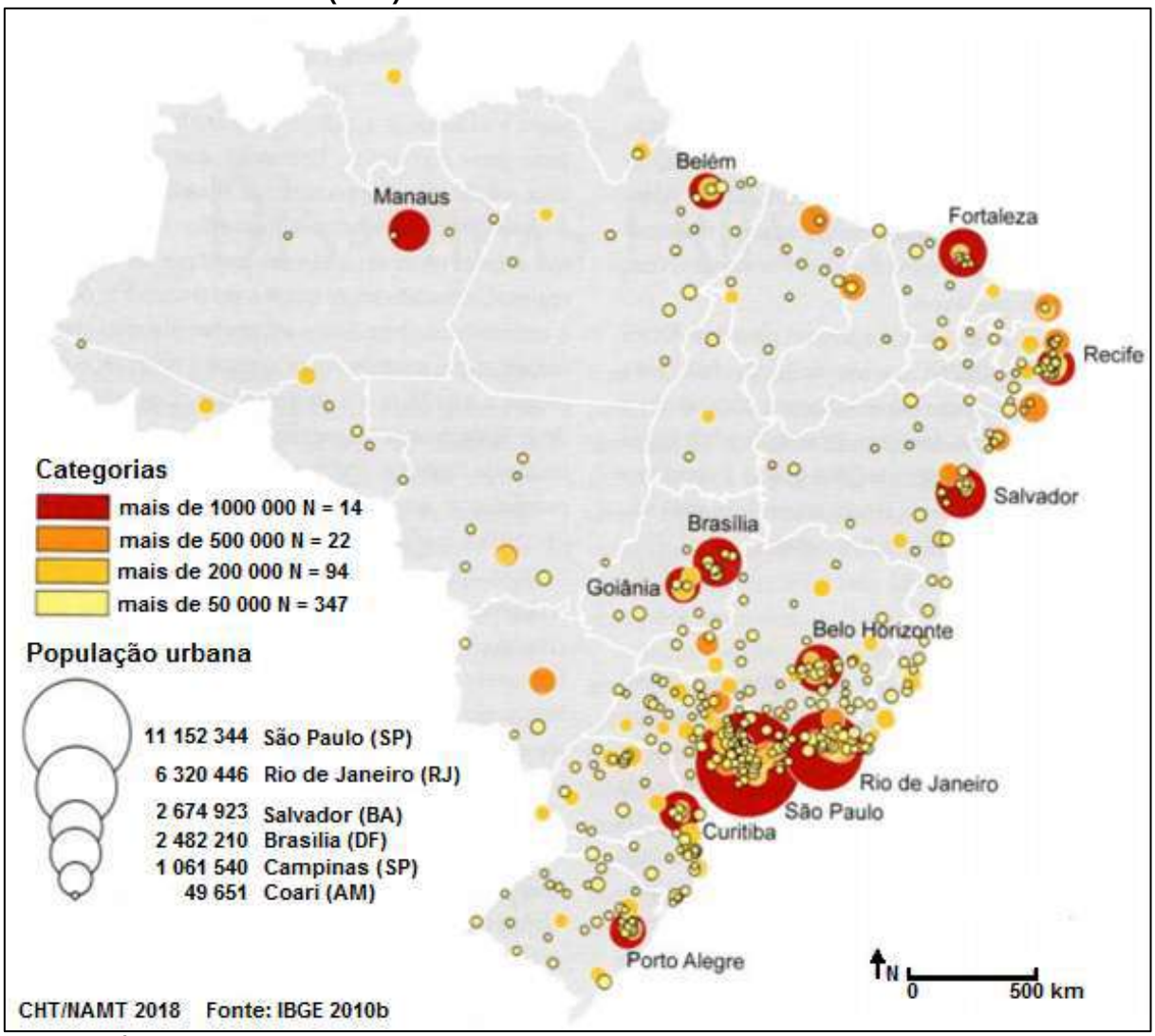


Fonte: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/vab-industria - acesso em 05/10/2019

Outra forma de observar essa dinâmica no espaço brasileiro é através da análise das redes urbanas do país. Considerando a população residente, Théry (2018) apresenta a espacialização da rede urbana, destacando as cidades com mais de 1 milhão de habitantes, com mais de 500, 200 e 50 mil habitantes. Onde é possível verificar que a maior concentração populacional do país está em cidades do eixo sul-sudeste, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, mas com presença de importantes cidades também nas demais regiões do país, como Brasília, Salvador, Fortaleza e Belém. (MAPA 12).

Na localização espacial das cidades brasileiras com maior contingente populacional verifica-se que a distribuição das cidades com mais de 50 mil habitantes é mais heterogênea, a concentração maior ocorre nas cidades como maior potencial para a expansão do processo produtivo que o capital necessita, com destaque para as capitais do país.

MAPA 12 – Redes urbanas (2010)



Fonte: THÉRY, 2018, p. 224.

O espaço urbano permite visualizar as disparidades impostas pela lógica do capital. Uma das formas de expressão mais marcantes das diferenças entre os sujeitos sociais no capitalismo é materializada nas áreas residenciais, e especialmente

> a partir das últimas décadas do século passado, fora dessas áreas preferenciais de concentração das elites, passou-se a observar, crescentemente, o surgimento de outras áreas residenciais elitizadas nas preferias metropolitanas. Nessas novas áreas predominam os condomínios horizontais fechados, muitos dos quais mesclam residências com espaços para trabalho, serviços e consumo. Esses enclaves urbanos, em função de seu tamanho e das novas tecnologias de que dispõem, concentram tudo o que é necessário dentro de um espaço privado e autônomo. Dessa maneira, podem localizar-se em qualquer parte da cidade, independentemente das características socioeconômicas de seu entorno, uma vez que já não dependem de um centro urbano com alta densidade de serviços, como as antigas zonas de escritórios e comércio. (FONCESA, 2012, p. 186)

A produção de áreas de moradias para as elites evidencia a tendência do capital de explorar todas as possibilidades no espaço urbano, mais do que isso indica uma oportunidade para a continuidade do processo de avanço da lógica do capital para todos os setores possíveis, tendo a produção do espaço como mais uma das mercadorias a ser apropriada pela sua ânsia por acumulação. Sendo que

> A produção do espaço como mercadoria efetua-se em dois níveis: através da produção da habitação, uma mercadoria intercambiável no mercado imobiliário, sem o qual a função da moradia não se realiza; e através da produção da própria cidade pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história. (CARLOS, 2015, p. 50)

A construção de moradia se constitui como um nicho produtivo promissor. Especialmente com o avanço do capital financeiro, esta atividade também se destaca como possibilidade para a produção de mercadoria.

> A produção do espaço e sua valorização parecem, agora, ser condições para a valorização de capitais do setor financeiro da economia aplicados no setor imobiliário, evidenciando um movimento entre a mundialização financeira (o processo produtivo no capitalismo comandado por um sistema financeiro, elemento importante na reprodução das relações de produção) e sua relação com a produção do espaço urbano. (MIELE, 2015, p. 83)

A lógica do capital esta impregnada em todo o processo produtivo, até mesmo, e principalmente nas coisas que são indispensáveis a vida, a necessidade de moradia é essencial, e é transformada em mais uma mercadoria, que será produzida também para ampliar a capacidade de exploração de trabalho e para garantir acumulação de capital. Mas o crescimento das áreas de moradia também refletem as desigualdades sociais das quais não se pode desprender. No que se

refere às cidades brasileiras é perceptível a materialização das desigualdades, e em especial

> As grandes cidades e metrópoles brasileiras tendem a apresentar um padrão de crescimento que combina aumento do processo de suburbanização dos mais variados tipos de atividades, o desenvolvimento de novas centralidades, mutações no centro e pericentro e privatizações do espaço público. (FONCESA, 2012, p. 186)

As transformações no espaço urbano são produzidas não para reduzir as disparidades entre as classes, mas sim para delimitá-las. E para, além disso, se insere como mais um importante setor para a acumulação de capital, que investe tanto em áreas de potencial para moradia e outras atividades da elite, como também em empreendimentos para os mais pobres, ambos possibilitando a acumulação do capital e estimulando uma série de outras atividades que auxiliam a dinamizar o processo, pois

> A partir do acesso à casa própria, um outro mercado de consumo se estabelece, ampliando incessantemente o mercado de consumo de bens. A estratégia da ampliação das redes de supermercados na periferia é um bom exemplo. Portanto, as ações do capital visando à acumulação não se apresentam como um desenvolvimento cego, apesar das crises, mas estratégias, produzindo um espaço e tempo necessários à manutenção da acumulação ampliada do capital. Portanto, mediando as relações sociais, encontra-se hoje em todos os níveis a realização da mercadoria num plano mais avassalador com o aprofundamento da sociedade de consumo, em que tudo e todas as relações a ela se subordinam. (CARLOS, 2015, p. 46)

Em resumo, as estratégias podem ser diferentes, mas as ações refletem a produção do espaço urbano destinado à ampliação das condições de acumulação de capital, conectando diferentes setores da economia a partir da dinâmica da produção de moradias.

Esse processo evidencia ainda a capacidade do capital de encontrar possibilidades para continuar seu processo de reprodução. O investimento no setor imobiliário abriu mais um conjunto de oportunidades que permitem a inserção de sua lógica na produção do espaço urbano.

As contradições do modo de produção capitalista alcançam não apenas as relações sociais, mas também a forma como o espaço é utilizado. A especulação imobiliária é um exemplo de como até a produção de moradias, infraestrutura, áreas

comerciais seguem os interesses do capital. Produzindo desigualdades e vendendo como mercadorias a construção civil cresce, mas mantendo a distinção entre os espaços dentro da mesma cidade, com áreas onde tudo se tem acesso e outras que ficam em condições precárias, entretanto que se encontram interconectadas, para atender as demandas do modo de produção, garantindo a reprodução do trabalhador para que o mesmo possa servir à produção.

A construção de moradia é um exemplo de como a capacidade de arregimentar os processos a seu favor são fortes no capitalismo. O acesso a casa não é algo que todo trabalhador tem garantido na vida, mas as possibilidades de adquirir um imóvel são sempre importantes, trata-se de um valor de uso fundamental, que se constitui em valor de troca. Trata-se de uma amostra da capacidade de produzir riqueza em virtude das condições mínimas de sobrevivência humana, uma vez que

> Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolhiam seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e portanto poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como estímulo poderoso para ela. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 606)

A moradia é mais uma forma de produção de riqueza, pois se torna mercadoria, amplia a possibilidade de acumulação de capital, o qual vale-se de algo que é essencial. Analisando a atuação do Estado brasileiro para a dinâmica de produção de moradias, é possível considerar que durante muito tempo não houve significativa participação, pois de acordo com Denaldi,

> Um breve retrospecto das políticas habitacionais no país demonstra uma notável ausência do Estado no planejamento do setor habitacional. E quando esteve presente, não conseguiu atender à população de menor renda. Da mesma forma, a política urbana não contribuiu para ampliar o acesso à terra urbanizada e moradia. Os instrumentos urbanísticos forma aplicados de forma a atender aos interesses da elite e do mercado imobiliário e contribuíram para aumentar as disparidades socioespaciais. (DENALDI, 2012, p. 144)

O privilégio para garantir as elites melhores condições, acesso a infraestrutura e atender seus interesses no mercado imobiliário foram a tônica das ações do

Estado sobre a produção do espaço urbano. Atrelado a isso tem-se os aspectos que favorecem as políticas habitacionais, sendo que

> A forte expansão do setor imobiliário verificado entre 2005 e 2012 pode ser explicada, grosso modo, pelos seguintes processos: a) abertura de capital em bolsa de valores das principais incorporadoras brasileiras, quando passam a se capitalizar (receber investimentos) e se endividar (alavancar financeiramente) para expandir seus lançamentos e aumentar seus lucros; b) relativa estabilidade econômica (inflação e taxa de juros mais reduzidas) com redução do desemprego (em que pese os empregos subcontratados, terceirizados, temporários, precarizado); c) execução do programa habitacional MCMV; d) flexibilização e ampliação da concessão de crédito imobiliário aos compradores; e) alterações na legislação do financiamento imobiliário, com a consolidação da alienação fiduciária de coisa imóvel. (VOLOCHKO, 2015, p. 105)

A mercadoria moradia passa a ser importante para manter a economia em equilíbrio, especialmente diante de crises cíclicas o modo de produção capitalista vivencia. A construção de residências no Brasil passou a ter destaquem especialmente após a crise mundial de 2008, onde o Estado atuou para estimular a construção de casas para uma parcela da população mais carente, como uma das alternativas para minimizar os efeitos da crise, trata-se do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que foi "lançado em um contexto de crise financeira internacional, é, entretanto, notável que o MCMV tenha cumprido a missão de manter elevados os níveis de investimentos no setor da construção civil." (IPEA, 2013, p. 8). Especificamente o programa

> foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal como resposta, dentre outras motivações, à crise imobiliário-financeira que havia se instaurado internacionalmente. Prevendo construir 1 milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos mensais, o programa criou mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais. A resposta à crise viria através da dinamização da economia nacional, pela geração de empregos com crescimento do setor da construção civil. (DENALDI, 2012, p. 155)

Diante da crise o programa foi promovido para tentar contornar seus efeitos, mas não é possível desconsiderar que mesmo como esse objetivo primordial, o programa atende uma parcela que até então não se beneficiava de políticas habitacionais, por isso o "papel atribuído ao programa não dispensa considerar a sua efetividade no atendimento precípuo das necessidades habitacionais para as

quais vastos estoques vêm sendo produzidos.” (IPEA, 2013, p. 8). Contudo, não é possível ignorar que a moradia está em condição de mercadoria, e como tal insere-se na lógica desigual do capital, acesso a ela não é garantia de qualidade, e possível afirmar que muitas residências ou não atendem a critérios mínimos, ou estão situadas em áreas que não favorecem o acesso a outros itens fundamentais para os trabalhadores, pois

> muitos empreendimentos foram ou estão sendo construídos em áreas inadequadas, isto é, localizadas na periferia das cidades, distantes dos centros de trabalho e serviços e muitas vezes desprovidas de equipamentos e serviços urbanos. Quando não se promove um mix de usos e faixas de renda ou quando as famílias passam a habitar áreas periféricas desprovidas de equipamentos públicos, distantes dos centros de trabalho e das redes sociais, pode-se aumentar a vulnerabilidade das famílias. (DENALDI, 2012, p. 157)

A necessidade de dinamizar a economia era o principal aspecto que norteava as ações do Estado, garantir a produção de riqueza, mesmo no decorrer de uma crise, era o que estimulava o avanço da construção de moradias, mesmo que elas não atendessem de forma mais humana, aqueles que dela dependem. A produção do espaço urbano não é realizada para melhor a condição de vida dos sujeitos que nela habitam, mas sim para garantir a perpetuação do modo de produção capitalista, mantendo índices de lucro, o que ora foi estimulado pela construção de moradias, mas que pode em outro momento ser fomentado por outra mercadoria. É relevante para o capital manter a capacidade de acumulação, ora com a produção de moradia, ora com a informalidade do trabalho, as formas podem variar, no entanto, o objetivo é preservado. Neste sentido, a cidade é um espaço apropriado para o capital, no qual é possível

> contribuir para o acréscimo das forças produtivas, da produtividade do trabalho, da utilização das técnicas; inversamente, a combinação das técnicas e da organização do trabalho na produção contribuem para o acréscimo da população urbana e a importância das cidades. (LEFEBVRE, 1972, p. 136)

As medidas adotadas para favorecer o avanço das forças produtivas podem variar de acordo com o momento histórico vivenciado, mas todas são realizadas de forma a manter as condições de reprodução do processo de acumulação, produzindo riquezas, a partir da exploração do trabalho. As medidas adotadas pelo Estado vêm para proporcionar a continuidade das condições para a acumulação do

capital e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) é um dos exemplos mais recentes que demonstram como o Estado atua para que o processo produtivo e a exploração do trabalho se mantenham. Assim,

> Através do Programa MCMV, o Estado viabiliza a reprodução imobiliária e financeira facilitando a valorização e produção de fragmentos espaciais de áreas metropolitanas periféricas e assegurando a continuidade das estratégias privadas. A condição de pobreza e em parte de déficit habitacional é então amarrada pelo Estado à acumulação capitalista, que fica assim cada vez mais encarregada da produção da urbanização. Com o Programa MCMV, o Estado canaliza os recursos públicos para aquela produção/acumulação capitalista ocupada com a satisfação de parte das necessidades da reprodução da força de trabalho: a moradia, mas sobretudo para reproduzir os capitais presentes na sua realização como mercadoria. (VOLOCHKO, 2015, p. 113)

Produção de mercadoria e exploração do trabalho constituem a base para que o modo de produção capitalista se desenvolva e se perpetue, logo cria estratégias para possibilitar a continuidade do ciclo do capital sempre que necessário. A construção de moradia é apenas um dos exemplos das formas encontradas pelo capital para se reinventar. Com isso a produção do espaço também se dinamiza, a atividade se tornou um nicho importante para a economia brasileiras nos últimos anos, alcançando grande parte dos municípios do país, 5.330 municípios no Minha Casa Minha Vida[13], o que auxilia a compreensão de que a produção do espaço é comandada pelos interesses do capital, não se restringindo a áreas mais populosas, mas sim aonde as possibilidades de acumulação são reais.

Outro aspecto que permite observar a intensificação da dinâmica do modo de produção capitalista na cidade é a crescente informalidade do trabalho, a qual reflete a necessidade de manter os padrões de exploração, mas reduzindo ainda mais as condições mínimas de segurança ofertadas aos trabalhadores, pois os “são componentes do processo de informalidade o trabalho por conta-própria, como também as diversas formas de assalariamento ilegal.” (SOARES, 2008, p. 93). Esse processo aponta para a intensificação da precarização do trabalho, especialmente nas cidades, sendo que a informalidade apresenta-se como uma solução para a falta de empregos, mas que

[13] De acordo com http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/5-330-municipios-no-minha-casa-minha-vida.

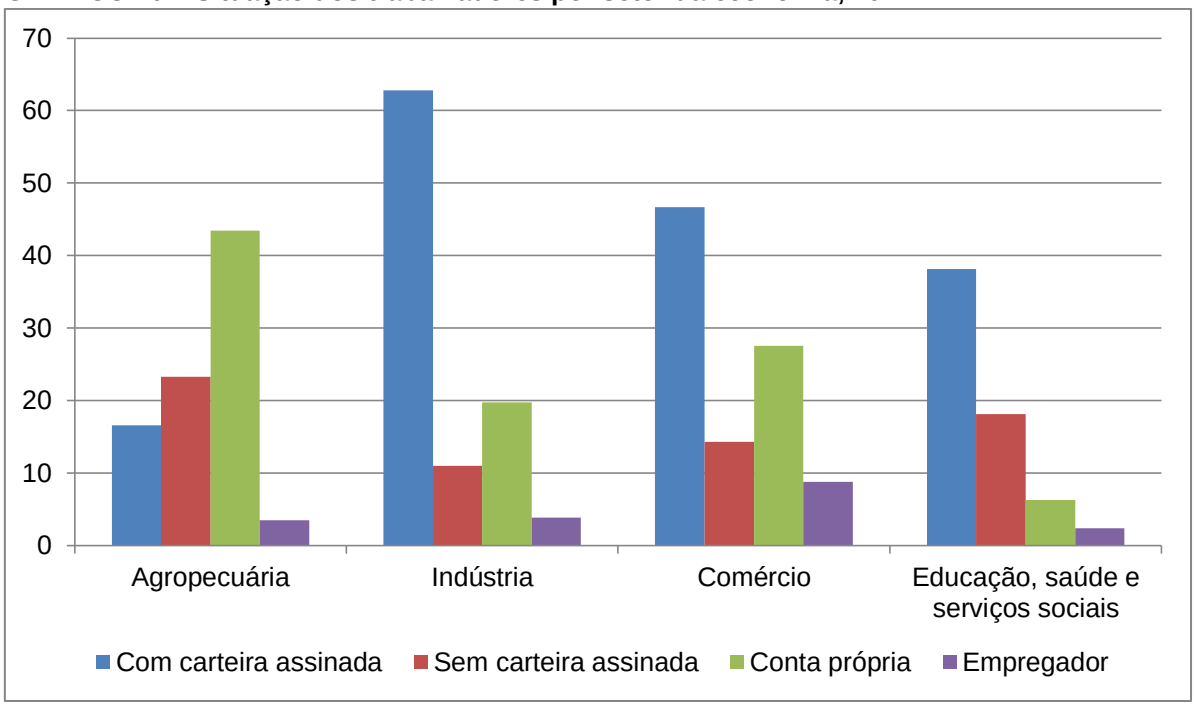
> a expansão do trabalho informal não se dava apenas porque este estaria subordinado à dinâmica capitalista, mas, principalmente porque as atividades classificadas de informais são produto da dinâmica capitalista e estão inseridas na produção moderna (setor protegido, organizado, etc.). (SOARES, 2008, p. 99)

Evidencia-se que as alternativas do capital para continuar seu processo de expansão e exploração do trabalho são sempre voltadas para atender aos seus interesses, especialmente através das relações de trabalho precárias, as quais o trabalhador se submete por não ter opção. A informalidade não coloca o sujeito em condição de independência, nessa atividade consegue-se basicamente o essencial para sobreviver, atrelado à logica do capital, pois

> Os trabalhadores, de que agora se trata, geralmente desenvolvem atividade de sobrevivência, podendo se encontrar na esfera da produção de bens de consumo como: trabalhadores rurais que se dedicam às atividades voltadas para a esfera da produção; vendedores ambulantes; aqueles que realizam pequenos empreendimentos familiares, sejam eles urbanos ou rurais. Todos eles têm, em comum, a atividade voltada para a subsistência, e não visam a acumulação. (SOARES, 2008, p. 120)

A acumulação de capital está pautada na propriedade dos meios de produção e na exploração do trabalho, condições que não são acessíveis à maioria dos trabalhadores informais. O trabalho é fundamental para que a acumulação do capital ocorra, e sua distribuição depende da diversidade das atividades produtivas. E a forma de ocupação do trabalhador permite compreender a condição de exploração de sua força de trabalho. No Brasil, os trabalhadores estão distribuídos em diferentes setores da economia, na agropecuária a maioria dos trabalhadores realiza atividades por conta própria que representa 40%, daqueles que trabalham para outros, mais de 20% não tem a carteira de trabalho assinada. Na indústria, comércio e serviços há o predomínio do trabalho de carteira assinada. (GRÁFICO 10). Em todos os setores o trabalho sem carteira assinada supera os 10%, no caso da agropecuária ultrapassa os 20%, isso permite constatar que a informalidade é expressiva.

GRÁFICO 10 – Situação dos trabalhadores por setor da economia, 2017.



Organização e elaboração: Eliany Dionizio Lima, 2019.
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2017.

As diferentes atividades realizadas pelos trabalhadores ocorrem em diferentes espaços, sendo a cidade o espaço de concentração da indústria, do comércio e dos serviços, o crescimento dela é mais expressivo, mas sem reduzir a importância da atividade agropecuária para a produção. O campo e a cidade se constituem como espaços de materialização das atividades e vão possibilitar maior ou menor concentração populacional a depender das demandas do capital.

Os exemplos aqui apontados sobre a dinâmica na produção agropecuária, bem como sobre a construção de moradias e o trabalho informal são aspectos que evidenciam a desigualdade do modo de produção capitalista, que abrange todos os espaços do qual se apropria para perpetuar sua forma de organização, condicionada pela desigualdade de condições. Na cidade a expressão das contradições podem ser visualizadas de forma mais intensa, mas não se finda nela, primeiro pelas próprias diferenças que as cidades apresentam na sua estrutura, e segundo, por não se restringirem ao espaço urbano.

No processo de avanço da sociedade capitalista a cidade é o espaço que concentra maior possibilidade de materialização das condições de existência do capital, não o único. Não se trata de um espaço homogêneo, pois nele são

impressas as marcas das contradições inerentes ao capital. Trata-se de um espaço produzido a imagem e semelhança do modo de produção que o condiciona, por isso

> A cidade no capitalismo e, especialmente a partir da expansão da produção industrial, é cada vez mais produzida como mercadoria, em fragmentos, por meio do trabalho nela cristalizado, que contém em si valor (valor de uso e valor de troca) e também como meio de circulação do capital, permitindo que ele se realize propriamente. (ALVAREZ, 2015, p. 66)

A produção da cidade serve aos interesses de uma sociedade que sobrepõe o valor de uso ao valor de troca. A lógica do capital é imposta em todos os espaços no qual seus tentáculos alcançam, no campo ou na cidade estarão materializadas as condições desiguais, tanto do acesso a terra, aos meios de produção, a moradia, até a exploração da força de trabalho.

As ações implementas no decorrer do tempo histórico para permitir o avanço, consolidação e manutenção do modo de produção capitalista ampliam as desigualdades. As tendências adotadas frente às crises conduzem a produção do espaço para continuar a serventia ao capital. No campo a produção de *commodities*, na cidade a intensificação da informalidade do trabalho, ou a mercantilização da moradia, são apenas algumas demonstrações do que é capaz o capital para se manter, mesmo diante de todas as desigualdades que produz para se sustentar. E o trabalhador a mercê dos interesses perversos do capitalismo.

> O operário moderno se aliena no trabalho, perdendo-se de si próprio. Nas grandes fábricas, a atividade do proletário não é espontânea, não lhe pertence, sendo dirigida contra ele, independentemente dele. O trabalhador relaciona-se com a atividade produtiva como alguma coisa estranha, exterior a si próprio, que não pertence a sua natureza. (MARTINELLI, 2009, p. 79)

É o trabalho, ou melhor, sua exploração para a acumulação de capital que permite a compreensão de que campo e cidade não são espaços dispares, e apesar das diferenças que se materializam em seus espaços, eles estão conectados para atender a estrutura social da qual são decorrentes. Constitui-se uma relação entre eles que possibilita a consolidação dos vínculos necessários para o avanço do capital, através da garantia das condições para a efetivação do ciclo do capital. Assim,

> Apesar de todos os maravilhosos meios de atividade desencadeados pela burguesia, a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim, não têm em si senão um interesse transitório e intermediário. (BERMAN, 1986, p. 92)

Para fazer dinheiro, acumular riqueza a exploração do trabalho é indispensável, e ela se materializa no espaço, onde as atividades produtivas são realizadas. Assim a relação campo-cidade, na sociedade capitalista, se estabelece como forma de proporcionar as condições necessárias para a obtenção do lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 UMA SÍNTESE NECESSÁRIA, POIS O PROCESSO NÃO PARA.

A relação campo-cidade é uma unidade dialética, na qual os atributos físicos e estruturais que os distinguem não podem ser analisados como situação natural de sua existência (aparente), mas sim como resultantes de um processo que implica no nível de desenvolvimento da sociedade que os produz (essência). As condições para a reprodução social vão se materializar no campo e na cidade e são úteis à forma como a sociedade se apropria desses espaços para garantir sua sobrevivência.

A construção do ideário que separa campo e cidade se sustenta na perspectiva de que o campo é relacionado como espaço natural, atrasado, já a cidade é vinculada ao espaço humanizado, moderno. No entanto, o que define como esses espaços são produzidos não são as características pré-existentes, mas sim como elas são apropriadas para atender as necessidades socialmente construídas. Assim, os aspectos naturais são utilizados de acordo com as demandas sociais, e o desenvolvimento da técnica permite que eles não sejam definidores da forma como a sociedade produz. Campo e cidade são, portanto, espaços transformados no decorrer do tempo histórico, que servem de base para a materialização das condições de vida.

A inter-relação entre o homem e a natureza pode ser observada no campo e na cidade, onde existem características distintas atendendo as necessidades do processo produtivo. Com o avanço da sociedade capitalista passa a predominar as desigualdades espaciais. (campo-cidade) para garantir os padrões de acumulação pela efetivação indispensável do modelo do desenvolvimento desigual e combinado, pois a garantia da acumulação só se realiza em meio ao acesso desigual da produção social, o que coloca os sujeitos sociais em condições distintas, alguns

acumulam riqueza a partir da exploração do trabalho, e os outros tem apenas sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. Condições desiguais que também se materializam na forma como os espaços são produzidos, logo as diferenças entre campo e cidade na totalidade das relações se produzem como condição para a realização do circuito total do capital. Nesse sentido, o que vai diferenciar campo e cidade, não são os aspectos naturais que predominam, mas sim as formas como as relações sociais e de produção são implementadas.

É preponderante considerar que a sociedade passa por transformações para criarem as condições de vida que lhe convém, o que ocorre com o "estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos hábitos preexistentetes." (MORAES, 2000, p. 91). Tanto na cidade quanto no campo a dinâmica imposta pelas mudanças sociais, econômicas, políticas, ideológica ocorrem no decorrer do tempo histórico, e com o desenvolvimento dos processos produtivos, potencializa a capacidade de transformação desses espaços. Com o modo de produção capitalista, campo e cidade são apropriados para que neles sejam realizadas as bases para o contínuo processo de acumulação do capital, ampliando as condições para a exploração do trabalho e estabelecendo desigualdades tanto para a vida dos sujeitos sociais, como para a forma como os espaços são produzidos.

O desenvolvimento das atividades humanas permite a produção do espaço, de acordo com sua conveniência, apropria-se das condições naturais de forma a possibilitar que as demandas sociais sejam efetivadas. Na sociedade capitalista têm-se estruturas espaciais produzidas para garantir a acumulação de riqueza, explorando o potencial natural local, ampliando as possibilidades da exploração do trabalho. Estas estruturas estão consolidadas a partir da divisão de classes, que materializa no espaço as desigualdades de condições e comandam a dinâmica da vida, pois

> Nossas vidas são controladas por uma classe dominante de interesses bem definidos não só na mudança, mas na crise e no caos. "Ininterrupta perturbação, interminável incerteza e agitação", em vez de subverter essa sociedade, resultam de fato no seu fortalecimento. Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o redesenvolvimento e a renovação; a

> desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora. (BERMAN, 1986, p. 94; grifo do autor)

O controle estabelecido na sociedade capitalista pela classe dominante é sutil, os sujeitos sociais não se percebem dominados por interesses escusos de manutenção da exploração do trabalho, e vão sendo conduzidos a aceitar as condições desiguais como naturais. As mudanças, as crises são compreendidas como indispensáveis, e realmente o são, não para o trabalhador, mas sim para a perpetuação de um modo de produção que só existe mediante a exploração de uns por outros, onde grande parte da população não tem opção, pois tem apenas sua força de trabalho, e por isso, se submete as condições impostas pelos capitalistas, que controlam os meios de produção e se apropriam individualmente da produção que é social.

Constrói-se as bases materiais para a consolidação da acumulação do capital com a apropriação do campo e da cidade. As características peculiares a estes espaços são resultantes das demandas sociais, que estão em movimento, mas que não estão de fato separadas, pois fazem parte do processo contínuo que materializa a divisão social e territorial do trabalho, e mantê-los separados é fundamental para a reprodução do capital que impõe características sociais e espaciais para possibilitar a efetivação do ciclo do capital, sustentado nas contradições que lhes são inerentes.

A separação campo-cidade é a evidência de uma sociedade capitalista desigual e combinada, que necessita do diferente para permitir a maior exploração do trabalho. Trata-se de uma separação conveniente, que fomenta a divisão social e territorial do trabalho, mas que não obscurece a relação entre esses espaços como fundamental para potencializar as demandas do capital. Moderno e atrasado, no campo ou na cidade, não são aleatórios, mas sim definidos para que as melhores condições para a contínua acumulação do capital de fato sejam satisfeitas.

Com o avanço do capitalismo, a produção do espaço materializa o sustentáculo para a exploração tanto do trabalhador, quando das riquezas e potencialidades da natureza, estabelecendo um desenvolvimento desigual e combinado. É impossível para uma sociedade dividida em classes, onde a riqueza de uns provém da exploração de outros, construir espaços e condições de vidas

homogêneas, uma vez que as desigualdades são estruturantes para a sua própria existência, pois

> A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos privadas, a formação e o incremento do capital. A condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. (MARX; ENGLES, 2010, p. 45)

As metamorfoses que ocorrem no decorrer do processo são resultantes das mudanças provenientes do processo produtivo e das relações sociais e, na medida em que a sociedade muda, a forma como os espaços são produzidos também passam a atender aos interesses em vigor, o que ocorre com a mediação estabelecida pelo trabalho, a partir do qual tudo se produz.

Conclui-se que o trabalho é a categoria fundante para analisar como campo e cidade se inserem na dinâmica da sociedade capitalista, pois estes espaços servem de base material para a ampliação da exploração da força de trabalho, que é a condição da acumulação incessante de capital. As diferenças neles observadas nada mais são do que condição para que a dinâmica do modo de produção se efetive.

> A análise científica do modo de produção capitalista demonstra ser ele um modo de produção peculiar, com uma determinação histórica específica; que, como qualquer outro modo de produção determinado, ele pressupõe, como sua condição histórica, um certo nível das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento, uma condição que, por sua vez, é ela mesma resultado e produto histórico de um processo anterior e do qual o novo modo de produção parte como de sua base dada; que as relações de produção que correspondem a esse modo de produção específico e historicamente determinado – relações que os homens contraem no processo de sua vida social e na criação desta última – possuem um caráter específico, histórico e transitório; e que, por fim, as relações de distribuição são essencialmente idênticas a essas relações de produção, expressando-as de modo reverso, de tal forma que ambas compartilham do mesmo caráter historicamente transitório. (MARX, 2017, p. 940)

A relação campo-cidade é a evidência de como o processo de exploração no modo de produção capitalista é articulado, mantendo as diferenças que lhes são convenientes, disseminando as condições de exploração, independentemente do espaço onde este processo ocorre, o que importa é a efetivação do ciclo do capital

para que os interesses da classe dominante sejam garantidos. Com o avanço do capitalismo ocorreu à intensificação da urbanização, potencializando o uso da cidade para a concentração do processo produtivo, o que não representam o fim do campo, mas sim a sua inserção cada vez mais intensa na dinâmica capitalista. A produção realizada no campo está diretamente ligada às demandas do capital, pode-se mudar o produto a ser priorizado em determinados período, mas não o objetivo, que é obter lucro, que advém da exploração do trabalho, e pode ocorrer no campo ou na cidade, o que importa para a acumulação do capital é explorar os recursos naturais e os sujeitos que têm apenas sua força de trabalho para dispor, submete-se aos interesses do capital, independentemente de onde esse processo irá acontecer.

No Brasil, até o início do século XX, a produção agrícola predominava, contudo, o processo de industrialização, a partir da década de 1930 avançou, potencializando a diversificação produtiva, ampliando as possibilidades para a efetivação da lógica do capital, sem, no entanto, inviabilizar a realização das atividades agroexportadoras. A dinâmica econômica passa por alterações e o processo de produção do espaço também segue o ritmo que estava sendo implementado. Cidade e campo são transformados, mantendo as heterogeneidades existentes.

As contradições são inevitáveis no modo de produção capitalista, e é necessário que se estabeleçam formas para que elas sejam mitigadas e as crises amenizadas, de modo a manter os interesses do capital, por isso é imprescindível a atuação do Estado que é funcional às demandas do capital, um garantidor do "equilíbrio" de condições diante de desigualdades inevitáveis. A reprodução no espaço concreto é condição necessária para a reprodução ampliada do capital, esta ocorre sob o comando e controle do Estado.

Tem-se no Estado o mediador das contradições inerentes ao capitalismo para atenuar as desigualdades que são insolúveis, evidenciando sua serventia para a perpetuação do processo de acumulação do capital, potencializando as transformações na relação campo-cidade, de forma a garantir a continuidade e a concretização do ciclo do capital. "[…] Nessa perspectiva, revela-se uma prática social que é e se realiza espacialmente, o que implica pensar na relação dialética

sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles.” (CARLOS, 2012, p 54.)

A ação do Estado é fundamental para estabelecer as condições da acumulação do capital. No Brasil, a elaboração das Constituições Federais evidencia sua ação no processo produtivo e nas relações de trabalho. Verifica-se que o Estado passou a interferir de forma significativa na dinâmica socioeconômica do país, principalmente a partir de 1934, quando começa a facilitar a expansão do capitalismo, com políticas que favorecem a exploração do trabalho e a acumulação de riqueza. Evidencia-se que o Estado através da elaboração das Constituições reforça sua atuação e passa a interferir na dinâmica da produção do espaço para atender aos interesses do capital, servindo para equalizar as contradições que são inevitáveis no modo de produção capitalista, demonstrando que a produção desigual e combinada do espaço potencializa a realização do ciclo do capital.

O avanço do capitalismo no Brasil, a partir do Governo Vargas, foi estimulado pela realização de políticas públicas, implementadas pelo Estado, que favoreceram o crescimento econômico, ao passo em que tenta mitigar as desigualdades sociais, apenas para garantir o equilíbrio necessário para o modo de produção capitalista. Ao ao longo do século XX, programas de governo beneficiaram o avanço do capital, desde as ações realizadas com o Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, passando pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento no período da ditadura militar, e mais recentemente com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento iniciado no governo de Luiz Inácio da Silva.

O Estado neoliberal tem atuado de forma a fomentar a acumulação do capital em meio às crises. Ações como a reforma das Leis Trabalhistas no Brasil, demonstram a preocupação com a exploração do trabalho e não com a condição de vida do trabalhador. Atrelado a este processo a dinâmica imposta pela lógica do capital financeiro controla o ritmo de produção, através da especulação que conduz o processo produtivo, influenciando as atividades, negociando o que é mais promissor, e mais vantajoso para a realização de investimentos, aparentemente sem vincular diretamente à produção, apenas gerenciando-a. No entanto, para a completude do processo é indispensável a produção das mercadorias, logo a

realização das atividades e a exploração do trabalho são fundamentais tanto no campo quanto na cidade.

A produção do espaço, do campo e da cidade, atende as demandas de um substrato real para a concretização do processo de acumulação estabelecendo sua dinâmica a depender das necessidades dele decorrentes. Assim, o campo se constitui como espaço de produção de produtos agropecuários, bem como de extração de matéria-prima, e a cidade espaço de produção de produtos diversificados, industrializados. Em uma sociedade desigual, não há homogeneidade em todos os espaços, o nível de desenvolvimento de cada um reflete sua importância no ciclo do capital, e pode variar mesmo entre cidades e campos. Assim, como afirmamos anteriormente, estes espaços são marcados por diferenças estruturais que aparecem como naturais, mas que na verdade são produzidas para permitir que as condições de exploração do trabalho sejam efetivadas em todas as esferas possíveis.

A realização desta investigação trouxe uma certeza: o campo e a cidade, no modo de produção capitalista, estão a serviço do capital, e a exploração do trabalho é determinada pela sua divisão social e territorial, o que permite analisar que a relação campo-cidade é essencial para que o ciclo do capital se efetive, possibilitando que a produção, distribuição, circulação e consumo se realizem independentemente do espaço onde ocorre. É fundamental a exploração da força do trabalho, dos recursos naturais, que são apropriados individualmente, materializando as condições desiguais que são a essência da sociedade capitalista e que podem ser observadas tanto no campo quanto na cidade.

A análise da relação campo-cidade no Brasil permitiu demonstrar que o avanço do modo de produção capitalista distancia a produção do atendimento das necessidades básicas dos sujeitos sociais, para se dedicar à produção de mercadorias, garantindo a exploração das riquezas naturais e da força de trabalho.

Atualmente, destaca-se no Brasil a concentração de terras o que evidencia de modo mais visível às desigualdades entre os produtores rurais, além da produção que prioriza as *commodities*. A análise sobre a produção de soja permitiu observar o avanço do cultivo no país, constatando-se que a produção agrícola é destinada em sua maioria para atender as demandas do capital, o que permite-nos analisar que a

mercadoria é prioridade frente às necessidades humanas, sustentando o propósito do modo de produção capitalista.

Demonstramos que na cidade o processo produtivo também se destina a produção de mercadorias, nela concentram-se as condições que favorecem o avanço do processo produtivo, trabalhadores, meios de produção e infraestrutura. A intensificação da urbanização no Brasil, que mesmo não sendo homogênea, está relacionada ao crescimento da industrialização e a mobilidade do trabalho. A produção de moradia é um exemplo que demonstra como o capitalismo encontra soluções para as contradições nas quais está imerso, a ação do Estado, com a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, que estimulou a produção de casas, sustentada no discurso de atender as necessidades do trabalhador, ao tempo em que incentiva a indústria da construção civil, garantindo assim a continuidade do processo de acumulação do capital.

No campo ou na cidade, o que importa é a possibilidade de exploração do trabalho, e o que evidenciamos foram algumas formas de garantir esse processo, o que permite considerar que a relação campo-cidade é necessária para que o trabalho seja apropriado da forma como é possível, independentemente do local onde é realizado, o fundamental é que o ciclo do capital se concretize. A leitura a partir da categoria da totalidade do movimento efetivo da circularidade do capital: produção, distribuição, circulação, consumo permitiu a compreensão da relação campo-cidade reconhecendo que nesses espaços são construídas as bases para que a divisão social e territorial do trabalho seja ampliada, garantindo a maior possibilidade de sua exploração, independentemente da área onde se efetive. É essencial compreender que “[…] o capital em sua totalidade, se realiza pelo movimento contraditório de suas frações: financeiro, fundiário” (CARLOS, 2011, p 114), no campo e na cidade, enquanto unidades contraditórias que se definem dialeticamente nas relações internas e externa, sob a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado que se efetiva de forma mundial.

Embasada nesses pressupostos, a Tese foi concluída, analisando que as contradições imanentes ao modo de produção capitalista servem de garantia para o processo de acumulação de capital, e em meio à intensificação das desigualdades, a atuação do Estado é indispensável como garantidor das condições desiguais que

permitem a acumulação de capital que só ocorrem mediante a expropriação da terra e do trabalho. Em síntese tem-se na relação campo-cidade um processo contínuo para atender às demandas do modo de produção, o que implica num movimento incessante para manter e ampliar as condições de acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica. 2004. Disponível em: https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Paulo_Roberto_Almeida.pdf - acesso em 25/01/2019

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ. (orgs.) **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Socialies – CLACSO, 2006.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, Ana Fani A., VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel P. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisorio. IN: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Compiladores). **La trama del neoliberalismo:** mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires, Argentina: Eudeba, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Guthiêrre Ferreira. **A trajetória da SUDENE, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2015.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadencia da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (orgs**). Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação B., WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BAGLI, Priscilla. **Campo e Cidade**: a construção dos mitos. s/d Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Campoecidadeaconstrucaodosmitos.pdf - acesso 12/2011.

BARRADAS, Liana França D. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano 1000 à colonização da América. Tradução: Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudeleire um lírico no auge do capitalismo**. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Batista. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas; v. 3)

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

BERNARDELLI, Mara L. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. & WHITACKER, A. M. (orgs). **Cidade e Campo:** relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERNARDELLI, Mara Lúcia F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação B., WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOBBIO, Roberto. **Estado, Gobierno y Sociedad**. Cs. Políticas Resumen del módulo sobre Estado para 1º Parcial Cátedra: Aznar 1º Cuat. de 2008. ClasesATodaHora.com.ar

BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORON, Atilio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. IN: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Compiladores). **La trama del neoliberalismo:** mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires, Argentina: Eudeba, 1999.

BRAGA, Sérgio Soares. **Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946**. História econômica & história de empresa s V.2 (2002). Disponível em: file:///C:/Users/Eliany/Downloads/150-Texto%20do%20artigo-430-1-10-20120719.pdf – acesso em 25/01/2019

BRASIL. Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento**: 2007/2010. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/noticias/2007/r220107-PAC-integra.pdf/view - acesso em 27/01/2019

BRITO, Paulo. **Economia brasileira**: planos econômicos e políticas econômicas básicas. São Paulo: Atlas, 2004.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital:** essência e aparência. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. AURORA ano II número 3 - Dezembro de 2008.

CARLEIAL, Liana. Crise econômica internacional e crise do trabalho: o que já podemos antecipar? In: MORETTO, Amilton; KREIN, José Dari [et al] (orgs.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani A., VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel P. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "Organização" À "Produção" Do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A. CARLOS, Marcelo L. de S. SPOSITO, Maria Encarnação B. **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A questão da cidade e do campo:** teorias e política. Mercator, Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 05, 2004.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Sociedade, Estado e Políticas Públicas na Civilização do Capital**: um olhar sobre o presente. Somanlu, ano 10, n. 1, jan./jun. 2010.

CARVALHO, Edmilson. **A cidade do capital e outros estudos**. Salvador: Arcádia, 2012.

CARVALHO, Horacio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: dezembro de 2013.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. Política em Foco – Mercado de trabalho: out. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt_63_vis%c3%a3o.pdf

CHAGAS, Priscilla B. et al. **Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento**. O&S – Salvador, v. 22 – n. 73, p. 269-289 – arb./jun. – 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural. Publicação digitalizada em 2004.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética Materialista**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena. Vol. 1, Num. 6, 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A natureza social do discurso geográfico**. Terra Livre. São Paulo/SP. Ano 28, V.2, n.39, p.19-35. Jul-Dez 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio**. MERIDIANO – Revista de Geografia, número 2, 2013a. Disponível em: http://www.revistameridiano.org/ - acesso em 19/09/2018

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Ideologia, memória, esquecimento e as ressignificações dos lugares**. RBBA, Vitória da Conquista, V. 3, nº 01, p. 25-39. Junho 2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 77-100, 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Limites e possibilidades do pensamento geográfico**: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da Geografia da Miséria. Geonordeste, Ano XXI, n.2, 2013b.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Produção do espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. In: SUERTEGARAY, Dirce M. A. [et al] (orgs). **Geografia e conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

CONLIN, Jonathan. **Histórias de duas cidades**: Paris, Londres e o nascimento da cidade moderna. Tradução Márcia S. Guimarães. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil**: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. RAP - Rio De Janeiro. 42(5): 829-74, SET/OUT. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5

DEÁK, Csaba. **A cidade**: do burgo à metrópole (Da cidade ao urbano). Espaço & Debates, n.34, p. 113-120, 1991. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/3publ/91city/ED34CITY.pdf – acesso 26/10/2017

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DENALDI, Rosana. Política habitacional, financiamento e a produção da cidade: avanços e impasses. In: DIETRICH, Ana Maria, ZIMERMAN, Artur. **Café com PP**: novas abordagens de políticas públicas no Brasil. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2012.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **O (des)conceito de Homem na leitura do espaço-tempo postulado na Geografia Humana** – Os enigmas de uma Geografia Humana sem Homens. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A geografia da acumulação – reflexões acerca dos territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 11 n.1, 30 junho/2010. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada111/02wagnervalter1101.pdf>. Acesso em: 19/01/2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP; Editora Boitempo, 1997.

ELIAS, Denise. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do agronegócio. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (org.) **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

FIGUEIREDO, Marcelo. **Transição do Brasil Império à República Velha**. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. Pp. 119–145.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. As políticas urbanas de formação de centralidades: o caso de São Paulo. In: DIETRICH, Ana Maria, ZIMERMAN, Artur. **Café com PP**: novas abordagens de políticas públicas no Brasil. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2012.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **Campo, cidade e a natureza recriada na artificialidade urbana**. Boletim Gaúcho de Geografia, 36: 43–51, maio, 2011.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução: Maria Teresa Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRABETTI, Giancarlo L. **Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo**: do modelo clássico aos novos desafios. AGRÁRIA, São Paulo, Nº 5, pp. 139 - 169, 2006.

FREITAS, Nacelice B. **O descoroamento da princesa do sertão**: de “chão” a território, o “vazio” no processo de valorização do espaço. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FREITAS, Nacelice B. **Modernização industrial em Feira de Santana**: uma análise a da implantação do centro industrial do SUBAÉ-CIS. Sitientibus, Feira de Santana, n. 41, p.139-160, jul./dez. 2009.

FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**: curso ministrado na PUC-OS em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2(1): 29-42, junho – 2004.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do trabalho e controle social**: trabalho e organizações na era neoliberal. Revista de Sociologia e Política V. 17, Nº 32: 33-49 FEV. 2009.

GORZ, André. (org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. Tradução Magda Lopes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. [1.ed.]. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak, 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. MERCATOR, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

IASI, Mauro Luis. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IPEA. **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2013.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva:** Consequências da reforma trabalhista. Tempo Social: Revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2018.

LACÉ, Andréia Mello. **O método dialético na teoria social de Marx**: pesquisa conscienciosa e demorada. Revista Eletrônica Arma da Crítica. Número 7, dezembro 2016.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução T.C. Neto. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Casterman: Uisseia, 1972.

LEITÃO, Luiz Ricardo. **O campo e a cidade na literatura brasileira**. Veranópolis, RS: Iterra, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, Eliany Dionizio. **A feira livre na mediação campo-cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

LIMA, Lucas G & CONCEIÇÃO, Alexandrina luz. **A produção do espaço e da escala pelo capital**. Contra a Corrente. Ano 2, N. 3, 2010.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano**: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2010.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização capitalista. IN: FORTI, Reginaldo. (org.) **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Actuel Marx, 18, 1995.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1999.

LUKÁCS, Georg**. História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: Estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

LUXEMBURGO, Rosa. **A sociedade comunista primitiva e sua dissolução**. 1. ed. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.

MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade:** necessidade e desejo (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB). Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

MANDEL, Ernest. **Introducción al Marxismo**. 1977. Disponível em: http://www.marxistarkiv.se/espanol/clasicos/mandel/introd_al_marxismo.pdf - acesso em 20/10/2018

MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para quê servem os patrões? IN: GORZ, André. (org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARTINELLI, Mário Eduardo. **A deteriorização dos direitos de igualdade material no neoliberalismo**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2009.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III – o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro II – o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De "supérfluos" à sujeitos históricos na contramão do capital**: a Geografia do (des)trabalho. (Dissertação de Mestrado, PPGEO, UFS). São Cristóvão, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. **O poder da ideologia**. Tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Campinas, SP: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **The Dialectic of Structure and History**: Na Intoduction. Monthly Review: Na Independent Socialist Magazine. Volume 63, Issue 01, May 2011b.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIELE, Sávio Augusto. Estratégias de (Re)Produção do Espaço em São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani A., VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel P. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Espaço, corpo do tempo**: A construção geográfica da sociedade. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MOURA, Alessandro de. **O movimento operário no Brasil durante a década de 1980**. 2012, disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/o_movimento_operario.pdf - acesso em 24/01/2019

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro. **A sujeição da renda da terra camponesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. **Estado y políticas estatales en América Latina**: hacia una estrategia de investigación. Publicado por el Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Buenos Aires, Documento G.E. CLACSO/Nº4, 1981. Disponível em: https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/307/06R1995v2n4.pdf?sequence=1&isAllowed=y – acesso em 06/01/2109

PADUA, Rafael Faleiros. Produção estratégica do espaço e os "novos produtos imobiliários". In: CARLOS, Ana Fani A., VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel P. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

PAGOTTO, Claudete. **Produção associada na era da precarização estrutural**: uma análise da atuação das cooperativas de trabalho. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2019.

PAIXÃO, Cristiano. **Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil**: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. Pp. 146–169.

PEREIRA JUNIOR, Edílson Alves. Agricultura moderna e reestruturação do espaço urbano. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (org.) **Cidades brasileiras**: territorialidades,

sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: 1930-1983. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. 6.ed. Portugal: Europa-América, 2009.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil**. Mural Internacional. V.5, n.1, jan-jun 2014.

POULANTZAS, Nicos. **Estado, Poder y Socialismo**. Siglo XXI editores argentina, s.a. 2005. Disponível em: https://www.laondadigital.uy/wp-content/uploads/2015/08/Nicos-Poulantzas-Estado-Poder-y-Socialismo.pdf - acesso em 06/01/2019

PRADO JR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. 19??.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUEIRÓS, Eça de. **A cidade e as serras**. Apresentação Paulo Franchetti; notas Leila Guenther; ilustração Hélio Vinci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

RICARDO, Elias Guilherme; et al. **O programa de aceleração do crescimento e o investimento público nas regiões**. 2008. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/6519691.pdf - acesso 27/01/2019

RODRIGUES, Vanessa P. A. **Capital, Estado e a lógica dissimulada das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SABADINI, Mauricio de Souza. **Especulação financeira e capitalismo contemporâneo**: uma proposição teórica a partir de Marx. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3, dez. 2013.

SABADINI, Mauricio de Souza. **Sobre o conceito de Capital Financeiro**. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

SAES, Flávio A. M. de. Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de suas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado. In: COELHO, F. da S., GRANZIERA, R. G. (orgs.). **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil. Edição comemorativa dos 50 anos de publicação**: 1959-2009. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTANA SILVA, José Danilo. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SILVA, Martim Francisco de Oliveira e; COSTA, Letícia Magalhães da. **A indústria de defensivos agrícolas**. Biblioteca Digital, BNDES Setorial, n. 35, mar. 2012.

SILVA, William Ribeiro da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSITO, Maria Encarnação B., WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual** – Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Marcos Antonio **Tavares. Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação B., WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SORJ, Bernardo. Teoria do Estado e capitalismo de Estado. In: MARTINS, Carlos Estevam (org.) **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima. **O método como produto da história**. Revista Eletrônica Arma da Crítica. Número 6, outubro 2015.

VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani A., VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel P. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. Tradução de Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967.

WILLIANS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1979.

WOOD, Ellen M. **O império do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS

ANEXO A
QUADRO 02 – SÍNTESE DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Constituição	Início/ Fim da Vigência	Títulos	Artigos da Constituição
Império	1824/1889	• TITULO 1º Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião. • TITULO 2º Dos Cidadãos Brazileiros. • TITULO 3º Dos Poderes, e Representação Nacional. • TITULO 4º Do Poder Legislativo. • TITULO 5º Do Imperador • TITULO 6º Do Poder Judicial. • TITULO 7º Da Administração e Economia das Provincias. • TITULO 8º Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros.	TITULO 7º Da Administração e Economia das Provincias. • Art. 165. Haverá em cada Provincia um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convem ao bom serviço do Estado. • Art. 172. O Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos ás despezas das suas Repartições, apresentará na Camara dos Deputados annualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despeza do Thesouro Nacional do anno antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despezas publicas do anno futuro, e da importancia de todas as contribuições, e rendas publicas. • Art. 178 – É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos; tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias.
República	1891/1930	• TITULO PRIMEIRO Da organização federal • TÍTULO II Dos Estados • TITULO III Do Municipio • TITULO IV Dos cidadãos brasileiros • TÍTULO V Disposições geraes	• Art. 1o A Nação Brasileira adopta como fórma de governo, sob o regimen representativo, a Republica Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitue-se, por união perpetua e indissoluvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brasil. • Art. 2o Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo municipio neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a capital da União, emquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte. • Art. 5o Incumbe a cada Estado prover, a expensas proprias, ás necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará soccorros ao Estado que, em caso de calamidade publica, os solicitar.

Revolução de 1930	1934/1937	• TITULO I Da Organização Federal • TITULO II Da Justiça dos Estados, do Districto Federal e dos Territorios • TITULO III Da Declaração de Direitos • TITULO IV Da Ordem Economica e Social • TITULO V Da Familia, da Educação e da Cultura • TITULO VI Da Segurança Nacional • TITULO VII Dos Funccionarios Publicos • TITULO VIII Disposições Geraes	TÍULO IV Da Ordem Economica e Social • Art. 115. A ordem economica deve ser organizada conforme os principios da justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existencia digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade economica. Paragrapho unico. Os poderes publicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas varias regiões do paiz. • Art. 116. Por motivo de interesse publico e autorizada em lei especial, a União poderá monopolizar determinada industria ou actividade economica, asseguradas as indemnizações devidas, conforme o art. 112, n. 17, e resalvados os serviços municipalizados ou de competencia dos poderes locaes. • Art. 117. A lei promoverá o fomento da economia popular, o desenvolvimento do credito e a nacionalização progressiva dos bancos de deposito. Egualmente providenciará sobre a nacionalização das empresas de seguros em todas as suas modalidades, devendo constituir-se em sociedade brasileira as estrangeiras que actualmente operam no paiz. Paragrapho unico. É prohibida a usura, que será punida na fórma da lei. • Art. 118. As minas e demais riquezas do sub-sólo, bem como as quédas dagua, constituem propriedade distincta da do sólo para o effeito de exploração ou aproveitamento industrial. • Art. 119. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas mineraes, bem como das aguas e da energia hydraulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na fórma da lei. • Art. 120. Os syndicatos e as associacções profissionaes serão reconhecidos de conformidade com a lei. Paragrapho unico. A lei assegurará a pluralidade syndical e a completa autonomia dos syndicatos. • Art. 121. A lei promoverá o amparo da producção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a protecção social do trabalhador e os interesses economicos do paiz. • Art. 122. Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituida a Justiça do Trabalho, á qual não se applica o disposto no Capítulo IV do Título I. • Art. 123. São equiparados aos trabalhadores, para todos os effeitos

			das garantias e dos beneficios da legislação social, os que exercem profissões liberaes. • Art. 125. Todo brasileiro que, não sendo proprietario rural ou urbano, occupar, por dez annos continuos, sem opposição nem reconhecimento de dominio alheio, um trecho de terra até dez hectares tornando-o productivo por seu trabalho e tendo nelle a sua morada, adquirirá o dominio do sólo, mediante sentença declaratoria devidamente transcripta. • Art. 143. A lei providenciará para concentrar, sempre que possivel, em um só Ministerio, o projecto e a execução das obras publicas, exceptuadas as que interessem directamente á defesa nacional.
Estado Novo	1937/1945	• Da Organização Nacional • Do Poder Legislativo • Da Camara Dos Deputados • Do Conselho Federal • Do Conselho Da Economia Nacional • Das Leis E Das Resoluções • Da Elaboração Orçamentaria • Do Presidente Da Republica • Da Responsabilidade Do Presidente Da Republica • Dos Ministros De Estado • Do Poder Judiciario • Do Supremo Tribunal Federal • Da Justiça Dos Estados, Do Districto Federal E Dos Territorios • Da Justiça Militar • Do Tribunal De Contas • Da Nacionalidade E Da Cidadania • Dos Direitos E Garantias Individuaes • Da Familia • Da Educação E Da Cultura • Da Ordem Economica	DO CONSELHO DA ECONOMIA NACIONAL • Art. 57. O Conselho da Economia Nacional compõe-se de representantes dos varios ramos da producção nacional designados, dentre pessôas qualificadas pela sua competencia especial, pelas associações profissionaes ou syndicatos reconhecidos em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados. Paragrapho unico. O Conselho da Economia Nacional se dividirá em cinco secções: a) secção de industria e do artezanato; b) secção da agricultura; c) secção do commercio; d) secção dos transportes; e) secção do credito. • Art. 61. São attribuições do Conselho da Economia Nacional: a) promover a organização corporativa da economia nacional; b) estabelecer normas relativas á assistencia prestada pelas associações, syndicatos ou institutos; c) editar normas reguladoras dos contractos collectivos de trabalho entre os syndicatos da mesma categoria da producção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias; d) emittir parecer sobre todos os projectos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Camaras, que interessem directamente á producção nacional; e) organizar, por iniciativa propria ou proposta do Governo, inqueritos sobre as condições do trabalho, da agricultura, da industria, do commercio, dos transportes e do credito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a producção nacional; f) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquizas que, attendendo á diversidade das condições economicas, geographicas e sociaes do Paiz, tenham por objecto: I – racionalisar a organização e administração da

		• Dos Funccionarios Publicos • Dos Militares De Terra E Mar • Da Segurança Nacional • Da Defesa Do Estado • Das Emendas A' Constituição • Disposições Transitorias E Finais	agricultura e da industria; II – estudar os problemas do credito, da distribuição e da venda, e os relativos á organização do trabalho; g) emittir parecer sobre todas as questões relativas á organização e reconhecimento dos syndicatos ou associações profissionaes; h) propôr ao Governo a creação de corporações de categoria. DA ORDEM ECONOMICA • Art. 135. Na iniciativa individual, no poder de creação, de organização e de invenção do individuo, exercido nos limites do bem publico, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no dominio economico só se legitima para supprir as deficiencias da iniciativa individual e coordenar os factores da producção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflictos e introduzir no jogo das competições individuaes o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no dominio economico poderá ser mediata e immediata, revestindo a forma do controle, do estimulo ou da gestão directa. • Art. 136. O trabalho é um dever social. O trabalho intellectual, technico e manual tem direito á protecção e solicitude especiaes do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistencia do individuo, constitue um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoraveis e meios de defesa. • Art. 137. A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos: a) os contractos collectivos de trabalho concluidos pelas associações, legalmente reconhecidas, de empregadores, trabalhadores, artistas e especialistas serão applicados a todos os empregados, trabalhadores, artistas e especialistas que ellas representam; b) os contractos collectivos de trabalho deverão estipular obrigatoriamente a sua duração, a importancia e as modalidades do salario, a disciplina interior e o horario do trabalho; c) a modalidade do salario será a mais apropriada ás exigencias do operario e da empresa; d) o operario terá direito ao repouso semanal aos domingos e, nos limites das exigencias technicas da empresa, aos feriados civis e religiosos, de accôrdo com a tradicção local; e) depois de um anno de serviço ininterrupto em uma empresa de trabalho continuo, o operario terá direito a uma licença annual remunerada; f) nas empresas de trabalho continuo, a cessação das relações de trabalho, a que o trabalhador não haja dado motivo, e quando a lei não lhe garanta a

			estabilidade no emprego, crea-lhe o direito a uma indemnização proporcional aos annos de serviço; g) nas emprezas de trabalho continuo, a mudança de proprietario não rescinde o contracto de trabalho, conservando os empregados, para com o novo empregador, os direitos que tinham em relação ao antigo; h) salario minimo, capaz de satisfazer, de accôrdo com as condições de cada região, as necessidades normaes do trabalho; i) dia de trabalho de oito horas, que poderá ser reduzido, e sómente susceptivel de augmento nos casos previstos em lei; j) o trabalho á noite, a não ser nos casos em que é effectuado periodicamente por turnos, será retribuido com remuneração superior á do diurno; k) prohibição de trabalho a menores de quatorze annos; de trabalho nocturno a menores de dezeseis e, em industrias insalubres, a menores de dezoito annos e a mulheres; l) assistencia medica e hygienica ao trabalhador e á gestante, assegurado a esta, sem prejuizo do salario, um periodo de repouso antes e depois do parto; m) a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de accidentes do trabalho; n) as associações de trabalhadores têm o dever de prestar aos seus associados auxilio ou assistencia, no referente ás praticas administrativas ou judiciaes relativas aos seguros de accidentes do trabalho e aos seguros sociaes. • Art. 139. Para dirimir os conflictos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituida a justiça do trabalho, que será regulada em lei e á qual não se applicam as disposições desta Constituição relativas á competencia, ao recrutamento e ás prerogativas da justiça commum. A gréve e o “lock-out” são declarados recursos anti-sociaes, nocivos ao trabalho e ao capital e incompativeis com os superiores interesses da producção nacional. • Art. 140. A economia da producção será organisada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, collocadas sob a assistencia e a protecção do Estado, são orgãos destes e exercem funcções delegadas de poder publico. • Art. 143. As minas e demais riquezas do sub-solo, bem como as quedas d’agua, constituem propriedade distincta da propriedade do solo para o effeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas mineraes, das aguas e da energia hydraulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorisação federal.

Redemocratização	1946/1967	• TÍTULO I Da Organização Federal • TÍTULO II Da Justiça Dos Estados • TÍTULO III Do Ministério Público • TÍTULO IV Da declaração de direitos • TÍTULO V Da ordem econômica e social • TÍTULO VI Da Família, da Educação e da Cultura • TÍTULO VII Das Fôrças Armadas • TÍTULO VIII Dos Funcionários Públicos • TÍTULO IX Disposições Gerais	TÍTULO V - Da ordem econômica e social • Art. 145. A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano. Parágrafo único. A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social. • Art. 146. A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interêsse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição. • Art. 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. • Art. 150. A lei criará estabelecimentos de crédito especializado de amparo à lavoura e à pecuária. • Art. 156. A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para êsse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre êles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados. § 1o Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição até vinte e cinco hectares. § 2o Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares. § 3o Todo aquêle que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nêle sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. • Art. 157. A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores: I – salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família; II – proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; III – salário do trabalho noturno superior

			ao do diurno; IV – participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da emprêsa, nos têrmos e pela forma que a lei determinar; V – duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei; VI – repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das emprêsas, nos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local; VII – férias anuais remuneradas; VIII – higiene e segurança do trabalho; IX – proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de dezoito anos; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente; X – direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprêgo nem do salário; XI – fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos do comércio e da indústria; XII – estabilidade, na emprêsa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir; XIII – reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; XIV – assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante; XV – assistência aos desempregados; XVI – previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as conseqüências da doença, da velhice, da invalidez e da morte; XVII – obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho. Parágrafo único. Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios. • Art. 158. E' reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.
Revolução de 1964	1967/1987	• TÍTULO I Da Organização Nacional • TÍTULO II Da Declaração de Direitos • TÍTULO III Da Ordem Econômica	TÍTULO III Da Ordem Econômica e Social • Art. 157. A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: I – liberdade de iniciativa; II – valorização do trabalho como condição da dignidade humana; III – função social da propriedade; IV – harmonia e solidariedade entre os

		e Social • TÍTULO IV Da Família, da Educação e da Cultura • TÍTULO V Das Disposições Gerais e Transitórias	fatôres de produção; V – desenvolvimento econômico; VI – repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. • Art. 158. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos têrmos da lei, visem à melhoria de sua condição social: I – salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família; II – salário-família aos dependentes do trabalhador; III – proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, côr e estado civil; IV – salário de trabalho noturno superior ao diurno; V – integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da emprêsa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidos; VI – duração diária do trabalho não excedente de oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos especialmente previstos; VII – repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local; VIII – férias anuais remuneradas; IX – higiene e segurança do trabalho; X – proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a êstes e às mulheres; XI – descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprêgo e do salário; XII – fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais; XIII – estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente; XIV – reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; XV – assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva; XVI – previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprêgo, proteção da maternidade e nos casos de doença, velhice, invalidez e morte; XVII – seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes do trabalho; XVIII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos; XIX – colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei; XX – aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral; XXI – greve, salvo o disposto no art. 157, § 7o .

			• Art. 159. É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei. • Art. 162. A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos têrmos da lei. • Art. 163. Às emprêsas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. § 1o Sòmente para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica. § 2o Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as emprêsas públicas, as autarquias e sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às emprêsas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações. § 3o A emprêsa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às emprêsas privadas.
Redemocratização	1988/...	• Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts. 1º a 4º) • Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais • Título III – Da Organização do Estado • Título IV – Da Organização dos Poderes • Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas • Título VI – Da Tributação e do Orçamento • Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira • Título VIII – Da Ordem Social • Título IX – Das Disposições	TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais • Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III – fundo de garantia do tempo de serviço; IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI – irredutibilidade do salário, salvo o

		Constitucionais Gerais	disposto em convenção ou acordo coletivo; VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela EC n. 20/1998) XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei; XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XXIV – aposentadoria; XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela EC n. 53/2006) XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei; XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela EC n. 28/2000) a) (Revogada). (Redação dada

			pela EC n. 28/2000) b) (Revogada). (Redação dada pela EC n. 28/2000) XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela EC n. 20/1998) XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso. Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (Redação dada pela EC n. 72/2013) • Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical; II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município; III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato; VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho; VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais; VIII – é vedada a dispensa do empregado

			sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei. Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer. • Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. § 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. § 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei. • Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. • Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. TÍTULO VII Da Ordem Econômica e Financeira CAPÍTULO I Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica. • Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I – soberania nacional; II – propriedade privada; III – função social da propriedade; IV – livre concorrência; V – defesa do consumidor; VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela EC n. 42/2003) VII – redução das desigualdades regionais e sociais; VIII – busca do pleno emprego; IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela EC n. 6/1995) Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica,

			independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. • Art. 172. A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros. • Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. • Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. § 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento. § 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. § 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros. § 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei. • Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. Art. 177. Constituem monopólio da União: I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores; IV – o transporte marítimo

			do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem; V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal. (Redação dada pela EC n. 49/2006) Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Art. 181. O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do Poder competente. CAPÍTULO II Da Política Urbana • Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

			§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I – parcelamento ou edificação compulsórios; II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. • Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. § 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. § 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. CAPÍTULO III Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária • Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. § 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. § 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de

			desapropriação. § 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. § 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício. § 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. • Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II – a propriedade produtiva. Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. • Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. • Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: I – os instrumentos creditícios e fiscais; II – os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; III – o incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV – a assistência técnica e extensão rural; V – o seguro agrícola; VI – o cooperativismo; VII – a eletrificação rural e irrigação; VIII – a habitação para o trabalhador rural. § 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais. § 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de

			reforma agrária. • Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional. § 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária. • Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei. • Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional. • Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. CAPÍTULO IV Do Sistema Financeiro Nacional • Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Fonte: Coleção Constituições Brasileiras – 1824; 1891; 1934; 1937; 1946; 1967; 1988. Biblioteca Digital do Senado Federal.
Org.: Eliany Dionizio Lima, 2019.

ANEXO B

QUADRO 03 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

EIXO	AÇÃO	OBJETIVO
Infraestrutura social e urbana	Minha casa, minha vida	Construir moradias para as famílias de baixa renda.
	Urbanização de assentamentos precários	Melhorar as condições de habitação e mobilidade em assentamentos precários em centros urbanos, com obras de infraestrutura como construção de moradias, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública, entre outras.
	Mobilidade urbana	Combater às desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados e priorizando o transporte coletivo urbano.
	Prevenção de áreas de risco	Prevenir novos deslizamentos, contenção de encostas em áreas de risco, controle de enchente e inundações com obras de drenagem, além da redução de áreas vulneráveis a deslizamentos.
	Saneamento	Aumentar a cobertura de abastecimento de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, e de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos.
	Recursos hídricos	Garantir a segurança hídrica para a população e a oferta de água para a indução do desenvolvimento econômico, em parceria com os Estados e Municípios, associada à sustentabilidade ambiental.
	Equipamentos sociais	Construir e ampliar Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e de Unidades Básicas de Saúde (UBS); construir Creches e Pré-escolas; construir e cobrir Quadras Esportivas nas Escolas; construir de Centros de Artes e Esportes Unificados e de Centros de Iniciação ao Esporte; e implantar o

Infraestrutura social e urbana		programa Cidades Digitais.
	Pavimentação	Proporcionar conforto à população, melhorar condições de limpeza, contribuindo para a saúde pública, e proporcionar níveis satisfatórios de segurança, velocidade e economia no transporte de pessoas e mercadorias através da pavimentação de vias públicas urbanas.
	PAC cidades históricas	Preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos em 44 cidades brasileiras.
	Luz para todos	Promover o acesso de famílias residentes em áreas rurais à energia elétrica, de forma gratuita, acabando com a exclusão elétrica no país, através das extensões de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares.
	Infraestrutura turística	Construir, reformar e adequar Centros de Convenções e Eventos nas cinco regiões do País e ampliar a sinalização turística em 34 cidades históricas.
	Equipamentos de esporte de alto rendimento	Construir equipamentos de esporte de alto rendimento ou de alta performance cuja finalidade é preparar fisicamente atletas para determinadas modalidades esportivas.
	Educação	Implantar o Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás (GO), escolas para Educação Infantil e reestruturar e expandir as Instituições Federais de ensino superior no estado do Amapá.
	Saúde	Estruturar Unidades de Atenção Especializada em Saúde: Hospital do Câncer de Brasília (Centro Integrado de Oncologia) em Brasília (DF) e Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS).
	SUFRAMA	Atender à Recuperação do Sistema Viário do Distrito Industrial de Manaus/AM (Área Pioneira Distrito I) e sua expansão, Distrito II, com

		implantação de 3 ruas novas.
Infraestrutura logística	Rodovias	Expandir o sistema rodoviário brasileiro, sua manutenção, segurança rodoviária, estudos e projetos.
	Ferrovias	Expandir a malha ferroviária para permitir a ligação a áreas de produção agrícola e mineral a portos, indústrias e mercado consumidor.
	Portos	Ampliar, recuperar e modernizar as estruturas nos portos brasileiros visando a redução nos custos logísticos, a melhoria da eficiência operacional, o aumento da competitividade das exportações e o incentivo ao investimento privado.
	Hidrovias	Ampliar e melhorar a navegabilidade dos rios brasileiros para diminuir o custo de frete, aumentar segurança e planejar o crescimento da navegação pelos rios do país.
	Aeroportos	Expandir a capacidade aeroportuária no Brasil para garantir atendimento à crescente demanda, por meio da ampliação ou construção de novos terminais de passageiros e cargas, reforma e construção de pistas, pátios para aeronaves e torres de controle e modernização tecnológica de sistemas operacionais - transporte de bagagens e pontes de embarque, entre outros.
	Defesa	Projetos estratégicos das três Forças Armadas, sendo que a aquisição de helicópteros de médio porte HX-BR atende simultaneamente a todas as forças. A Força Aérea Brasileira desenvolve a nova aeronave de transporte de médio porte, projeto-KC-X, em parceria com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), e adquire os caças Grippen NG, o que permitirá ao país absorver tecnologias. A Marinha impulsiona o Programa Nuclear (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). No âmbito do Comando do Exército, prosseguem a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras – SISFRON, do projeto ASTROS 2020 e da

Infraestrutura logística		aquisição dos Blindados Guarani.
	Comunicação	Ampliar o acesso à Internet em regiões remotas, aumentar a segurança na comunicação de dados e melhorar a interconectividade da rede brasileira com outros países.
	Ciência e tecnologia	Projetos estratégicos de infraestrutura científica, tecnológica e de inovação, dois deles ligados à área nuclear.
Infraestrutura energética	Geração de energia elétrica	Expandir a oferta de energia elétrica através da construção de empreendimentos com fontes renováveis e de baixa emissão de carbono.
	Transmissão de energia elétrica	Expandir e ampliar as interligações regionais para dar maior segurança e confiabilidade ao suprimento de energia elétrica, concluindo a interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Prevê ainda o reforço da malha da rede básica, otimizando a oferta de energia elétrica no país.
	Petróleo e gás natural	Ampliar e desenvolver a produção de petróleo e gás natural do país, com a perfuração de poços, construção de novas plataformas e pesquisas exploratórias.
	Combustíveis renováveis	Ampliar a participação dos combustíveis renováveis na matriz energética brasileira e da infraestrutura para o escoamento da produção do etanol.
	Geologia e mineração	Produzir informações geológicas sobre o território brasileiro, incluindo a Plataforma Continental Jurídica e áreas oceânicas adjacentes, ampliando o conhecimento sobre os recursos minerais com vistas a estimular investimentos na pesquisa e produção de bens minerais. Geração de informações geológicas como subsídios a estudos de ordenamento e gestão territorial, identificando áreas suscetíveis a deslizamentos de encostas e enchentes, de forma a auxiliar na prevenção de riscos naturais.

	Revitalização da indústria naval	Consolidar e desenvolver a retomada da indústria naval no país, com o financiamento para construção de estaleiros e embarcações nacionais de carga, passageiros, pesca e apoio à navegação. Visa ainda assegurar o atendimento da demanda da Petrobrás por embarcações de transporte de petróleo, gás e derivados, bem como de apoio a plataformas.

Fonte: http://www.pac.gov.br/
Org.: Eliany Dionizio Lima, 2019.